

O BRASIL NAÇÃO
VOLUME II
Manoel Bomfim



O BRASIL NAÇÃO
VOLUME II
Manoel Bomfim

Prefácio: Cecília Costa Junqueira





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



Apresentação	xi
Prefácio – Cecília Costa Junqueira	xiii
SEGUNDA PARTE – TRADIÇÕES	4
Capítulo VI – Novo ânimo	5
§ 49 – Ranço de pensamento, untando desalentados...	5
§ 50 – O poeta	10
§ 51 – O influxo da poesia nacional	16
§ 52 – De Gonçalves Dias a Casimiro de Abreu...	23
§ 53 – Álvares de Azevedo	28
§ 54 – O lirismo brasileiro	35
§ 55 – De Casimiro de Abreu a Varela	44
§ 56 – O último romântico	53
§ 57 – Romanticamente patriotas	63
§ 58 – O indianismo	75
Capítulo VII – As revoluções brasileiras	79
§ 59 – O novo ânimo revolucionário	79
§ 59-a – Ruge o clarim tremendo da batalha...	89
§ 60 – Incruentas e falhas...	100
§ 61 – A Abolição: a tradição brasileira para com os escravos	106
§ 62 – Infla o Império sobre a escravidão	114
§ 63 – O movimento nacional em favor dos escravizados	121
§ 64 – O passe de 1871 e o abolicionismo imperial	130
§ 65 – Os escravocratas submergidos	137

Capítulo VIII – A revolução republicana	145
§ 66 – Abolição e República	145
§ 67 – A propaganda republicana	150
§ 68 – A revolução para a República	160
§ 69 – Mais Dejanira... e nova túnica	166
§ 70 – A farda na República	172
§ 71 – O positivismo na República	175
§ 72 – A reação contra a República	181
§ 73 – A federação brasileira	189
Capítulo IX – A política brasileira-bragantina	198
§ 73-a – Significação da tradição de classe	198
§ 74 – A descendência de Coimbra	201
§ 75 – Ordem...	207
§ 76 – Liberdade...	212
§ 77 – A grosseria das inspirações	219
§ 78 – Imigração... Clima...	229
§ 79 – Raça	236
Capítulo X – O Brasil republicano	249
§ 80 – Evolução da República na República	249
§ 81 – A queda...	255
§ 82 – As formas, na política republicana	263
§ 83 – O presidencialismo... do presidente	266
§ 84 – Incapacidade política e mental	272
§ 85 – A finança dos republicanos “práticos”	279
§ 86 – ... até no materialismo	285
§ 87 – Da materialidade à corrupção integral	291
§ 88 – Sob a ignomínia política, a miséria do povo	299
§ 89 – O indispensável preparo	305
Por fim...	313
Posfácio	347

A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

Manoel Bomfim, o educador revolucionário

O Brasil necessita de uma revolução. Uma reviravolta social que ponha o destino da nação nas mãos do povo, acabando com a eterna espoliação das riquezas nacionais por políticos corruptos e viciados e por uma oligarquia egoísta que acumula capital explorando os trabalhadores. *É preciso educar o povo*, pois somente tendo acesso a uma educação formadora de pensamento crítico os brasileiros ficarão conscientes de seus direitos civis e hão de lutar por eles. Não há República ou democracia efetiva sem povo educado. Educação não pode ser tão somente uma palavra-chave pronunciada por políticos em palanques, visando a votos. Precisa ser entendida em toda a sua profundidade e buscada como meta através de um programa reformador que dignifique a profissão de professor e acabe com a ignorância da massa oprimida.

Essas ideias, que poderiam ter sido redigidas hoje por qualquer brasileiro preocupado com os rumos futuros do país, foram defendidas no final da década de 20 pelo historiador, pedagogo e jornalista sergipano Manoel Bomfim em seu livro *O Brasil nação – Riqueza da soberania brasileira*, o último de uma trilogia da qual também faziam parte as obras *O Brasil na América* e *O Brasil na História*. Foram escritas pouco antes de o autor morrer, em 1932,

de câncer, no Rio de Janeiro, com a paixão ou o desespero de quem estava sumamente cansado de assistir o Brasil seguir por um caminho equivocado, com erros e privilégios se sucedendo desde o início da colonização. Do ponto de vista de Manoel Bomfim, o melhor seria que o país enterrasse para sempre sua história no passado, e se dirigisse para um novo destino, no qual o povo finalmente tivesse uma vida digna, trabalhando em seu próprio benefício e deixando de ser roubado iniquamente pela classe dirigente perversa.


Terminado de ser concebido em 1928, *O Brasil nação* só seria publicado em 1931. Por isso, antes que fosse ao prelo, além de um prefácio, Manoel Bomfim fez questão de escrever também um posfácio, explicando que a revolução que acabara de ocorrer no país, a de 30, não tinha nada a ver com a que propusera em seu livro. Se com a ascensão de Getúlio haviam mudado os homens e militares à frente do poder, na realidade, acentuava Bomfim, não ocorrera uma mudança de peso na oligarquia dominante. Com isso, muito provavelmente a grande reforma educadora ainda não seria feita, já que a classe dirigente, pelo que tudo indicava, continuava a não ter interesse algum em se despojar de suas benesses. E assim como não haveria uma profunda mudança educacional, não deveriam ocorrer uma reforma agrária e uma alteração significativa nas relações de trabalho, pondo fim às injustiças vigentes no país.

Não, a revolução de 30, a que se iniciara com o movimento tenentista nos anos 20, não era, de forma alguma, a que ele preconizava. Estava seguro de que ainda não havia chegado a hora da grande mudança social que apagaria de vez todos os vestígios da moléstia que atingira o país desde a chegada de D. João VI, a qual dava o nome de “infecção bragantina” e que corroera a moral dos políticos, ministros e autoridades ao longo do primeiro e do segundo Império e também da República, em seus primórdios. O que o Brasil precisava era de uma revolução que partisse do povo,


nos moldes da mexicana. O que talvez fosse uma utopia, mas por que não sonhar?

Para chegar a estas conclusões, mesmo dizendo que o passado tinha de ser esquecido para sempre, Manoel Bomfim, em *O Brasil nação*, como bom adepto do materialismo dialético, faz seu leitor passear detidamente por toda a história brasileira, desde a Independência até a Proclamação da República e a República Velha, a fim de provar que, na realidade, o que vivemos, após o decantado grito no Ipiranga, não passara de uma espécie de marcha da insensatez. Debruçando seus olhos críticos sobre tudo o que acontecera na ex-colônia portuguesa no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o historiador descrente poupa pouquíssimas personagens ou eventos que marcaram a evolução política do país. Pois em nenhum momento, diz ele, mesmo os que costumam ser considerados revolucionários ou libertadores, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I em 1831, a Abolição ou a República, o Brasil teria se livrado desta infecção perversa, imposta inicialmente por uma metrópole em ruínas, enfraquecida moral e economicamente, e, posteriormente, por homens já nascidos e formados no solo pátrio, mas que ainda mantinham em suas cabeças a mesma mentalidade “coimbrista” carcomida.


Foi-se o Bragança português, ficou aqui o Bragança carioca, bem-intencionado, culto, amigo de sábios, e mesmo assim a exploração dos pobres pelos ricos continuou. Os mandantes na Câmara e províncias seriam, segundo ele, uma casta ou “marquesada” que nunca descuidou de seus próprios interesses. E se a abolição indubitavelmente foi uma grande conquista, ela veio tarde, tardíssimo, tendo sido o Brasil a última nação do mundo ocidental a se liberar dos vergonhosos grilhões da escravidão. Quanto à República, foi farsesca, pois não há República e democracia em pleno funcionamento quando o povo permanece “escravizado” em sua ignorância.



Chega a ser duro ler *O Brasil nação*. Duro porque muito do que o autor diz neste livro magistral ainda está em vigor. Como provam as estatísticas, ainda somos um país extremamente injusto e povoado por ignorantes. Livramo-nos do analfabetismo quase que em sua totalidade, mas a educação continua sendo pífia. Quando se fala em qualidade de ensino, costumamos ocupar os últimos lugares em rankings internacionais. Em todos os capítulos deste livro de mais de 600 páginas, são poucas as horas de remanso, aquelas em que Bomfim não tenciona ou puxa as orelhas de quem o lê, já que o compêndio deve ter sido escrito com os nervos à flor da pele, tamanha a raiva, a dor cívica, sem falar na própria doença inclemente do escritor, que consumia seu corpo fatigado, mas não o impediu de escrever praticamente até o último suspiro.



Muito provavelmente devia se sentir obrigado a encher folhas e folhas com seu conhecimento histórico e seu pensamento agudo, sabendo ser inadiável a tarefa de nos deixar seu urro de professor e escritor em estado de choque. Ou de um social-comunista preocupado com os miseráveis, cujo coração impregnava-se de horror ao parar para pensar nos detentores de poder, monotona-mente corrompidos. Devido à sua visão rebelde, apesar de muito bem informada e construída, por muito tempo Manoel Bomfim ficaria esquecido em nossa historiografia, até ser resgatado nos anos 80 pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que o considerava um pensador originalíssimo e com ele dividia a preocupação com a educação do povo brasileiro.



A realidade é que Bomfim não deixa pedra sobre pedra em nossa história. Nada se salva, e quase ninguém. Nem mesmo o bondoso, bem-intencionado e cultivado Pedro II, a respeito do qual traça um perfil inclemente. Em sua torre de marfim, fazendo pesquisas científicas, lendo e escrevendo poemas, Pedro II, do seu ponto de vista, apesar de ser um homem sério, modelo de nobreza e de equidade no que diz respeito a gastos perdulários, teria, no

entanto, por certo comodismo ou inação, auxiliado a prolongar a escravidão e, se não roubava ou desviava recursos da União em benefício próprio, nada fazia contra os que prevaricavam. Ou seja, o imperador estudioso não tinha as mãos sujas, mas deixava que seus marqueses e ministros, conservadores ou liberais, as sujassem, vendendo cargos e empregando seus familiares. Pois se o Brasil teve alguém que prestasse, alguém que fosse digno, esse alguém não era um político. Longe disso. Na opinião de Manoel Bomfim, apenas os poetas, salvo raríssimas exceções, encarnaram com pureza a alma brasileira romântica, generosa, revolucionária.

Sim, aos poetas, tudo. Aos políticos, nada. Manoel Bomfim tinha muito carinho e admiração por Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Alencar, Machado de Assis, Macedo e Raul Pompéia. A seu ver, os poetas e escritores da segunda metade do século XIX foram os homens que criaram a noção de nacionalidade em nossa pátria aviltada. Não há nação digna deste nome, aliás, sem poetas de valor, que tenham cantado a pátria, sua natureza, seus heróis populares, e sonhado com dias melhores. E nós os tivemos, felizmente. Somente em sua longa e cuidadosa análise sobre nossos líricos, o historiador abandona o tom vociferante e nos deixa respirar, embebendo-nos de poemas. Além de revelar que também tinha uma alma de poeta, capaz de se emocionar com a beleza de rimas e versos. Talvez por isso fosse dono de verve tão indignada. Homens que trazem a poesia no coração costumam perder a cabeça diante de injustiças.

Quanto aos homens de ação, em seu panteão estão apenas os que fizeram as revoluções. Os que acreditaram em liberdade e República muito antes de ser criado, em 1870, o Partido Republicano de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Eis os seus heróis: Tiradentes, Pedro Ivo, Frei Caneca, Francisco José do Nascimento. Todos os insurgentes dos movimentos de 1817, 1831, 1842 e 1848 e os jangadeiros do Ceará, que acabaram com a



escravidão antes de 1888. Nutria certa simpatia também por José Bonifácio, Feijó, José do Patrocínio, Floriano Peixoto, seja pela sabedoria política, seja pela dedicação à pátria ou retidão de caráter. De resto, os homens políticos, a seu ver, costumavam ser uma choldra só. Tanto os ministros retóricos e aristocratas, que tiveram o poder nas mãos durante o segundo Império, como os abolicionistas de última hora ou os militares positivistas que fizeram a República, pregando ordem e progresso em meio ao caos. Tão viciados quanto os do passado, os dirigentes do novo regime político, eleitos por uma minoria alfabetizada, fariam com que o povo tivesse saudades de D. Pedro II e de sua moralidade.

Mas deixemos que o próprio Manoel Bomfim nos exponha seu pensamento. Sintamos um pouco seu pulso de historiador sem papas na língua, deixando que nos revele como via o Brasil através de sua própria escrita:

A infecção bragantina, fazendo inclinar os destinos desta pátria, deixou-a em indefinida servidão política. Colônia, Império ou República, o Brasil tem sido o repetido espojado de mandões. Substituem-se as designações, para mais inveterada conservação da miséria, pois que capitães-generais, capitães-mores, governadores e presidentes são, em essência, a mesma coisa. Trinta e sete anos de mentida República tem sido, apenas, acentuação da injustiça e do despotismo, agravados em prevaricações e mais torpezas de dinheiro. Tem-se a impressão de que, já agora, é impossível organizar legítima democracia com tais dirigentes, feitos numa tradição política definitivamente pervertida. Não há realidade de autonomia local, como não há compreensão do que seja liberdade. Sucedem-se os homens, mudam-se as rubricas, e eles não saem do arcaísmo político – governo-domínio- usufruto- privilégio- opressão e espoliação...



Apesar de todo o seu antibragantismo, Manoel Bomfim admitia, porém, que, no tempo de D. João VI e, sobretudo, no de D. Pedro II, houve uma preocupação com a educação, que teria feito florescer no Brasil uma vida intelectual autônoma, capaz de gerar reivindicações de independência e separatismo e mesmo revoluções. Tudo rolaria ladeira abaixo, no entanto, na República, período em que a ignorância seria mantida intata, se é que não crescera ainda mais:

Tudo computado, se se coloca o Brasil de 1840-1888... em face do mundo, verifica-se que a nação involuiu, pois que aumentou a distância entre a frente de progresso dos outros povos e aquela em que nos encontrávamos ao findar o século. Sufocada pela metrópole bragantina do século XVIII, era a colônia-Brasil a parte mais retrógada do mundo americano, mais do que as colônias de Castela, onde já havia a imprensa... Com todo o vírus de podridão em que existia, o governo de D. João VI fez com que o Brasil tivesse uma vida intelectual própria, com desenvolvimentos sociais e políticos de tal monta que, dez anos passados, todos reconheciam ser impossível reduzir a nação brasileira, já exuberante em manifestações suas, à antiga condição subalterna, de colônia.

E Bomfim continua, explicando o inexplicável:

Resultou daí a independência – marca falseada desde logo, renegada depois pelo próprio príncipe que a explorara... Pouco importa; lançado a viver, o Brasil resiste a todos esses males e injúrias; expande-se e floresce, num vigor que, por ser essencialmente político, nem por isso deixa de ter acentuados efeitos intelectuais, jurídicos e sociais. É a

portentosa reivindicação de 1826-31, até os lances decisivos de 7 de abril. A persistente crosta bragantina não pôde ser esfoliada, e, refazendo-se, quase anulou os efeitos de 1831. Contudo, tal era o vigor do Brasil de então, que aquela revolução amesquinhada, sonogada, traída, ainda teve poder de realizar as únicas verdadeiras liberdades do regime constitucional...

De onde provinha este inusitado vigor? Da educação, é claro... pois, como informa Bomfim, “foi naquela instância de formação que se criaram as escolas superiores, como se desenvolveu e apurou o estudo das humanidades, por sobre um bem concebido esforço de instrução primária. E havia estímulo para organizarem-se institutos como o Histórico e Geográfico”. Ao longo do segundo Império, porém, a educação continuou discricionária, balbuciante ou só para eleitos:

Desprezava-se ignominiosamente tudo que diz com a verdadeira elevação mental, econômica ou social de uma nação. Não havia instrução popular, nem profissional, nem centros de cultura desinteressada. Tudo se resumia na continuação das célebres escolas régias, trôpegos colégios preparatórios, e as três escolas de intelectualismo técnico – Medicina, Direito e Engenharia. Quando se pensa nas necessidades efetivas daquele Brasil de 1850-1890, cheio de vigor e ansioso de progresso, a condição em que o Império o mantinha era realmente infame e desgraçada. O imperador tomava parte em sessões do Instituto Histórico, assistia aos concursos das escolas superiores, disqueteava com os sábios europeus... e isto devia bastar como preparo intelectual e formação industrial dos milhões de brasileiros...



O resultado desta política educacional para privilegiados, segundo Bomfim, foi terrível: “... ao cair o Império, letrado e liberal, apenas 2% dos brasileiros sabiam ler e escrever. Na própria corte, somente 9 mil crianças frequentavam escolas primárias oficiais; havia um ano, apenas, que fora devidamente regulado o funcionamento da primeira escola normal para a formação de professores primários”. Alguns anos antes da Proclamação da República, em 1880, Félix da Cunha chegaria a afirmar que “toda a instrução primária estava reduzida à leitura elementar, às quatro operações e à cartilha da doutrina cristã”. Ou seja, o país continuava a ser “o reino do obscurantismo, cuidadosa e sistematicamente cultivado. Todo o incentivo ao pensamento não passava de uma repetida mentira, para a perpetuação da ignorância, reduzida a massa da população a hordas ignaras...”

Dentro deste quadro, chega a ser um milagre que, em meados do período bragantino, o Brasil ainda tenha conseguido ter vida inteligente. E conceber poetas:

País onde, até 1808, não havia imprensa, e que, mesmo em 1820, só via imprimir-se o que era do gosto de D. João VI; nação em que, até então, não se reconhecia sequer a necessidade de estudar e conhecer a própria natureza; num Brasil assim formado, é milagre que a inteligência não tenha de todo desaparecido, uma vez que a proclamada independência consistiu em entregá-lo à mesma gente dirigente, nas mesmas formais tradições políticas. No entanto, foi bem o contrário disso: passadas as vicissitudes do replantio do Império bragantino, logo em 1840-50, o Brasil ilumina-se de um pensamento próprio, vibrante porque é sentido, profundo, humano – a nossa poesia lírica, com valor bastante para abalar a alma da nação...





Foram os poetas, muito mais do que os políticos – como já afirmei aqui – que, na opinião de Bomfim, ajudaram a criar, com os seus versos, um sentimento de nacionalidade. O mesmo ocorrendo em todos os países do mundo: sem poetas não há nação, ou alma nacional. “Na formação de um povo, a última expressão é a do pensamento, cuja primeira manifestação é a poesia. Toda nacionalidade ao afirmar-se procura definir-se em cantos poéticos”. Daí o amor que Bomfim mantém pelos poetas “romanticamente patriotas”. Cada um deles – Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Castro Alves, Casimiro de Abreu, ou Fagundes Varela – dera o melhor de sua alma ao amor da terra mãe e das suas tradições.

Outro milagre, observa ainda o historiador sergipano, é a misteriosa força do povo, que mesmo aviltado produz, mantendo o país em funcionamento, em vez de se suicidar. Mas o obscurantismo teria de acabar. A educação de qualidade, despertadora de consciências, teria de ser para todos, nem que fosse por meio de uma revolução social-comunista. Esse foi o último sonho de Manoel Bomfim:

Concretamente; para evitar o desastre, temos que agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias do pensamento, desenvolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer, há que educá-las, como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política. Pois não é verdade que precisamos sair desta vida de moleza, espasmos e insuficiências, por si mesmo incompatível com a renovação de ânimo, e todo esforço útil e vencedor? Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, ideias... tudo isto, de que tanto



carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional. Quem o contestará?

Ninguém, ninguém pode contestar, nem mesmo passados mais de 80 da morte do historiador e educador. O Brasil já não é mais o de 1930... muita água se passou por debaixo da ponte. Mas a educação, tristemente, continua sendo uma grande ferida aberta. E a classe dirigente ainda é cega e espoliadora, agarrando-se a seus privilégios “bragantinos”.

O utópico e paradoxalmente tão realista Manoel Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868 na cidade de Aracaju. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1890, tendo sido nomeado médico da Secretaria de Polícia em 1891. Ao se casar com Natividade Aurora, se mudaria para Mococa, no interior de São Paulo, visando a clinicar. Teve dois filhos, Aníbal e Maria. Como a menina faleceria com apenas um ano e dez meses, o pai, desiludido por não ter conseguido salvá-la, abandonaria a medicina. Voltaria então para o Rio, onde se dedicaria aos estudos sociais e à educação, ministrando aulas particulares de Português, Ciências e História Natural. Além disso, escreveria artigos para jornais e fazia revisão de provas tipográficas.

Em maio de 1896, é convidado pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro para ocupar o cargo de subdiretor do Pedagogium, instituição governamental que tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país, funcionando como um centro estimulador de reformas e de melhorias para o ensino público. Em março de 1897, Bomfim seria nomeado diretor-geral do órgão.

Em agosto de 1907, tomou posse como deputado federal, pelo Estado de Sergipe, substituindo o então deputado Oliveira Valadão, que havia renunciado ao cargo para ocupar o de senador da República. Bomfim exerceu seu mandato até dezembro de 1908. Tentou a reeleição, mas não teve êxito. Com isso, deixou

para sempre a política, voltando-se exclusivamente para a produção intelectual, jornalística e literária. Além da trilogia *O Brasil nação – Realidade da Soberania Brasileira, América Latina, males de origem*, e *O Brasil na História*, escreveria livros sobre educação e psicologia, como *Cultura e Educação do Povo Brasileiro* e *Noções de Psicologia*.

Também deixou livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio, tendo escrito, juntamente com Olavo Bilac, três obras que marcaram a formação inicial de várias gerações de brasileiros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*; *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* e *Através do Brasil, livro da leitura para o curso médio*.

Morreu no Rio aos 64 anos, em 1932, deixando-nos como legado frases, que infelizmente, ainda ecoam como válidas: “Somos uma nação ineducada, conduzida por um Estado pervertido. Ineducada, a nação se anula; representada por um Estado pervertido, a nação se degrada”. As lições que nos são ministradas em *O Brasil nação* ainda se fazem eternas. Torcemos para que um dia caduquem. E que o novo Brasil sonhado por Bomfim se torne realidade.

CECÍLIA COSTA JUNQUEIRA É JORNALISTA E MESTRE EM LITERATURA BRASILEIRA PELA UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

O BRASIL NAÇÃO
VOLUME II
Manoel Bomfim



À glória de

CASTRO ALVES

*Potente e comovida
voz de revolução*

SEGUNDA PARTE
TRADIÇÕES

§ 49 – Ranço de pensamento, untando desalentados...

País onde, até 1808, não havia imprensa, e que, mesmo em 1820, só via imprimir-se o que era do gosto de D. João VI; nação em que, até então, não se reconhecia, sequer, a necessidade de estudar e conhecer a própria natureza; num Brasil assim formado, é milagre que a inteligência não tenha de todo desaparecido, uma vez que a proclamada Independência consistiu em entregá-lo à mesma gente dirigente, nas mesmas formais tradições políticas. No entanto, foi bem ao contrário disto: passadas as vicissitudes de que resultou o replantio do Império bragantino, logo em 1845-50, o Brasil ilumina-se de um pensamento próprio, vibrante porque é sentido, profundo, porque humano – a nossa poesia lírica, com valor bastante para abalar a alma da nação, de que esse mesmo lirismo veio a ser a instintiva expressão de vida, na irresistível necessidade de firmar as suas primeiras e puras tradições. Bem representante de si mesmo, o Império, a medrar poderoso, completava-se na plêiade de literatos seus, ajustada parilha dos seus historiadores: os Alves Branco, Tenreiro Aranha, Magalhães, Porto Alegre... Varnhagem, Pereira da Silva, Moreira Azevedo, Pinto de Campos... em quem se continuava Frei Itaparica, Santa Rita Durão... Rocha Pita, Pereira de Sá... cada vez mais serôdios, abundantes, flácidos e vazios. Não é que faltassem vozes de sentida sinceridade dentre os versejadores. Elas se multiplicam, mesmo, por toda parte onde há atividade de pensamento e interesse

por esta pátria: o próprio Andrada, Frei Caneca, Odorico Mendes, Natividade Saldanha, Teixeira de Macedo, Januário Barbosa, Lino Coutinho, Amaral... Mas não se pode achar neles outro merecimento além da sinceridade. Político e poeta era necessidade íntima de todos os ativos – políticos ineficientes, poetas de pouco estro e arte ronqueira. A própria sinceridade, mal se reconhece, empastada no arcadismo em que se fossilizava a poesia do tempo. E não eram os sinceros que davam o tom das produções aclamadas, senão versejadores exclusivamente literatos, para inteira razão de conceito: *L'art ne fait que des vers; le cœur seul est poète*.

Foi a idade de ouro da musa da adulação. Custou, até que o Brasil tivesse pensamento em expressão própria, consoante os seus estímulos, e tudo provinha de que era tão difícil, para esta pátria, ter uma verdadeira independência literária, como o fora para a independência política. O passado não nos dera, nem a educação social e política precisa para termos democracia de verdade, nem os meios de formação mental, donde pudesse resultar, desde logo, um pensamento próprio e afirmativo. Sem outros veios de ideias se não o Portugal dos séculos XVII e XVIII, a sociedade brasileira dos decênios seguintes à Independência se encontrou sem possibilidades de uma produção intelectual caracterizada em beleza e originalidade. Faltava-lhe orientação renovadora, como lhe faltavam modelos para uma inspiração imediata. Além disto, convém não esquecer que a literatura deriva sempre da vida urbana, com os influxos que aí se geram, o gosto que aí se apura e as finanças que aí têm giro. Ora, até os meados do século passado, os influxos, o gosto, as finanças das grandes cidades brasileiras vergavam sob o mercantilismo português, avesso às coisas do pensamento, indiferente às puras solicitações estéticas. E o mal se agravou por uma irresistível atração da política: todo mundo capaz de dar lazeres à literatura atirava-se à política, de tal sorte que a pura expressão de arte ficara para os pobres de entusiasmo,

refratários à emoção, sem pulsações para a vida ambiente, sem vibração no conflito das almas. Por isso mesmo, toda a produção poética do Brasil, até 1845, ou é o simples desafoço de patriotas em ondas de ilusão e transe de desespero, ou a sornice de – **náiades, e graças, e zéfiros, e frescos regatos...**¹ estirões mornos e estiolantes, flatulência que enfara antes de absorvida. Era uma poesia, não abstrata, mas vazia: paisagens de convenção, sem reflexo do ambiente, sentimentos de obsoleto clássico, ou de epopeias esgotadas, arcaicos gongorismos, solenidade em tolices... tudo incompatível com a arte legítima e o fecundo pensamento, apanágio das almas em orgasmo de vida. Longas melopeias insípidas, sem uma ideia que sustente o intelecto, sem uma imagem que incorpore a visão e exalte a sensibilidade. Se por acaso ocorre uma plástica, o eruditismo falho logo a subtrai à realidade:

*Um rompante leão! Lança-se ao astro,
E o devora de um trago...*

Sem raízes de sinceridade, sem linhas para colorido, essa poesia esbofa-se em efeitos nulos, sem, ao menos, a cadência estética:

*Ameaçando a terra, foi quem trouxe
A prole que trovões dispara e raios!
Alguma oculta lágrima var-me-eis
Na minha dor vertê-la neste instante.*

Arremedos de poemas, que, em longas páginas assim se esfa-relam **Colombo... A Confederação dos Tamoios...** Que título de epopeia, e que epopeia para o título!... No entanto, sem maior

¹ Note-se: todos esses espécimes foram tirados a trechos escolhidos como primeiros de uma *Seleção*.



esforço, descobre-se-lhe o motivo real: aquele desarticulado sonho de Jagonharo, e que, vindo de Anchieta, acaba na **maioridade** imperial... São indiferentes a tudo, até ao ridículo.

Perdendo-se no rançoso classicismo português do século XVIII, a poesia brasileira dos Tenreiro Aranha e Magalhães se faz em espessura malsã, que encobre as almas e desnatura as paisagens. Através de todos eles, não há diferença de escola, nem de inspiração ou processos, que sejam as tragédias de Macedo ou os versos brancos e nulos de Dutra e Melo e Sousa e Silva. A natureza brasileira aí está, e eles não têm alma para senti-la, nem sentidos que nela se embebam. Quando pretendem retratá-la, apenas repetem serôdias e obsoletas convenções:

*Além, salvas de bastas laranjeiras
 favônios feiticeiros...
 Distante milhas três sobre as ribeiras
 Do manso mar terreno, era um silvedo...

 Sobre o gramíneo chão nédia repasta,
 Entre o bovino armento, a raça equina...
*

E, assim, em amaneiramentos, artifícios nulos, e alambicados retorcidos, vêm as musas bronzcas até Rodrigues Silva e Pereira da Silva:

*Audaz Jequitibá, que inda na infância
 Co'a cima excelsa devassa os céus!
 Eu o vi pelos raios matutinos
 Do sol apenas nato auri-tingindo...
*



Na formação de um povo, a última expressão é a do pensamento, cuja primeira manifestação é a poesia. Toda nacionalidade a afirmar-se procura definir-se em cantos poéticos. No nosso caso, a ordem de desenvolvimento é bem explicitamente: reconquista de Pernambuco, epopeia dos sertões, reivindicações nacionalistas, revolução de **dezessete**, reação política de 1823-31, lirismo de 1845-8... Tudo parecia perdido como esforço de realidade brasileira em democracia; o segundo Império aceitara a política de 1837-40, e ajustara-se a ela definitivamente, na pulhice da mentira parlamentar em que viveu. Dissiparam-se todas as esperanças, sem referências, sequer, às repetidas desilusões. Parecíamos fora de tempo, sem continuidade com o resto do mundo, onde, à onda revolucionária, sucedera o pensamento romântico, seguido das prodigiosas descobertas da ciência, as formidáveis aplicações práticas, a oferecer novas bases para a política nacional, a vida em novos aspectos, a eterna questão social, para grandiosas esperanças, por entre incertezas angustiosas e explosões formidáveis. E o Brasil continuava intoxicado, no perene bragantismo nutrido de mentiras mortas, numa desistência absoluta de tudo que eleva o pensamento e exalta os corações. E a grandeza da época se reduz, para a política brasileira, às perspectivas materiais – comércio, colonização, força guerreira, indústria, riqueza... Aspirações e ideais são fósseis, profundamente enterrados, sob o paul das rãs que fingiam parlamentarismo, e o exploravam para conservação da escravidão, na forma do financismo baço, que era o maior pensamento deles. Nunca uma época pesou mais sobre a inteligência. A mediocridade domina, dirá, depois, José de Alencar, banido da fortuna política porque não é vulgaridade.²

2 Paulino Soares de Sousa fora companheiro de Álvares de Azevedo, e quis deixar um testemunho de pena e de saudade, na hora do seu desaparecimento: “... era um jovem cheio de talento... destinado por suas brilhantes qualidades a ocupar uma posição eminente... faltando-lhe apenas alguns meses para terminar a sua carreira escolástica...” E toda a pulhice do ambiente político, em confronto com a poesia nascente.

Foi quando a alma nacional, sempre fiel à tradição primeira, porque não podia anular-se, voltou-se para as puras instâncias do pensamento, em surto de beleza, para a realização da justiça. O idealismo de 1830, sublimado nas glosas do romantismo, ainda possuía o mundo, e a alma brasileira, singelamente boa e generosa, manifestou irresistível tendência ao enternecimento coletivo, já por fora da política – amesquinhada, aviltada. Foi a quadra propícia para o acender da poesia. O Brasil teve uma nova forma de expressão. “Muito há que dizer sobre as origens de um poeta como sobre as origens de um povo...” Notando rapidamente esta verdade, Araripe Junior não pensou, talvez, nos longos desenvolvimentos dela, e no que há de comum entre uma e outra dessas origens; então, a esse propósito, vem-nos o truísmo: não há povo, em nacionalidade distinta, sem poetas, como não há poeta sem a alma de um povo onde as suas vozes tenham eco. Daí a necessidade de acentuar o valor ou o papel social, nacional e político, dos grandes poetas brasileiros. Não se trata de história literária, ou de qualquer pretensão de crítica; mas, tão somente, de destacar os efeitos socializantes desse comovido lirismo nacional, sobre as túmidas gerações de 1845 a 89... E bem haja o segundo Império, que foi a causa ocasional da explosão poética em que o pensamento brasileiro se definiu: a paz de abafamento em que se liquidaram as generosas aspirações de 1824-31, dissipando esperanças, fechou as últimas frestas de expansão, na vida de um povo que apenas começava a existir, e as ilusões, mentidas e recalçadas, tiveram de buscar outras vozes de expressão – a pura expressão do sentimento, realçado em ideias e imagens.

§ 50 – O poeta

Será afronta à sensatez geral o pretender que a poesia tenha função social. Para as gentes circunspectas quais são os dirigentes

em todos os países, e, assim, incorporam as opiniões políticas, poeta quer dizer leviano, fútil, fantasista, insensato, avesso às realidades com que se faz governo; poetas significam mentalidades de descritório, viciadas em sentimentalismos, anuladas por ideias e quimeras, corações tangidos por entusiasmos e paixões, caracteres perigosos, em vista dessas mesmas paixões e entusiasmos, inúteis ou nocivos, nas duras exigências da vida... E, muito logicamente, nenhum dirigente, circunspecto e medido, iria chamar um poeta para diretor de um banco, presidente de conselho, ou chefe de partido. São **responsabilidades** que a própria frivolidade da poesia rejeita. Tranquilas por aí, essas gentes medidas e circunspectas refugam meditação verdadeira, senão havia de torturar-lhes o intelecto aquilo a que se poderia chamar **paradoxo da poesia**: práticos e seduzidos pelo êxito, como são os ingleses e norte-americanos, esquecem ou abandonam a memória dos seus presidentes de banco e relatores de orçamento, ao passo que religiosamente conservam a lembrança dos Shakespeare, Milton, Colewidge, Byron... Longfellow, Edgard Poe, Witman... Dir-se-ia que a afirmação da nacionalidade e a continuidade da nação, em cada um desses povos, dependem de influxos que se encontram nas obras dos seus poetas. E, de fato, é assim.

Na vida moderna, complicada e múltiplice, diferenciaram-se nitidamente os dois aspectos – gerência de finanças e sublimação de sentimentos com definição de ideias. Para a primeira, são aptos os muitos orientados para o clássico **bezerro**. O segundo mister, inconsistente nas mãos duras da finança, impalpável fluir de inspirações, teve de ser deixado às raras sensibilidades de poetas, e é despercebido pela suinez prática, que não pode levantar os olhos para alcançar o céu dos corações. No entanto, as instituições que brotam de cada estro são influxos que aproveitam às próprias gentes circunspectas, na medida em que se lhes apura o sentimento para a emoção moral, para a exaltação em beleza. Estrofes



sentidas e inspiradas são estímulos em que se intumesce, orienta e harmoniza o sentir geral na sinfonia de afetos, indispensável estrutura moral para a afetiva solidariedade de vida em cada grupo humano. No mundo antigo, simples e fácil, o poeta realizava imediatamente a sua função, e punha as suas instituições ao serviço direto da nação: era político, guerreiro, sacerdote... Na distância de tempo, não é possível saber se, ao influxo imediato deles, era a vida mais digna e mais feliz. Nem importa ao caso, senão o acentuar-se que a poesia, qualquer que seja o grau de civilização, tem sempre significação definida e consagrada, na distribuição dos fatores sociais. Em que consiste, então, a função do poeta?... Na essência mesma do seu estro encontra-se a indicação do papel que lhe cabe entre os homens.

Intuição sentida das misteriosas relações do ente humano com o universo, a poesia vale como encontro inteligente do mundo interior com o mundo ambiente.

*Si vous avez en vous, vibrantes et pressées,
Un monde interieur d'images et pensées,
De sentiments, d'amour, d'ardente passion,
Pour féconder le monde.....
Melez toute votre âme à la creation!*

Em verdade, a realização da poesia é o próprio sublime da vida humana, na contingência das necessidades morais, que se definem em aspirações, como a solidariedade se impõe na cordialidade do sentir. E a inspiração vale como revelação, cujo divino é a vida mesma. Contemple-se um poeta legítimo e completo: é um povo todo num só espírito. A sua obra impõe-se qual comovida condensação de experiência humana, e que vai direito às almas; uma humanidade a realizar-se, novas formas que a imaginação criou extraindo a vida da vida mesma. Acordo imediato da forma



com o pensamento, fusão da ideia na imagem, a poesia inclui nos seus motivos diáfanos todo o sublime do sentimento de um povo. Na poesia e nos nossos corações, há de haver identidade de afetos, para realidade de efeitos. O mérito do cantor está em condensar num só movimento a multiplicidade de sentimentos, e dar-lhe forma própria, nítida e penetrante, ondas de simpatia, para uma expansão avassaladora. Será espontâneo, sincero, e, com isto bárbaro, muitas vezes, como o exige a própria sinceridade. Tal acontece em todas as fases de renovação. De um viver ordinário, através da sua sensibilidade, emana, então, o irresistível refazer de destinos, mais irresistível pelo encanto mesmo da obra poética, E a miséria que, algumas vezes, almas de poetas têm refletido sobre a vida?... É natural, pois, que o estro não retira ao homem a sua condição humana. Pode, o poeta, fazer, na existência ordinária, uma moralidade escassa, em atos condenáveis: não anula, isto, o poder do seu canto nem a sua função social (Lebrun):

..... *une lyre sublime,*
..... *un cœur faible, pusillanime,*
Inhabile aux vertus qu'il sait si bien chanter,
Ne les imiter point et les faire imiter.

Prefere-se, certamente, o poeta que chega a realizar as belezas morais da sua inspiração. Piron, José Agostinho de Macedo... aí estão para dar razão a Boileau. De todo modo, a inferioridade da vida particular não é desvalor no influxo de um poeta. Quanto aos nossos Líricos de 1845-70, quase todos eles, existências fugazes, juventudes que findaram no túmulo, foram somente inspiração radiante, sem permanência para aviltamentos. E isso não lhes diminui o prestígio, porque, para tais efeitos, a vida não se mede no tempo: pesa-se no conteúdo. Líricos, em toda a pujança da alma, e porque o lirismo é a própria essência da expansão humana, eles

foram feitos para derramar as vagas de afetos em que se levam os corações. O mote principal das suas líras foi o amor, e os critérios curtos, abaixo do amor, apontam, justamente, esse tema como a inferioridade daquela poesia. Notemos, em primeiro lugar, que, na intensidade dos seus efeitos, basta o amor para encher um estro, e que se há, num poeta, verdadeiro gênio, ele deixará sempre uma obra de longos reflexos humanos. Nem por ser o mesmo tema, em todos, eles chegaram à vulgaridade. Já foi dito: **“L’amour est comme la mer: on peut y prendre toujours, il en reste toujours autant”**. E foram, todos, exclusivamente subjetivos, pecado que a crítica pedante não lhes perdoa, não obstante que esta é a condição essencial da poesia – pensamento sentido, realçado em imagens. Ora, sentimento é sempre o interior de uma alma; como imagem, é o mundo através da subjetividade dos temperamentos. Também se deprime o lirismo primeiro do Brasil, por ser lamento e dolente... Sim: a dor tresanda na maior parte daqueles cantos; mas a dor é o destaque maior das almas. O gemido desprende a piedade, e os transe fortificam a energia. Já Homero se mostra gozando a própria dor, em grande efeito sobre os corações. Para todo legítimo poeta, a dor é santa e sagrada. Lamartine chama a sua poesia – **dechirement sonore de mon cœur...** Musset, o impávido boêmio, não é menos nítido:

*L’homme... la douleur est son maitre,
Et nul ne se connait tant qu’il na pas souffert...*

Otaviano Rosa, estro menor daqueles dias, repetirá o comovido conceito, hoje desbotado, de tanto o repetirem brasileiros que se encontravam com o seu sentir:

Quem passou pela vida em branca nuvem...

Como estesia mesma dos cantos, Feurbach registra:

*Les chants désespérés sont les chants les plus beaux,
Et j'en sais d'immortels qui sont de purs sanglots.*

Então, ao cabo de longa experiência da vida, outro dirá: “Sofre!... O estro nutre-se de pena, e exalta-se na dor...” De fato, os nossos grandes líricos eram dolentes: foi o caminho seguro para aproximarem os corações, porque simpatizamos mais pelo sofrimento do que pela felicidade. Foram doloridos, e foram eficazes, porque os seus cantos fundiam a pena numa esperança infinita.

Não há povo onde o influxo da poesia nacional fosse mais precioso do que no brasileiro. Quem quiser a medida do que valeu esse influxo, compare os nossos valores de pensamento e a feição do gosto, neste intervalo – 1850-1880. Em 30 anos, o Brasil fez a carreira literária precisa para, partindo daquele ranço, apreciar, imediatamente, todo o valor mental e artístico da geração de 1880-1900, e recebê-la, já, em verdadeira consagração. O fato deve ser notado como uma longa síntese de efeitos, a que correspondem outros tantos serviços à nação brasileira. Ao mesmo tempo que abalavam os corações, esses grandes líricos revelavam à nação o sentir que lhe era próprio, e lhe deram, com isto, mais intensidade e profundidade. Difundiram estímulos superiores, criaram um ritmo de vibrantes estados da alma, espalharam a beleza em puros motivos de coração, infundiram cordial generosidade, levando os ânimos a sentir intensamente, e em uníssono, as mesmas emoções; quebraram a sornice da época, e abalaram o regime que nela repousava, trazendo os espíritos para outros interesses morais e mentais, além da politiquice corrente. E, tanto que obtiveram, deriva apenas dos seus recursos líricos, como simples cantores dos próprios afetos...

Foram, porém, muito além, porque todos eles tiveram outros objetos como alma dos seus versos; todos sentiram, vivamente, a natureza brasileira, e cantaram as suas paisagens, celebraram o

gênio do seu povo e a sua história. Só por isso, mereciam a consagração de patriotas. Dá-se, no entanto, que todos eles patentearam patriotismo bem explícito, com vistas a uma pátria idealizada em grandes destinos. E mais: foram todos pela justiça, e, alguns, até à revolução. Nem é exagero dizer que foram todos revolucionários, pois que quebraram moldes consagrados, renovaram o gosto e o pensamento, e tudo isto é ação revolucionária. Cantando em patética sinceridade, os nossos grandes líricos horrorizaram a muitos, comoveram à maior parte dos brasileiros, e impressionaram a todos.

§ 51 – O influxo da poesia nacional

Para negar a influência política e social dos nossos primeiros grandes poetas, alega-se que eles foram singelas vozes de lirismo, a cantar ternuras e saudades – as suas saudades e ternuras... Ora, é isso justamente que prova o efeito longo e profundo dos seus cantos, pois que eram genuinamente brasileiros. É de toda evidência que os nossos poetas não se criaram a si mesmos; foram legítimos representantes de um gênio nacional já diferenciado, definindo nitidamente as suas tendências, focalizando, para irradiações bem intensas, os seus sentimentos e ideais. Sendo, todos eles, cantores de afetos primitivos, foram sinceros e humanos, seguidamente fecundos sobre o ânimo das populações, que nos seus cantares se reconheciam – ternas, simples e generosas. Apareceram como expressão de um povo que não devia morrer,

Toda a política dera naquela pulhice, nutrida de mentiras, e cujo ambiente mental são os longos poemas oficiais, bafio em que se enlevava o mecenismo imperial. Por fora desse mecenismo, a contrário dele, fazem-se os verdadeiros cantores da alma brasileira – Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Alencar, Varela, Castro Alves, Machado de

Assis... Falam diretamente aos corações, e incorporam de pronto os sentimentos da nação, em contraste com o regime que a anula. Por isso mesmo, a influência dessa poesia é a dissolução das instituições em que se enfeixara o mesmo regime – escravidão e monarquia. A poesia de até então, glutinosa e flácida, empastava as mentes, para que não vibrassem, e os grandes estros que a ela se opõem, para eficaz oposição, têm de ser pessoais, espontâneos, mordentes, sentidos, vibrantes, em toda a veemência de rebeldes e demolidores. Todos eles inspiraram-se gulosamente do romantismo, que fora, por toda parte, voz de protesto e revolução, e nessa renovação de ânimo eles implicitamente se revoltam contra a sorte de uma pátria rebaixada, condenada por um destino cruel a ser o despojadouro de dirigentes mesquinhos em tudo. E quando os seus versos elevavam as mentes, clamavam por uma redenção nacional. Nos seus cantos se realizou tudo que da poesia se pode esperar, como função socializante: aproximou cordialmente os brasileiros em afetos. E porque em todos eles cantava o próprio gênio do povo, todos se tornaram expressão imediata de amor à terra natal, em alevantado patriotismo. Quem poderá dizer o como se aceleraram os corações, ao simples bater da toada **Minha terra tem palmeiras?**... Sons esparsos, as ingênuas estrofes de sabor absolutamente popular, logo se resolvem num ambiente vivo, multiplicadas em novos cantos, para estos em que se confundem pátria e amor:

Verdes mares bravios da minha terra...

..... Céu da minha terra,

Tão lindo e tão azul!...

..... a névoa e as flores e o doce ar cheiroso

Do amanhecer na serra,

E o céu azul e o manto nebuloso

Do céu da minha terra...

Quem poderá dar a medida do quanto se sensibilizaram as almas, para mais exaltação e mais beleza de vida? Tais afetos, em que nos comove Gonçalves Dias, passando pela veemência de Álvares de Azevedo, a doçura de Casimiro de Abreu, a tragédia de Junqueira Freire, virão até o estro potente e meigo de Castro Alves, para esses cantos que serão outras tantas glosas d'O **Gigante de Pedra** e d'O **Hino da Cabocla**. E, como se exaltam os sentimentos, elevam-se as mentes. Nos seus versos pronunciavam-se verdadeiros valores de pensamento e arte: há tons de gênio em verdade de estilo. Os seus poemas são veemências de paixão, destacando as ideias em que se planejará um novo Brasil. Para mais acentuado efeito sobre os ânimos, há que a trágica e fugaz existência, de quase todos eles, lhes cresce o prestígio, para a compaixão que os impõe aos corações. Ao passo que os políticos do segundo Império desconheciam as necessidades nacionais, e esqueciam, e ou desprezavam a índole das populações, a poesia apoderava-se de umas e de outras, a revelar os grandes problemas nacionais em acordo com o gênio da nação, e, com isso, abalou convicções, criou desígnios, abateu preconceitos, forneceu motivos morais, abriu perspectivas de conforto espiritual, como a revolver o ambiente ideal da pátria. E houve essa quadra em que só os poetas tinham voz de originalidade. De fato, no Brasil só a poesia tem sido pensamento original, só a poesia tem sido a legítima voz da nacionalidade. Um Frei Vicente do Salvador, foi verdadeiro poeta, no sentido de que buscou inspiração diretamente na vida e nas coisas, e tudo o disse em tom de pitoresco e de sentimento. Quem quiser a impressão exata de fato, compare o simples pensamento, num Gonçalves Dias, ou Álvares de Azevedo, e o amontoado em que se despejou o lixo que eram as ideias do mundo político circunstante: contempla-se um jardim no cerco dos quintais.

Para marcar data de renovação, deve-se dizer que a Gonçalves Dias se seguiu o movimento mental que transmutou e enriqueceu

o pensamento nacional. Todo o valor é da produção poética. Da plêiade que se destaca, alguns – Pedro Luiz, Alencar, Otaviano Rosa... serão atraídos para a política, em cuja inferioridade se desnivelam, e teremos, em cada um destes, duas mentalidades: o poeta de **Terribilis Dea** e o banalíssimo ministro de estrangeiros da **questão religiosa**; o exaltante evocador das puras tradições brasileiras, e o criterioso **Erasmus**, conservador de convenção, empastado em circunspecção, até descambar no despeito... Alerta do espírito, nas vagas da poesia, o Brasil conheceu um novo patriotismo, estuante, ingênuo, se quiserem, porque é ânimo de juventude, mas inflexível como o próprio destino de todos aqueles poetas. Numa sociedade vivaz, e que ainda não se afirmou; sempre contida, abafada, contrariada nos movimentos de formação; repetidamente desiludida de aventuras políticas; era fatal que chegaria esse momento – em que a tomaria a pura necessidade de sentir idealmente... E o Brasil de 1850 ardeu no lirismo dos seus cantores, que, se não criaram as fórmulas de um tal sentir, pelos menos condensaram intensamente toda a alma da nação, em nitidez de visão e evidência de afetos. Com eles se definiu, então, o Brasil que se negou finalmente ao baço imperialismo bragantino, e contendeu até abolir a escravidão.

Puro lirismo, que ação poderia ter para tais resultados?...

Fora impossível, aos singelos corações brasileiros, resistir ao influxo desse lirismo, por isso mesmo que era singelo. Quem os captasse, com os cantos de simples paixão, teria aberto o sulco em que os levaria para mais complexos sentimentos de patriotismo, justiça, solidariedade humana... Neste fim, a obra de um Gonçalves Dias, Castro Alves, Bilac, ou Pompeia, tem mais significação, infinitamente mais, do que toda a parolagem dos políticos, do segundo reinado, e da República seguinte. Tem valor absoluto: são vértices de pensamento, num mundo onde ainda não havia possibilidade de fazer-se pura ciência, e, menos ainda, pensamento

filosófico, E foi assim que, pelo estro deles, chegamos a definitivos feitos. Se o sentimento geral, exaltado por eles mesmos, não no pedissem, não haveria as estrofes de **Pedro Ivo, Nunes Machado, Monumento Equestre, A Escrava, Vozes D’Africa...** E temos de convir que nesses versos se reconheceram, enlevadas, as almas brasileiras, para sentir a necessidade de novamente tentar a democracia, e fazer a redenção da raça oprimida. A crítica miúda insistirá: tudo não passa de **devaneio, sem possibilidade de eficiência entre os fatores sociais...** É a mesma restrição que poderia o gênio se o pudesse, e que julga insignificante o nosso lirismo por exaltar-se no tema do amor. São os critérios que se irritam, ou se apavoram, ante a inquieta exuberância dessas liras de 1845-70, e porque se sentem incompatíveis com essa exuberância de afeto negam-lhe prestígio sobre as consciências... “Ama, diz a verdade, e terás todo o poder da simpatia...”. Eles foram, todos, intensas ressonâncias de amor, sem que, por isso, fossem banais: **“Pour parler des choses de l’amour il faut, toujours, beaucoup d’esprit...** (Remy de Gourmont). Foi o que nunca lhes faltou, a eles, que nunca foram enfadonhos, desde o primeiro. Hoje, isolado, o conceito nos parecerá insignificante, ou banal, mas enastrado em todo um desenvolvimento de verdades afetivas, – **nascer, lutar, sofrer...** vale por uma filosofia, que nem será de desalento, senão de desinteressado conforto moral:

*Eu morrerei tranquilo:
Bem como a ave ao pôr do sol...*

O pensamento está distante, sem objeto em que se defina; no entanto, estimulada nesses afetos, a mente toma do primeiro motivo, eleva-o em lucidez de conceito, vibrante como a consciência do crente na estesia do incenso e do canto que enche o santuário... Que importa a vulgaridade do desejo, quando Álvares de Azevedo solta a sentida evocação?



*Amor! Amor! meu sonho de mancebo!
 Minha sede! meu canto de saudade!
 Amor! meu coração, lábios e vida,
 A ti, sol do viver erguem-se ainda...*

Esquecemos a trivialidade do motivo, e vamos com o ímpeto até a essência mesma da vida, que se não exaure. E aceitamos a poesia como a sublime necessidade do que é humano, como ele aceita a necessidade viver, não em arrastado destino cego, mas numa consciente e cordial colaboração com o mesmo destino. Sem laivo de filosofismo, o meigo dos meigos, Casimiro de Abreu, refaz o conceito, retemperando-o em puros afetos:

*Chora perdida essa ilusão primeira...
 Mas vive e sê feliz.....*

*.....
 Vive e canta e ama.....
 A pátria, o céu azul, o mar sereno.....
 Canta: e que os teus hinos de esperança
 Despertem deste mundo de misérias
 A estúpida mudez...*

Para que pretender sobranceiras com vistas ao coração? Por que não reconhecer os toques de enternecimento que acompanharam esses cantos?... Para alcançar toda a extensão de efeitos desses líricos, é preciso atender a que, durante decênios, todos os ânimos, em todas as gerações, repetiram esses cantos, imprimindo-os no sentimento. É certo que os inquietos quatorze anos da adolescência não davam para alcançar o valor mental dos versos. Bastava a sonoridade e o vago alevantado dos conceitos:

*As almas angustiadas,
 Como águias desaninhadas,*



Gemendo voam no ar...

.....
*A estrofe é a púrpura extrema,
O último trono é o poema,
Último asilo – a canção.*

Se não valiam como ideias para maior riqueza de pensamento, projetavam-se nas mentes juvenis como jatos de entusiasmo, pondo-as na porfia do ideal. Quase todos esses grandes líricos foram populares, se não na totalidade da obra, na parte mais característica de cada uma delas. E quando não agissem diretamente, foram os inspiradores de todos os poetas menores do tempo mais familiares, mais acessíveis – Laurindo Rabelo, Bitencourt Sampaio, Otaviano Rosa, Almeida Freitas, Teixeira de Melo, Silva Guimarães, Pedro Luiz, Nascentes Burnier, Franklin Doria, Melo Moraes, Bruno Seabra, S. Paio, Aureliano Lessa, Almeida Braga, Calazans...

*Viste.....
Flor do vale brilhando entre as mais flores?
..... puro era o céu, verde o campo,
E a vida alegremente lhe corria;
.....
A brisa da manhã lhe ouvia os cantos,
E o eco da campina os repetia.....
.....
E cantava e sorria.....*

Não haverá coração brasileiro que se não reconheça na fácil e franca emoção desse lirismo. Os afetos repousam, sem perderem de estímulo. É um encanto que se infiltra nos veios da alma... Nem se acharia melhor caracterização da nacionalidade do que essas

comovidas estrofas. Muitas delas entraram para a modinha, tão essencialmente das nossas tradições, e, assim, desbotaram. Outras desbotaram nos ingênuos recitativos. Foram, destarte, influxos constantes: desbotaram, mas as tintas ficaram nas consciências por onde passaram. **Minha Maria é bonita; tão bonita assim não há...** é um suspiro nas vascas da epopeia. Tiraram-no de lá para o violão, e muitos que cantam as trovas nem sabem quem é essa Maria, pálida, perdida na música banal, tão banal, pelo mesmo desbotar, como a melodia onde se diluiu esse outro:

*A languidez dos teus olhos
Inspiram minha canção...
Sou poeta porque és bela,
Tenho em teus olhos, donzela
A musa do coração.....*

E assim desbotaram: **Meu anjo, escuta... Se eu fosse querido de um rosto formoso... São duas flores unidas... Oh! dias da minha infância... As ondas são anjos...** Não descoraram, nem descorarão nunca, as paisagens de sentimento tracejadas nos versos: **Saudade, Oh! bela flor!... Se tenho de morrer, na flor dos anos... Como é bela a manhã!... Meu pobre coração... Uma noite, eu me lembro... Oh! quero viver... No delírio da ardente mocidade... Musa dos olhos verdes...**

§ 52 – De Gonçalves Dias a Casimiro de Abreu...

Com o poeta d'**Os Timbiras** se abre, num deslumbramento calmo, a era do exuberante lirismo brasileiro. Estro de grandiosa e sublime tristeza, Gonçalves Dias é triste como nós mesmos, com a grandeza calma desta natureza, e, assim, desenvolvem-se os seus cantos numa como irradiação mesma das almas e das coisas:

*Porque tardas?.....
brilham as estrelas,
Correm perfumes no correr da brisa...*

E todo o nosso lirismo se fará nessa inclusão – de encantos da natureza nos transe íntimos do coração. Mesmo nos versos de **Minha Irmã:**

*Eras criança ainda.....
E tinhas sobre mim poder imenso...
.....
Assim da tarde a brisa corre à terra,
Embalsamando o ar e o céu de aromas:
Enreda-se entre flores suspirosa,
.....
E não sabe, e não vê, quantos queixumes
.....
Tu nada viste.....
Flor que sorrias ao nascer da aurora...*

No seu legítimo e puro lirismo, as próprias estâncias de amargura acabam confortando, porque o sofrimento se exala na magia de cânticos:

*Quando me aflige a dor,
Minha alma aos céus se eleva, como o incenso,
Como o aroma da flor.....
.....*

Então, ele ampara na beleza da flor os mesmos gemidos:

*O homem nasce, e vive um só instante,
E sofre até morrer!*

A flor ao menos, nesse breve espaço
Do seu curto viver,
Encanta os ares com celeste aroma,
Querida até morrer!...

.....
Agora, a flor que me importa,
Ou a brisa perfumada,
Ou o som da meiga fonte
Sobre pedras despenhada?...

Não houve recurso de arte de que se não servisse para penetrar os corações.

Desejo na melancolia, melancolia de bem-estar, recolhimento, êxtase lúcido, serena comunhão com a eternidade... às vezes, uma queixa mais vibrante para a nossa infinita piedade... e, com isto, os seus afetos são modelos puros para todos os corações: nem os transportes os isolam, nem a paixão os torna menos comunicativos:

De mim não saberás como te adoro...
Se andas, sou o eco dos teus passos:
Da tua voz, se falas,
O murmúrio saudoso que responde
Ao suspiro que exalas.

.....
Sim, eu te amo.....
..... como se ama a luz querida,
Como se ama o silêncio, os sons, os céus,
Qual se amam cores, e perfume, e vida,
Os pais, a pátria, a virtude, a Deus!...

A fórmula do seu lirismo, ele a deu, definitiva – desaforo do coração:



..... a juventude

*Falou-me ao coração: – amemos, disse,
Porque amar é viver.*

E, de fato, toda a sua poesia se fez com expressão dessa íntima necessidade – amar e sentir. Qualquer dos seus poemas, apenas suaves, ou plangentes, ou intensos, são arpejos de vida e de amor: **Sempre ela... Não me deixes... O que mais dói na vida... Ainda uma vez, adeus... Amor, enlevo d'alma... Ainda e sempre...** Artista sóbrio e comovido, Gonçalves Dias, o cantor da saudade, da pena e dos enlevos, não é apenas meiguice.

Junqueira Freire, que começa a juventude numa tragédia, nunca seria o singelo cantor para a multidão. Na intensa realidade da sua vida inteira, ele será sempre um represo, malcompreendido pela turba, que ao lírico pede sempre cantos de franca ternura. Personalidade mutilada, ele tem, contudo, vigor para ser inteiramente original em inspirações, que serão retomadas pelos que cantem depois. A visão é difusa, o sentimento contraído, mas, na essência, é absolutamente humano e brasileiro, com a percepção exaltada em imaginações que lhe fazem de cada sensação um êxtase, ou uma tortura. Não diretamente, mais inspirando os outros, a sua voz foi das que mais influíram no renovar do pensamento brasileiro. Tem-se a ideia do que valia o seu gênio, como extensão e mocidade, quando se apreciam os seus conceitos em prosa: são de inteira atualidade, em arte e em filosofia. A esse respeito, ele foi, talvez, o mais moderno dos nossos grandes líricos. Teve o ânimo de enfrentar o destino a que se atirou, num desvario de quase adolescência; e foi poeta mesmo nesse transe, como o foi nos gritos de desespero, nos gestos de revolta:

*Oh! morra o coração – gérmen fecundo
De mil tormentos...*





.....
Virão, por sua vez, os gemidos:

*Olha-me, oh virgem, a fronte;
Olha-me os olhos sem luz.*

.....
Eu só tenho a lira e a cruz...

Contudo, não pôde fugir ao destino de cantar:

*Cantarei o céu, o inferno,
O mundo, o que me aprouver.
Cantarei a Deus, o homem,
Os amores da mulher:
Cantarei enquanto vivo,
Porque Deus assim o quer.*

E cantou em estos de amante:

*Hás-de amar-me na terra e além dos astros.
Eu te ensinei um sentimento eterno,
Mau grado a mim, a ti, ao mundo, aos anjos...*

.....
Cantou até chegar ao simples lamento:

*Eu morro, eu morro. A matutina brisa
Já não me arranca um riso. A fresca tarde
Já não me doura as descoradas faces...*

E como tudo isto é profundamente brasileiro, veremos lamentos, e gritos, e êxtases, e fúrias, e revoltas de Junqueira Freire



retomados como motivos para outros cantos: **A Freira, Vesper, O Jesuíta, Os Jesuítas, Vai, Dalila...** sem que sejam imitações...

§ 53 – Álvares de Azevedo

Álvares de Azevedo completa a constituição do lirismo brasileiro, para inteira definição das suas qualidades características, e para a plenitude de poder sobre as gentes. Gonçalves Dias, primeiro a anunciar-se, teve de encontrar hesitações. Não eram conhecidos os seus ensaios; apareceu sem o prestígio da ação imediata, pois que se fez fora do país. O seu mesmo feitio, entre sobranceiro, retraído ou tímido, sem irradiação pessoal, foi motivo de um acolhimento também retraído. Junqueira Freire, abafado no seu burel, não podia, também esperar uma entrada franca, no ânimo do público. E, com isto, o poeta de **I-Juca-Pirama**, mais delicado do que vibrante, mais artista do que arrojado, deleitava sem arrebatado. O frade poeta, de estro esgueirado pelo voto, teve de ser um poeta como incompleto, contrafeito na espontaneidade, insuficiente nas expansões. Álvares de Azevedo, também intensamente brasileiro, trouxe como notação do seu estro e dos seus efeitos, justamente, o que faltou aos dois primeiros. Estudante poeta, naquele fervedouro da Academia de São Paulo, ele produzia opulentamente, derramando pela imprensa os seus versos, e tanto produzia como deslumbrava os colegas e o público em geral. Mal saíra da adolescência e já era uma lenda. Leem-se as referências dos que conviveram com ele, e tem-se a impressão de que o seu contato agia como fulgurações. Então, a veemência do seu cantar, incorporada na triste história da sua fugaz existência, deu-lhe, desde logo, um prestígio de gênio e desvario de poeta e romântico, que viveu o seu romantismo... Morto antes dos vinte e um anos sem ter publicado nem um volume dos seus abundantes poemas já conhecidos, essa morte foi um acontecimento – o luto

espontâneo, de todos que podiam julgá-lo. Sentiu-se que baqueara um gênio de verdade, e ninguém estranhou o fulminante sucesso da edição póstuma dos seus versos. A crítica corriqueira esmiuçará o número de pés, a qualidade das rimas, a pureza da sua sintaxe... sem que isto faça nuvem no resplendor do poeta. Os próprios exageros e erros de ingenuidade o Brasil os reconhecerá como caracteres seus. Ardor e melancolia, veemências sombrias, ingênuos extremos, espontaneidade dolorida, desolação com transfigurações de êxtases, delírio e meiguice... desejos que se satisfazem no verso, paixão de amor ardendo em imaginação, obsessão de dor, que já é nevrose... saudades e crepúsculos, inspiração em delírio... tudo isto em ensaios de cantos que apenas se unificam na personalidade do poeta. E, sempre, uma lira que tremula desordenada, mas vai sempre ao coração, porque as mesmas incertezas são as de um povo jovem, titubeante no palpitar, ao inteirar-se que estremeceira o resto do mundo.

Os repetidos imitadores banalizaram a poesia de Álvares de Azevedo; contudo, derramem-se alguns dos seus estros, e ainda palpitará a alma do brasileiro, na evocação que se pronunciará:

Amor! Amor! meu sonho.....
Minha sede! meu canto de saudade!
Amor! Meu coração, lábios e vida,
A ti, sol do viver, erguem-se ainda,
A ti, sol do viver, erguem-se em balde!
.....
Meu amor foi o sol que madrugava,
O canto matinal da cotovia,
E a rosa predileta.....

Sobre esta **Página Rota**, suspiraram, lânguidas, gerações e gerações... É a poesia do canto popular, e nela se traslada todo o

sentir do poeta. Nesses motivos, ele se repetirá, sem fatigar, no entanto:

*A nós a vida em flor, a doce vida
Rescendente de amor,
Cheia de sonhos, de esperanças e beijos
E pálido langor...*

.....

*Que vida que se bebia
Na noite que parecia
Suspirar de sentimento!...*

Houve um crítico que disse, d'**O Poema do Frade**, de Álvares de Azevedo, ser **incompreensível**... Como poderia um escritor aranjado, mantido em sensatez, achar a lógica de uma obra em que o gênio nascente, de um lirismo maldefinido ainda, ensaia os seus cantos, e procura a linha do seu pensamento? Voz do romantismo que se anunciava ao Brasil, quando a fórmula já era crepúsculo pelo resto do mundo, **O Poema do Frade** não precisa de outro comentário além dos seus versos mesmo:

... formas alvas, transparentes, nuas...

.....

E quem não te sonhou? desses perdidos...

.....

*Poetas que de amor enfebrecidos
Se volvem das paixões no desafogo?*

.....

Das lágrimas de amor no sentimento?...

.....

Tarde! quem não te amou, minha sultana?!...

.....



*Quem não te amou em nuvem purpurina,
Como ardente de amor, a Americana
Que pálida entre nuvens se reclina?!...*

.....
*Como é fresca no céu, entre os fulgores
Na túnica de rosa transparente,
Mística rosa, abrindo ao sol de amores!...*

Estuante de poesia, o sentido pensamento se desdobra em imagens que são influxos perenes ao longo da sua memória:

..... *entrebre-se o peito ao ar da vida
– Como ao sol do verão, romã partida...*

.....
*O meu imaginar é um navio
Que entre brisas da noite se perfuma
Que à plácida monção do morno estio,
Resvala pelo mar à flor da espuma!...*

.....
*o sonho.....
Para nós... é gaivota que esvoaça,
Vagabundo batel que ao longe passa...*

Se a teoria boêmia o levou a blasfêmias, nos momentos seguros, ele mesmo as corrigiu em conforto cordial:

*Acorda-te, meu peito, ao sentimento,
Revive as esperanças que nutrias,
.....
E dorme como o sol entre harmonias!...*
.....
Sonha! mas não blasfemes do destino...



Toda a **Lira dos Vinte Anos** assim se modula. Se o gênio de Álvares de Azevedo não ungiu diretamente os corações brasileiros, pelo seu reflexo sobre todos os líricos seguintes, foi o mais potente, senão em formas ostensivas, em estímulos e tom de sentimento. As preocupações sociais e filosóficas, apenas esboçadas nos anteriores, são, nele, sistemáticas. A sua obra de propaganda e de doutrinação em prosa dá o atestado de vigorosos intuitos de educação, ou, mesmo, de apostolado, tanto que em todos os seus versos, mesmo nos que seriam de puro lirismo impessoal, transparece a constante necessidade de banhar o próprio estro no oceano afetivo da humanidade, aos influxos diretos desta natureza:

Crepúsculo no Mar

.....
*Sonharei... lá enquanto no crepúsculo,
Como um globo de fogo, o sol se abisma...*

.....
*Hora solene das ideias santas,
Que embala o sonhador nas fantasias...*

.....
*Que não cheia de glórias e de esperanças,
Floreando ao vento rúbida bandeira,
Na luz do incêndio arrebentou bramindo
Na vaga sobranceira?*

.....
*Utopia ou verdade, a alma perdida
Precisa de uma ideia eterna e pura...*

Múltiplo em efeitos, Álvares de Azevedo posará facilmente do estro altissonante à inibição potente e dolorosa:



*Silêncio, coração que a dor inflama,
 quero chorar.....
 Sem profanar as ilusões na lira!
 Eu não as profanei.....
 Guardo-as na esperança, nas doridas
 Horas que amor perfuma de mistério
*

Desde criança minado pela doença, presentindo a morte, era-lhe natural essa tristeza em que gemeu, tristeza que ainda é essa mesma, no fundo das nossas almas, expressão da tórpida combinação: do português expatriado, o caboclo escorraçado, oprimido, o negro escravizado, vendido, agrilhado...

*Bebi-a... essa tristeza, essa doença
 Que nos arranca lágrimas sombrias,
 Que nos revolve a sós na vaga imensa
 Do oceano das eternas agonias!...*

Sentindo próximo o desfecho terrível, ele ainda tem voz:

*Sombras do vale, noites da montanha,
 Que a alma cantou e amava tanto,
 Protegeí meu corpo abandonado...
 morrerei cantando
 O meu hino de amor.....*

Para ingênuos corações ávidos de amor, essas estrofes eram formas de heroísmo. **Se eu morresse amanhã..** valeu como rápida epopeia da saudade; nas **Lágrimas de sangue...**, véspera de morte, há toda a grandeza de uma consciência que impavidamente aceita o destino, de uma dor que se expande sem uivos, nem desesperos:





Perdão, meu Deus! Perdão.....

.....

Só tu podias o meu peito.....

Fartar de imenso amor e luz infinda...

.....

Curvo-me ao vento forte...

Aqui dormem sagradas esperanças...

..... *Aí descansas,*

Coração que a existência consumia

Se a morte o cerca realmente, e lhe entenebrece a visão, mocidade e gênio lutam ainda, na luz deste céu, no estímulo desta natureza, e Álvares de Azevedo repete trenos de vida:

Agora: que a manhã é fresca e branca

..... *nestas campinas!*

Os cantos do Senhor erguem-se às nuvens...

Como o perfume que evapora o leito

Do lírio virginal

..... *brilha*

Em toda a natureza tanto encanto,

Tanta magia pelo céu flutua

E chovem sobre os vales harmonias...

Nesta poesia, inundou-se a alma do Brasil – gozo de **ardente mocidade** que dilatou as consciências em longos estros de expansão. Irradiação de amor, revelado no gênio de Gonçalves Dias, com os estros complementares – Junqueira Freire e Álvares de Azevedo, está definitivamente caracterizado, o lirismo brasileiro. Nos seus vinte anos, esse mesmo Álvares de Azevedo pronunciará a profunda e eterna verdade: “Todo o vaporoso da visão abstrata não interessa tanto como a realidade formosa da bela mulher que



amamos”,³ e deu, com o conceito, a explicação do longo perenal de influxos, que é esse mesmo lirismo em que ele cantou.

§ 54 – O lirismo brasileiro

Na necessidade de conhecer, as primeiras projeções da inteligência se fazem como intuições. Aí começa o pensamento, em generalizações que se ensaiam de metáforas – verdades que a sensibilidade impõe à consciência. Por isso, como em toda parte, os primeiros criadores de pensamento original foram poetas. Assim foi bem expressivamente no Brasil, onde, até hoje, ainda não se destacaram outras originalidades de concepção... Evolução mental retardada, turbada, entrecortada, será o que prolonga a hora da poesia, que, se perdeu um tanto de prestígio, ainda é representativa, e não foi substituída por outros estágios conceptuais – o puro pensamento, ao mesmo tempo abstrato e original. Último termo, talvez, da evolução, esse mentalismo idealista e profundo, desinteressada paixão de si mesmo, ainda não foi alcançado por nós. E, assim retardados, sobrevém a dúvida: chegaremos lá?... No entanto, é no pensamento puro, com a criação filosófica, que os povos ultimam a sua caracterização, tornando-se cada tradição como que imortal. A antiguidade clássica, como os modernos, franceses, alemães, ingleses, qualificaram-se tão definitivamente assim, em feição ideológica, que nada mais os eliminará, como valor soberano sobre as consciências. Quanto a nós, podemos esperar, porque devemos confiar, apesar do retardamento. Devemos confiar, porque o valor mental denunciado na nossa poesia significa movimento de energias íntimas, que se não poderiam

³ Na mesma página, *prefácio*, ele deixa este outro traço do seu gênio: “A poesia puríssima banha com seu reflexo ideal a beleza sensível e nua...” Vindo depois, o conceito de Eça de Queiroz transuda plágio: *Sobre a nudez crua da verdade, o véu diáfano da fantasia...*

aniquilar. Se o romantismo brasileiro fosse a insípida imitação pronunciada em Magalhães passaria nulamente, como passou em outros povos, onde Coleridge, Byron e Lamartine só tiveram ecos surdos e indistintos. Em vez disto, ao influxo do romantismo, os líricos brasileiros produziram uma poesia nacional, e que, assim, teve originalidade, com poder de sugestão própria, com interesse universal. Quer dizer: o romantismo deu-nos vozes específicas, inconfundíveis, expressão das nossas energias afetivas, através das nossas tradições, no estímulo da nossa natureza... Repita-se o **nosso**, tanto é indispensável para definição explícita do caso. De fato, o lirismo brasileiro, instintiva expressão de ternura apaixonada e comunicativa, teve que refletir a realidade do nosso temperamento. Definiu-se potentemente nos primeiros estros inspirados da natureza brasileira e das tradições que nela se afirmam, e completou harmonicamente a sua feição na riqueza diversa dos três legítimos poetas: Gonçalves Dias, Junqueira Freire e Álvares de Azevedo.

Assim caracterizado, o lirismo nacional enriquecer-se-á ainda, em cantos de valor absoluto; mas, de quantos grandes poetas venham depois ao Brasil, nenhum lhe dará traços novos, apesar da originalidade de cada voz, e do gênio próprio em que se pronunciem: nem a sobriedade calma e profunda de Machado de Assis, nem a intensidade transbordante de Luiz Delfino, nem os enlevos de forma de Emílio de Menezes. Em verdade, de Álvares de Azevedo a Raimundo Correia... até os atuais, todos os estros fecundos sê-lo-ão para confirmar as qualidades já definidas na poesia brasileira. Se há um tom de gênio que nos seja peculiar, é na obra dos líricos que ele se pronunciou. Cada um deles, dos realmente poetas, é uma nota patente, reconhecível, na sinfonia de afetos, imagens e ideias, em que se desenvolve o pensamento poético da nacionalidade. As líras destacam-se nas modulações dos cantos, mas englobam-se na comunidade de inspiração, a identidade de

motivos essenciais, e a convergência de efeitos. Com muitos anos de distância, e toda a diferença de temperamento ou de situação social, para dizer – desilusão de amor, Castro Alves, apesar da originalidade do seu estro, passa pelas instâncias líricas de **Amor! Delírio – Engano, Palinódia**, para, finalmente, vociferar a sua **Dalila** numa veemência que é a dos sentimentos de **Vai!...**

..... *a vida inteira*
Concentrei num só ponto – amá-la, e sempre.

.....
Eu e ela, ambos nós, na terra ingrata
Oasis, paraíso, éden ou templo
Habitamos uma hora.....

.....
Só por vós, senhora, corpo e alma,
Apesar da aversão que tenho ao crime,
Inteiro me embucei nos seus andrajos,
Em tremedal de vícios;

.....
As vestes da virtude imaculada
Rebolquei-as no lodo...

.....
..... não-de os meus lábios,
Duras verdades trovejando em versos,

.....
Mentistes no olhar, na voz, no gesto...
Fostes bem falsa!

Falsa como a mulher que em bruta orgia
Finge extremos de amor que ela não sente...

... uma alma como a vossa, já manchada,...
Amá-la eu, Senhora!

Deitar-me sob a copa traiçoeira,

Que ao longe espalha a sombra, o engano, a morte...

.....
*Roga, sequer, a Deus, que não te rompa
À luz do sol divino da Justiça,
A máscara de enganos!...*

Com Junqueira Freire serão instâncias mais pobres, mas com a mesma intensidade:

*Vai, maldita! vai, víbora sangrenta,
Mulher impura, e ávida de infâmias!
O mundo é amplo: arroja-te em seu gorgite,
Mereces bem o seu lodo.
Eu, iludido por teus olhos brandos...*

Finalmente, tudo não passa de singelas desilusões e ingênuos ciúmes imaginados e pressentidos, como aquele fácil lirismo o podia sentir e conceber. Aos dezessete anos, Castro Alves, comprar-se-á em dar a sua imaginação aos mesmos transe, e vocifera ingenuamente as suas veemências contra Dalila:

Foi desgraça, meu Deus! Não!... Foi loucura...

.....
*... rebolcar-me em leito imundo e frio
– A ventura a buscar,
Errado viajor... sentei-me à alfombra
E adormeci da menceilha à sombra.*

.....
*Vai, Dalila!... É bem longa a tua estrada...
É suave a descida.....
Mais tarde a morte e a lâmpada sombria
Pendente do bordel.*

.....

*Não te maldigo, não.....
..... Pede a Deus, louca Dalila,
A luz da redenção!...*

Seria pueril levantar semelhanças tais para admitir proposítas imitações. Nem o poeta da **trompa bronzeada** precisava amparar-se de alheias inspirações. Se ele volta aos mesmos motivos, com tanta aproximação de expressão, é porque há uma como necessidade essencial, feita no gênio da raça. Tal necessidade, superior aos temperamentos, dominando as diferenças reveladoras de cada poeta, faz com que, realçados nas qualidades características deles, os temas se repitam intumescidos nos mesmos afetos. Não pode haver maior diferença de gênio que entre Gonçalves Dias e Castro Alves, que se supunha inteiramente estranho às inspirações do poeta d'**Os Timbiras**, tanto que não lhe tomou nem uma epígrafe. No entanto, não só no caso apontado, mas em muitas estrofes outras do poeta dos escravos, ressoam carmes que passaram pela lira de **Canção do Exílio**.

*..... pendia a seda em fios,
Bem como tranças de mulher formosa
Por sobre o seio nu.....*

De quem é esta imagem?... Encontrá-la-emos repetidamente na lírica de Castro Alves, cuja sensualidade se exalta com a visão de colos, no roçar de tranças... Na forma transcrita, é de Gonçalves Dias. Dir-se-ia apetite de raça... Por outro lado: não há nada mais característico da poesia condoreira do que o grito de orgulho – **Eu, que sou pequeno, mas só fito os Andes**... Lembremo-nos, contudo, que o doce poeta da **Saudade** já havia inflado na mesma ingênua sobranceira:



..... *Bardo sem nome,*

.....

Sou mais que um rei com o meu docel de nuvens

.....

Com a vista no céu percorro os astros,...

Não há assimilação possível no que é pessoal – nas formas: mas, passa-se do lirismo das **Quadras da Minha Vida** para o de **Mocidade e Morte**, sem sentir outras diferenças: o que naquele tremula, neste crepita... Castro Alves tem como que orgulho em acentuar o seu parentesco poético com Álvares de Azevedo: repete epígrafes que lhe pede. De fato, há uns aspectos de arrojo, além das identidades raciais, que são comuns. E um insistente comprar nos mesmos motivos, com os mesmos desenvolvimentos:

Quando à noite, no leito perfumado

Lânguida a fronte no cismar reclinas,

.....

E quando eu te contemplo adormecida

Solto o cabelo no suave leito...

.....

Virgem do meu amor, o beijo a furto

Que pouso em tua face adormecida...

.....

Um beijo divinal que acende as veias,

Que de encantos os olhos ilumina,

Colhido a medo, como flor da noite,

Do teu lábio na rosa purpurina...

.....

Pálida, à luz da lâmpada sombria,

Sobre o leito de flores reclinada,





*Como a lua por noite embalsamada,
Entre as nuvens do amor ela dormia!*

.....

*– Era um anjo entre nuvens d'alvorada
Que em sonhos se banhava e se esquecia!*

.....

*Negros olhos, as pálpebras abrindo...
Formas nuas no leito resvalando...*

Mais plástico de imaginação, e concreto no desejo, Castro Alves sensualizou o que é simples evocar de uma visão de amor: materializou-a, desenhando formas – **quase aberto o roupão...** para até falsear o conjunto com o imaginar aquele empenho entre o ramo e a bela... Tudo se diria em assinalar: mais coração em Álvares de Azevedo, mais exigências de sensualidade em Castro Alves. Assim, com a necessária transposição de temperamentos, diferença do **sensual** para o **sentimento**, todo o poema – **Pensamento de Amor** está na poesia **À. T...**, de Álvares de Azevedo. Penetrando-se das eternas energias do universo, Castro Alves afinou a sua lira para a mesma grandeza: foi a poesia em **voos de condor**, altissonância que o destacou.

*Só a ideia de Deus e do Infinito
No oceano boiava!...*

.....

*Hora solene das ideias santas
Que embala o sonhador nas fantasias,
Quando a taça de amor embebe os lábios
Do anjo das utopias...*

.....

*Além serpeia o dorso pardacento
Da longa serraania,*





*Rubro flameia o véu sanguinolento
Da tarde na agonia...*

Ora, aí está: lidos estes versos mais fazem lembrar o poeta de **Ao Romper d'Alva**, do que Álvares de Azevedo, que os escreveu:

*Inteira a natureza me sorria!
A luz brilhante, o sussurrar da brisa,
O bosque verde, o rosicler da aurora,
Estrelas, céus, e mar, e sol, e terra,
D'esperança e d'amor minha alma ardente,
De luz e de calor meu peito enchiam...*

Tais são afetos que se repetirão em muitas estâncias de Gonçalves Dias, e que se encontrarão na lira que cantou:

*Pálida estrela! e canto de crepúsculo
Acorda-te no céu!...
Ergue-te!... Eu vim por ti e pela tarde
Pelos campos errar,
Sentir o vento, respirando a vida...*

E como os motivos não morrem, e as almas se tecem nos mesmos sentimentos, Castro Alves os glosará, num estro que, no entanto, é absolutamente seu:

*Amigo! o campo é o ninho do poeta...
Deus fala...
As campinas em flor,
.....
..... Quanta beleza nessas trilhas!...
Que perfume nas doces maravilhas,*





*Onde o vento gemeu!...
Que flores d'ouro pelas veigas belias!*

Vulgarizado, o lirismo de Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo intumescerá os cantos de poetas menores, e teremos **Flor do Vale**, de Otaviano Rosa, antecipação das mais características estâncias de **Aves de Arribação**, de Castro Alves:

Flor do vale brincando entre as mais flores...

.....

*A brisa da manhã lhe ouvia os cantos,
E o eco da montanha os repetia;
À tarde, sobre a relva perfumada,
Cantando novamente adormecia.
E cantava e sorria.....*

*Quando voltou depois a primavera,
As florinhas e o campo vicejaram:
O vale fez-se verde e o céu sereno,
Mas os cantos do anjo não voltaram...*

Sob este céu, nas ondas desta natureza, o mesmo sangue influídos da mesma tradição, vibram os mesmos afetos, e se o ânimo se eleva até a poesia, havemos de encontrar o mesmo lirismo, desdobrado em faces como se multiplicaram os estros. Não há que estranhar, pois, se na mesma emoção passamos do **Delírio** de Gonçalves Dias ao **Supremo Apelo** de Emílio de Menezes... No entanto, pode haver mais diferença do que entre a obra de um e a do outro?! Assim, da **Vida, Tarde de Verão, Minha Amante**, de Álvares de Azevedo; **Murmúrios da Tarde, Amemos, Boa-Noite**, de Castro Alves; **Sonhei que me esperavas, Beijo Eterno, A Canção de Romeu, Noite de Inverno**, de Bilac. Com a distância



de sessenta anos, quando o estro serenamente augusto de Alberto de Oliveira contempla a vida do seu coração – **Solidão**, a sua lira, tão pessoal e sobranceira, ressoa em transe que nos trazem a **Lágrimas sem Dor** e **Dor sem Lágrimas** de Gonçalves Dias.

§ 55 – De Casimiro de Abreu a Varela

Realidade potente na vida do Brasil, a poesia anunciada em Gonçalves Dias, para efeitos explícitos e imediatos, devia comunicar-se à maioria das almas brasileiras. Foi o grande serviço de Casimiro de Abreu, Varela e os secundários. Casimiro merece bem ser inscrito ao lado dos grandes líricos, apesar de que a sua musa fosse uma limitada surdina. Contentou-se de ser a voz da melancolia e da saudade... Mas não só nestas notas foram os seus cantos. Casimiro de Abreu foi o poeta dos afetos simples, idílios ingenuamente românticos, amores serenamente magoados, ternuras brandamente dolentes, que levam muitas vezes às lágrimas, sem desandar, nunca, para a tragédia. E, assim, em doce mágoa e emoções correntes ele foi um dos que mais se insinuaram nos corações, e mais concorreram para comover e aproximar as almas. Lira de poucos acordes, ele não visava ao pensamento, e cantou como se preferisse ser, apenas, o mais acessível e popular: quer dizer o mais humano e mais brasileiro dos primeiros líricos. Depois dele, durante decênios, não houve adolescente, em orgasmo poético, que não lhe repetisse os motivos e os processos. Pouco importa o valor desses versos, inspirados, ou simplesmente imitados, de Casimiro de Abreu: houve, com eles, que o lirismo brasileiro se difundiu, e os espíritos se enlevaram em coisas ideais:

Na minha terra.....

A juriti suspira sobre as folhas secas

Seu canto de saudade;

*Hino de angústia, fervido lamento,
Um poema de amor e sentimento,
Um grito de orfandade!...*

Compreende-se que a mesma meiguice brasileira tivesse cantado:

*Doce filha de lânguida tristeza
Ergue a fronte pendida – o sol fulgura!
Quando a terra sorri-te e o mar suspira
Por que te banha o rosto essa amargura?...*

.....
*Amemos! – tudo vive e tudo canta...
Cantemos! – seja a vida hinos e flores:
De azul se veste o céu... vistamos ambos
O manto perfumado dos amores...*

.....
*Filha do céu – oh flor das esperanças,
Eu sinto um mundo no bater do peito...*

É nada, esta poesia – uma tênue vaporização de influxos sobre as almas; os vapores filtraram-se nas consciências, para anelos de qualquer coisa que não era a pura materialidade; despertaram-se os apetites superiores do espírito, e quando veio Alencar, Machado de Assis e Castro Alves, o Brasil já tinha um público para compreendê-los, e repetir as suas emoções. Quase toda a poesia de Casimiro de Abreu desbotou: **Moreninha, Moreninha!... Simpatia é um sentimento...** Contudo, houve estâncias que resistiram à popularidade, sem perder efeitos, sem chegar à banalidade. Lembremo-nos de que o estro de Castro Alves, mesmo, foi eco de cantos afetivos de Casimiro de Abreu:



.....
Eis meu lar, minha casa...
A terra onde eu nasci, meu teto amigo,

Foi aqui, ali, foi além... mais longe,
Que eu sentei-me a chorar no fim do dia...

Como eu me lembro dos meus dias puros!
Nada me esquece!... E esquecer quem há-de?
Cada pedra que eu palpo, ou tronco, ou folha,
Fala-me ainda dessa doce idade!...

E a casa?... as salas, estes móveis, tudo...

E ali... naquele canto... o berço amado!...
E minha mana, tão gentil dormindo;
E mamãe a contar-me histórias lindas...

Realmente genial, opulento a deixar inspirações para muitas gerações de líricos, Castro Alves achou, no entanto, que nesse concreto de saudades havia ainda de que fazer comovedora poesia; e a sua **Bela Vista**, sem ser um plágio, é a insistência bem explícita na sucessão de momentos afetivos como os imaginara Casimiro de Abreu:

Eu – pálido poeta – seguia triste e grave
A estrada que conduz ao campo solitário,
Como um filho que volta ao paternal sacrário...

... Minha velha torre! Oh atalaia antiga,

Onde estão as crianças...



... a doce Mãe, que toda amor, desvelo...
 Oh! deixem-me chorar!... Meu lar... meu doce ninho!

 Meu lar está deserto.....
 Como tudo mudou-se!.....

 Entremos! Quantos ecos na vasta escadaria,
 Nos longos corredores, respondem-me a porfia!...
 Oh! casa de meus pais!.....

 ... no teu vazio – vejo uma multidão,
 Fala-me o teu silêncio – ouço-te a solidão!...
 Povoam-se estas salas.....
 Fantasmas adorados – visões sutis e brandas...
 Aqui... além... por onde movo o passo,
 Como aves, que espantadas, arrojam-se ao espaço,
 Saudades e lembranças s’erguendo – bando alado –
 Roçam por mim as asas voando p’ra o passado...⁴

Uma crítica, presumida de objetivismo, pensa ter eliminado a influência de Casimiro de Abreu com o tratá-lo de choramingas... Poeta de fato, e, com isto, senhor da humana verdade, ele respondeu antecipadamente: “... quando se chora, é porque o coração está vivo...” Muito se serviu da lágrima, o lírico d’**As Primaveras**; mas a sua poesia nunca foi realmente depressiva, se não um canto de manso e cordial conforto. Quando muito o bem-estar na melancolia; e se ele chora, ninguém lhe sente o escaldar do pranto,

4 Minguado de inspiração, Luiz Guimarães Junior tomou dos dois poemas, e pensou fazer um *extrato*, que seria a beleza de ambos, sublimada no soneto *Visita à Casa Paterna*... Não há uma instância de afetos, nem um contorno de frase, aí, que não tenham sido trasladado, dos versos de Casimiro de Abreu e de Castro Alves. Apesar disto, ou, talvez por isso, é este o soneto mais repetido dos de Luiz Guimarães. A poesia de Casimiro de Abreu é de 1857, a de Castro Alves de 1868, a de Luiz Guimarães, de 1876...

nem o convulso dos soluços. Homem, ele guardou aquela visão dos **Oito Anos**:

*O mar – é lago sereno,
O céu – é manto azulado,
O mundo – um sonho dourado,
A vida – um hino de amor...*

Repetidamente, ele gemerá: Minha alma é triste..., e se lamentará: **Meu Deus! eu chorei tanto no exílio...**, e ninguém se contaminará de tristeza, nem sentirá o fluir de lágrimas, porque, estuantes de amor, os seus versos mesmo mostrarão que, no lírico, sofrer e chorar é somente a capacidade de **sentir** e **viver**.

Na sua musa, a lágrima é muito vizinha da alegria:

*Chora perdida a ilusão primeira...
Mas vive e sê feliz!...
Vive e canta e ama.....
.....
Canta e que os teus hinos de esperança
Despertem deste mundo de misérias
A estúpida mudez.....
Mimosa flor de lânguida saudade,
Por ti correu meu estro ardente...
.....
Não! – Viver é amar.....
Amemos! Seja a vida – hinos e flores...
Doce filha da lânguida tristeza...
– Como a flor indolente da campina
Abre ao sol da paixão tua alma pura!*

Tal foi a divina função dos seus cantos: miraculosos em efeitos sobre a alma brasileira, pois que todos o entendiam e com ele se

sentiam cordialmente aproximados. Casimiro de Abreu fez toda uma cultura de afetos indispensáveis: o amor – puro amor, a saudade confortante, a melancolia inteligente e doce, as afeições na família, o apego à pátria, a estesia das paisagens. E o poeta de **Simpatia** nem desejou outra coisa:

*Não quero a glória, não! A glória mente...
..... Eu peço ao céu sossego,
Um bocado de amor, flores no campo,
E um ninho no sertão...*

Fátuos, insuficientes da alma, presumem erguer-se em desprezar a singeleza desses cantos, como se fora possível o homem **humano** sem um tal sentir essencial, como se isto não fosse o coração.

Esse lirismo era como perfume, na paisagem dos romances de Alencar, cuja prosa foi tão eficaz sobre os corações como os versos dos outros. A ficção, a que ele se dedicou, deu-lhe virtudes especialmente potentes. Em essência, o seu talento é um legítimo estro, e a sua obra literária, antes da contaminação política, uma obra de poeta. Não há negar que, nela, o homem e a natureza são bem do Brasil; mas tanto se insinuou a poesia nas suas novelas, e tanto as sublimou, que as tirou, quase, da realidade. Ou será uma realidade percebida e sentida através da beleza ideal de romantismo. Contudo, é realidade, tanto que comove, e, comovendo, alastrou definitivamente, para ser sentimento na alma brasileira, de um extremo ao outro do país, até os nossos dias:

... a luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se em ondas de ouro e de púrpura sobre a folhagem das árvores. Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas, e delicadas; e o ouricuri abria as palmas mais novas, para receber no seu cálice o orvalho da noite... a

juriti, chamando a companheira, soltava os arrulhos doces e saudosos com que se despede do dia. Um concerto de notas graves saudava o pôr do sol e confundia-se com o rumor da cascata, que parecia quebrar a aspereza da sua queda, e ceder à doce influência da tarde... Era **ave-maria**... hora misteriosa do crepúsculo... A alvorada abriu o dia e os olhos do guerreiro branco. A luz da manhã dissipou os sonhos da noite e arrancou de sua alma a lembrança de que sonhara. Ficou apenas um vago sentir, como fica na moita o perfume do cacto que o vento da serra desfolha na madrugada... A flor da mata é formosa quando tem rama que a abrigue, e tronco onde se enlace. Iracema não vive na alma de um guerreiro: nunca sentiu a frescura do seu sorriso... Enterra o meu corpo junto ao coqueiro que tu amaste. Quando o vento do mar soprar, Iracema pensará que é tua voz que fala entre os seus cabelos...

E o lirismo de Alencar feriu o próprio Castro Alves, que lhe repete a imagem: “Quando eu morrer, só me enterrem junto à palmeira do val; para eu pensar que é Maria, que geme no taquaral...” Abstraiamos o esgotadíssimo prosaísmo do momento; descontemos o quanto estamos fatigados de singelo lirismo: se se evocam as condições do Brasil de então, apenas despertado para o idealismo romântico, sôfrego de emoção desde que saiu da sornice dos Magalhães e Porto Alegre: no frêmito da poesia revelada pelos grandes líricos, a prosa de Alencar derramou-se em afetos sobre a mansa gente do Brasil. E pensemos ainda: que o romancista de **Iracema**, juntando o seu lirismo à paixão do drama, entrelaçou-o à nossa história, ou a paisagens e tradições características do Brasil. Foram irresistíveis os seus efeitos. Consideremos, agora, que José de Alencar procedia em literatura com intuítos bem explícitos de exaltar a alma nacional. Com Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves, ele foi um apóstolo fervoroso do nativismo. Uma

crítica zarolha e pretenciosa terá visto no seu indianismo desarra-
zoad a imitação; medite-se, porém, nos conceitos das suas **Cartas**
a respeito do poema de Magalhães, e compreender-se-á o mesmo
indianismo como necessidade essencial de afirmação brasileira!
“O canto dos índios saudando o nascimento da lua vale uma poe-
sia pela singeleza e ingenuidade da expressão – **A lua oculta o
rosto sob o véu branco das nuvens; está confusa, enrubesce:
é porque saiu do leito do sol. Assim há de corar a jovem es-
posa no primeiro dia depois das núpcias; e nós lhe diremos**
– deixa ver os teus olhos...” Mais de uma vez, ele provou que sentia
plenamente as belezas **majestosas da natureza** da nossa terra,
numa estesia bem sua. Por isso mesmo, compreendeu Gonçalves
Dias “cujos acentos nacionais mostram quanta poesia há nesses
costumes índios, que nós ainda não percebíamos bem porque
ainda os vemos muito de perto...” Há, mesmo, um momento em
que ele se ergue contra os que “procuram lançar o ridículo con-
tra a verdadeira poesia nacional...” E repete, de Gonçalves Dias:
“Metrificador perfeito, entusiasta, que soube compreender os tes-
souros que a nossa pátria guarda no seu seio fecundo para aqueles
dos seus filhos que sabem reclinar a cabeça sobre o regaço ma-
terno.” Foi nessa conjuntura que, justamente indignado em face
da sensaboria épica do Dr. Magalhães, a transudar sobre as nossas
tradições, Alencar lhe grita a verdade: “Não se evocam as sombras
heroicas do passado para tirar-lhes o prestígio...” Note-se mais: a
prosa de Alencar deu existência literária a um idiomatismo bra-
sileiro, pois que ele teve um estilo seu, isto é, ele fez obra de arte,
em apuro de fatura, de caráter próprio, absolutamente distinto
do idiomatismo lusitano, sem o efeito, desagradável e penoso, da
rebusca em prol de alambicamentos. Nem o desleixo sinestésico
de **Memórias de um Sargento de Milícias**, nem as maneirices
de **A Moreninha**...



Sem as primícias de estro dos anteriores, sem poder opor-se ao gênio de Castro Alves, Varela concorreu poderosamente, no entanto, para esse derramar de afetos em que se fez a renovação do pensamento brasileiro. Não há, nele, fulgor de imagens, nem originalidade de desenvolvimentos. São, por todo o seu estro, os mesmos motivos, para as mesmas emoções. Por isso mesmo, fácil, foi explicitamente socializante a sua musa. Acrescente-se que ele tinha intensidade e vibração, e que a sua vida foi somente poesia, incrustada numa tragédia íntima, com o só desaforo do verso. Isto lhe modulou especialmente a voz no sentido da melancolia nacional, ao mesmo tempo que lhe aumentou o prestígio. Então, **Cântico do Calvário** foi, na sua geração, irresistível melodia de dor, para todos que lhe conhecem a existência recortada de agruras e penas. É verdade que não exaltava, quase, mas comovia sempre, mesmo ao confessar-se prostrado:

*Poucos instantes de vida
Me restam, oh! bem o sei!
Fiquei vencido na lida...*
.....
*Meu Deus! Por que me lançastes,
A mim, levita da dor,
Na terra onde derramastes,
Tanta vida, tanto amor?...*

Mais do que Casimiro de Abreu, Varela foi a musa da tristeza doentia, desalentado, mesmo quando pretendia ser jovial:

*Lembraste, Iná, dessas noites,
Cheias de doce harmonia,
Quando a floresta gemia...*
.....



Que é feito agora de tudo?
De tanta ilusão querida?

E ele voltará à pura tristeza, que já é desespero:

Horas de febre e agonia...
.....
Oh! essas horas tremendas
Tenho-as sentido demais!...
Os traços que me deixaram
Não se apagaram jamais!...

Com toda essa amargura, ele, místico, teve de ser soturno; mas foi um hino de fé, consoladora para aqueles a quem a fé pode aproveitar.

§ 56 – O último romântico

Castro Alves, que fecha deslumbrantemente o ciclo dos românticos brasileiros, reproduz a carreira trágica de Álvares de Azevedo. Esta aproximação não significa, todavia, admitir que o poeta de **Vozes d'África** repita o estro encantado do romântico de **Noites da Taberna**. Sentindo a morte, no seus dezoito anos, Álvares de Azevedo, imediatamente inspirado do segundo romantismo, infundiu de morbidez a sua musa, de tal sorte que a sua poesia é uma floração de melancolia ativa, por entre tonalidades de emoção, num fundo de pesar que a mocidade mal disfarçava. Mas, tal é o vigor do seu estro que a dolência envolvente dos seus cantos deixa de ser queda de tônus e palidez morta, para impor-se numa lividez luminosa, luxuriante. Castro Alves nunca foi um melancólico. É o seu traço pessoal, no lirismo soluçante que vem de Gonçalves Dias a Varela. A sua lírica amorosa são

transes de afetos realmente sentidos, vivamente pessoais, e, com isso, sucedem-se as estâncias de saudades, ciúmes, coração dilacerado... O poeta, porém, não gerará... senão que desatará em gritos de despeito, uivos de dó, rugidos de desespero, contorções de uma sensibilidade túrgida de paixões... E assim passam os momentos que seriam para lamentos e tórpida dolência.

*Ciúme! dor! sarcasmo! – Aves da noite!
Vós povoais-me a solidão sombria,
Quando nas trevas a tormenta ulula
Um uivo de agonia!...*

.....
*Sinto que vou morrer! Posso por tanto
A verdade dizer-te santa e nua:
Não quero mais teu amor!... Porém minh'alma
Aqui, além, mais longe, é sempre tua...*

O poeta de **Dama Negra** afirmou o seu estro como a consciência de um amor terminante, efetivo, vivido, na mente e na realidade. A imaginação alteava-se em voos de condor, mas sempre túrgida de sensualidade. E, com isto, foi o temperamento mais poderoso na vida do nosso lirismo. A sua poesia, franca, potente, iluminada de ideal, foi também um mundo de sensações onde palpitavam paixões reais. Outros terão sido eco sublime de almas abstratas; ele, não: sempre pensou, e sentiu, e experimentou o que escreveu:

*Adeus! Para sempre adeus! Quando alta noite,
Encostado à amurada do navio...
As vagas tristes... que nos viram juntos
Perguntarem por ti num beijo frio...*

.....
Oh! Deixa-me aquecer teus pés divinos

*Ao doido afago dos meus lábios mornos.
Mulher do meu amor! Quando aos meus beijos
Das teclas do teu seio que harmonias,
Que escalas de suspiros bebo atento!
Ai, canta a cavatina do delírio,
Ri, suspira, soluça, anseia e chora...*

Um tal concreto de gozo, como a evocação de detalhes assim, não poderia ser puro imaginar. Reproduzindo a tragédia de Álvares de Azevedo, gênio abatido em plena juventude, Castro Alves distingue-se, no entanto, porque pôde dar a medida do seu valor. Viveu mais quatro anos do que o outro, quatro anos da quadra decisiva para um poeta. Viveu mais, e mais completamente, pois que viveu, de fato, a exaltação e a sensualidade do seu amor, ao passo que em Álvares de Azevedo a sensualidade não passa de voluptuosidade vazia. Castro Alves teria produzido muito mais, em tom de mais profundo pensamento, talvez, mas não traria novos traços ao seu feitio mental, nem daria outras notas na sua lira. E, como definição explícita do seu engenho, ele foi a expressão plena do lirismo romântico brasileiro, derramando-se, ainda pela epopeia, com energias de apostolado. Como sentiu o amor e a poesia, amou a justiça, a liberdade, o seu Brasil. Desaparecido aos vinte e quatro anos, Castro Alves realizou o sublime, numa existência de poeta – aspiração, sonho, paixão, popularidade, prestígio, glória... para efeitos intelectuais, políticos, sociais. Amado dos deuses, numa vida que eram vagas de amor, não teve possibilidade, nem teoricamente, de conhecer o tédio, o desânimo, a descrença. As suas penas foram, tão somente, as das vicissitudes de amoroso, que pôde, sempre, passar de uma paixão para outra.

Longo, penetrante, extenso... tal se considera o efeito da poesia de Castro Alves na alma brasileira. Afrânio Peixoto, com o seu livro – **Castro Alves**, escreveu um parágrafo documentado,

eloquente e sentido, da evolução mental e da nacionalidade. Colocando o poeta no seu tempo; acentuando o influxo profundo dos seus cantos, e o prestígio miraculoso da sua lira, que era a de um jovem apenas estudante, Afrânio nos faz compreender Euclides, quando perora para mostrar que o estro de Castro Alves emanava diretamente das energias essenciais desta pátria, sobre a qual reinou incontrastavelmente. O lirismo do poeta de **Aves de Arribação** é o mesmo de Gonçalves Dias a Varela, como possibilidades de que não se suspeitaria, a deduzir do cantar dos outros. Nas suas poesias de 1863 a 65, raramente se encontrará novidade de inspiração; todavia, a sinceridade de uma viva sensibilidade já lhe dá às imagens toques inconfundíveis:

*Todo o amor que em meu peito repousava,
Como orvalho das noites ao relento,
Ao teu peito se elevou, como as névoas,
Que se prendem no azul do firmamento...*

.....
*Sem ela o que é a vida?...
Eu sou a flor pendida,
Que espera a luz do sol.....*

E não tarda o lirismo estuante, orgasmo de poesia, novo pelo fulgor das tintas e a intensidade dos afetos.

*É o derradeiro suspirar das crenças
Que se despedem das visões de amor...*

.....
*Mas tu vieste... E acreditei na vida...
Abri os braços – caminhei para luz...
O tronco morto – refloriu de novo,
Ergueu-se vivo, perfumado, em flor...*

A sua influência parece antecipar-se, tão precoce lhe vem a plenitude do estro. Aos vinte anos, já Castro Alves tem a luminosa consciência do seu lirismo. São dessa idade as túrgidas estrofes de **Sub Tegmine Fagi**:

Vem! do mundo leremos o problema...

.....
*Ontem à tarde, quando o sol morria,
A natureza era um poema santo.
De cada moita a escuridão saía,
De cada gruta rebentava um canto...*

.....
*Cantava o ninho, suspirava o lago;
Larga harmonia embalsamava os ares...*

Encontraremos, depois, nos metros de outros, os mesmos recursos. O amor será objeto constante no lirismo de Castro Alves; mas, plantando-o na natureza, com o relevo das imagens em que natureza e amor são evocados, quase esquecemos o eu que canta, porque, na sua lira, vibram as energias eternas do amor ideal, com todo o fulgor da paisagem em que desfilam as suas emoções.

*... minh'alma... um dia adormeceste
Na floresta ideal da ardente mocidade.
Abria a fantasia, a pétala celeste...
Zunia o sonho d'ouro em doce obscuridade...*

Ou, então:

..... *O bardo se alevanta,
Pega da lira... canta... uma canção de amor...*

Ouvi-o! Para ouvi-lo a estrela pensativa
Alonga pela ogiva um raio de langor!...

Não é de estranhar, então, se nessa intensidade da alma, ele atinge a espiritualidade das estrofes **Pelas Sombras**, que seriam misticismo, se não fosse o puro afeto ideal, unguindo o pensamento que perscruta:

Senhor! A noite é brava.....
Senhor! um facho ao menos empresta ao caminhante.
A treva me assoberba... Oh! Deus! Dá-me um clarão!...
E uma Voz respondeu nas sombras triunfante:
“Acende, Oh! viajor! – o facho da razão!”

.....
Senhor! Ao pé do lar, na quietação, na calma,
Pode a flama subir brilhante, loura, eterna;
Mas quando os vendavais, rugindo passam n’alma,
Quem pode resguardar a trêmula lanterna?

.....
Mas ai! que a treva interna – a dúvida constante –
Deixaste assoberbar-me em funda escuridão!...
E uma Voz respondeu nas sombras triunfante:
Acende, Oh! viajor! a fé no coração!...

Contudo, mesmo arrebatado, em transe d’alma, o lírico se mantém em contato com a vida e a natureza: os seus anseios traduzem-se em imagens bem sensíveis, e temperam-se de formas tangíveis, que não irritam como não alucinam. O seu temperamento, eco maravilhoso dos fragores humanos, multiplica-os e enriquece-os tanto, que os motivos cantados, mesmo pessoais, não nos parecem, nunca, excessivos, nem descabidos. Último do romantismo, ele resiste melhor do que os nossos líricos à moléstia

da **agonia incerta**, em que se consumiu a portentosa escola de renovação literária. Musset, que assim a qualifica, teria sido uma das mais assinaladas vítimas do mal, pois que a sua inspiração, ao mesmo tempo exigente e vacilante, deixava-o nas vascas dessa vertigem, que é a oscilação entre a sensação falha, o imagicionismo ardente e difuso, a sensibilidade exigente, sem assimilação efetiva das almas e da natureza. Nenhum tão representativo, e, nestas condições, torna-se evidente a fadiga da percepção artística, que se trai no poeta por uma como angústia de vazio. Patente em Álvares de Azevedo, essa **agonia incerta** não pôde atingir o gênio de Castro Alves. Com uma imaginação bem coerente e sensível, regenerada por ideal próprio, em formas maleáveis e potentes, o seu lirismo se desenvolve numa associação perfeitamente equilibrada – transes afetivos, interesses humanos e desdobrar de imagens. Sadia coordenação de estímulos, sem contradições de motivos, que turbem a esplêndida convergência de efeitos. E os corações brasileiros, atraídos pela sua musa, aproximaram-se – para o concertante de sentimentos em que ele se exaltava. A vida e a natureza, alimento substancial das suas imagens, tornavam-nas igualmente sedutoras, potentes, sugestivas, encantadoras, no simples relevo da primeira representação, antes de qualquer análise estética. Tomado pelo amor, porque é vida, Castro Alves, amou, de amor sublime, a pátria, a justiça, a bondade, em toda a extensão do respectivo poder, e deu às suas palavras o mesmo ardor dos afetos. Por isso, a expressão, eminentemente apaixonada, era absolutamente verdadeira, real, espontânea, como a própria paixão, e, assim livre, instintiva, empolgante, dominadora... Daí, resultam os desenvolvidos efeitos sociais da sua obra, e, por isso, torna-se indispensável o exaustivo arrolamento dos mesmos efeitos.

Não é fácil notar as instâncias originais, na poesia de Castro Alves. Genial, os seus dons se disseminam por todas as rimas, e afere-se, como valor total, pela ressonância na alma brasileira.

Todas as belezas de sentimento, todas as correntes de pensamento se juntam e harmonizam na sua obra, com uma intensidade espiritual de que não há exemplo em nenhum outro escritor brasileiro. Esta será a primazia incontestável do grande lírico baiano. Ardente, audacioso, as suas afirmações se fazem sempre com nobreza de atitudes, fulgor de ideias, segurança e elevação de pensamento... Ele mesmo debuxou a imagem, de como nos aparece a musa – **alva, grande, ideal, lavada em luz estranha, na destra suspendendo a estrela da manhã...** Plantando-se entre o Homem e o Universo, os seus cantos, transe de dramas íntimos, clangor de apóstolo, ou simples enlevo de lírico, desenvolvem-se em símbolos portentosos, com intuições de profeta, numa espiritualidade irradiante e ativa, com um frescor que se reanima em recurso de que a poesia dispõe. Por tudo isto, o seu influxo foi o inverso dos efeitos do byronismo, por um patético mais humano do que romântico. Só a linguagem tinha essa qualidade genuína. Com todas as diferenças de época, formação e raça, Castro Alves foi um focalizador de energias afetivas, sociais e mentais comparável a Shelley, pela atração nacional. Melhor diríamos se reconheçêssemos no lírico d'A **Volta da Primavera** uma antecipação do neorromantismo, e que é esse simbolismo ardente, arrebatado de humanidade, reação do temperamento emotivo sobre o esteticismo estéril dos puros buriladores. Aliás, nunca os tivemos assim. De fato, Castro Alves presente Witthead, e, de certo modo, precede Swinburne, Morris, Gustavo Khan: evocações luxuriantes, riqueza verbal, temas humanos, misticismo, ardor patético, poder sugestivo...

Se a poesia é pensamento sentido, ninguém foi mais poeta do que o lírico baiano:

*Abre-me o seio. Oh! madre natureza!
Regaços da floresta americana...*



.....
*E se devo expirar... se a fibra morta
 Reviver já não pode a tanto alento...
 Companheiro! uma cruz na selva corta
 E planta-a no meu tosco monumento!...
 Da chapada nos ermos... (o qu'importa)
 Melhor o inverno chora... e geme o vento,
 E Deus para o poeta o céu desata
 Semeado de lágrimas de prata!...*

Com imagens assim Castro Alves invade-nos o coração, para dominar toda a simpatia, e **Hino ao Sono** passa a ser da nossa própria sensibilidade: **Mata-me esta saudade; apaga-me esta dor**. Já havíamos seguido, solícitos, os ingênuos arroubos do amante de dezenove anos, fazendo deles grandes motivos para emoções da meiguice **d'O Laço de Fita**, a estonteante evocação da **Adormecida**, a volúpia de **Boa-Noite**, a desilusão **d'O Adeus de Tereza**... Nem pode ser de outra forma, quando um simples renovar de afetos assim apresenta:

*... teu riso me penetra n'alma
 Como a harmonia de uma orquestra santa;
 ... teu riso tanta dor acalma...
 Tanta descrença!... Tanta angústia... tanta!
 Que eu digo ao ver tua celeste frente:
 O eco consola toda dor que existe...*

Exaurido, arruinado o coração na trivialidade de um amor banalíssimo, mas sempre ávido de paixão, ele tem modificações para trazer encanto, ainda, à trivialidade:

É tarde! É muito tarde!...

.....



*E tu, visão do céu!.....
Não queiras os restos do banquete!*

*.....
Sabes? Meu beijo te manchará os lábios
Num beijo profanado.
A flor do lírio de celeste alvura
Quer da Lucíola o pudico afago...*

As suas saudades são humanas, tensas, confortantes:

*Tudo que me rodeia de ti fala.
Inda a almofada, em que pousaste a fronte,
O teu perfume predileto exala...*

E o seu desespero?!... É preciso o esplendor do gênio, para sabida a história, depois de esgotado o **Adeus**, ainda haver lágrimas para responder-lhe ao **Onde Estás?**

Adeus! Para sempre adeus!...
*.....
Eu vim cantando a mocidade e os sonhos,
Eu vim sonhando a felicidade e a glória!...*
Ai! primavera que fugiu para sempre...
*.....
Vendo finda a minha sorte,
Pergunto aos ventos do norte...
Oh! minha amante, onde estás?...*

Romântico sadio, ele deixou a legítima definição do poeta:

*Dos seios às vagas – pede um outro amor.
Alma sedenta de ideal na terra*

*Busca apagar aquela sede atroz!
Pede a harmonia divinal, que encerra
Do ninho o chilro... da tormenta a voz!...*

E assim se explica como a pressão social, sobre o seu pensamento comovido, o inclinou definitivamente para a grande simpatia humana, tanto que ele fosse, sobretudo, o épico do ideal. Em verdade, o seu lirismo passa como orgasmo amoroso. Qualquer que seja o valor dos poemas: **Boa-Noite, Os Perfumes, Durante um Temporal, Os Anjos, Meia Noite...** a realidade do seu gênio se patenteia em **A Cruz da Estrada, Ao Romper d'Alva, Navio Negroiro, Vidente, Vozes d'África, Deusa Incruenta...** No entanto, se de Castro Alves só existissem as estrofes de amor, ainda ele seria um grande poeta, tanto é o poder desse atavismo que leva os nossos líricos a sublimarem os próprios afetos, enastrando-os nas pompas desta natureza. Por isso, o poeta d'**A Cachoeira de Paulo Afonso** ungiu a sua epopeia de um tal lirismo que quase a suplanta:

*Adeus! palavra sombria!
Não digas adeus, Maria!
Ou não me fales de amor!...*

§ 57 – Romanticamente patriotas

Se os nossos primeiros líricos tivessem, apenas, cantado amores para a exaltação uníssona dos corações, já teriam feito muito. No entanto, não foi esse o mais potente dos influxos que trouxeram ao ânimo brasileiro, senão os estímulos diretos de nacionalismo. Cada um deles deu o melhor de sua alma ao amor da terra-mãe e das suas tradições. Os versos patenteiam esse amor; a prosa faz-nos compreender como entendiam o patriotismo. São verdadeiras lições. Até as estrofes de Gonçalves Dias. Só a tórpida política, e uma

história mal-amanhada, nos falavam de pátria. Com a sua lira, clarearam-se estes céus no fulgor de uma poesia especialmente para o amor do Brasil. Não julgamos bem dos seus efeitos porque, ao chegarmos à vida, já encontramos um mundo possuído de ideais simples, fáceis... em todo caso ideais, sobretudo, o de uma pátria gloriosa e livre. Mas, pensemos que todas as anteriores gerações tiveram o berço acalentado pela poesia de: **Nosso céu tem mais estrelas, nossas várzeas têm mais flores, nossos bosques têm mais vida, nossa vida, mais amores...** Descansa, oh! gigante, que encerras os fados, que os términos guardas do vasto Brasil... Que seiva, que luz, que galas, não exalas, não exalas, meu Brasil... É uma terra de amores, alcatifada de flores, onde a brisa fala amores, nas belas tardes de abril... E foi no estuar desses afetos, que nos habituamos a gozar com a contemplação de ideais. E vem Alencar, cuja obra se conduziu sempre no intuito bem explícito de exaltar a alma nacional. Por isso mesmo, ele é dos que consagram a musa de Gonçalves Dias. Antes, um verdadeiro poeta, também enlevado pela paisagem da pátria, dirá do poeta d'Os Timbiras: "... o impulso do seu livro, fadado a fazer época em nossa história literária porque foi um livro criador, **Primeiros Cantos**, do Sr. Gonçalves Dias – que veio regenerar-nos a rica poesia nacional..." Então, dos que se seguem a Álvares de Azevedo, à exceção de Castro Alves, raros haverá, que não tenham⁵ empenho em exaltar a musa do poeta de **Canção do Tamoio**:

*Estes revoltos, largos rios, estas
Zonas fecundas, estas seculares
Verdejantes e amplíssimas florestas
Guardam o teu nome.....*

5 O constante silêncio de Castro Alves para com Gonçalves Dias não significa que não haja afinidades de musa, e, menos ainda, que o poeta d'*O Livro e a América* não buscasse propositadamente inspirações na musa d'*Os Timbiras*: a terceira estrofe – *A Maciel Monteiro*... é uma chamada d'*O Gigante de Pedra*.

Ora ninguém admitirá que tal consagração se refira ao valor absoluto do poeta, se não às emoções patrióticas por ele despertadas... Senhores de todos os recursos da sugestão literária, os nossos líricos começam abrindo as paisagens onde têm de plantar o patriotismo. É a comovente exortação. Antes, a poesia brasileira se fazia no vazio, ou em perspectivas de convenção, com costumes de mentira. Gonçalves Dias é o primeiro cujas inspirações se casam à realidade deste Brasil. O seu poema – **O Bardo**, o próprio que sugeriu as fulgurantes estrofes de **Poesia e Mendicidade**, e que seria o menos próprio para dar aspectos da natureza brasileira, é, todo ele, credo de iluminado, em evocações da nossa natureza:

*Lemos o nome do Senhor nos astros;
Sonhamos ilusões, lançando os olhos
Sobre a terra florida...*

Cantos sempre...

Trocamos, como... Homero,

Celestes carmes por um pão...

Que é o bardo, porém? Ninguém pergunta...

.....

A virgem que em passeios solitários

Respira o aroma de uma flor singela

Pergunta, acaso, no verão torrado

Se a melindrosa flor ainda existe...

Este **verão torrado** é exclusivamente, genuinamente, brasileiro – do requeimado Nordeste. E, como estas, quantas outras evocações, assim espontâneas?...

*– A saudade e o amor – as mais profundas
das merencórias solidões da terra*



– *As florestas e o mar...*

.....
*Quando tocada não sentir minha alma
Da luz, dos sons, das cores, das magias,
Que a natureza pródiga derrama
No regaço da terra...*

.....
*Estorcem-se os leques dos verdes palmares,
Volteiam, rebramam, doudejam nos ares...*

As voluntárias invocações sucedem-se, inúmeras, e sempre a propósito:

*Vivamos nas minhas selvas,
Nas minhas selvas do Norte...*

.....
*Tu verás como a luz brinca
Nas folhas de cor sombria...*

.....
*Gozando a viração das frescas auras
Que do Brasil os bosques brandamente
Balançam...*

.....
*Já viste coisa mais bela
Do que uma bela mangueira
E a doce fruta amarela...*

E, assim, todas as suas **Americanas...**

Mais intenso, puro ardor de juventude, Álvares de Azevedo vibra na evocação da paisagem brasileira como na contemplação de si mesmo:





*Lá bem na extrema da floresta virgem,
Onde na praia em flor, o mar suspira...*

.....

*Estrela do pastor, no véu dourado
Acorda-te na serra,
Inda mais bela no azulado fogo
Do céu da minha terra!*

.....

*É doce na minha terra
Andar cismando na serra
Cheia de aroma e de luz,
Sentindo todas as flores,
Bebendo amor nos amores
Das borboletas azuis!...*

Sincero, ele transporta-se nas imagens e visões que tem guardado:

*Amo o vento da noite sussurrante
A tremer nos pinheiros
E a cantiga do pobre caminhante.
No rancho dos tropeiros...*

.....

*E a névoa e flores e o doce ar cheiroso
Do amanhecer na serra
E o céu azul e o manto nebuloso
Do céu da minha terra...*

*Sonho da vida que doirou e azulada
A fada dos amores,
Onde a mangueira ao vento que tremula
Sacode as brancas flores...*



Este enlevo é para o seu São Paulo; mas, brasileiro, ele tem a paixão do sol e da luz:

*Como é doce viver nas longas praias,
Nestas ondas de sol e ventania!...
O painel luxurioso do horizonte,
Como as cândidas sombras alumia
Dos fantasmas de amor que nós amamos...*

.....
*Que planeta do céu, do roto seio
Golfeja luz tamanha?...*

.....
*Lá, onde mais suave, entre os coqueiros
O vento da manhã...*

Para fechar **O Poema do Frade** nada achou o poeta melhor do que a sentida evocação da natureza pátria:

*Meu céu! minhas montanhas verdejantes!
Cetim azul da lânguida baía!
Manhãs... de brisas sussurrantes!
Noites... de estrelas e ardentia!
... noites de luar!... melodias
Que nas folhas gemeis, ventos errantes...*

*Vales cheirosos, onde a infância minha
Virgem peregrinou entre mil sonhos!
Noites, luas, estrelas da noitinha,*
.....
*Ó minha terra!... Ó tarde recendente,
Que embalsamando vens com teus cabelos
Derramados à luz!... Ó sol ardente,
Como os lábios do amor... luas belos.*



Para Junqueira Freire não existe a paisagem isolada; se, porém, lhe ocorre localizar ação, ele poussa o seu estro na terra, e apresenta-a bem, com toda a poesia desta natureza:

*Levei-te em braços, ao cair da tarde,
Para o mais denso coqueiral sombrio...*

.....

*Quando as estrelas matinais caíam,
Eu te deitava à copa das mangueiras,
Que enchiam-te de flores...*

.....

*E a brisa que lhe vinha
Do som do coqueiral,
Não lhe batia...*

E como ele deu versos especialmente a assuntos brasileiros – **Menestrel do Sertão, Dertinga, O Apóstolo entre as Gentes, O Jesuíta, O Hino do Caboclo...** foram outros tantos ensejos de decantar a paisagem onde situava os seus enlevos... É de notar, mesmo, que se um Casimiro de Abreu nos deu mais **juritis**, e **sabiás**, e **laranjais**, e **bananeiras**... não teve tanto influxo quanto esses que sentiram diretamente a paisagem não em abstração de saudade. Contudo, na época, essa poesia de Casimiro de Abreu foi essencialmente nacional. Pedro Luiz, não de todo infecionado, ainda pela política, recebeu em festas os seus cantos: “Quem poderá ler os versos de Casimiro de Abreu, sem sentir um estremecimento de coração?... A poesia nacional brasileira vai deixando pouco a pouco as formas vagas da utopia e desenha-se com os traços firmes da realidade... **Moreninha** e **Na Rede** são dois lindos ensaios de poesia nacional...” Tais conceitos, de poeta a poeta, referidos a **juritis** e **sabiás**, cantando em paisagens tão falhas como as de Casimiro de Abreu, servem para acentuar os novos valores em



que se destacava o lirismo brasileiro. O poeta de **Primaveras**, estro exilado, não podia ter perspectivas deste nosso mundo, mas tinha a justa compreensão do que deve ser a forma numa poesia brasileira: “O filho dos trópicos deve escrever numa linguagem propriamente sua...”

Um Fagundes Varela tenta pintar costumes puramente nacionais; não tem, porém, objetivismo bastante para dar-lhes a realidade devida. Inspiração vaga, esparsa, ele sente, principalmente, e constantemente se inclina para as enevoadas visões íntimas. Mas, se é levado a apresentar a natureza cenário dos seus transe de puro sentir, desprende-se pateticamente, empolgante e comovedor:

*Adeus! Adeus! nas cerrações perdida
Vejo-te apenas, Guanabara altiva...*

.....
*Minhas águas! Flor do Novo Mundo,
Terra dos meus sonhos! Eis-me de novo
Em teu seio sagrado, oh! minha pátria!...
..... Quando brilhante
Aos fulgores da aurora, dentre as ondas
Ontem te vi surgir nos horizontes...*

Mudam-se as quadras e as formas, e quando, noutros estros se apresenta a paisagem, intumescem-se os corações nos mesmos afetos:

.....
*Para! Uma terra nova ao teu olhar fulgura!
Detém-te..... Aqui, de encontro a verdejantes plagas...
.....
Beija-a! O sol tropical deu-lhe à pele dourada
O barulho do ninho, o perfume da rosa,*

*A frescura do rio, o esplendor da alvorada...
Beija-a! É a mais bela flor da natureza inteira!...*

Castro Alves entoara:

*Terra de Santa Cruz.....
Como és bela, soberba, livre, ousada!
Em tuas cordilheiras assentada
..... A liberdade está.....*

Tais enlevos já são notas de patriotismo, estuante em todos os nossos líricos, bem explícito nas páginas de prosa que deixaram. Gonçalves Dias: “Minha alma está a espreguiçar-se nas vagas de S. Marcos, a rumorejar nas folhas dos mangues, a sussurrar nos leques das palmeiras: lá está ela nos sítios que os meus olhos sempre viram, nas paisagens que eu amo, onde se avista a palmeira esbelta, o cajueiro coberto de cipós, e o pau-d’arco coberto de flores amarelas... deleita em orvalho sobre as nossas flores, desfeita, em harmonia sobre os nossos rios, sobre os nossos mares...” É o comentário dos versos:

*Caxias!.....
... que a luz da esperança tinhas n’alma
E o sol da liberdade um dia viste,
De glória e de fulgor resplandecente...
..... Oh! Fora belo
Arriscar a existência em prol da pátria,
Regar de rubro sangue o pátrio solo,
E sangue e vida abandonar por ela...*

Álvares de Azevedo não se limita a enlevos: diz, de modo preciso, como entende a ação patriótica de um intelectual brasileiro. É

aos dezoito anos, na sinceridade de uma carta ao pai: é sobretudo, em discurso aos colegas: “Temos fé que a América tem uma grande missão de regeneração..., e não será à terra de Santa Cruz que deve caber a menor glória nessa regeneração...” Noutra instância, ele se eleva a generalizações destas: “Sem uma filosofia, sem uma poesia nacional, como querias uma nação? A cópia lívida do que vai pelo mar além poderá ser do sangue de uma nação?...” Junqueira Freire, que sonhou um poema – **O Padre Roma**, acentua: “É preciso cantar os fatos contemporâneos, para não ficarmos pobres no futuro, como somos agora acerca do passado...” José de Alencar, já no fastígio da glória, teve orgulho em proclamar: “Palpita na obra de Castro Alves poderoso sentimento de nacionalidade, essa alma da pátria, que faz os grandes poetas...” Na lira do poeta de **O Livro e a América**, houve um refulgir de todas estas belezas cantadas pelos outros, exaltadas num tal patriotismo que o sentimento se funde na paisagem. De verdejante e úbere, sussurrante e tépida, ela se faz tropicalmente augusta e magnífica. E, em face à simples natureza, ele cantará singelamente:

*País do ideal, terra das flores,
Onde a brisa do céu tem mais amores...*

Mas, se envolve nessas flores as suas aspirações de justiça, ele derramará pelas encostas as glórias que sonha para o seu Brasil. O estro se alevanta, e a grandeza da paisagem lhe aparece em função dos nossos destinos:

*Terra de Santa Cruz, sublime verso
Da epopeia gigante do universo,
Da imensa criação,
Com tuas matas, ciclopes de verdura...*

.....

Catadupas sem freios, vastas, grandes,
Sois a palavra livre desses Andes
Que além surgem de pé.

.....
Oh! Deus! Não ouves dentre a imensa orquestra
Que a natureza virgem manda em festa
Soberba, senhoril,
Um grito que soluça aflito, vivo,
O retinir dos ferros do cativo...
Senhor, não deixes que se manche a tela
Onde traçaste, a criação mais bela
Da tua inspiração...

.....
E as palmeiras se torcem torturadas,
Quando escutam dos morros nas quebradas,
O grito de aflição...

.....
Ouço o cantar dos astros no mar do firmamento;
No mar das matas virgens ouço o cantar do vento,
Aromas que se elevam, raios de luz que descem.

E chegará ao ponto de gritar:

Salve! – país do bandido!
Salve! – pátria do jaguar!
Verde serra, onde os palmares
– Como indianos cocares –
“No azul dos colúmbios ares...
.....
Salve! – nos serros erguido –
Ninho, onde em sonho atrevido,

*Dorme o condor... e o bandido,
A liberdade... e o jaguar!...*

E **O Adeus, Meu canto**, e por toda a **Cachoeira de Paulo Afonso**, estrofes cuja palpitante epopeia tanto se sustenta no lirismo dos afetos, como na magnificência dos horizontes?

*..... Já de listrões vermelhos
O céu se iluminou
Eis, súbito, da barra do ocidente,
Doido, rubro, incandescente,
O incêndio que acordou!
A floresta rugindo as comas curva...
O estupendo estampido das queimadas
Se enrola de quebradas em quebradas
Galopando no ar.*

*.....
Nas rubras roscas estortega as matas...
Que espadanam do sangue das cascatas
Do roto coração...*

Já o notamos; é o patriotismo de Castro Alves que lhe transmuta o lirismo suavemente sensual de **Adormecida**, nos versos clangorosos d'**O Vidente** e de **Navio Negroiro**, patriotismo que nele se caldeia no enlevo pelas magnificências desta natureza. Além das suas poesias patrióticas – **A Maciel Monteiro, O de ao Dois de Julho, O Livro e a América...** todos os poemas da musa dos **Escravos** estão inundados, assim, das nossas belezas. Essas qualidades da sua poesia, ele as dava muito propositadamente: “A poesia (no Brasil) deve ser majestosa como as matas virgens da América, arrojada como os seus rios gigantes, livre, como os



ventos, que passam gemendo por suas várzeas, e que zurzem os costados pedregosos dos gigantes de granito. A poesia, enfim, deve ser o reflexo desta terra”. Assim o disse, e assim o fez.⁶

§ 58 – O indianismo

Exaltando a beleza do que é natural a este Brasil, os nossos românticos foram até – cantar a alma que lhes aparecia como essencialmente brasileira: o Índio. E, de fato, não se compreende a realidade humana, aqui, sem os quadros das tribos que humanizavam a paisagem do primeiro Brasil, e se identificaram com a história de sua primeira formação.⁷ Se Anchieta é um marco de virtude na tradição desta pátria, o índio deve ser um motivo constante na poesia que se inspira de nós mesmos. E a prova o temos no fato de que todos os nossos grandes poetas, até ontem, tiveram carnes para ele. Além disso, desde que o nosso espírito de nacionalidade se afirmou, foi na oposição à metrópole; então, o índio, a perene reação ao português, tinha de ser cantado e amado por esses românticos, as vozes mais puras do nosso nacionalismo. E vem do primeiro. Apesar de todos os laços de família, e de que formou o seu espírito em Portugal, Gonçalves Dias os marcou: “... homens... que vivem sem pátria... trás de ouro correndo, vorazes, sedentos...” Mais explícito, ele acentua, n’**Os Timbiras**, o que faz a desgraça do Brasil: “América infeliz... tão ditosa antes que o mar e os ventos nos trouxessem o ferro e os cascavéis da Europa. Velho tutor e avaro

6 Entre os nossos líricos tem situação especial, única, o romancista de *Quincas Borba*. Musa de penetrante surdina, Machado de Assis foi de mais efeitos sobre os intelectos do que sobre os corações. Longa existência, longamente eficaz sobre o pensamento dos que realmente pensavam, o poeta de *Versos a Corina* tem significação desse mesmo curso mental que nos traz d’*Os Guarani*, *Iaiá Garcia*, *Aves de Arribação*, *Última Folha...* a *Dom Casmurro*, *O Atheneu...* aos versos de – *Árvore Seca*, *Nirvana*, *Uma Criatura*, *Veritas Veritatem*, *Benedicite...*

7 M. Bomfim, *O Brasil na América*, cap. VI.



cobiçou-te, desvalida pupila, a herança pingue!... Entrelaçaste os anos da mocidade em flor, às cãs e à vida do velho que já declina do leito conjugal imerecido...” Era fatal, por conseguinte, que o romantismo brasileiro buscasse uma nota de caráter, no voltar-se para o indígena. Posteriormente, críticos pseudocientíficos, num discorrer parvamente objetivo, procuraram diminuir o valor literário e nacionalizante do indianismo, negando-lhe sinceridade de emoção e realidade de vida.

Tonteira de um **tainismo** maldigerido, desamparada de critério legítimo, essa crítica julga de uma obra que é a expressão da alma do Brasil através do romantismo, como se o Brasil não existisse, e o romantismo não fosse de românticos. Ignorância arrogante, o objetivismo crítico de 187... condenou o indianismo, por falta de inspiração e de realidade, como **pastiche** serôdio de Chateaubriand e Cooper, dizendo que **índio não fala como Itajubá, nem sente como Iracema**, e que, finalmente, o gentio de Anchieta não teve influência na formação do Brasil... Aspecto negativo, a ignorância não pode ser freio E só por isso se explicam os destemperos destes. Lá, no seu tempo, Taine foi uma atitude de reação, e nada mais. Ainda não se calara a sua voz, e já se apontavam os seus crimes como historiador, já toda gente reconhecia nas suas teorias de crítica uma vertiginosa insuficiência de quem pretende julgar de obras humanas como se elas brotassem diretamente de alimentos e climas, como se entre a natureza material e a obra do pensamento não houvesse a natureza psicossocial, com as energias e os valores que lhe são próprios. As civilizações, e tudo que a elas se prende, não são de ações diretas das forças cósmicas, mas derivações dessas mesmas energias através do espírito, ao influxo de toda a experiência humana. Isto é, as obras de pensamento são fulgurações da realidade, nas formas específicas da consciência. Se em tais críticos houvera, em vez de desabusada ostentação mental, ou puro desejo de compreender as expressões

da alma brasileira e se, em vez de leituras de oitiva, houvera o real critério científico, eles teriam percebido as diferenças essenciais, entre o nosso indianismo e o dos franceses e norte-americanos. Teriam reconhecido, em Chateaubriand, o simples enlevo do romântico europeu em face do índio; o francês seduzido pelo exotismo das tribos (como sucedera aos poetas e filósofos, do século XVII), mas patenteando uma mentalidade absolutamente distinta das tradições indígenas; em Cooper, eles encontrariam mais penetração na vida do gentio, mais realidade de almas; em todo caso, verificariam na sua obra, a expressão de duas vidas paralelas: o índio, que se extingue, e o branco americanizado. Nas páginas dos nossos indianistas, há solidariedade de destinos, assimilação de ânimo, mesmo no caso em que o Índio é apresentado na pureza do seu viver primitivo, e **I-Juca-Pirama** exalta-nos e comove-nos, ainda mais, porque no seu heroísmo de sacrifício há alguma coisa da virtude cristã, que lhe foi infundida pelo coração do poeta, ao contemplar o índio com quem se solidariza.

Os nossos líricos românticos foram as primeiras vozes originais, no conjunto do pensamento nacional, e, com isto, fatores decisivos nas transformações sociais e políticas do Brasil. A sua obra tem significação bem nítida na história dessas transformações, e não pode ser bem compreendida e julgada se não a referirmos ao conjunto da vida nacional. Tanto vale dizer: o indianismo, nas nossas letras, é um valor definitivo, e teve causa necessária, iniludível, bem mais significativa que o simples intuito de imitação. **Pastiches** não teriam o tom de exaltação das obras-primas de Gonçalves Dias e Alencar, cuja inspiração primeira foi sempre o amor desta pátria. Tanto num, como no outro, a consagração do índio resultou diretamente do empenho de apurar o sentimento de nacionalidade, na linha das acentuações históricas; a tradição do indígena lhes parecia genuinamente brasileira, e banharam-se nela. Não esqueçamos que o nosso nacionalismo se definiu e

acentuou em oposição ao lusitanismo: prevenção, desconfiança, malquerer, ódio, guerra ao português... eis as etapas do coração brasileiro em ânimo nacionalista. Achegamo-nos ao índio certos de que, congraçando-nos nos seus destinos, distinguimo-nos absolutamente do povo que foi a real hostilidade à afirmação da alma brasileira, o povo que, se continha a nossa história, continha-a para que ela não fosse nossa... Tentamos identificar-nos com os brasis, na crença de que neles estivesse a essência mesma do nosso americanismo. Tudo isto se explica pelas condições primeiras da nossa formação com a assimilação franca e cordial do índio.⁸ Daí resulta o contraste: nas outras sociedades neoibéricas, mesmo onde o romantismo teve expressão bem nítida, não se conhece o indianismo. Por quê? Meditem-se nas condições que se faziam ao indígena: haveria inspiração para cantá-lo?...

8 *O Brasil na América* (M. Bomfim), cap. VI.

§ 59 – O novo ânimo revolucionário

A vida autônoma da nação brasileira se fez através de quatro revoluções – **Independência, queda do primeiro Império, Abolição, República**. As duas primeiras, exclusivamente políticas, resumem as grandes crises na conquista da autonomia nacional, sendo que a segunda não passa de extensão do movimento de independência, esforço para torná-la efetiva e completa. Há meio século de intervalo; faz-se a **Abolição** e a **República**, movimentos entrelaçados, este resultado daquele, a primeira caracterizadamente social, novidade na vida do Brasil, efeito do influxo romântico de que se tomara a população. E a revolução republicana?... Esta, sem dúvida, também é um movimento próprio, expressão da tradição política em que o Brasil primeiro se agitara, mas sem derivação imediata de movimentos anteriores, fluindo diretamente do mesmo influxo romântico, produzida por ele, pois fora a Abolição que lhe rasgara a entrada. Havia uma tradição republicana, mas é impossível achar seguimento das agitações, apenas implicitamente republicanas, de 1821 a 42, e a propaganda ostensiva, por fim vitoriosa, de 1870-89. Energias muito vivaces, essas que levaram a nação brasileira a reclamar liberdade e soberania, foram de longos efeitos; tiveram as mais significativas manifestações em 1831-32; suplantadas, porém, traídas os intuitos, inexoravelmente reprimidas, elas não foram além de duas gerações, com os estertores confusos de 1842,

e o último arranco de 1848. E, por pesados anos, não se ouve falar de República. A carreira do segundo Império era o abafamento das tradicionais aspirações: finalmente, já se admite, até, que nem haja esquerda e direita na política nacional: misture-se, **concilie-se** tudo, que é tudo a mesma coisa, e quando o abafamento já é asfixia na podridão, uns irreduzíveis radicais, exaltados no **novo ânimo** em que se move a nação, rompem todos os liames com o regime: é a propaganda que se abre em 1870. Já era viva a compaixão da alma brasileira em face dos cativos. Ora, nada disto fora possível sem o frêmito de afetos, sem o **Sursum Corda** comovidamente entoado pelos grandes líricos de 1845-70.

A sensatez erguer-se-á, com toda a sua catadura, para protestar quando se diz que os movimentos para a Abolição e a República tiveram como primeiras, e mais fortes energias, estos de poetas. Que proteste; isto não eliminará a verdade: as revoluções se fazem no sentimento, em propagandas que comovam, e cujas vozes potentes serão sempre as inspiradas estrofes, e tudo mais que arranque as almas para um ideal. O nosso caso é uma das mais completas demonstrações do valor e a significação da poesia. Num mundo mentalmente fóssil, socialmente degradado, politicamente exaurido entre as náuseas de um imperialismo torvo e ridículo, de 1842 às campanhas criminosas do Sul, a inspiração de poetas tivera o poder de repor-nos na humanidade, refazendo-nos em sentimento e em ideal. A política nacional, alimentada no tráfico, feita com a escravidão heroica sobre a fragilidade e os desastres de outros americanos, continuava em baixo, cada vez mais baixa e alto, anunciava-se uma outra idealidade, irradiando diretamente do coração brasileiro, exaltando-o também, para chegar aos dias de 1888, 89... 93, 94... Releiam-se aqueles versos, a brotarem, perenemente, de 1845 a 70, e onde o temperamento da raça desata em sensualidade intelectual: são fulgores de paixão a iluminar o pensamento, com uma voluptuosidade de imaginação



que, sem o toque do gênio, seria masturbação mental, mas que, neles, é marcha triunfante pelo reino das imagens e das emoções. Começa a mais eficaz das revoluções – aquela em que se renovam as almas. Mesmos nos aspectos essencialmente literários, cria-se o estilo nacional, em idiomatismo brasileiro, o que é afirmação revolucionária, e assistimos à ressurreição do verso branco – náusea em Odorico Mendes e Porto Alegre... deslumbramento nas páginas de **Saudade, I-Juca-Pirama, Anima Mea, Ideas Íntimas, Evangelho das Selvas, Cântico do Calvário...** Reproduziu-se a renovação feita na poesia que ressurgiu com **Lyrical Ballads**. Há verdadeira luta de idades, luta cuja vitória se paga com a própria vida deles, os nossos líricos, inteiramente dados ao romantismo, em destinos trágicos, e que, todos, fazem a existência em vertigem, ou em crises, e caem fulminados, em plena juventude, ou saem dela lassos, mortificados, doloridos, fatigados, de nos falarem de esperanças, ilusões, saudades, langor, desesperos... afetos reais, a que eles se entregaram, para que, multiplicados em cantos, apurássemos e reforçássemos o nosso sentir.

Por toda a parte, o romantismo foi mocidade, renovação, mas em nenhum povo tanto como no Brasileiro, porque lhe valeu também de iniciação. Os nossos primeiros líricos tiveram o prestígio do sacrifício, porque deles se pode dizer que foram devorados pelo próprio gênio, para grandeza da obra que deixaram. Por isso, o brasileiro que medite nessas coisas não pode deixar de odiar a um Camilo, que só tem, para eles, injúria e vilipêndio. O Brasil ideal, em que se inspiraram os Barata, França Leite e Feijó, esse murchara nas defecações dos Hermeto e Vasconcelos, amesquinhará-se na sabujice dos Araújo Lima e Calmon... e era, quando aparecem esses líricos, aquela rasteirice materializada, insuportável aos raros deles mesmos, políticos, que podiam levantar um pouco o olhar: “Nos dias de prosaico positivismo em que vivemos... acaba o Sr. Casimiro de Abreu, de publicar as suas **Primaveras**. Cumpre



ser moço, na verdade, para no meio da diferença que enregela a sociedade (1859), no meio do borrinho metálico... levantar a voz sonora, e dizer a esta sociedade egoísta – Atendei-me! Vou cantar os segredos da ternura da alma humana... os sentimentos que estão no vosso, como estão em todos os corações, mas de que, tão acuradamente, vos distrais... O amor, a saudade da pátria, a confiança nos destinos dela, a saudade da família, a lembrança, do afago materno do berço do irmão... tudo isto inspira o poeta...” Foi com essas linhas que o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, inteligência e língua dos conservadores, recebeu o poeta de **Juriti**. Norberto de Souza e Silva havia dito aproximadamente a mesma coisa de Álvares de Azevedo.

Trovadores, os nossos líricos de então perdem-se tanto na volúpia de sentir e cantar que, muitas vezes, o pensamento se lhes dilui na fluência do verso, ou chega a nublar-se pela exuberância das imagens. Mas, já notamos: a prosa lhes desanuvia a expressão, corrigindo os excessos de lirismo, e como todos eles deixaram retalhos de linguagem chã, aí encontramos o como se definem as suas ideias filosóficas e as concepções essenciais da vida. Não há dúvida de que a maior parte dessas ideias enunciadas na prosa dos líricos encontra-se em outros escritores da época, pois que são ideias sugeridas pelas necessidades ambientes; mas, na voz deles, é que elas valem potentemente, porque trazem todo o prestígio de quem comanda sentimentos, e aproveita o conjunto do influxo que eles derramaram. A crise nacional política, que neles se pronunciou, foi o repercutir de um movimento geral – o revolucionarismo individualista que vinha nos dias de 1830, e dera o 1848 do mundo europeu. Coincidindo esse revolucionarismo com os transe e as dificuldades da nossa afirmação nacional e dadas as miseráveis condições políticas que nos eram feitas em vista do regime imposto com o Império e o romantismo foi a suprema renovação das energias mentais, em que toda a alma brasileira se

resolveu para o refazer de sentimentos, o apurar de ideias e o reformar de ação. Substituíram-se todos os processos para a condução dos espíritos. Antes, de 1817 a 31... 42, definiam-se as concepções, planejavam-se os sistemas, para vir dar ideia ao sentimento. Agora, na voz dos líricos, derramavam-se os afetos, modelavam-se os corações, para, então, neles plantar-se a ideia. Por isso o nosso romantismo tem a significação de uma evolução social e política, evolução de influxos e de recursos sugestivos. Em Gonçalves Dias, mal se desenham as preocupações sociais e políticas, e toda a voz de patriotismo não vai além de apaixonada rebusca de eflúvios para a alma nacional. Então, o poeta canta o índio como primeira injustiça a reparar nas reivindicações nacionais, e só lhe evoca a poesia como motivo profundo na acentuação do gênio brasileiro. Em Álvares de Azevedo, já se nota a intenção explícita de agir sobre as consciências, despertando-as, excitando-as, para a redenção desta pátria. Há inspirações líricas que vão diretamente para aí; há páginas de prosa que são reclamos de reforma definitiva. Em Castro Alves, a poesia é formalmente uma missão, e o poeta eleva a sua voz, bem explicitamente, como vate, orientador de multidões, a consagrar o bem, a fulminar injustiças...

Por isso, todos esses líricos, independentemente de motivos pessoais, são almas em desacordo com o mundo político onde vivem, em permanente protesto contra a ambiência mental e as fórmulas dos dirigentes. No entanto, foram, todos eles, grandes patriotas, a recriarem a alma nacional; mas, ao mesmo tempo, só tiveram vozes de protesto, ou de lamento. Viveram pouco, viveram fulminantemente, para mais acentuar-se o contraste: radiação de vida, na caligem do imperialismo antiamericano e escravocrata. Tiveram de ser, então, revolucionários. Aliás, no Brasil bragantino (e mesmo hoje), o nacionalista tinha de ser radical e revolucionário, pois o essencial, na realização da liberdade e da justiça, era conquistar, para as suas tradições, esta pátria, enleada, dominada,

sugada, corrompida, pela mercancia de além-mar. E foram revolucionários, ainda, porque alteando as vozes em discordância com as fórmulas correntes, eles abalaram valores sociais e políticos, destruíram prestígios e tornaram possível aquilo mesmo que os revolucionários de 1824-1832 não puderam conseguir. Nem é de estranhar se, a começar de Castro Alves a Fontoura Xavier, Luiz Delfino, Murat, Medeiros e Albuquerque, tantos dos nossos líricos são ostensivamente contra a política em que se encontraram. Gonçalves Dias, primeiro a poetar em grande e legítima inspiração nacional, já é uma voz de protesto, quando fala à sua Caxias, teatro de reivindicações políticas, na crise de 1831-1839: “Não irei ao sepulcro esquecido, insultar o mesquinho finado... as vítimas tristes, cruentas, que hoje dormem na campa florida... irei visitar: lindas flores na aurora da vida?... fora belo arriscar a existência em prol da pátria, regar de rubro sangue o pátrio solo...” Álvares de Azevedo é o primeiro ostensivamente revolucionário, em estrofes de compungir e estremecer. Mal saído da adolescência, aos dezoito anos, levanta a voz de revolta, numa sociedade completamente desiludida de tentamens rebeldes, aparentemente absorvida na política dos interesses imperiais. De fato: dissipados os receios trazidos pela República do Piratini, dominadas as veleidades dos liberais paulistas e mineiros, vencidos e jungidos os insistentes radicais pernambucanos, restava, sobre o Brasil, deslumbrado no próprio prestígio, o Império refeito pelo desfalecimento e a traição dos políticos de 1831-1832. Desfrutando desafrontadamente esta pátria, o trono aqui deixado por D. João VI já transbordava, em torvo imperialismo, sobre as perturbadas Repúblicas do sul: o Brasil imperial impava, em arrotos de empanzinamentos, mas impava... e foi para esse Brasil que Álvares de Azevedo cantou. A legenda de Pedro Ivo começava, e já incandescia os corações; o revolucionário, reclamado herói pelo nacionalismo lutador, ainda está na prisão, e o rapazelho estudante-poeta ergue a figura do herói, em face do imperante, num pedido de perdão que é a mais

pura expressão da alma nacional afrontando em cheio a política imperial:

*Perdoai-lhe, Senhor!
Onde mais vivo, em peito mais valente,
Num coração mais livre o sangue ardente
Ao fervor desta América bulhava!
– Era um leão sangrento que rugia,
Da guerra nos clarins se embriaga
E vossa gente pálida recuava
Quando ele aparecia!
Era um filho do povo! O sangue ardente
Às faces lhe assomava incandescente,
Quando cismava do Brasil na sina...*

.....
*Alma cheia de fogo e mocidade,
Que ante a fúria dos reis não se acovarda,
Sonhava, nesta geração bastarda,
Glórias... e liberdade!...*

.....
*Nem do herói a cabeça decepada...
Assusta a multidão que ardente brada
E tronos despedaça!...*

.....
*Não escuteis essa facção ímpia...
Vede – a pátria ao bretão ajoelhou-se,
Beijou-lhe os pés, no lodo mergulhou-se!⁹
Eles a prostituíram!*

Vinte anos depois, a lira de Castro Alves, ostensivo revolucionário, com todo o seu arrojo, vem vibrar na memória de Pedro Ivo,

⁹ Bill Aberdeen, extinção do tráfico...

sem que os seus sons possam fazer sombra aos versos candentes de Álvares de Azevedo... No entanto, alguém alegará: Pedro Ivo é uma notação de entusiasmo, passageiro arroubo, à lembrança do soldado revoltado... Não: a prosa de Álvares de Azevedo, versos de invectivas disseminados noutros cantos, patenteiam que, nele, são normais essas ideias de renovação revolucionária do Brasil. É da mesma idade o seu discurso na instalação da Sociedade Acadêmica, e onde ele mostra o Brasil político de então:

... as tendências populares antevêm a mentira no que existe e temem a falsia no que pode vir, entre o vácuo de utopias que falsaram e o empirismo que renega de todos os princípios de ciência... ao bramir sufocado do povo que se dói da mordança que o açaima e enjeita o relé do absolutismo, tendendo à objetivação dos princípios livres, a pátria desacoroça e abate no peito a frente suarenta, como o sublime **Misserimus** do poeta contemporâneo... **tudo está profanado...**

Então, oferecendo a sua juventude para apostolado, o poeta estudante convida os colegas a fazer a educação do povo, cuja grande desgraça é a ignorância: “Quando os governos se descuidam, quando a instrução pública é mais irrisão e escárnio que realidade; quando não há peias que se evitem à popularização do saber; quando se escasseia a instrução primária para as classes baixas; quando os governos não quiserem ainda... que se dissipe a nuvem da ignorância, que é parceira do despotismo...” Em versos, ele palpita:

*Meu sonho foi a glória dos valentes...
Foi nas praças, de sangue ainda quentes,
Desdobrar o pendão da liberdade
Nas frentes populares!*

.....

*Meu amor foi o ninho dos poetas
– O belo, o gênio, de um porvir liberto
A sagrada utopia!...*

.....

Mas a miséria circundante o constringe:

*Tudo morre, meu Deus! No mundo exausto
Bastardas gerações vagam descritas...*

.....

*O presente... mar de lama
Onde vis ambições se debatiam...*

.....

E a pátria que entre lágrimas de escrava

.....

*A pátria! que a infâmia prostituta
Tenta vender.....*

.....

As gentes que faziam o segundo Império não tinham, nem a fé que transborda em intuições fecundas, nem o talento de observação para compreender o longínquo efeito dessas musas; nem chegaram a reconhecer que aquele David, repercutindo em outras vozes, daria por terra com o estafermo... E Álvares Azevedo, como Junqueira Freire e Castro Alves... desferira os seus cantos que, em vagas de afetos novos, fizeram estremecer a ordem existente. Como admitir que aquilo continue em firmeza, quando um poeta, mesmo contido nos muros de um claustro, não hesita em atirar ao trono **O Hino da Cabocla?**...

Sou índia – sou virgem, – sou linda – sou débil...

.....

Meus lábios combatem tirânicas leis:

Meus lábios são como trovões estupendos,
Que cospem coriscos na face dos reis!...
..... eu sei com destreza
Cravar minhas setas nos peitos dos reis.

Note-se: esta canção ele a compôs para motivo patriótico. No poema nacionalista Dertinga, ele dá o trono aqui implantado como sempre incompatível com a liberdade.

... um senhor despótico execrando,
Sufocou no berço a liberdade,
A liberdade pura que nascia...

Sem acentuadas originalidades, Varela insiste, no entanto, nos reclamos revolucionários. Cortesãos rançosos fizeram levantar no Rocio o monumento-consagração do primeiro imperador; e Varela afronta o seu sucessor e filho, no píncaro do prestígio, com as duas poesias que, no bronze erguido, malsinam o próprio trono:

Triste, negra vassalagem
Do mais baixo servilismo...
..... bronzéia massa
Indigna da luz do dia...
.....

Ergue-te ousado sobre o chão da praça,
Homem de bronze... simulacro fatal!
Pisa ainda as turmas humilhadas...
Cansadas nunca de opressores ferros
Livres de um jugo, de outro jugo escravas...
Raça de ilhotas...

Porque reledes o passado escuro,
Quando deveras derrubar os tronos
Cantando a liberdade?...
Oh! terra do Brasil...
Erguei-vos desse lívido marasmo
Afrontai... e horror da tirania!
Se agora em bronze eternizai senhores,
Gravai nos bronzes o brasão dos livres
Saudai um novo dia!

Franklin Távora dirá de Varela, talvez porque não deu estrofes às proezas imperiais do Prata: “ Não tinha a veia épica”. Não valeram para a chateza do crítico os versos em que Varela celebra a liberdade, glorificada em **Juarez**:

Ah! Perdoa-me o arrojo!
Cegou-me o resplendor da liberdade,
Sonhei irmãs e unidas
Todas as raças das colúmbias terras!...

O México, mesmo, e a Polônia, abatidos, oprimidos, foram motivos para o próprio estro contido de Machado de Assis... Era a mentalidade da época, tanto assim que um Pedro Luiz, apanhado do mais duro tronco de conservadorismo, **político** em tudo mais, dá estrofes à glória de Nunes Machado, o liberal rebelado caído nas fileiras dos republicanos **praieiros: Sombra Augusta!**...

§ 59-a – Ruge o clarim tremendo da batalha...

Chegado depois de todos esses, Castro Alves alteou a sua voz de apóstolo revolucionário a ponto de dominar completamente a ambiência. Todo o seu cativante lirismo ele o aplicou em recurso de sugestão para arrastar os corações, por ele mesmo exaltados, e

foi de efeitos definitivos, porque irresistível a sua poesia. Foi, de fato, um épico, não para celebrar o passado, mas para destruí-lo, nas suas impiedosas injustiças; um épico para remir o mesmo passado, e construir um futuro de compassiva solidariedade. Referida ao Brasil, a sua obra se definiu em efeitos nacionalistas, libertadores, republicanos, reivindicadores... e sempre revolucionários. E não só no que diz com o Brasil, mas para todos os altos interesses humanos: o seu ímpeto foi a acendida luta contra a injustiça, ataque à grosseria do militarismo, à glória do pensamento, à redenção do trabalho. Afrânio Peixoto, com a eloquência da verdade, mostra-nos Castro Alves descendo no Rio de Janeiro, aos vinte e dois anos de idade, para ser recebido numa verdadeira consagração, a consagração dos mais realmente qualificados para julgar do seu valor: José de Alencar e Machado de Assis. Vai para a academia de São Paulo, e vive, lá, numa atmosfera de apoteoses... O mundo da inteligência brasileira rendera-se ao estro de Castro Alves, sem que ele tivesse feito mais do que soltar aos corações, movidos pelo lirismo dos outros, já túrgidos de paixão patriótica e humanitária, as suas estrofes inflamadas. E tudo isto lhe viera com aquilo a que se poderia chamar – as promessas do seu estro, pois que os grandes poemas – **Navio Negroiro, Vozes d'África, Deusa Incruenta**, só foram compostos depois da sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro.

Tal se fez o definitivo triunfo do poeta baiano. O caso é para maravilhar, porque, apesar de ser aquele o momento da incontestável ascendência do Império sobre a nação, ninguém se lembrou de reagir contra a formidável propaganda do poeta, amigo de Maciel Monteiro; nem mesmo se fez o gesto ridículo de desprezá-lo. Pelo contrário, os seus fulgurantes efeitos foram imediatamente reconhecidos e confessados. E compreende-se muito bem a extensão deles quando, sitiadas no tempo, releem-se as suas estrofes revolucionárias, como se compreende também que,

manifestado Castro Alves em 1863-69, em 1870 se tenha fundado o partido republicano, e em 1871 comece a ostensiva propaganda abolicionista.

*... quando vêm as noites belas,
Onde povoa a poeira das estrelas
E das constelações,
Eu fito o abismo que a meus pés fermenta,
E onde, como santelmos da tormenta
Fulgem revoluções!...*

.....
Basta de covardia! A hora soa...

.....
*A nova geração rompe da terra...
..... das raias do futuro,
Parte um grito, para os homens – surdo, obscuro,
Mas para os moços, não!...*

.....
*Homens! esta lufada que rebenta
É o furor da lôbrega tormenta...
– Ruge a revolução...*

*A cabeça dos reis – semente enorme
Que a multidão plantou!...
No entanto fora belo nesta idade
Desfraldar o estandarte da igualdade...
..... a esta Atenas brasileira,
Legar no testamento – uma bandeira,
E ao mundo – uma nação...*

Castro Alves tinha apenas dezoito anos quando escreveu os seus primeiros versos épicos, os mais significativos, também, porque trazem a sua despedida do puro lirismo:

Adeus, meu canto! É a hora da partida...

O oceano do povo se encapela,

..... irmão do raio,

Lança o teu grito ao vento da procela...

.....
É preciso partir, aos horizontes

Mandar o grito errante do vedeta...

.....
Parte, pois; solta livre aos quatro ventos

A alma cheia das crenças do poeta!...

Ergue-te oh luz! – Estrela para o povo,

– Para os tiranos lúgubre cometa...

.....
Sim! Cantar o campo, as selvas,

As tardes, a sombra, a luz;

Soltar sua alma com o bando

Das borboletas azuis;

Ouvir o vento que geme,

Sentir a folha que treme...

.....
Tudo mudou-se em redor,

Um dia passa em minha alma

Das cidades o rumor...

.....
Canta, filho da luz, da zona ardente,

Destes serros soberbos, altanados!...

.....
Voz de ferro! desperta as almas grandes

Do Sul ao Norte... Do oceano aos Andes...

E os cantos de Castro Alves levantaram, de fato, o que havia de grande na alma brasileira. Os seus primeiros versos de revolta, e

que são ainda versos de adolescente, A Canção do Africano, dão o tom do seu estro. Sagraram-no o **poeta dos escravos**, e disso ele fez a sua glória maior. Castro Alves amava a liberdade abstrata, queria livre o Brasil, a pátria brasileira, em plena justiça, e, nesse empenho de liberdade e justiça, quis, com todos os seus afetos, a libertação dos cativos, a reparação inteira e confessada da secular injustiça. Assim se explica que a sua musa de revolução começasse nas singelas estâncias desse **Canto**. As comovidas ideias sociais, que nos anteriores eram vagos ensaios, na sua musa tomaram forma definida completa, e, por isso, ele teve de ser, sobretudo, um épico, porque foi essencialmente um apóstolo. Nesses estros de justiça e liberdade, ele tem uma primazia que ninguém lhe contestará. Já o notamos: qualquer que seja a beleza e sinceridade de emoção da sua lira, o valor soberano da sua musa está nos cantos de generosidade humana e de propaganda social. Como nos surtos de simpatia e solidariedade se eleva o sentimento, Castro Alves, mocidade em pensamento, foi, antes de tudo, um valor de coração. A compaixão, em que ardia o seu gênio, assinalou-lhe, nessa altura, uma originalidade indiscutível, com intuições proféticas. É Afrânio, ainda, quem acentua, com toda a razão, o rasgo de profecia em que Castro Alves situa o despedaçar da escravidão nas quebradas do Cubatão. O poeta não saberia, talvez, dar conta dos trâmites íntimos do seu pensamento, até que desabrochasse a predição; mas, inegavelmente, tudo resultou de uma sublimação mental, inconsciente, dos dados havidos na sua viagem até São Paulo: o acúmulo de escravos nessas partes do país; a maior resistência que aqui havia à libertação; o asilo natural que ali se oferecia nos anfractos da montanha, para que os escravos se aquilombassem; o vivo da campanha a desenvolver-se na capital do país... De todo modo, uma profecia. E não seria difícil interpretarem-se como desse valor muitas outras afirmações da sua obra, cuja empolgante fascinação bem resulta daí. Haverá

nela arroubos verbais, quase vazios, muita imagem facilmente banalizável: “O vento da esperança traz o pólen do porvir... O acaso – avalanche imensa da mão do Eterno suspensa, que a ideia esmaga tombar...” Pouco importa: há retalhos de pensamento nos veios da portentosa sonoridade, e, por toda parte, o túrgido sentimento, que mantém vívidas e fulgurantes essas mesmas inanidades, nem percebidas, muitas vezes, tantas são as potentes ideias realçadas em generosidade, irradiantes de simpatia, bramantes em reivindicações regenerantes e dignificadoras.

Em verdade, multiplica-se em Castro Alves essa expressão de um ideal coletivo, como a voz de obscura esperança da nação que renasce. É novo, absolutamente, no Brasil, um tal ânimo de poesia, eminentemente social, ao mesmo tempo – literatura de combate, inteiramente por fora dos partidos, aplicada diretamente aos corações. Isto será fulminante, principalmente porque ele incorpora todas as ideias em que nos elevaríamos, infundindo de ideal os nossos sentimentos. E prega como sente, e desabusadamente atira-nos, com as suas estrofes, para a revolução. “... No espaço, há um drama de treva e luz... Moços, creiamos, não tarda a aurora da redenção... Levantai um templo novo, porém, não que esmague o povo, mas lhe seja o pedestal. Que ao menino dê-se a escola... Sim!... Que a criança é uma ave, cujo porvir tendes vós... Libertai tribunas, prelos... São fracos mesquinhos elos... Não calqueis o povo – rei! Quebre-se o cetro do Papa, faça-se dele uma cruz, a púrpura sirva o povo, para cobrir os ombros nus...” E quando a compaixão imediata o empolga, leva-nos, em pasmo, à mesma compaixão:

*Oh! Deus! Não ouves dentre a imensa orquestra
Que a natureza virgem manda em festa
Soberba, senhoril,
Um grito que soluça aflito, vivo,*

O retinir dos ferros do cativo,
Um som discorde e vil?

.....
E as palmeiras se torcem torturadas,
Quando escutam dos morros nas quebradas
O grito de aflição.

É a tonalidade de um apóstolo, nas ousadias do revolucionário:

O povo é como o sol! Da treva escura
Rompe – um dia co'a destra iluminada...
Oh! Temei-vos da turba esfarrapada,
Que salva o berço à geração futura,
Que vinga a campa à geração passada,
.....
Povo! povo infeliz! povo, mártir eterno,
Tu és do cativo o Prometeu moderno...
Enlaça-te no poste a cadeia das leis...

Ele, também, Castro Alves, tem o seu **Pedro Ivo**. Mas, aqui, o canto já não é mais a simples compaixão exaltada em prece so-
branceira, Não: é o grito de afronta ostensiva, direta – do revolu-
cionário republicano em face do trono:

... a realeza que passa,
Com o sangue de vossa raça,
Cospo lodo sobre vós!...
..... vaga encapelada,
Recua de uma passada,
P'ra levar de derribada,
Rochedos, reis, multidões!...

Mais eficaz, talvez, como voz do coração a coração, é o seu poema ao **peregrino audaz**: “Vai!... livre... bem livre, a Marselhesa aos ecos soltar bramindo... Deus te acompanhe, peregrino audaz...” É o outro aspecto de quem bem ousadamente gritou: “República!... voo ousado do homem feito condor...” Nacionalista, patriota, mas iluminado, o poeta de Cachoeira de Paulo Afonso eleva-se, quanto de justiça, sobre a ideia de pátria, ou, então, se é patriota, será para uma pátria dignificada em justiça.

A Pedro Ivo:

*Vai, tu que vestes do bandido as roupas,
Mas não te cobres de uma vil libré.
Se te renega teu país ingrato,
O mundo, a glória, tua pátria é.*

O próprio símbolo da pátria, ele o quisera abatido, roto, antes, que poluído em grandeza infame:

*Auriverde pendão da minha terra...
Antes te houvessem roto na batalha...*

Famosos hendecassílabos que passaram pelo coração de todos os brasileiros, para neles amparar a sorte dos cativos, e da sua descendência.

Reconhecendo em Castro Alves o poeta revolucionário, decidido republicano, Joaquim Nabuco alonga o qualificativo – **poeta republicano de Gonzaga**... Já houve quem acentuasse (Afrânio Peixoto) o fundo de despeito, do liberal **diletante**, abolicionista retardado, e que, em face à glória do abolicionista radical, tenta diminuí-lo: **republicano de Gonzaga**... Gonzaga, português, que na hora suprema, negou ser republicano, brasileiro e

independentista... Também pode não ser simples despeito do pleiteante ao renome e à popularidade, que foram completos para o poeta: será a muita dissemelhança, das duas mentalidades, como a diferença que há, entre o abolicionista revolucionário, apaixonado, intransigente, e o que veio gradualmente, simples **emancipador**... Joaquim Nabuco era bem o **adiantado** político brasileiro, todo em liberalismos mansos, incompatível com qualquer trajeto pela zona perigosa, das efetivas novidades sociais e políticas. A sua mentalidade era bem a dos **leaders** da grande propaganda liberal, ou republicana da época, sendo essa a época em que se discute, e se formula, toda a nova organização nacional republicana, no último decênio do século, como se nunca houvesse existido Blanqui, Bakounine, Prudhomme, Fourier... como se o mundo ocidental, desde 1870, não vivesse recortado pelas doutrinas socialistas, realmente preocupado com as respectivas necessidades. Não é o fato de que a Constituição e as reformas primeiras não houvessem incluído o assunto: é que, em toda a longa discussão – de 1889 a 1891, não há, sequer, referência a isso. Dir-se-ia que aqueles serôdios revolucionários, e rançosos liberais, desconheciam completamente todo o volumoso trabalho reunido em torno das pretensões socialistas, e ignoravam, até, as mais patentes necessidades sociais. No entanto, intuição de gênio, a questão social é levantada, mais de uma vez, na obra de Castro Alves. **O Vidente, Adeus, meu Canto**... são páginas onde bramem reivindicações que vão além da simples eliminação da realeza, onde lampejam aspirações que não são, apenas, a libertação civil dos cativos. E ele nos anuncia, explicitamente, a **grande profecia**:

*Hão de nascer virentes nos campos das idades,
Amores, esperanças, glórias e liberdades!...*

.....
*No mundo – tenda imensa da humanidade inteira...
Feliz se aquece unida a universal família...*

⊕

*Dos Saaras africanos, dos gelos da Sibéria,
Do Cáucaso, dos campos dessa infeliz Ibéria,
Dos mármoreos lascados da terra santa homérica,
Dos pampas, das savanas desta soberba América,
Prorrompe o hino livre, o hino do trabalho!
E, ao canto dos obreiros, na orquestra audaz do malho,
O ruído se mistura da imprensa, das ideias,
Todos co'as mãos calosas, todos banhando a fronte
Ao sol da independência que irrompe no horizonte...*

Esse malho, que ele faz girar no verso, não é simples necessidade de rima. No **Adeus, meu Canto**, já ele é invocado:

*Soa a ideia, soa o malho,
O ciclope do trabalho
Prepara o raio do sol...*
.....
*Trabalhar!... brada na sombra
A voz imensa de Deus!
Braços voltai-vos para terra...*

⊕

Em verdade, a campanha abolicionista que terminou em 1888, começa com os cantos de Castro Alves. A sua primeira poesia nessa inspiração é de 1863; a maior parte das outras avulsas, são de 1868. Ora, as primeiras e tímidas referências da política oficial ao assunto, são de 1867; e foi coisa em segredo, sem nenhum efeito sobre o público. Esse período – de 1863-65-68 – é decisivo na estruturação e formação literária de Castro Alves; o seu pensamento se afirma em arrojo e originalidade. Mas o sentimento já não terá que evoluir: desde 1863, com **A Canção do Africano**, vibra no seu estro aquela intensa e profunda simpatia que, d'**A Cruz da**



Estrada a Vozes d'África, cresce, amplia-se, transborda, idêntica a si mesma, porque já era o sublime da compaixão. Sem dúvida: o coração brasileiro tinha as cordas para essa compaixão... E aí está o grande mérito de Castro Alves: foi a expressão justa do sentir essencial da nação. Expressão justa, mas tão nova e tão sincera, e tão potente, que se impôs como revelação.¹⁰ De fato, o poeta de **Navio Negreiro** revelou ao povo brasileiro a compaixão que estava no coração de todos. É fácil julgar da qualidade de estro de Castro Alves, e do que foi o seu influxo. Tomem-se os seus poemas mais conhecidos, e justamente afamados – **Vozes d'África** e **Deusa Incruenta**: o primeiro, lamento épico, sem lágrimas e sem solução, foi um transe de comisseração em que se encontraram todos os afetos do tempo. O segundo, apoteose do pensamento socializado com toda a sua grandeza, apenas serviu de motivo para proclamar a justiça e reclamar a liberdade e o bem:

*Ergueu-se! Olhou de roda os plainos do Universo...
Abriu braços de mãe p'ra acalentar o mundo...*

¹⁰ Outros poetas já tinham dado cantos à compaixão pela sorte dos cativos. Gonçalves Dias tem *A Escrava*, onde o lirismo da evocação pátria destaca o traço final: “Do ríspido senhor, a voz irada, rápida soa... Sofreu tormentos porque tinha um peito... Mísera escrava! no sofrer cruento, Congo! dizia”. *A Canção do Africano* é, patentemente, inspirada das estrofes de Gonçalves Dias. As quadrinhas que Castro Alves faz cantar à escrava do seu Gonzaga são perífrases, ou seguimento às quadrinhas, na mesma medida, do poemeto de Gonçalves Dias.

*Oh! doces terras do Congo,
Eu sou a pobre cativa,
Doces terras d'além mar!...
A cativa de além mar...*

Varela também parafraseou *A Escrava* de Gonçalves Dias, e tem, além disso, o poema *Mauro, o Escravo*. Calazans, poeta menor, tem os indignados versos, donde, em 1865, Castro Alves tirou epígrafe para o seu *Ao Romper d'Alva*: “Página feia, que eu não posso altivo, romper, pisar-te, recalcar, punir!...”



*Rugiram de terror ao ver-lhe o rir sublime...
O sátrapa, o chacal, a tirania, o crime...
O abutre, o antro, o mocho, o erro, a escravidão!..
O abafado estertor do servo miserando,
Da deusa no clarim gigante reboando,
Clamou da terra verde, ao firmamento azul!..
Salve, Deusa incruenta! Imensa divindade...
Em prol da humanidade a Deus levas o grito...*

§ 60 – Incruentas e falhas...

As quatro revoluções que marcam os estágios da evolução nacional passam, todas, como vitórias incruentas, definitivas... e falhas. Como correspondiam às necessidades essenciais e inadiáveis, pronunciaram-se em movimentos desde logo triunfantes, sem possibilidade de resistência efetiva. Nem houve, mesmo, por parte dos conservadores, o pensamento de reagir francamente, imediatamente. Destarte, **independência, abdicação, abolição, República** foram mudanças irreformáveis e definitivas quanto aos motivos ocasionais e imediatos, como foram vitórias falhas quanto às causas essenciais dos males a curar.

Não será preciso refazer a história, para repetir a demonstração de como se anularam as duas primeiras dessas revoluções: a carência de 1822 determinou a revolução de 7 de abril, como o falseamento da abdicação produziu todo o subsequente mal-estar, até as crises de 1842-48, e a definitiva deturpação do regime tentado, para que se repetisse em 1889, em forma republicana, o ensaio de 1832. Tudo isto proveio de que a reação, fatal, inevitável, já se deu dentro da realização revolucionária. Como sucede sempre que o corpo dos dirigentes viciados, responsáveis pelos próprios males anteriores, vêm incluir-se entre os revolucionários, esses dirigentes, já situados e senhores do mecanismo governamental, acabam

assenhoreando-se das posições, escamoteando a revolução, deturpando-a no vivo do programa, traindo-a nos intuitos reais. É a reação mais eficaz, quer venha em nome de **moderados**, quer no de **adesistas**... É o inevitável malogro das revoluções incruentas...

Das duas últimas revoluções brasileiras, tem lugar à parte, em efeitos especiais, a da Abolição. A par de aspectos políticos, primando sobre eles, esse movimento trazia motivos sociais, bem patentes, um dos quais, mais saliente, imediato – a eliminação da escravidão legal, não podia ser iludida, pois nisto se exprimia a própria vitória da revolução. No mais, a mesma Abolição falhou, tanto nas suas exigências políticas, como nos outros motivos sociais. Seria consequência lógica do abolicionismo vitorioso: a organização do trabalho inteligente e livre; preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais proteção do operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e de greve; a garantia de boa higiene, no esforço e na disposição de locais; organização de seguros de acidentes e velhice etc. O indispensável, em suma, para que o proletário não seja um espoliado; o necessário para que a produção não seja a exploração cruel dos que realmente trabalham. Nada disto se fez; aboliu-se legalmente cativo, para que os cativos de ontem, e todos os proletários, ficassem à mercê da ganância patronal, economicamente mais escravos hoje do que o eram dantes. Não se pedia que o abolicionismo resolvesse a inteira questão social; mas, para que a vitória de 13 de maio fosse a redenção efetiva do trabalho, havia que remir efetivamente o trabalhador. Como, no entanto, se continuaram os mesmos dirigentes, que não haviam sabido achar a solução do **problema servil**, e tornaram, com isto, indispensável o desfecho revolucionário?... É este o aspecto político da questão: 13 de Maio tinha que falhar politicamente, como todas as revoluções brasileiras, e a sua carência política determinou a sua nulidade em todos os consequentes efeitos sociais.

Há um paradoxo nas nossas revoluções: ou irrompem sem preparo ostensivo, ou tal preparo parece insignificante, em vista dos resultados, pois que, antes, a ideia revolucionária parecia viver numa minoria fraca, e, logo depois, incorpora toda a opinião pública. Assim, em ângulos diferentes, para todas elas. A Independência se concretizou na atitude do príncipe; ora, um mês antes de 7 de setembro, ele escrevia ao pai afirmando submissão. Em março de 1831, não havia **moderado** que pensasse em afastar D. Pedro I, e, mesmo a 6 de abril houve deles quem pensasse em **ir para o Campo impedir a revolução**. O coração brasileiro estava, desde sempre, com os cativos, mas em 1887, chefe do Governo, o Barão de Cotegipe, escravocrata irredutível, tem como companheiro, para adiar a solução, o conselheiro Antonio Prado que será figura primacial do ministério libertador de João Alfredo. A campanha abolicionista foi violenta, mas, em verdade, ela só tomou esse caráter para arrebanhar a nação, em 1887. Quanto à República, propaganda que se ensaiou em 1870, só teve voz potente em 1882, e só teve realidade de 1886 em diante. Apesar disto, o chefe do gabinete de 1889, o Visconde de Ouro Preto, julgou-se autorizado a lançar aos republicanos, nas vésperas da revolução, o famoso **cresçam e apareçam...** No entanto, em todas essas conjunturas, manifestado o movimento, não há tentativa de resistência, assim como na hora da vitória vêm todos para ela, que incorpora, imediatamente, toda a ostensiva opinião pública... Chega a ser monstruoso, mas tem explicação completa nas nossas mesmas condições de formação política, combinada à nefasta herança, com a qualidade mais sensível no nosso caráter coletivo pacífico e bondoso.

Não temos educação política; nunca tivemos educação para uma tal campanha de opinião. Viemos do mandonismo colonial, herdando um corpo de dirigentes que nunca se substituiu, dirigentes em que se reproduzem, implacavelmente, os mandões

primeiros, incapazes, por conseguinte, de levar-nos a esse estado em que as questões têm que ser debatidas para a conquista da opinião, e em que as necessidades gerais de reforma, sentidas nas consciências descortinadoras, são, desde logo, objeto de propaganda. Então, produz-se a contradita efetiva, em torno de doutrinas, e, se a resistência obriga à revolução, haverá necessariamente o corpo de resistência imediato; haverá luta efetiva, para uma vitória radical, em realizações efetivamente revolucionárias. Nada disto era possível, nem o é ainda, talvez, no Brasil. Temos existido, na política das personalidades, com um regime de discussões em torno das mesmas personalidades: As propagandas e campanhas de oposição assim se fazem: ataques a Pedro I e aos seus Paranaguá; ataques a Feijó, ataques a Pedro II e aos seus Paraná, Zacarias, Itaboraí, Soares de Souza, Cotegipes... Há, certamente, necessidades incoercíveis de reformas e transmutações, necessidades mal-definidas que, muitas vezes, acabam impondo-se ao ânimo da nação, já retardadamente, e, assim, irrompem sobre a política corrente, levando-a de vencida. É a vitória da revolução, que, por isso, é francamente aceita. E como não houve sucesso de contradita à ideologia revolucionária, que é, apenas, a voz da instintiva necessidade, os dirigentes de ontem e as mentalidades com eles afinadas, acreditam, sinceramente, poder participar da nova ordem de coisas, e vêm para a revolução que será incruenta, para ser substancialmente falha.

Em verdade, a realidade de uma revolução depende de um ideal capaz de inflamar, orientando um programa bem concreto, das mutações a fazer, dos processos a seguir e da inevitável substituição do corpo dirigente. Em vista ao progresso, toda legítima revolução, já o dissemos, exige a eliminação da classe onde se incorpora o arcaísmo banido. Tal não seria possível no nosso país. Devido a essas mesmas condições herdadas, os ideais não chegavam a ser clarão sobre as consciências; valiam potentemente,

pois que vinham de necessidades profundas, porém, mal se distinguíam na ganga dessas mesmas necessidades. E como nunca tivemos tirocínio de liberdade e de opinião, não eram convenientemente apresentados e definidos. Liberdade, Justiça, República... Que liberdade? Que justiça?... Por isso mesmo, não havia possibilidade de programa razoável, lúcido, fecundo, em novos costumes, nem se sentia a necessidade de outros dirigentes, indispensável para novos costumes como realidade revolucionária. Vida política que se consubstanciava em mandões, a do Brasil não pedia, nem comportava convicções; Carneiro de Campos, e mais Vilela, Hermeto, e todos os que fizeram o Império, podiam ser sinceros, nunca espíritos de convicções. Levavam-nos as formas em que se encontravam aproveitadas para satisfação dos apetites pessoais. Os raros Feijó e José Bonifácio não puderam fazer obra com eles, nem prevaleceram. Toda esta gente que vem dos adesistas à Independência, os **moderados** de 1831, até os escravocratas, liberais ou conservadores, convertidos em abolicionistas a 13 de maio, mais os adesistas de 1889, acreditava poder, realmente, ser **independentista, liberal, abolicionista e republicana...** Os mais desabusados não demoravam em refletir incompatibilidades. E, todos, entraram para as revoluções do seu tempo, anulando-as nos efeitos essenciais.

Mesmo em revoluções combatidas, acontece muito que, entre os vencedores e os oportunistas, haja uma grande massa de moderados, afeitos ao regime anterior, prontos a reduzir a crise à simples mudança na letra das instituições, sem lesão efetiva dos privilégios condenados, e, sobretudo, sem a integral substituição de classe dirigente. Abre-se a dissidência, entre radicais e contemporizadores, dissidência que não tarda degenerar em luta ostensiva – Montanha e Girondinos, luta em que a própria revolução se enfraquece, para ser empolgada pelos Bonaparte ou Bernardo de Vasconcelos... Está anulada a revolução, para a volta à fórmula anterior – ao segundo Império, ou à Restauração, enfeixada na Santa

Aliança. Não há propriamente responsáveis pelo fracasso, pois que deriva tudo de condições feitas. Já o acentuamos: a realidade de uma mutação revolucionária exige, antes de mais nada, uma concepção lúcida dos seus intuítos. Enquanto se pretende que o êxito se liga à simples conquista do poder em nome da mesma revolução, ele está votado à nulidade. Tem-se que a virtude reformadora se liga a fórmulas abstratas, admite-se que venham para a realização todos que se oferecem, e, com isso, o movimento, é, ao mesmo tempo, submergido e desviado. Dirigentes anteriores, mentalidades feitas no regime condenado: como acreditar que, por esses, tenham realização novos ideais, em formas novas? No encontro dessas mentalidades com a abstração condutora do movimento, não será a abstração, fórmula inerte, que dobrará as mentalidades, senão estas que se dobrarão, forçando, falseando o princípio abstrato, até realizarem aquilo a que estão afeitas. Como esperar que Araújo Lima, Calmon... potentes na nova ordem de coisas, dessem realidade a uma democracia brasileira? Como admitir que a onda dos serviçais do Império, aderentes à revolução de novembro, fizesse a legítima República, impossível, mesmo com os raros escassos republicanos educados na mesma classe de dirigentes?...

Perdoadas em tudo mais, pelos dirigentes que as exploram e as desnaturam, as revoluções brasileiras têm sido condenadas, porque se fizeram com o apoio ativo e formal das forças armadas... De fato, assim aconteceu. A mesma Independência teve como lance decisivo o movimento das forças brasileiras, a 12 de fevereiro de 1822, forças que, sob o comando de oficiais superiores, também brasileiros, opuseram-se às pretensões dos desordeiros de Avilez, e deram o supremo poder ao príncipe.¹¹ A abdicação

11 Os comandantes brasileiros eram José Manoel de Moraes, Antero Ferreira de Brito e José Joaquim de Lima e Silva, o próprio que fora insultado pelo tenente-coronel português, José Maria da Costa. Das forças brasileiras reunidas espontaneamente no *Campo*, para agir contra Avilez, faziam parte os

foi o efeito de um movimento popular, quase espontâneo, e a que se juntaram, desde logo, muitos corpos da guarnição, inclusive o batalhão do imperador. A Abolição teve como crise decisiva a recusa das forças do Exército, quando mandadas contra os escravos aquilombados no Cubatão. A República?... Nem será preciso lembrar a intervenção militar. E é, justamente, pelo que houve de ostensivo e impróprio na forma dessa intervenção, que a respectiva proclamação tem sido taxada de **levante de quartéis**. Foi a incapacidade dos revolucionários republicanos. Temos de fazer referências ao caso; mas, em substância, o apoio explícito e ativo das forças armadas não pode fazer condenar as nossas revoluções. Na realidade, não há revolução, com conquista de poder, sem o apoio de forças armadas; assim como nenhuma pode prevalecer, se as mesmas forças a repelem e combatem. Desde os dias de Cina e Cesar, até o grande triunfo dos revolucionários russos, que se contam revoluções vitoriosas sobre os ombros da tropa.

§ 61 – A Abolição: a tradição brasileira para com os escravos

A Abolição teve de ser feita revolucionariamente: é uma rápida demonstração a deixar, demonstração fácil, e que servirá, também, para verificar, na política do Império para com a escravidão, todos os lineamentos em regressões aviltantes, da sua política geral. É um aspecto em que se tem a medida de tudo. Veremos, num paralelismo infame, como, à medida que o Brasil glorioso de 1824-31 decaiu para as apostasias que dão na frouxidão insincera e dissolvente de 1860, degrada-se a moral governamental, para vir, do programa abolicionista dos revolucionários de 6 de março de

tradicionais batalhões dos *Pardos* e dos *Henriques*. Essa força armada, que deu o poder ao príncipe, acompanhou-o, ainda, no atentado contra a Constituinte.

1817, dos projetos generosos de José Bonifácio e das realizações nítidas de Feijó, a essa política torpe e inumana, que só extingue o tráfico quando o inglês o impõe com vilipêndio da soberania nacional, e só atende à questão da **emancipação** para desmentir o paraguaio que, em propaganda de defesa, apresenta o Império brasileiro como o país da escravidão, sendo preciso, ainda, a intervenção dos abolicionistas franceses, perante quem o imperante quer ostentar filantropia. Já infamado o Brasil no negreirismo de 1838-50, mais o aviltam quando armam uma legislação de ilusória libertação (28 de setembro de 1871), para marcar, definitivamente, escravos, centenas de milhares de brasileiros, homens livres, assim como africanos importados, depois de legalmente suspensa a importação de escravos. E tudo isto se fez contra as tradições patentes da nacionalidade brasileira.

De todos que estudaram o Brasil colonial, e podiam julgar desse caso, nenhum o conheceu melhor do que Southey, que, ao definir as possibilidades desta pátria para prever-lhe os destinos, predisse a pronta escravidão do tráfico, e, a seguir-se-lhe, a abolição do trabalho escravo. Foi a conclusão que se lhe impôs, ao constatar a relativa bondade dos brasileiros senhores de escravos. Isto ele o proclamou, mostrando-nos muito mais humanos do que os seus patrícios. E razão lhe foi dada, seis anos depois, pelos revolucionários de 6 de março de 1817, que, ao sentirem a responsabilidade da organização de um Brasil independente, inscreveram entre as necessidades essenciais da nação a constituir-se, a extinção da escravidão. É um **cancro social**, disseram eles, logo no seu manifesto de governo. Nem podia ser de outra forma, dadas as qualidades gênicas do ânimo brasileiro. De inteligência pronta no apreender, compassivos e abertos cordialmente aos ideais de justiça, os revolucionários pernambucanos adotaram explicitamente os princípios de humanidade proclamados desde os meados do



século XVIII.¹² A escola maçônica, onde eles se inspiravam, era a mesma de Bolívar, que formulava: “O ouro e a escravidão são dois elementos inimigos de todo o regime de justiça e de liberdade”. Noutras palavras, é o conceito de nosso José Bonifácio, quanto à necessidade de fazer a emancipação dos escravos, a fim de chegar à condição de povo livre. Antes, já o brasileiro Maciel da Costa, futuro Queluz, havia escrito uma memória sobre a extinção da **escravidão**. Passou o caso sem maiores referências, mas o esforço de José Bonifácio, na situação de responsabilidade em que ele estava, tem significação absoluta. É fato a notar: os dois maiores estadistas brasileiros, no período de formação mesma da nação, adversários e antagonistas de sempre, e em tudo, sem nenhum contrato político em toda a vida de ambos; esses dois homens, porque são realmente estadistas e brasileiros, estão de acordo nas ideias de emancipação dos cativos.

Ministro, chefe do gabinete, José Bonifácio tratou de dar realidade ao convênio de 1817, que extinguiu o tráfico ao norte do Equador; ministro, ainda, e deputado, fez públicas as suas ideias a respeito da emancipação, e começou a formular o projeto em que as incorporava. É a esse propósito que ele assinala Portugal como **a nação que mais crimes tem cometido contra a humanidade**. A dissolução da Constituinte não lhe permitiu apresentar o seu projeto, mas era tal, e tão sincero o seu empenho que, em 1825, lá no exílio onde estava, publicou uma representação – **A memória** sobre o assunto, e que é o transunto do mesmo trabalho. No projeto de constituição elaborado pela Constituinte, que ele inspirava, está à disposição: “Artigo 254. - A Assembleia (o Parlamento) terá particular cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua

12 Ab. George Bryanm, vice-presidente da Pensilvânia, há mais de dois séculos, chamava a escravidão *opróbrio da América*.



educação religiosa e industrial.” A Constituição de 1824, o tal monumento de liberalismo, teve o cuidado de omitir essa disposição. Justificando a sua **representação**, o velho Andrada é de generosa fraqueza: “Começamos, pois, desde já, esta grande obra (a emancipação) pela expiação de nossos crimes e pecados velhos...” De fato, deveríamos, hoje, em vista do passado, ajoelhar perante as vítimas, para os fins do necessário perdão, e redimir, a preço de desinteresse e de beleza moral, as torpezas desses que fizeram o Brasil sobre as dores e o cativo de duas raças. E há dignidade em reconhecer que, ainda hoje, sofremos as consequências de termos sido a última nação do Ocidente a eliminar a escravidão. Tal não se daria, se a vida do Brasil houvesse prosseguido nos destinos que se lhe anunciavam. Mas houve que o próprio José Bonifácio teve de ser eliminado; contudo, se ele não pôde apresentar o seu projeto de emancipação, chegou a submeter à apreciação da Assembleia Constituinte um regulamento de civilização dos índios, onde mostra que, praticado o regime proposto “... com o andar do tempo, isto tornará inútil os escravos.”

Note-se: essas ideias abolicionistas não eram exclusivas do velho Andrada. Elas formavam, pode-se dizer, a ambiência política daqueles dias. Já vimos que Maciel da Costa precedeu o próprio José Bonifácio. Voltou atrás... e isto ajuda-nos a compreender como o Brasil emancipador, de 1822-37, pôde chegar à infâmia negreira de 1850. Queluz é um padrão, mas não se extingue com ele o ânimo de justiça, dos brasileiros para com os escravos. Em 1826, um oficial superior do Exército, o brasileiro Eloy Pessoa, fez público um conjunto de medidas para a **extinção gradual da escravidão**. Nessa mesma data, começa um outro aspecto da política do Império a esse respeito: é a história que deriva da convenção firmada, então, com o governo britânico para a extinção do tráfico. Havia, contratada pelo governo de D. João VI, a convenção de 1816, onde se proibia captar negros ao norte do Equador,

criando-se, ao mesmo tempo, comissões mistas para verificar a legitimidade de procedência dos africanos importados no Brasil depois da convenção. Foi um ajuste tratado em ânimo de aparente justiça, mas não passou um ano, que o governo do Rio de Janeiro arranjasse nova convenção, a pretexto de regular o tráfico permitido na de 1816, e, com isto, achou meio de produzir novo tratado: direito de marcarem-se os escravos com carimbo de prata, e de transportarem-se nos navios tantos negros quanto o quisessem os traficantes, em atenção à tonelagem da embarcação. Este passo diz bem o que será a futura política do Império. A convenção de 1826 proibindo todo tráfico de negros africanos nas costas do Brasil, a começar três anos depois, foi arrancada ao governo de Pedro I pelo gabinete de Londres, nos ajustes do **reconhecimento**. Era ministro de estrangeiros, no tratá-la, o mesmo Maciel da Costa, já avolumado em Marquês de Queluz, e este, ao enviar à Assembleia o referido tratado, em vez de assinalar nele qualquer mérito, diz, com todas as letras – que o imperador resistira em assinar tal convenção, e só o fez porque o governo britânico não lhe deixou possibilidade de recusa. Desapareceu, assim, no marquês, o antigo abolicionista. Em compensação, a Assembleia, cuja grande maioria era de irredutíveis adversários de Pedro I, ao discutir o tratado, manifestou-se desassombradamente contra a escravidão, em ideias e sentimentos só comparáveis aos dos grandes abolicionistas de 1888... Um Cunha Matos, com voto separado contra o tratado, diz, no entanto, que reconhece no tráfico coisa condenável... O futuro conservador e escravocrata Bernardo de Vasconcelos, como estava a explorar a corrente de ideias da época, dando a essas ideias a força do seu talento, produzia admiráveis discursos, fulminando, não só o tráfico, mas a própria instituição da escravidão. Até José Clemente, alteando-se em patriotismo, condenou o tráfico e o trabalho escravo, como **nocivos aos legítimos interesses do Brasil**. Foi nessa ocasião que Ferreira França,

ao ouvir do luso-brasileiro que o escravo era uma propriedade, não se pôde conter, e veio à tribuna protestar: “A proposição mais horrível que ouvi foi de que os escravos eram nossa propriedade: é horrível!...” Meses depois, o mesmo José Clemente apresenta um projeto mandando que se vendessem os escravos pertencentes ao Estado do Brasil; Ferreira França replicou-lhe com uma indicação para que, em vez de vendidos, fossem tais escravos libertados... Era expressão de aspirações normais na época. E é por isso que, apesar da oposição ao governo imperial, a maioria da Assembleia aprovou-lhe o tratado de 1826, extinguindo o tráfico. Outros grandes políticos manifestaram-se francamente emancipadores, como Lino Coutinho, José Custodio, Paulo e Souza, Paula Cavalcanti, Holanda Cavalcanti...

Estabelecendo o prazo de três anos, para suspensão do tráfico, a convenção de 1826, criava, para realidade da disposição, penalidades pesadas sobre os negreiros recalcitrantes, assim como a obrigação de, a sua custa, fazerem a repatriação dos africanos transportados para aqui depois do citado prazo, que findava a 3 de março de 1830. Ora, o primeiro Império viveu ainda um ano, e nada, absolutamente nada, ele fez, no sentido de impedir que continuasse o hediondo comércio. Pelo contrário então, entrou ele em incremento. Veio a Regência, para aquela vida agitada que teve; no entanto, sob a direção política de Feijó, ministro **leader**, a Assembleia votou a lei de 7 de novembro de 1831, tão completa nas providências contra o tráfico infame que Tavares Bastos pôde dizer: “A lei de 1831 acabaria com o tráfico, se a houvessem executado com o zelo e a inteligência necessários”. Por isso mesmo, a lei de Euzébio de Queiroz, de 1850, foi quase a reprodução daquela. Antes mesmo da lei de 7 de novembro, o Ministro Souza França, baseado na convenção de 1826, fez processar, em maio de 1831, diversos negreiros. Ao mesmo tempo, acentua-se a ação antiescravocrata de Feijó. Ministro, exigiu imediatamente uma lista de

todos os africanos declarados livres pela **comissão mista**. Logo depois, a 22 de julho de 1831, voltou ao assunto num aviso, para que “se dê regularidade a este negócio que tanto interessa à humanidade, levando-se ao conhecimento do governo a efetividade da responsabilidade dos que tão escandalosamente abusaram da parte que sobre tal objeto lhes fosse confiada”. A 17 de janeiro de 1832, baixou outro aviso, para que os juizes de paz procedessem a corpo de delito e sumário de culpa, sempre que **escravos sofressem dos seus senhores castigos imoderados...** Em abril do mesmo ano, publicou o decreto regulamentando a lei de 7 de novembro, de modo a torná-la praticamente eficaz. Há, nesse regulamento, disposições assim: “Não serão os donos de barcos admitidos a justificar a morte de pretos senão pela inspeção do cadáver pela autoridade que lhe tomou os sinais... Havendo presunções veementes de ser um preto livre, será ele depositado...” Num longo e bem argumentado relatório à Assembleia Geral, ainda em 1832, ele mostra os repetidos crimes dos negreiros, e lembra diferentes medidas com que se garantissem os direitos dos africanos. Em maio seguinte, tomou sérias providências contra contrabandos no porto do Rio de Janeiro (bergantim Lobo), e em Bertioga,¹³ Deputado à assembleia da sua província, Feijó apresenta um projeto de lei tendente a proteger os escravos, suavizando-lhes a vida, facilitando-lhes a libertação. No tempo, compararam o seu projeto ao famoso código colonial francês regulando liberalmente o direito dos pretos. Candidato a regente, o grande paulista fez o seu testamento, onde libertou, a curto prazo, todos os seus escravos e, ao mesmo tempo, determinava que os

¹³ Do relatório do Ministro Feijó, em 1832: “O vergonhoso e infame tráfico dos pretos continua por toda parte. Sem efeito têm sido até hoje todas as recomendações. Quando as mesmas autoridades são interessadas no crime, inevitável é o cometê-lo: contudo o governo acaba de dar um regulamento para execução da carta de lei de 7 de novembro do ano passado, talvez que dele resultem os bens que a referida lei pretendeu mover.”

filhos das suas escravas, nascidos depois da libertação delas, **eram imediatamente livres**. Regente, ele marcou a sua curta passagem pela suprema magistratura com uma série de providências em que se patenteia o sentimento de um antiescravocrata. Logo a 7 de março de 1836, faz baixar um aviso, criando um cofre onde se recolhessem as quantias provenientes da **arrematação** dos serviços de africanos livres, isto é, entrados depois de 30 de março de 1830, e, ao mesmo tempo, com todo o desassombro de voz, ele denuncia os repetidos crimes contra esses africanos importados de contrabando; em setembro do mesmo ano, ordena que as autoridades sejam avisadas da morte dos arrematantes, a fim de serem garantidos os direitos dos presos arrematados. Ora, essa arrematação, instituída na convenção, era uma forma aproveitada para converter o pobre africano em escravo, e Feijó, em desenvolvimento das outras providências, fez tão difíceis as condições de arrematação que tornava preferível o reembarque para restituí-los à pátria, de onde tinham sido tirados. E fechou o ano de 1836 com este aviso: “Constando ao governo imperial que em uma casa da Rua do Conde nº 4, fora... atrozmente espancado por seu senhor um escravo... o regente... ordena que V. passando imediatamente à dita casa, proceda a corpo de delito e às competentes informações... a fim de que se possam dar as devidas providências, como requerem a justiça e a humanidade.” Antes, já Feijó, regente, havia incumbido ao Marquês de Barbacena de, em Londres e em Lisboa ajustar, com os respectivos governos, medidas capazes de dar fim ao hediondo tráfico de negros africanos.¹⁴ Em 1837, ainda como

14 As instruções a Barbacena diziam:., “Considerando... que o dito projeto (de 1831) é insuficiente, e que o meio pronto e decisivo para extirpar-se o tráfico de carne humana é estabelecer-se, o mais vigilante cruzeiro de navios de guerra... considerando mais que nem Portugal, nem o Império tem Marinha necessária para conseguir-se tão útil resultado... recomenda que V. Ex. se dirija fazendo-lhe sentir que o governo imperial está convencido de que a única providência capaz contra os contrabandistas de escravos é que o governo inglês venha, com o de Portugal e do Brasil, ser parte contratante de

regente, pediu à Assembleia, cuja maioria lhe era hostil, uma lei de colonização, para **tornar desnecessária a escravidão, cuja extinção muito servirá à moral e à fortuna do cidadão...** São as suas próprias palavras. Meses depois, o grande estadista volta ao assunto, perante a Assembleia, insistindo para que lhe deem os meios de colonização, que substituam o trabalho escravo e tiraria os pretextos para a importação dos africanos de contrabando – “tráfico que a política condena e a humanidade detesta...”

§ 62 – Infla o Império sobre a escravidão

A política genuinamente brasileira para com a escravidão é essa que vem dos independentistas de **dezessete** a Feijó; a do regime bragantino será a que começa no reajuste de D. João VI, e vem à legislação infanticida de 1871. No mesmo ano da eleição de Feijó, como **regente**, o seu adversário desde os dias de 1831, Ferreira França que votara até pela denúncia do grande ministro, em 1832, e era democrata, **exaltado**, isto é, genuinamente brasileiro, apresenta um projeto estabelecendo a libertação do ventre da mulher, e em termos que dava a efetiva liberdade aos nascituros. Tal projeto nem **foi julgado objeto de deliberação...** É que, de 1826 a 1836, através de 1832, fizera-se a torva involução que chegará aos dias hediondos de 1849-60-65... Quando Feijó se sente repellido pela política dos dirigentes brasileiros, a crise de 1831 já se resolvera pela volta definitiva e completa da política nacional às formas do puro bragantismo, até o ponto de um deputado da nação escrever e publicar um livro para demonstrar as **vantagens**

uma convenção nestas duas bases: 1º – cruzeiro dos navios de guerra das três nações... 2º – imposição de pena de pirataria aos súditos das mesmas nações, apreendidos a contrabandear... Isto teria evitado a aviltante intervenção do bretão em 1845-50.

legítimas do tráfico, indispensável (em 1845), afirma ele, para o progresso do país; até o ponto de que, em 1861, ainda havia africanos livres, trabalhando como escravos na fábrica nacional de Ipanema. A tradição brasileira ainda tem raras vezes (por ocasião de Antonio Carlos, ministro em 1841), de reencetar os ajustes contra o tráfico, ajustes tentados com o governo inglês, por Feijó, em 1837; mas desde 1833, 34, à medida que se desnaturava a política brasileira, avultava a escravidão. Aproveitando, com habilidade infame, as dificuldades feitas aos governos da Regência trina, os negreiros reforçaram o seu **negócio**. Num aviso de 29 de outubro de 1834, o governo geral deixa a confissão implícita da impossibilidade de defender os africanos importados de contrabando, e, a pretexto de promover a educação dos mesmos, toma uma série de providências que importavam na escravização deles. Nesse aviso, comenta Tavares Bastos, **ainda há um pouco de pudor**: em 1836, a injustiça se desmascara, em 1843 é a ostentação... Vem Feijó, com toda a sua energia, mas não consegue ser um dique à miséria, e, de 1838 em diante, é a franca enxurrada da escravidão, em que se fará a apoteose do regime resplendente em 1865. O governo imperial não se limitava a fechar os olhos ao tráfico: a sua política dizia, em todas as linhas, que o Brasil estava votado ao trabalho escravo, único possível, e o negreirismo alastrou com o prestígio do mesmo Império. Nunca entrou tanto africano escravizado no Brasil. **A civilização nos vem da África**, proclamou desde logo a política conservadora. Segundo as estatísticas adotadas pelo governo brasileiro o número de escravos em 1819 era de 1.930.000, número que, até 1840, não aumentou, quase; a importação foi apenas o bastante para compensar o excesso de óbitos sobre os nascimentos; de 1841 a 51, despejaram os negreiros dentro do Brasil 325.615 africanos, para a escravidão francamente aceita pelo regime... Compreende-se que o *bill* Aberdeen seja de 1845... E isso ainda não bastou: não lhe dando maior importância do que

o tardio protesto de 23 de outubro, o governo imperial como que estimulou a infâmia, pois em 1846, o tráfico dobrou – 51.000, em 1847 – 57.800, em 1848 – 60.900... E se desceu em 49 para 50.000, foi para subir logo, em 50, a 57.000... O governo inglês já havia perdido toda paciência, e, sentindo-se justificado, não teve medida nos ataques à nossa soberania nacional, que era, desgraçadamente, a de uma nação empolgada pelo negreirismo.

De fato, de 1837 em diante, salvo os momentos de absoluta confusão, governava-se o Brasil com o ânimo dos escravizadores. A primeira tradição do Brasil antiescravocrata sumira-se nas apostasias dos Vasconcelos e os mais, com quem se constituíra e se engrandecera o segundo Império. Nem há caso mais expressivo do que o desse Vasconcelos, liberal e abolicionista em 1820, para dar em conservador e escravocrata. Saldanha Marinho o disse em 1869, sem que o contestassem: “Os conservadores são os mesmos que subiram (em 1841) e enriqueceram a custo da introdução criminoso de africanos no Brasil...”¹⁵ Em verdade, não é preciso ser conservador; naquela indeterminada exploração do cativo, há casos como este: “Holanda Cavalcanti que, em 1826, fora abolicionista, apoiando explicitamente a convenção contra o tráfico em 1837, apresenta um projeto, no Senado, revogando a mesma convenção.” São os dias em que Cândido Batista vem com aquele projeto, cujo artigo 13 concedia indultos aos contrabandistas de africanos. Nunes Machado ao discuti-lo, chamou a tal disposição **artigo-monstro**. E o Senado, depois de dar tempo a que o público se habituasse com a infâmia, aprovou o conjunto do projeto, que chegou à Câmara em dias de 1850, quando a pressão do governo inglês não mais permitia legalizar o perdão dos negreiros.

¹⁵ *Op. cit.*, pág. 51.



A tradição destacada em José Bonifácio e Feijó, teve a última manifestação como política antiescravocrata, no esforço de Antonio Carlos, em 1840, para obter em Londres aquilo mesmo que Feijó propusera por intermédio de Barbacena. Mas esse Andrada teve de deixar o Governo aos mais adequados ao regime, e nada concluiu do que intentara. Daí por diante, a política nacional fazia-se com o interesse do senhor de escravos, e exprimia a degradação do negreiro. O café já era ouro, e o negro se estimava assim: “Compra-se um negro por 300\$000; ele colhe, num ano, 100 arrobas de café, que produzem líquido pelo menos o seu custo.” Os **grandes políticos** assentavam, pois, a economia nacional na exploração da escravidão. Nem admira que houvesse um desses políticos escrito um livro de mais de 300 páginas, para demonstrar, em 1845, a necessidade e as vantagens do restabelecimento franco e legal do tráfico, que, aliás, fazia-se abertamente. Como o inglês reclamava o cumprimento do trabalho de 1826, e dava caça aos negreiros, lembraram-se, então, os inefáveis políticos dos **brios patrióticos**, e fomentaram os mesmos brios contra o **estrangeiro que afrontava a soberania da nação...** impedindo-lhe de cevar-se no trabalho dos africanos... Num certo momento, o escravocrata essencial, Soares de Sousa, foi ao ponto de ameaçar o representante inglês: “Dada a insistência do gabinete de Londres em reprimir o tráfico, mesmo nas costas do Brasil, o governo imperial via-se forçado a colocar o comércio brasileiro sob a proteção dos Estados Unidos, ou da França...” ao que replicou Lord Palmerston, com toda a propriedade: “Lembro-lhe que, tanto a França como a União Americana estão ligadas à Grã-Bretanha por tratados contra o tráfico...” A inflexão de voz do inglês teria completado a resposta: “... **e esses países cumprem os seus tratados...**” Completando a inépcia em má-fé, um ministro brasileiro repetiu, em pleno parlamento, as razões do célebre deputado defensor do tráfico, afirmando que a Inglaterra de 1850 só perseguia



a importação de africanos, no Brasil, por motivos de concorrência e ganância comercial. Esse foi ainda o argumento do próprio referendador da extinção do tráfico, Euzébio de Queiroz, quando protestou contra o procedimento do governo britânico, que, desesperançado da dignidade governamental dos nossos estadistas, pusera um navio de guerra bem defronte do paço, para apresar, dentro da Guanabara, os negreiros que, desassombradamente, faziam os seus desembarques.

Convencido de que ejaculava bom patriotismo, o mesmo Ministro Euzébio afirmou: **Se o tráfico se extinguiu foi porque o governo imperial assim entendeu fazer...** Nem lhe acudiu ao discernimento que isso vinha provar, justamente, a tese do inglês: “O tráfico se faz com a aquiescência do governo brasileiro; só temos um meio de extingui-lo: obrigá-lo a isto.” De fato, quando o governo imperial o quis, acabou com a entrada de africanos escravizados... mas já a voz de Gladstone havia lançado sobre o Brasil a veemente maldição em que nos apresentava ao mundo na nudez dos negreiros, ao mesmo tempo que nos ameaçava com uma guerra de extermínio... E era merecida, se tal só alcançasse o corpo dos dirigentes, cuja mentalidade se afinava com a do deputado provincial Vidigal, aquele que, em 1859, ainda teve coragem para apresentar à sua assembleia um projeto restabelecendo o tráfico. E tanto, ele o fez, porque a ambiência política o estimulava. A inflexibilidade do governo britânico arrancou-nos a lei de 1850, **extinção do tráfico**, mas, segundo as histórias correntes, o infame comércio só cessou em 1853; Melo Moraes, com a responsabilidade de político e historiador, até 1861:

As diversas negaças a que está acostumado o governo do Brasil, obrigaram Lord Aberdeen a exigir do parlamento inglês o **bill** de violências contra os traficantes de escravos, protegidos pela má-fé do Governo do Brasil, e para mais

aviltar-nos mandou colocar uma presiganga, mesmo na frente do paço imperial, onde eram lançados estrangeiros e brasileiros, que se entregavam ao tráfico da escravatura. E durante os anos de 1845 a 1861, o que não sofremos!¹⁶

Sá e Albuquerque, ministro da coroa, confessou, em nota ao representante inglês (junho de 1861), a responsabilidade do governo brasileiro no tráfico infame. Tavares Bastos, que a tudo assistiu, atesta, por sua vez, naqueles mesmos dias: “Pessoas altamente colocadas não se pejavam de advogar a causa e os interesses dos criminosos (negreiros)... A atitude provocadora dos traficantes e a imbecilidade do nosso governo, exigiam um procedimento enérgico. Promulgou-se o bill Aberdeen... A violência do governo inglês devia estar na razão da nossa cumplicidade com os traficantes.” Logo ao começar a sua campanhas, Tavares Bastos, refere casos de africanos importados depois de 1831, indiscutivelmente livres, e que, desde sempre reclamando a sua liberdade, nunca a obtiveram. Em demonstração, ele transcreve a correspondência do ministro brasileiro F. Otaviano com o representante da Grã-Bretanha: “A correspondência mostra que, de fato existem africanos livres a serviços na fábrica de Ipanema por mais de 14 anos”.¹⁷ Nessa mesma correspondência, o governo imperial, na voz de Paranhos, confessa que **não tinha**, como devia, **o cadastro dos africanos entrados depois de 1831**. Os negreiros estavam, pois, inteiramente isentados de darem conta dos seus crimes. Em 1863, três anos, apenas, antes manifestar-se o tardio abolicionismo de Pedro II, o mesmo Tavares Bastos faz sua uma série de acusações às autoridades, de se negarem a reconhecer os direitos de africanos patentemente livres, e, por sua conta, eleva a voz contra a

¹⁶ *Op. cit.*, pág. 90.

¹⁷ *Op. cit.*, págs. 126 e 105.

política escravocrata do governo imperial: “O Governo Central é o primeiro a dar o mau exemplo do escândalo. Não é escrupuloso, nem, sequer, guarda a decência com os africanos da Casa de Correção”, isto é, que aí trabalham. Antes, em 1861, já o grande liberal havia contado: “Ainda agora... o ministro da agricultura remeteu 30 africanos **emancipados** ao presidente do Amazonas que os solicitou, para serem empregados nas obras públicas. Singular emancipação!...”

Nesta forma, à medida que o resto do Ocidente se redimia, na conquista da justiça para com os cativos, nós tínhamos uma classe dirigente que não podia conceber outra forma de produção além do trabalho escravo, e só atendeu a essa questão quando o imperante, por interesses seus, por si a levantou. E, em vista desses mesmos dirigentes, nem se estranha que o Brasil chegasse à monstruosidade que é a da sua história: sendo a alma da nação essencialmente antiescravagista, a Abolição teve que se fazer depois que já não havia mais países de escravidão, e, ainda assim, em franca revolução contra a política corrente. Quando uma nação é governada por estadistas tão ausentes, das suas legítimas tradições, a política será forçosamente perversão a contrassenso de todo legítimo desenvolvimento. Pois não vemos? O Império brasileiro, armado e conduzido por esses dirigentes ao zenith de glória e prestígio, marca o momento em que o estro brasileiríssimo de um Castro Alves tem de desferir as notas da mais sentida compaixão, que jamais soaram em língua portuguesa. O fato está no lineamento deste outro: o primeiro chefe de Governo que apontou a necessidade da abolição foi Zacarias de Góes, no entanto, cinco anos depois, manifestou-se e votou contra o insignificante abolicionismo de Paranhos, e isto concorda, ainda, com o proceder do mesmo Paranhos, que no Conselho de Estado se manifesta contra as insinuações da coroa – fazer-se alguma coisa no sentido da Abolição, e, três anos depois, aceita, chefe conservador, fazer votar, contra o seu partido, o projeto que a coroa preparava... A

seu tempo, será apreciada a qualidade de abolicionismo da mesma coroa.

§ 63 – O movimento nacional em favor dos escravizados

Depois do esforço de Antonio Carlos, passam-se doze anos, enquanto o Império sobe e se afirma, e em que não se ouve, no mundo da política brasileira, uma voz, sequer, em favor dos cativos. São, justamente, os anos em que essa política se ceva no negreirismo. Mas, é bem de ver que, por mais ignóbeis que fossem os que a desfrutavam, a nação brasileira não perdera a bondade em que se caracterizara. Apenas, por abafada, retraíra-se, no tom humano dos seus sentimentos ofendidos. Desde, porém, que, na contenda do tráfico, a questão se levantou, alguns políticos mais chegados à alma nacional propuseram medidas de parcial redenção dos cativos. Foi, talvez, o primeiro, Silva Guimarães, deputado, com um projeto de liberdade dos nascituros, proibição de separarem-se os cônjuges... Em suma, mais humano do que o de Pedro II, em 1871. Foi rejeitado, ou não julgado objeto de deliberação. Em 1857, anunciamos projetos de Silveira da Mota: taxa progressiva sobre os escravos das cidades, interdição de separarem-se, por venda, os membros de uma família de cativos, proibição da venda de escravos em hasta pública, libertação, a termo, dos escravos da nação e das ordens religiosas... Também, nem foram julgados objetos de deliberação... Condenados pela política dominante, tais projetos valem, como despertam a opinião. Contudo, acordam a nação nos seus sentimentos: em 1859, ao consolidar a legislação civil, o reputado jurista Teixeira de Freitas dá a escravidão como instituição vergonhosa, direito condenável e odioso, imprópria a ser incorporada na codificação civil de um país culto. E a questão veio para a discussão pública, já em forma de propaganda abolicionista, em 1861-1863, nas cartas de Tavares Bastos, a ferir, no mesmo discorrer, o raciocínio e o sentimento. Não tarda que se

junte à sua voz a de Silva Neto, F. A. Brandão, Saldanha Marinho, Perdigão Malheiros... e, sobre todos, a musa apaixonada de Castro Alves. Então, acorda Montezuma, reminiscência da primeira política nacional, ministro de Feijó, e, a 17 de maio de 1865, apresenta ao Senado um projeto, o primeiro, de abolição integral, completa, sem indenização e a curto prazo: “Quinze anos depois desta data, fica abolida a escravidão civil no Brasil...” Sepultaram-no, ao projeto de Jequitinhonha. Não era para menos: nessa mesma data, 24 de maio de 1865, Nabuco de Araújo, ministro no gabinete de Olinda, insta com o presidente do Conselho, para que se chame a atenção do Parlamento para o caso; mas o tronco de sensatez maléfica lhe responde: “Uma só palavra, que deixe perceber a ideia da emancipação, por mais adornada que seja, abre a porta a milhares de desgraças...” Compreende-se bem que esse tenha sido o mais longo governo do Império brasileiro.

Tavares Bastos ao condenar o tráfico pôde afirmar: “... os seus partidários não constituíam a maioria dos brasileiros; no dia em que o governo o quis seriamente, o tráfico desapareceu; mas, muitos dos interessados nele eram poderosos...” Mais exato, ele teria dito:... **infelizmente a política oficial era por ele**. Tanto que ele mesmo, pois tinha um pé na política, se faz propaganda abolicionista, é, quase, a pedir desculpas: “... não apelo para a força, nem excito paixões, nem quero escrever romances incendiários, nem fazer propaganda perigosa... sei que seria acusado de falta de patriotismo, palavra que... se ouve mais vezes, justamente, nos países em que realmente existe menos”.¹⁸ Afrânio Peixoto, no intuito muito louvável de patentear o grande efeito da comovente propaganda de Castro Alves, percorreu as páginas brasileiras da época, e vem daí atestando que: “... a causa (dos escravos) tinha defensores contados e o seu proselitismo era escasso ou nulo nas classes diri-

18 *Op. cit.*, págs. 107.

gentes do Brasil: éramos então inteiramente insensíveis à infâmia da escravidão e à agonia dos escravos...” Não: a verdadeira nação brasileira estava na alma em que tão intensamente ressoaram os cantos de Castro Alves; os infamemente indiferentes eram somente os dirigentes, inclusive o monarca, de quem a generosidade de Afrânio quis fazer um abolicionista. Se há os quatro ou seis abolicionistas, apontados para fazer uma propaganda finalmente vitoriosa é que o coração brasileiro estava com eles; estava, sobretudo, com esses líricos que nele infundiram o romantismo, com toda a sua messe de sentimentos generosamente revolucionários. E só assim se compreende a formidável vitória desses poucos: eles impunham a vontade da nação à miserável política dos dirigentes, conselheiros e senadores que, em 1866, ficaram aterrados quando o imperador lhes comunicou – admitir procurar **forma e oportunidade** para tratar da questão da emancipação: “Foi o efeito de um raio, caindo de um céu sem nuvens. Ninguém esperava tal pronunciamento. Tocar assim na escravidão pareceu a muitos... uma espécie de sacrilégio histórico, de loucura dinástica, de suicídio nacional. Estava-se tão imbuído da perpetuidade da escravidão...” Sacrilégio histórico!... Depois de José Bonifácio e de Feijó!... Pensemos, no entanto que o Brasil de então pertencia aos Olinda, perpetuados, em vida, nos Cotegipes, Silveira Martins, Sinimbu... Eram esses que ligavam os destinos do Brasil à miséria da escravidão, e só podiam pensar assim, que nunca lhes passou pela consciência uma perspectiva humana mais digna. Por isso, político, mesmo convencido e sincero, Tavares Bastos esquiva-se da revolução, ao fazer a sua campanha... Não se esgueirou Castro Alves, que foi, assim, o verdadeiro vate. No Brasil, com a degradação crescente dos seus dirigentes, a Abolição tinha que se fazer em ondas de paixão, revolucionariamente. O discutidor de nada valia. Só o poeta, que arrebatava corações e exalta sentimentos, poderia desencadear a necessária revolução; só o poeta, mente de

inspiradas perspectivas e aspirações, poderia entrever o futuro do Brasil, no trabalho livre e inteligente. O movimento da Abolição foi, na nossa história, mais fértil em consequências econômicas: toda a prosperidade material dos dias pósteros vem daí. Num raciocinar de discernimento, qualquer político teria antevisto tais consequências. Os nossos dirigentes, porém, não podiam ir até lá: não tinham a verdadeira vida de pensamento; repetiam-se e amofinavam-se a refazer a mentalidade gasta de onde vinham. Depois da peremptória eliminação do abolicionismo, de Olinda **Uma só palavra que deixe perceber...**, em 1870, quando já não há mais escravos em parte nenhuma do Ocidente, Cotegipe, proa do partido mais responsável pela política governamental, alteia-se na sua insuficiência para afirmar que: **tocar no problema da escravidão era jogar com a sorte do Brasil...** Cotegipe seria dos tocados pelo raio, de que fala Nabuco. E o ânimo dele se continua num Silveira Martins, que ejacula todo o seu patriotismo na triste frase: **Amo mais ao seu país do que ao negro...** um Martinho de Campos, que, em 1881, ainda prevê hecatombes, se sobrevier qualquer medida a favor dos escravos, e promete mantê-los com todas as suas forças...

A campanha da Abolição, correlata do refazer do pensamento brasileiro (no lirismo) resultou do renovar de sentimentos, e da riqueza de inspirações, derivadas do nosso romantismo. Não há, dentre os que ainda alcançaram os ecos da **propaganda** abolicionista, quem não reconheça que, para impor a questão ao pensamento da nação, as simples **Estrofes do Solitário** tiveram mais eficácia do que todas as tímidas razões argumentadas pelos poucos políticos sinceramente antiescravocratas. Os corações que se comoveram com as estâncias de **Ao Romper d'Alva** e as quadrinhas d'**A Cruz da Estrada**, tornaram-se incompatíveis com a crueza da escravidão:

*Caminheiro que passas pela estrada...
Quando vires a cruz abandonada,
Deixa-a dormir em paz na solidão.*

.....
*Caminheiro! do escravo desgraçado
O sono agora mesmo começou!
Não lhe toques no leito de noivado,
Há pouco a liberdade o desposou...*

Afrânio Peixoto, que, certamente, não encontrou mais aqueles dias de desonra para o Brasil, não exagera quando exalta a ação de Castro Alves sobre as almas brasileiras, elevando a sua influência sobre os serviços abolicionistas de Nabuco. Aliás, este mesmo, nas linhas que, em 1873, dedicou ao poeta dos escravos, dá a razão da sua irresistível influência: “... inspiração elevada... seu maior título de glória é o de ter posto seu talento ao serviço da causa da emancipação e da pátria... não sei que se possa apontar um melhor exemplo aos moços do que a glória de Castro Alves...” Depois, ao fazer a história da Abolição **em torno de si próprio**, deixou sem menção aquele **melhor exemplo**. Que importa? O surto para a Abolição é **Navio Negroiro**, versos que reboam quando Nabuco ainda não pensava em fazer discursos, hoje deslembrados, em prol da simples **emancipação**... No entanto, convenhamos que, isolado, o grande poeta baiano seria sem significação. Os seus grandes efeitos vêm de que ele cantava o que o Brasil **queria** ouvir, e desenvolvia um pensamento que já se encontra numa das mais inspiradas **Visões** de Gonçalves Dias. Antes dele, Castro Alves, um Pires Ferrão, comovido, a querer comover, toma do motivo d’**A Escrava**, planta-o bem na realidade, para a sua **Canção do Escravo**:

*Os frutos da terra,
Que cavo a suar,*

*Não são p'ra os meus filhos,
Que eu vejo penar!...*

E vem o humilde Calazans, em quem o poeta dos escravos confessadamente se inspira; e vem Fagundes Varela, contemporâneo de Castro Alves, mas que não esperou pela grandeza de **Vozes d'África**, para dar os seus versos de protesto contra a nefanda instituição: **Mauro, o Escravo**, é o primeiro poema do seu livro de versos. As suas estrofes não têm o calor comunicativo das de Castro Alves, mas, mesmo para este (que conviveu com Varela) seriam um conforto, um motivo para mais estímulo. Justificado pelos que o precederam, o poeta de **Cachoeira de Paulo Afonso** e se faz prontamente triunfante, senhor da propaganda afetiva, com seus poemas abolicionistas de 1865: **Tragédia no Lar, Mater Dolorosa, A Cruz da Estrada...** As grandes composições virão depois, como desenvolvimentos completos, mas, pelo tom de sentimento, as rápidas poesias primeiras são de uma compaixão por tal modo sincera e vibrante, que dão a medida das convicções que lhe animavam o estro, já revoltado, já compassivo:

.....
*Revoluções, vós deles sois os raios,
Escravos, esperai!...*

.....
*Que tens criança?.....
Dou-te um ninho, uma flor; dou-te uma palma,
para em teus olhos ver
O riso – a estrela no horizonte d'alma.
Não. Perdeste tua mãe ao fero açoite
Dos seus algozes vis,
E vagas tonto, a tatear à noite.
Choras, antes de rir...*



Não só aos extremos de mãe e ao coração de filho ele falou, mas a todos os sentimentos em que a alma humana se exalta, para mais virtude e mais heroísmo: patriotismo, honra, simples comisseração, mística piedade, crença religiosa, fidelidade a si mesmo, ternura fraternal, pundonor de valentia... tudo despertado e movido, no fim bem explícito de combater e eliminar a escravidão. A vida amorosa o distraiu, talvez, de 1866 a 67; mas, agitado pelos aspectos novos da viagem ao Sul, ele volta aos grandes motivos da sua inspiração e dá os dois poemas decisivos na propaganda libertadora – os formidavelmente decisivos no arrebatador dos corações. Ao mesmo tempo, a vibração íntima vai, já o assinalamos, à profecia:

Devo dizer-te que os meus **Escravos** estão quase prontos. Sabes como acaba o poema? (Devo a São Paulo esta inspiração). Acaba no alto da Serra do Cubatão, ao romper da alvorada sobre a América, enquanto a estrela da manhã se apaga pouco a pouco no ocidente. É um canto do futuro, o canto da esperança. E nós não devemos esperar? Sim, e muito, e sempre. Mais tarde dar-te-ei a explicação deste enigma das minhas crenças.

Agora, dilatam-se os horizontes das suas estrofes – todo o Brasil, o mundo histórico, a vastidão do oceano... sublimes recursos na sua voz, que se avoluma na proporção das grandezas evocadas. Afrânio está com a verdade quando nos diz: “Castro Alves representou, num momento da nossa história política e social, todas as aspirações generosas da mocidade do Brasil, que previu e ajudou a cumprir a Abolição e a República...” Para a completa documentação, a mesma página nos mostra o poeta dos escravos irradiando influxo para as mentalidades mais potentes nas campanhas radicais que lhe seguiram – Rui Barbosa, Brasílio Machado, Joaquim



Nabuco... Chega o momento em que é recitado, de público **Navio Negroiro**: A 7 de setembro de 68 anunciou-se para a sessão magna do **Ginásio Literário**, a tragédia no Mar – **O Navio Negroiro**. A festa literária tomou logo o aspecto da reivindicação política, contra os conservadores e escravocratas, gabinete Itaboraí que se recusava a sequer aludir à questão do elemento servil... e foi numa assembleia trepidante de entusiasmo e exaltação liberal, que as estrofes de Castro Alves ecoaram, com a sonoridade da epopeia e os estremecimentos da comoção:

.....
*Em baixo – o mar... em cima – o firmamento
E no mar e no céu a imensidade!
Esperai!... esperai!... deixai que eu beba
Esta selvagem, livre poesia...
Orquestra – é o mar, que ruge pela proa
E o vento, que nas cordas assobia...
..... num sonho dantesco as sombras voam!
Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
E ri-se Satanás!...*

.....
*Existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e covardia!...*

.....
*Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança
Tu que da liberdade...
... Servires a um povo de mortalha!...*

“Imaginai, continua Afrânio, o efeito de poesia tão inspirada e persuasiva na alma da mocidade que o escutava, com embevecimento de êxtases, com frêmitos de paixão...” Sem dúvida:

passam-nos pelo coração esses versos, e compreendemos que logo se manifestasse, e já intensa, essa portentosa campanha abolicionista, que renasce em 1881 para ir a resultados completos. A 5 de junho do ano seguinte, no mesmo São Paulo, Rui Barbosa publicava um artigo (**Radical Paulista**) em que, abandonados argumentos, afirmava desassombadamente “... A abolição da escravidão, quer o governo queira, quer não, há-de efetuar-se num futuro próximo...” Não podia ser outra a convicção de quem, feito nos mesmos sentimentos, tinha ouvido do poeta a vociferação:

*Sinto não ter um raio em cada verso
Para escrever na frente do perverso
Maldição sobre vós!...*

Sentimentalismo! Poesia!... repete a sensatez, para quem versos e entusiasmos serão sempre coisa sem significação... Sensatez é isto mesmo: ter os olhos embaixo, na base, medi-la, calculá-la cautelosamente... e não há que levantar a visão para seguir os destinos que se elevam. A sensatez só pode apreciar o progresso em realizações, quando as inspirações extintas não ameaçam mais inflamarem-se... Referido a esse período glorioso, não será metáfora falar de **movimento íntimo das almas**. Na voz dos que, então, pensavam pensamento próprio, votados à grandeza desta pátria, nós encontramos, sublimados em idealismos, os mesmos acentos dos que, em 1824-31, esforçavam-se por dar ao Brasil justiça, liberdade, verdade, democracia, sinceridade, inteligência, virtude... Se tivéramos, nos governantes de ontem, quem fosse capaz de fazê-las frutificar, as revoluções de 1888-89 teriam trazido à nação brasileira a parte de redenção que no momento se pedia. Não podia, porém, ser assim: a miséria da tradição governante já consagrada na política tinha que reduzir os resultados da Abolição à simples e magra libertação jurídica dos cativos, para convertê-los, de

antigos escravos por lei, em escravos por ignorância, como tinha que aviltar a República em regime de oligarquia para usufruto do poder, em proveito dos dirigentes mais ignaros e torpes que já sujaram o governo de uma nação digna. E basta a mesma realização da Abolição, na parte política, para dar-nos razão: foi um movimento abertamente revolucionário, a que eles fizeram toda a oposição insensata e vil de que eram capazes, sem a coragem de enfrentá-lo quando ele se precipita, e, tangidos, deslocados, como a montureira que a enxurrada leva diante de si, ainda se voltaram, esses políticos, para fazerem-se abolicionistas. Os poucos que se mantiveram onde estavam, vasaram-se em despeito, e julgaram do caso nos termos em que Paulino e Cotegipe se referiram a João Alfredo, Prado, Ferreira Viana.

§ 64 – O passe de 1871 e o abolicionismo imperial

A política nacional renegara de tudo que é digno, degradara-se, principalmente para com os escravos; no entanto, em 1871, o governo imperial faz votar ostensivamente uma reforma emancipadora... Não será difícil dar a explicação de como, sem saírem os governantes da miséria em que fermentavam, houve a lei de 28 de setembro. Apreciaremos os motivos reais da reforma em que se ostentava o abolicionismo do imperante, em correspondência com as convicções dos políticos encarregados da tarefa. Tanto foi a efetiva valia da célebre lei do **ventre livre**.

Destaquem-se, em primeiro lugar, as datas: em 1851, emerge o novo abolicionismo, com Silva Guimarães; acentua-se, em 1857-59-61, com Silveira da Mota, Jequitinhonha, Teixeira de Freitas; generaliza-se em 1861-63, no mundo da jurisprudência, na imprensa, com a vigorosa intervenção de Tavares Bastos; brame e despenha-se em 1863-65-68... com a formidável propaganda sentimental de Castro Alves; em 1869-70, é a formidável avalanche, já tangida por

Luiz Gama e Rui Barbosa... No entanto, só em 1866 a fala do trono faz uma rapidíssima insinuação, para que o Parlamento pense no caso; e o estadista áulico Pimenta Bueno é incumbido de arranjar um plano de lei, a ser estudado pelo Conselho de Estado; amanha-se um projeto mais retrógrado do que qualquer dos já conhecidos –, Montezuma ou Silveira da Mota. Apesar disso, o monstrego é **estudado**, antes afastado, até 1868, data em que Nabuco de Araújo apresenta ao mesmo conselho um projeto seu, que é fortemente combatido. E vem assim, quando, em 1871, estoura a bomba do imperial projeto emancipador, atirado ao Parlamento pelo intrépido empreiteiro Paranhos da Silva. Note-se, no entanto, que, afora as insignificantes linhas da fala do trono com Zacarias, tudo que se faz, de 1866 a 70, é no segredo morto do Conselho de Estado; altos políticos, exteriores a ele desconheciam os **planos**. E, com isto, mesmo neste **segredo morto**, a nota de abolicionismo, tépido e inócuo só se ouve quando já reboavam por todo o Brasil as inflamadas reivindicações de Castro Alves, quando se sentiam os frêmitos da dura campanha de que iam sair livres os negros norte-americanos, e nadavam no ambiente os programas que, antes de Rio Branco – ventre livre, libertariam todos os escravos das próprias colônias espanholas, para que ficasse, único do mundo cristão, vivendo do trabalho escravo, o país governado pelos Olindas e Sinimbus.

Estas datas dizem muito, por conseguinte, como valor da política nacional, e dizem tudo quando se sabe que, mesmo assim, tarde e mal, a reforma suscitada e realizada em 1871 foi obra exclusiva do monarca – concepção e realização. E por que veio Pedro II para a causa dos escravos, ele, que levava o seu império no fastígio quase vertiginoso de 1865, sem dar qualquer prova, de qualquer interesse pela sorte dos escravos? São muitas as causas do emancipacionismo reverso e tardo, de Pedro II. A guerra do Paraguai era, como indisfarçado motivo íntimo, o seu grande empenho.

Toda a América, todo o mundo, só tinha simpatias para o pequeno povo heroico, condenado ao extermínio; Lopez, tratado pela diplomacia imperial de déspota, cruel e tirano imperdoável, incompatível com a liberdade, defendia-se apontando ao mundo o Estado realmente incompatível com a liberdade, e que vivia sobre a escravidão. Pedro II, sempre a campar de liberal, teve de mostrar que, por si, era a favor da libertação dos negros: primeira causa – desmentir o Lopez. Abolia-se a escravidão legal em todo o resto do Ocidente; estendiam-se por todo o país as vagas de uma propaganda que iria à revolução; não era mais possível fingir que o Brasil se conformara com a condição de ser o apanágio de negreiros e da sua descendência; e a mesma escassa capacidade política de Pedro II compreendera que não se podia mais adiar em achar a forma de transigência com a necessidade de emancipação dos escravos; segunda causa – evidência da oportunidade. A terceira causa, que até parece fútil, foi, no entanto, a decisiva: a **Sociedade Abolicionista Francesa**, nos nomes do príncipe e do Duque de Broglie, Conde de Montalembert, Sr. de Pressensé, Guizot, Henri Martin, Laboulaye... dirigiu uma mensagem ao imperador do Brasil, **apelando para os seus sentimentos de justiça e de liberdade...** Ora, Pedro II desde sempre havia decidido ser tudo aquilo; estava convencido de possuir todos esses dotes, e, pronto, fez a resposta; o ministro só teve que lhe copiar o borrão. É coisa decidida; só lhe falta a **forma e oportunidade...** oportunidade muito limitada. Era questão de liquidar o Paraguai. De fato, a campanha terminou em 1870, e, na sessão parlamentar do ano seguinte, Rio Branco entrava com o fruto do imperial abolicionismo.

A gestação do monstro foi por entre dissídios, **avança-e-recua**, e muito segredo atrás dos pesados reposteiros do Conselho de Estado. Elaborado o projeto Pimenta Bueno, concertado de acordo com as ideias de Nabuco foi ao dito conselho, para muitos pareceres, sepultados sob o mais espesso silêncio. Escreveu e discursou

Otoni que nem aos ministros foram comunicados tais pareceres. Num rápido entremez, foi Pimenta Bueno presidente do conselho, com um gabinete bem misturado, de sorte a fazer a reforma, e que ninguém duvidasse de que era fruto da coroa. O fraco S. Vicente não foi homem para a empreitada, que só pôde ser realizada pelo expedito Paranhos. Apareceu o projeto, nos termos em que o devia ser, e, de fato foi votado. Nunca se falou tão ostensivamente em **política da coroa**. Nem a reforma constitucional da República esteve mais acima das discussões: os pontos essenciais não podiam ser modificados “– isto é o que ficou assentado com S. Majestade antes do embarque”. E o projeto não **estudado, não debatido** (afirma Otoni, que foi parte) assim mesmo, foi feito lei. O Parlamento não conhecia nem os célebres pareceres do Conselho de Estado. O conselheiro Teixeira Júnior disse no parecer ao projeto: “... sob caráter **confidencial** e com a recomendação reiterada da **maior reserva** (grifos do parecer) foi mostrada à comissão... uma cópia... Nestas condições, pois, a comissão não pode revelar nenhuma das opiniões exaradas...” Não se perdendo em razões para justificar o projeto, o delicioso parecer destacou, todavia, esta: “Um Pedro II (o que roubou ao irmão – o trono a liberdade e a esposa) proclamou a liberdade dos índios, outro Pedro II realizará a da raça africana.” Uma coisa não disse, no entanto, o sigiloso parecer: que isso, negado em 1871 ao parlamento brasileiro, tinha sido comunicado, desde 1867, aos abolicionistas amigos, da França.

Foi Pedro II quem produziu a primeira reforma em favor dos escravos, mas, em sinceridade, ele não era abolicionista. Esta sua atuação veio acentuar aquilo mesmo que já assinalamos: apesar de tudo, ele estava acima dos dirigentes com quem teve de fazer o seu reinado. Afrânio Peixoto, na sua imensa generosidade, faz desse monarca o propulsor do movimento emancipador, e como não tem fundamento para o conceito, justifica as falhas e hesitações do imperial abolicionismo com as peias constitucionais,

que lhe embaraçavam a ação. E como isso não é a história, nada temos a embargar na generosa referência. Pedro II, o onipotente, a **reinar, governar e administrar**, desde que ainda era um adolescente, se houvera nele qualquer fração de legítimo abolicionismo, não esperaria que o tráfico se extinguisse sob a pressão do inglês, nem haveria aquela oportunidade de 1871. Em 1849-50, o imperador era o rapaz de 25 anos, com dez anos de experiência política, na idade ótima – das afirmações pessoais, sobretudo em generosidade e em poder. O governo do Império era a sua vontade; o tráfico se fechou quando ele o quis, sem nenhuma consulta à nação; libertação do ventre da mulher se fez quando ele o quis. Teria sido em 1852, em 60, em 65... se ele tivesse sido tocado de qualquer inspiração análoga à que determinou a lei de 8 de setembro. Nem a secura de coração de Pedro II lhe permitia nutrir os sentimentos, compassivos e exaltados, de que se fazia o legítimo abolicionismo. Caráter incompleto e de convenção, o imperador foi abolicionista convencionalmente, quando motivos exteriores o levaram para aí, para ser um abolicionista incompleto, antes nocivo. Em face do trono, competindo com ele, quem era abolicionista era a propaganda republicana. Abolicionista, ele chamou o gabinete Dantas, em 1885, quando lhe pareceu já muito viva a agitação, mas foi somente para um **ensaio**, disse, ele, e assim o demonstrou, negando a Dantas a dissolução que garantiria, como aconteceu com Paranhos, a Câmara para votar o projeto governamental. Em vez disto, preparou uma solução monstruosa. Teve Dantas como seu chefe do gabinete, mas pronto a puxar-lhe a casaca, até que o deixou cair, para que viesse Saraiva, com a sua abolição ainda mais dosimétrica. E, não abolicionista, continuou Pedro II depois de 1871, como não o era antes. Toda a sua política, antes de Dantas, como no fim da sua viagem à Europa, não sobre à de Cotegipe, a quem encarregou de ultimar a segunda fase do seu emancipacionismo, que só não foi definitivo por que havia a alma

do Brasil. Quando iniciada a decisiva campanha abolicionista, B. Otoni o disse com todas as letras: “O imperador queria a emancipação remunerada, e o país começou a pronunciar-se pela simples abolição”.¹⁹ Nabuco, em 1886, com toda a sua indesmentida dedicação dinástica, não hesitou em notar a verdade: “A reação atual e conservadora tem a responsabilidade do Partido Conservador, mas quem ideou essa reação, quem fez retroceder a sombra do sol no disco da segunda independência brasileira, foi o imperador”.²⁰

Emancipador por convenção, em vista dos seus interesses, Pedro II fez questão de dar arras, para que a reforma de 1871 se contasse como coisa exclusivamente sua; e timbrou em não na realizar com estadistas emancipadores – Silveira da Mota, Nabuco de Araújo, Martin Francisco... Essa reforma não precisava de ser abolicionista; sendo obra própria do simples empreiteiro Paranhos, ela se ajustava admiravelmente ao momento de emancipacionismo de Pedro II. Paranhos que, em 1866-68, fizera objeção à parca emancipação de Pimenta Bueno, era bem o avesso de Zacarias, sem deixar de lhe ser idêntico: Zacarias, o primeiro a lembrar que se fizesse emancipação, e que, três anos depois, votou contra a emancipação, como Paranhos, fora contra ela e a realizou. É que o primeiro **lembrou** e o segundo **realizou**, por inspiração ordenativa da coroa. Era a segunda pessoa no gabinete do **ventre livre**. Saião Lobato, foi sagrado, por isso, abolicionista, ou porque propusera que **negro escravo fosse para a roça**... Ora, Otoni lembra que, de tão escravocrata, Saião Lobato, numa sessão secreta da Câmara, adotara, para o caso, a opinião do pétreo Cairu: “Nenhum esforço humano curará o mal da escravidão...” É por

¹⁹ *O Eclipse do Abolicionismo*, pág. 40.

²⁰ Otoni, *Biografia de D. Pedro de Alcântara*, e opúsculo sobre o elemento servil, publicado em 1871. Melo Moraes, *op. cit.*

isso, que Paranhos e Saião demitiram aquele delegado da coroa da corte, o qual, baseado no direito romano, fez declarar livres 400 escravas cafetinizadas pelos respectivos senhores... Quem o refere é Melo Moraes.

De tudo isto resultou a lei de 28 de setembro, com que se iludiu a nação, que já clamava impetuosamente contra o crime da escravidão, lei que, de positivo, só teve estes resultados: retardou, uns dez anos, a libertação efetiva dos escravos, condenou à morte a grande maioria das decantadas **crianças livres**, nascidas de ventre escravo, e permitiu aos senhores aumentar o número de escravos, inscrevendo como tal, na matrícula criada, milhares de brasileiros indiscutivelmente livres. Tudo somando, e bem calculado, a lei de 28 de setembro só deu satisfação aos interesses vis ligados à escravidão. Otoni, no momento mesmo em que se discutia a famosa emancipação, apontou o crime: "... das crianças, salvar-se-ão cinco, e serão sacrificadas 95 às gloriosas ovações que S. Majestade Imperial foi colher na Europa." Em carta ao Centro Abolicionista da Politécnica, Benedito Otoni é taxativo: "Lei de transação, a de 28 de setembro, manda aceitar para matrículas, sem exames, as relações de escravos que os senhores apresentam, aliás, notório que imenso número, talvez a maioria não tinham contra si nem a tolerância da lei escrita." E por que era isso, a reforma de Pedro II-Paranhos foi duramente condenada no momento mesmo em que a levantaram. José de Alencar teve, com relação à qualidade dela, o melhor argumento para combatê-la: "...a ideia da libertação do ventre foi sempre combatida pela Inglaterra, a França, Estados Unidos e outros países..." Sales Torres Homem que a defendeu no Senado, teve de reconhecer: "... tímida e incompleta, a lei transigiu com os interesses, mal-entendidos, em preterição das exigências na Justiça e dos direitos da humanidade." Logo em 1874, quando não previa, sequer, a República, Rui Barbosa mostrou, patenteou, com a lucidez do seu discorrer, o que valia o monstro:

... expressão de generosidade da coroa... composto ingruente de ideias contraditórias... desampara à geração atual de escravos, e cria, ao lado dela, uma geração de **ingênuos**, quase tão envilecidos como os próprios escravos... serviu para introduzir no seio das famílias perturbações de todos os dias... melhoramento superficial... para protelar indefinidamente a reforma real.

De são e profícuo, só havia, na lei de 28 de setembro, a criação do **fundo de emancipação**. Pois bem, entrada em uso, começaram a roer-lhe as verbas: em 1872, retiraram dele as multas impostas em virtude da lei que o criara; em 1877, tiraram-lhe 25%, para fins que tinha dotação especial; em 1879, deduziram-lhe outros 25%. Finalmente, procurava-se como raridade, o escravo alforriado pelo fundo de emancipação.

§ 65 – Os escravocratas submergidos

A emancipação dos escravos nos dá o único ensejo, de políticos brasileiros situados, e que se negam a votar qualquer que se apresenta de acordo com os desejos do imperador. Homens que aceitaram a responsabilidade do crime contra o Paraguai, opuseram-se à lei de 28 de setembro!... Evidentemente, Pedro II estava acima deles. E é na Abolição que se encontra, ainda, esta monstruosidade: a política governamental, que até então combatera o abolicionismo por todos os seus meios covardes, ao sentir o irresistível triunfo da causa, meteu-se na cauda da revolução, e tenta amparar-se nela, a título de legalizá-la. Assim se fez da Abolição – uma revolução legalizada à última hora, quando já rompera todas as cercas, para que dos currais escravocratas se derramem as ondas de submergidos, prontos a fazerem a Abolição, contanto que ainda lhes seja dado respirarem na política... À última hora,

a Regência a soltar escravos; os meninos-príncipes a atar, com as suas versalhadas, **rabos** de papel no casaco ministerial de Cotegipe... E Cubatão, ostensivo quilombo que não será tomado, obrigando o mesmo Cotegipe a largar-se do Governo, para que venha um ministério que ainda não sabe o que fará, e cuja vida precipitada acabará transmutando os ferrenhos escravocratas – Antonio Prado, Ferreira Viana, Rodrigues Silva... em abolicionistas radicais.

A primeira campanha abolicionista, nascida de Tavares Bastos e Castro Alves, logo adotada por Luiz Gama, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, José Bonifácio, o moço... teria feito a redenção dos cativos, se não fora o passe de 1871, que, desiludindo uns, acalentando outros, desorientando todos os abolicionistas, suspendeu a propaganda por uns cinco ou seis anos; não de todo, que Rui Barbosa, na Bahia, em 1874, pronuncia aquelas duras palavras contra o embuste de 1871. Dali mesmo parte, com o pronunciamento de Jerônimo Sodré, em 1879, o movimento que, logo propagado, e distintamente conduzido, veio até a vitória definitiva;

... do movimento abolicionista de 1879-88... Jerônimo Sodré foi quem pronunciou o **fiat**... O movimento começou na Câmara, em 1879, e não... na **Gazeta da Tarde**, de Ferreira de Menezes, que é de 1880... Esse pronunciamento vem resolvido da Bahia, e rebenta na Câmara como uma manga d'água repentinamente... Ao ato de Sodré, continua Nabuco, filia-se cronologicamente a minha atitude dias depois... Mais tarde é que entraram Rebouças, Patrocínio, Gusmão Lobo, Ferreira de Menezes, Joaquim Serra...²¹

Essa data – 1879, notada, assim, nos fulminantes efeitos que se lhe seguem, só tem um valor: mostrar que, antes, apesar do

21 *Minha Formação*, págs. 230-231.

aparente silêncio, a ideia difundia-se e iluminava os corações. De outro modo, como explicar que o efeito daquela simples referência – **Já é tempo de tratarmos, de novo, da emancipação...** bastasse para desencadear a campanha que bateu os escravocratas? Fala Sodré em meados de 1879; em 1880, funda-se a primeira Sociedade Brasileira contra a escravidão, cujo presidente é Joaquim Nabuco, com expressiva presidência de honra do antigo abolicionista Saldanha Marinho. No dia seguinte, 10 de julho, sai a **Gazeta da Tarde**, de Ferreira de Menezes e Joaquim Serra, e que já é um ostensivo clarim de batalha. Pelo mesmo tempo, na **Gazeta de Notícias**, o jornal das grandes simpatias cariocas, José do Patrocínio solta a sua voz, que será, por toda a campanha, a mais potente e revoltada. Nesse mesmo mês de julho chega ao Rio de Janeiro Carlos Gomes, em plena glória, e o seu prestígio sobre as almas brasileiras é sabiamente aproveitado pelos abolicionistas, que combinam as festas em sua honra a manifestações em favor dos escravos. Os jornais tratam dessas festas sob a rubrica – **festas da liberdade**. A campanha abolicionista é nimamente orgânica; já está adotado o processo de formarem-se pecúlios para libertação imediata de cativos apontados à simpatia pública: faz-se coleta no desembarque do grande maestro, e, na sua primeira gala de teatro, Carlos Gomes entrega a carta de liberdade ao escravo Tito... Como característica do movimento, este se divide em: **emancipação**, como o pretende Nabuco, seguido pela generalidade dos políticos mais liberais; e **abolição**, imediata e incondicional, como o entende Patrocínio e os mais ativos na propaganda de imprensa. Multiplicam-se as sociedades libertadoras, que, em vista do radicalismo da **Gazeta da Tarde** (já de Patrocínio), logo se dividem também, em simples **emancipadoras** e as **abolicionistas** radicais. Para acentuar bem os propósitos e distribuir razoavelmente os esforços, os abolicionistas, que já se estendem em associações por todo o Brasil, criam a sua confederação abolicionista, cuja

alma era Patrocínio, completado pela ação segura e impávida de João Cllap. Nabuco, bem inspirado, desiste do simples emancipacionismo, e junta-se aos abolicionistas.

Em 1883, já tudo isto está assim distribuído, e prossegue a campanha, que degenerará em franca batalha. Tudo que era pensamento vibrante e livre, na nação brasileira, estava, em cheio, com a Abolição – de Luiz Delfino a Raul Pompeia e Bilac, de Ferreira de Araújo a Julio de Castilhos... Não tardou que os exploradores da escravidão percebessem o perigo, para logo tratarem de organizar-se em sociedades de resistência ao movimento conduzido por Patrocínio: o expressivo **Centro do Café**, aliado ao **Centro da Lavoura**, presidido pelo característico negociante Ramalho Ortigão, aceitou a incumbência de dispor os grupos dessa resistência... Foi de balde, apesar de que a política imperial estava ostensivamente com a mesma resistência. Fase única, na vida do Brasil: foi quando se viu bem a nação distinta, e tomada de asco dos seus ignóbeis dirigentes. Sucedem-se os ministérios, ironicamente liberais, para resistir ferrenhamente ao esforço pela libertação, e, com isto, mais se avoluma o movimento: Saraiva (1880-81), **não cogita da questão servil**; Martinho de Campos – (1881), ensoberba-se de ser **escravocrata da gema**; Paranaguá (1881-1883), já é forçado a transigir com a propaganda, e admite um imposto sobre vendas de escravos, com a proibição do tráfico entre as províncias (medida reclamada, aliás, pelos senhores do Norte); Lafaiete, 1883-84 – reage como pode contra a propaganda, reduzindo o imposto de transmissão de escravos à insignificância de **cinco tostões**... Enquanto isto, a vaga, alastrada a todo país, já tem lavado completamente o Ceará – 24 de março de 1883, e, logo a seguir, o Amazonas – 24 de maio. Para que fique patente o ânimo da política governamental, Alminio Afonso, funcionário fiscal, porque representa uma sociedade abolicionista cearense em festa pública, é demitido pelo gabinete de então; Teodoreto Souto, que

se acha como presidente do Amazonas, na data da libertação, e comparece às respectivas festas, é também demitido, pelo ministério Lafaiete; o Coronel Madureira, diretor da Escola Militar, porque recebe ali, solenemente, o célebre jangadeiro Nascimento, uma das energias da libertação do Ceará, é demitido pelo ministério Cotegipe.

Não seriam tais valentias que deteriam a revolução a precipitar-se, e Pedro II, sempre acima da generalidade dos que o serviam, chamou ao governo o conselheiro Dantas, chefe liberal, emancipador de prestígio, um dos poucos sinceros entre os políticos dirigentes. O imperador bem o disse: pretendia fazer um ensaio, isto é, se Dantas conseguisse do parlamento a aceitação do seu projeto – libertação dos sexagenários, esse reforço de emancipação seria um novo passo – a solução adiada, por quantos anos, ainda?... Mas o parlamento do Império, nem essa miséria de liberdade quis conceder... Acreditava-se que Pedro II, como fizera com Paranhos, sustentava de fato o gabinete Dantas, e foi a ocasião, então, de, sem nenhuma consideração, Ferreira Viana desfechar o seu tão repetido **quarenta anos de usurpações... de liberdade constitucional suprimida... Cesar Caricato...**²² Todo o seu latim não lhe dava, a Ferreira Viana, para sentir a realidade; o imperador estava sondando as coisas, ao mesmo tempo que dava uma qual satisfação à ideia emancipadora: “Por mim estou pronto... Mas, veem? – o parlamento não quer...” E, com isto, não dando a dissolução a Dantas, ele preferiu descer do conceito em que ainda o tinham os abolicionistas, mesmo os republicanos,²³ e veio nivelar-se aos **ideais**

22 Andrade Figueira, com todo seu monarquismo, chegou a ameaçar o trono, com uma desforra como a do parlamento inglês contra... o coroado que perdeu coroa e cabeça.

23 Ao anunciar a liberdade do Ceará, o abolicionista republicano João Cordeiro telegrafou aos companheiros do Rio: “... Cientifique o imperador, cujo abolicionismo respeitamos, que, apesar da perseguição do governo, o Ceará está livre”. Rui assentava a sua figura de retórica num edital pelo *Diário Oficial*,

de Paranaguá, Meira e Vasconcelos, Camargo, Fleury... Foi quando Rui Barbosa se sentiu com razão para clamar: “Eis que de novo o africanismo sobe os degraus do trono, para mais uma vez sentar-se entre as instituições do país...” Depois, à Câmara que votou contra Dantas, ele repetiu a formidável apóstrofe de Wendel, aos escravocratas norte-americanos: “Um capitólio cheio de covardes e traidores, para oprimirem e arruinarem os homens de bem!...” Como já se esperava, Saraiva, chamado para emancipar, reduziu a mínima emancipação anunciada àquela ímpia liberdade aos inválidos de 65 anos: os senhores, que desfrutaram deles toda uma existência de trabalho, achavam-se, depois disto, desobrigados de mantê-los e de enterrá-los. E como ainda era preciso dar alguma coisa de bem explícito aos senhores, a nova lei de Saraiva manda fazer nova matrícula onde se incluísse como escravo alguém que houvesse escapado da primeira, ao mesmo tempo que elevava a um conto de réis a multa contra quem **açoitasse escravos...** Eles supunham dar, com isso, o grande golpe nas instituições abolicionistas que facilitavam a fuga de cativos. Era assim a coisa; no entanto, um Sr. Cons. Antonio Prado ainda se opôs a esse projeto, e propunha restrições. Fracos de imaginação aqueles homens não descortinavam nem os próprios destinos: Prado e Ferreira Viana não previram que viriam a ser os abolicionistas radicais e absolutos apenas dois anos depois! Cotegipe dizia-se, com mais pitoresco do que precisão – a junta do coice da política nacional; mas em face à Abolição, como se precipitava em 1887-88, a junta do coice afrouxou e, sobretudo, desnorteou. Por um lado recorria ao processo falho, apenas útil aos propagandistas, de mandar despedaçar jornais abolicionistas, e mantinha autoridades estreitamente

onde se anunciava a venda, em hasta pública, entre caldeirões furados e vacas magras, de vários africanos que, pela idade, não podiam ter chegado às nossas costas antes de 1831, isto é, eram legitimamente homens livres.



reacionárias (rapa-coco), sem adotar uma política possível na corrente das ideias que, literalmente, **avassalavam** a nação.

As sociedades abolicionistas disseminadas, bem organizadas, em perfeita solidariedade, repetiam os processos de libertação imediata e de sublevação da opinião. O Rio Grande do Sul também se libertara; cada capital de província, cada cidade importante, era um centro de multiplicada atividade abolicionista, até que, em 1887-88 a nação brasileira se assoberba na preamar da libertação. Os escravos abandonavam desassombradamente as casas dos senhores, cientes de que na primeira esquina, na primeira volta de caminho, encontrariam o refúgio seguro, a sonhada alforria, e que já não se chamava senão – **liberdade**, como as criaturas não se tratavam de escravos, mas de escravizados. Finalmente, é em São Paulo, cujas fazendas dão o tom a essa política – de El-Rei Café, como pitorescamente a crismou Rui Barbosa, que as próprias fazendas de café se despovoavam de cativos, levantados em busca de Cubatão da profecia do seu poeta. O governo Cotegipe desatina de mais em mais; já está no caminho a célebre **questão militar**, e os homens da ordem lembram-se de mandar batalhões do Exército – apanhar **negros** fugidos... Qualquer que seja a ideia que se tenha de governo e ordem, é de convir que, naquele momento, ninguém podia esperar cumprimento de tais determinações: os militares se negaram a prender as criaturas que a nação brasileira queria livres, e foi o fim da escravidão, revolucionariamente, em última instância, por desobediência do Exército, desobediência provocada pelos dirigentes – estonteados, espavoridos... E Cotegipe abandonou o poder.

Veio João Alfredo, com fumaças de emancipador, que, em rapaz, fora do gabinete Paranhos. Havia uma imprensa escravocrata – junta do coice; João Alfredo é recebido aos gritos de: protetor... suspeito, e desnorteia também. No seu gabinete, há Ferreira Viana, Antonio Prado, Rodrigues Silva, escravocratas de



papo amarelo, dizia-se. Os príncipes já fazem acrósticos contra Cotegipe, mas, de fato, a regente não sabe que fazer; nem mesmo o governo. A 7 de março, a pingo de chamar João Alfredo, o trono não tem ideia justa da situação. O mesmo João Alfredo fora intransigente adversário do ministério Dantas, assim como apoiara em tudo o gabinete Cotegipe; chamado a substituir o seu chefe Cotegipe, não trazia nenhum pensamento de fazer abolição imediata. Afirmo o Sr. Nabuco, em meados de abril (menos de um mês antes), que ninguém sabia a resolução definitivamente assentada... Nem era possível que o soubessem: João Alfredo ainda estava a deslindar-se das palavras que pronunciara um ano antes: “...todas as razões de Estado, os interesses econômicos, os interesses industriais, aconselham que se faça (a emancipação) com a máxima prudência, com o mínimo de prejuízo das fortunas adquiridas em boa-fé”. O Sr. Antonio Prado, segunda cabeça do ministério, andava lá por São Paulo, a bestuntar uma forma possível de abolição, respeitando isto mesmo que preocupava João Alfredo, tanto que, no dia 7 de abril publicaram os jornais do Rio o telegrama: “O projeto do conselheiro Prado determina que, ficará positivamente extinta a escravidão no dia 25... do corrente ano”. Quanto à regente, estava nas vascas de um caso de consciência que pôs em jogo ou duelo o prestígio e a habilidade diplomática de Joaquim Nabuco e de Cotegipe: compreendeu aquele que para levar a augusta princesa a decidir-se pelos infelizes escravos seria preciso a intervenção do Santo Padre, condenando a instituição; foi a Roma e arranjou a coisa; mas, desde que teve notícia do caso, pela própria fanfarronice de Nabuco, a junta do coice pôs em ação o seu valimento, e tanto fez demorar a manifestação de S. S. que ela só veio depois do 13 de Maio, cujo comovente pitoresco teve de guardar a irrisão – Ferreira Viana, o de 1885, beijando um negro escravo...



CAPÍTULO VIII

A REVOLUÇÃO REPUBLICANA

§ 66 – Abolição e República

Em face da vitória abolicionista a 13 de maio, exclamou Cotegipe: **Agora, a República...** O conceito valeu por uma previsão, quando, no entanto, não o ditou nenhuma perspicácia. O velho conservador continuava insensível à realidade, principalmente naquele momento, em que se lhe movia a língua pelo valetudinário despeito. Cotegipe quis dizer que, abandonando os interessados na manutenção da escravidão, o trono perdia o seu sustentáculo, e tinha de cair ao primeiro embate dos republicanos, e, desenvolvendo o conceito, os sorrateiros monárquicos, depois, virão repetir que, por ser abolicionista, o trono se sacrificou... que a República brasileira resultou do despeito dos escravocratas contra o trono que os desamparou... Sob uma tênue sombra de verdade, tais juízos consagram os mais afrontosos ultrajes ao bom senso e à exatidão. De fato, o trono acreditava dever sustentar os interesses dos senhores de escravos, como interesses conservadores e de ordem, e sacrificou-se, tentando ampará-los, mantendo a nefanda instituição, quando, além de crime, já era estupidez uma tal política. Não há quem contemple a nossa história desapassionadamente, e não chegue a esta conclusão: o Brasil foi o último país a extinguir a escravidão por causa do Estado bragantino que se incluiu nos seus destinos. Não há dúvida de que a República se liga diretamente à Abolição; mas toda a dependência entre os dois sucessos está em que a República aproveitou a ruína do regime



monárquico, abatido e desarticulado pela vitória da revolução abolicionista, e que – **todos** os republicanos da propaganda eram abolicionistas. A torva politicagem do Império só teve sinceridade para ser escravocrata. A única luta séria em que se empenhou foi contra os abolicionistas, luta que era, finalmente, a do próprio regime a defender-se. Nessa luta, o regime esgotou as suas poucas energias morais, ao mesmo tempo que se mostrou a nu, na miséria dos seus processos e princípios. E, vencido, ficou à mercê dos vencedores imediatos, esse Exército que fez a Abolição e fez a República. Para inteira demonstração, basta rever o memorável desfecho: estimulados e conduzidos pelos abolicionistas, desiludidos dos recursos legais, os milhares de escravos levantam-se e embrenham-se nas selvas da serra; quase inconsciente, quando já tinha às costas a questão – as **questões militares**, o governo imperial insiste em não ceder, e ordena às forças militares que vão **capturar os escravos levantados**. O Exército, levado pela ambiência, que é a própria alma da nação, nega-se... Atônitos, os estadistas do regime e da escravidão correm a atamancar um projeto de lei em que se acobertem, na esperança de evitar que a vitória da revolução os incompatibilize com o gozo do poder, e para que este não fique nas mãos dos triunfadores... Foi uma questão de meses: transigindo com a derrota, o regime imperial aluiu em todas as juntas, e, palanque desmantelado, aí ficou, arrastado pelo tempo, até o primeiro pretexto – para que os vencedores de ontem viessem cobrar o disputado triunfo.

Nem outra significação se pode dar àqueles sucessos. Depois da legislação iníqua e falha de 1871, em seguida a resistência cega de 1879-87, aceitar, de tal modo, a abolição completa da escravidão, equivaliu, para o Império, o reconhecer a sua política anterior como injusta, impatriótica, cruel, criminosa, e, sobretudo, incapaz de atender às legítimas necessidades do país... Ora, um regime que se assim se confessa, não pode prevalecer em face dos que o

obrigaram à confissão. Aceitando o papel vergonhoso de subscreverem a reforma a que obstinadamente se opuseram, os políticos do Império patentearam uma tal insuficiência de fé nos princípios que defendiam, e tanta falta de lealdade aos tempos de onde vinham, que mataram todas as poucas convicções monárquicas ainda subsistentes, dissolvendo os já frouxos laços do regime em que viviam. Nas suas mãos, quando impatrioticamente resistiam a palpitantes anelos nacionais, quando torpemente aceitaram ser, imediatamente depois, os trôpegos e insinceros realizadores da Abolição, nas suas mãos, se esboroou o trono, que, sem tais descarretadas misérias, teria ainda vivido decênios, talvez. Liquidada a revolução abolicionista, cuja vitória foi levada pelo governo ao Exército, nada mais restava como prestígio do Império: a mesma voz dos soldados que se negaram a apanhar os escravos em Cubatão intimou de despejo a Monarquia. Não há dúvida de que, sem a vitória dos revolucionários abolicionistas, os republicanos, todos – antigos abolicionistas, não teriam tentado a jornada de 15 de novembro. E, em face de todos esses fatos, vêm, os que não tiveram brio para defender as instituições a que se deram, e afirmam: que a República foi efeito da reação escravocrata, contra o trono liberal, e que, liberal, preferiu sacrificar-se!...

A Abolição foi de ontem; vivem ainda alguns de seus promotores, e muitos dos que a viram realizar-se, e todos sabem: ela resultou de uma desinteressada e impávida campanha, levada pela imprensa, realizada em comícios, e logo comprovada em atos – as multiplicadas liberações de escravos, conferências, defesas diretas de vítimas... Estrofes, artigos de fundo, discursos, **meetings**... foram as armas na luta reiterada e indefectível, para a imposição revolucionária da redenção absoluta dos cativos. E o trono permanecia à parte de tudo isto, diretor supremo da futricagem parlamentar, em que se sacrificaria o projeto Dantas, antes hostil à Abolição, até que, nas vésperas da vitória, os imperiais poetetes lhe

trouxeram as suas versalhadas. Que tem, pois, de comum, a realidade com essa campanha revolucionária?... Imaginemos que o trono se opõe à Abolição, nos dias de 1888: o Exército que, em 1889, o deu por terra, teria feito ali mesmo a Abolição e a República. E, agora, se os fatos não bastam para demonstração, temos os nomes. Toda a imprensa que concorreu para a vitória da Abolição, d'**O Globo** à **Gazeta da Tarde**, passando pela **Gazeta de Notícias**, foi, ao mesmo tempo, demolidora da monarquia. Se destacamos as pessoas, ainda é mais expressiva a concordância – abolicionista-republicano. Saldanha Marinho, republicano desde 1869, redator do célebre **manifesto**, comparece como personalidade de destaque às festas onde se consagra o poeta dos escravos, e é o presidente de honra da primeira **sociedade brasileira contra a escravidão**. Não que se deixe ficar – a esperar pelo emancipacionismo de Nabuco, em torno de quem se organiza a mesma **sociedade**. Bem antes, quando ele ataca os célebres liberais do Império, é para mostrar-lhes a sua insuficiência, por nada terem **feito pela Abolição**. Depois, quando pela agitação em prol do projeto Dantas, ele, Saldanha, é um dos abolicionistas a achar escasso o mesmo projeto, e escreve um opúsculo para defender a extinção imediata da escravidão. Usou os próprios termos usados na lei de 13 de maio: **“Declare-se extinta a escravidão; é o único caminho... Nenhum brasileiro que ame a sua pátria pode deixar de ser pela abolição absoluta... Só a inépcia e a improbidade administrativa podem sustentá-la...”** Nos outros chefes, a mesma coerência de doutrina – liberdade política – liberdade civil. Em 1878, por iniciativa dos republicanos, é apresentado e votado um projeto de lei, proibindo a entrada de escravos na província de São Paulo, ao mesmo tempo que criava uma taxa de conto de réis, por inscrição em matrícula de escravos adquiridos. O presidente da província nega sanção, e o projeto se repete sucessivamente. Pouco depois, vêm à Câmara os republicanos eleitos deputados; vota-se o projeto Dantas e só Antero

Botelho, de Minas, por doente, não comparece; os outros, Campos Sales à frente, votam pela Abolição, com a declaração de que – assim se incluíam com os liberais ministerialistas porque a **bandeira da República não podia cobrir o reduto da escravidão**. Antes, já o intrépido propagandista da República, João Cordeiro, com igual atividade pratica o abolicionismo, para ser um dos libertadores da sua província. Quintino, como é republicano, é obreiro da Abolição (campanha do **País**). E, assim: Ubaldo do Amaral, Júlio de Castilho, Aníbal Falcão, Martins Junior, Luiz Murat, Cassal... foram outros tantos lutadores do abolicionismo. A Escola Militar, donde vieram Benjamim Constant, Lauro Muller, Barbosa Lima, Zerzedelo Corrêa... era irmã gêmea daquela Escola de Tiro, onde, sob a direção de Sena Madureira, foi festivamente recebido o jangadeiro Nascimento, herói da libertação do Ceará. Pode-se mesmo dizer que ali nasceu a **questão militar**, que fez ruir o Império. Assim entrelaçadas, Abolição e República, chega a ser inépcia na inexatidão pretender que 15 de novembro foi obra de escravocratas contra o trono. Aponta-se um deputado que por despeito se declarou republicano. Apagado o caso do subsecundário deputado Penido, escravocrata antes, desprezado ali mesmo, esquecido depois, o que vale uma exceção destas contra toda a sequência dos fatos?... Quando o grande Luiz Delfino, republicano e abolicionista, veio consagrar com o seu poema a tardia redenção dos cativos, ele, que o podia fazer, irmanou numa só liberdade, as duas redenções:

..... *rompa em breve um grito*

Da nossa rude voz, dura como o granito,

Retemperada aos sóis, na calma dos sertões...

.....

Que arranque o servo à gleba, ao sono às multidões,

*Então, como hoje, em louca efervescência
Far-se-á de uma vez só a nossa independência,
Teremos liberdade inteira, de uma vez;
E em todo o continente americano, um bravo
Como o que hoje soou, libertado do escravo
Soará amanhã libertado dos reis!*

.....

§ 67 – A propaganda republicana

A vitória do abolicionismo abriu o caminho à República; mas, assinalando esta verdade, é preciso notar, também, que a propaganda republicana, pelo necessário tom de afronta em que se fazia, aluiu muitos dos valores em que se fortalecia o escravatismo. Nem seria possível desconhecer que os abolicionistas, vendo e sentindo ao lado uma outra propaganda, a republicana, refaziavam-se em ânimo, para mais ataques, cada vez mais fortes. Uma propaganda insuflava a outra, comunicavam-se entusiasmos, com efeitos mais vastos e mais extensos. Eram consonâncias que se reforçavam. O abolicionismo falava à generosidade, comovia; o republicanismo entusiasmava os ânimos e os inflamava: uns propósitos aproveitavam os efeitos do outro, sobretudo porque diziam, ambos, com a essência da alma brasileira. Rui Barbosa, visão sem perspectivas, mentalidade sempre apaixonada e pessoal, porque fora um batalhador ardente da Abolição, e que não viera de propaganda republicana, depois de acentuar o quanto se compadecera e se exaltara o país pela sorte dos escravos, diz da República: “—... originou-se de um mero acidente o movimento (republicano); a nação aceitou-o. Mas não era seu. Não lhe deriva das entrelinhas como o abolicionismo...”²⁴ Voltado para a crise de

24 Prefácio de “Abolição”, de Osório Duque Estrada.

1831, mais aparente razão teria o famoso orador de considerar o 7 de Abril **mero acidente**, pois que se fez sem preparo ostensivo, sem propaganda explícita para redimir a nação brasileira pela eliminação do príncipe: uma simples irritação, por motivo de um ministério reacionário, faz desencadear-se o movimento revolucionário mais nítido da história nacional. E tudo que se segue patenteia profunda convulsão, em crise iniludível, orgânica, de toda a nação brasileira. As dificuldades que se multiplicam e a sinistra política involutiva em que esta pátria cai, depois, vêm de que, malcompreendidas as coisas pelos sinceros, com a **moderação** por ideal (porque as coisas facilmente se passaram), esses mesmos sinceros pensaram resolver o caso na solução da crise aparente, sem atender a esses motivos profundos, que levaram a nação ao vômito de 7 de abril.

O Sr. J. Nabuco enxerga o movimento republicano numa visão mais retraída ainda. Dá que

o espírito republicano começou a lavrar nos brasileiros durante a guerra do Paraguai, pelo contato com os republicanos do Sul... Os republicanos declarados seriam impotentes... se a atitude dos monarquistas tivesse sido previdente e precavida contra semelhante perigo. O instinto, o sentimento da nação, em sua quase totalidade, era de **adesão** e lealdade às instituições (monárquicas)... a crença, porém, de que as instituições não corriam verdadeiramente perigo, a certeza de cada partido, de cada político, de poder salvar a monarquia... quando esta recorresse a ele, fazia os nossos partidos constitucionais olharem com simpatia as dificuldades que os republicanos criavam ao governo, e o concurso que indiretamente lhes prestavam. A ideia republicana, apenas defendida e advogada por homens que renunciavam a tudo para servi-la, era quase um solilóquio; o

que a engrossava... eram os ataques dos que, monarquistas, hostilizavam a monarquia por impaciência de subir...²⁵

Passemos à implícita condenação do regime monárquico, e que se contém nesse cotejo, donde resultava que os brasileiros viajados pelas repúblicas do Sul tornavam-se republicanos; pensemos, para pasmar, nessa indiferença do pernambucano pela história da sua terra, que, em alma, nunca foi **senão** republicana; no mesmo lance, consideremos a facilidade com que Nabuco se move por entre inverossimilhanças e inexatidões, e demos às suas **verdades** o verdadeiro valor. Sim: Não viria a República se os monarquistas... ou, melhor, se houvera monarquistas sinceros, para se arrecearem de um novo regime a que não quisessem aderir... para serem pre-videntes. **A quase totalidade**, não da nação, mas dos incluídos nas classes dirigentes, era de futuros adesistas, sem preocupações de lealdade à monarquia. A prova dessa ausência de lealdade é o Sr. Nabuco quem a dá, quando no-los mostra, **aproveitando as dificuldades que os republicanos** causavam ao regime, engrossando com os seus ataques, de ambiciosos e desleais, a própria campanha dos republicanos. **Ideia republicana – solilóquio** é frase, no vezo de literatar.

Um outro liberal adiantado, também elegante em não aderir à República, o Sr. Afonso Celso, hoje conde, também indiferente à história do Brasil, levou a sua elegância ao ponto de afirmar: “... raízes e tradições republicanas é o que nos falta...” Não lhe ocorreu, sequer, que o Brasil está na América, penetrado de todas as suas tradições; não lhe lembrou o heroísmo de todos que deram a vida no empenho de um Brasil independente e livre, e que, **todos**, foram republicanos. Antecipadamente, Silva Jardim lhe deu resposta, quando acentua que não houve brasileiro a morrer pelo rei,

25 Um “Estadista” do Império, pág. 189; III v. pág. 193.

ao passo que muitos afrontaram a morte pela República. Paralela ao movimento abolicionista, a campanha pela República tem origens próprias, mais profundas ainda que as da Abolição. Na nossa história, ela mergulha até os dias de 1710, até a rebelião de Bequimão. É, ao lado do zelo patriótico, a mais antiga e formal das tradições nacionais. Os republicanos de 6 de março de 1817 chegaram a ser poder. E foi preciso a insânia de generosa concórdia deles, e todo o peso do Estado português já aqui estabelecido, para que não se fizesse, ali, a definitiva autonomia do Brasil. Depois, com esse peso, que já era asfixia na infecção, foi preciso, ainda, a realidade da intervenção inglesa, para que a tradição republicana não se impusesse nos dias de 1822. Realizada a independência, com todo o prestígio do príncipe, que fundara a nação brasileira, o vigor da tradição republicano-nacional ainda é capaz de levar o Brasil a expelir o mesmo *príncipe*. Nesse transe, com toda a deturpação ligada à presença da massa dirigente na revolução, ainda foi preciso a invencível generosidade do coração brasileiro, quando o bragantismo renitente mostrava o trono num berço, para que em 1831-32 não se eliminasse a monarquia.

Em verdade, o Brasil nunca deixou de ser da tradição republicana. Mesmo quando o nome não é referido, as aspirações essenciais vão para a realização democrática radical. Repassem-se as reformas decretadas pelo **governo provisório** da República, consagradas depois pela Constituição de 24 de fevereiro: são, substancialmente, as mesmas do projeto aceito pelos moderados – para 5 de julho de 1832, e que só não foi reforma da Constituição devido à traição de Hermeto e parelhas. Se a República aproveitou o desmoronamento do Império, vencido pela Abolição, também é certo que a aspiração republicana precedeu de muito a propaganda abolicionista, e quando o Brasil, nos estos do romantismo, renasceu para ideias, uma democracia radical foi reclamada antes de qualquer pretensão à abolição completa e imediata, isto porque,



no sonho um Brasil – **brasileiro e livre** (1817), a emancipação dos escravos era apenas um detalhe, como condição de uma pátria que se propõe à justiça e à liberdade, ao passo que a República valia como necessidade substancial, forma de aspiração em molde de virtude. Com isso, toda a beleza dos sacrifícios patrióticos, do Brasil em formação, é de heróis republicanos – de Bernardo Vieira a Tiradentes, aos esquecidos executados de 1799, na Bahia, ao Padre Pessoa, Frei Caneca, Sabino, Pedro Ivo... Nas fileiras deste (em 1848) caiu heroicamente um Borges Fonseca, quase obscuro, e que, no entanto, indefectível e intransigente nos seus princípios republicanos, foi perseguido pelo governo de 1822, lutou ao lado de Paes de Andrade, para vir morrer, já velho, nas hostes de Nunes Machado...

Não haveria nada disto, se a República não fosse constante aspiração da alma brasileira. Os resultados resolveram-se em infâmias sobre esta pátria: não importa, e tudo se explica pela circunstância de que essa universalização de ânimo, a que chamamos de **gênio brasileiro**, realidade para aspirar, continua enleada pelas gerações de dirigentes em que se perpetua o Estado bragantino aqui plantado em 1808. Havemos de apreciar em especial os motivos e processos que levaram a campanha de 1870-89 a tais resultados. Agora, cabe acentuar que se essa propaganda fez adotar a República é porque naturalmente já propendia para aí o Brasil. Citamos esta data – 1870 – como a organização da campanha de opinião levada sistematicamente até a vitória de 15 de novembro; mas não quer isto dizer que, antes, não houvesse manifestações em prol da República. Em 1860, por ocasião da aparatosa viagem do imperador às províncias do Norte, um dos cuidados, na récuca dos *cortesãos*, era impedir os gritos de Viva a República! Repare-se no tom dos ataques de Landulfo Medrado: são de implícita campanha republicana. Em 1862, a propósito do bronze levantado no Rocio pela adulação dos tempos, Teófilo Otoni publicou o seu **manifesto**, percuciente grito de protesto,



com o valor de um acordar de brios, ao influxo das puras tradições de 1817-24-31-37-42-48... Em 1866, vem à luz o jornal “A Opinião Liberal”, órgão dos radicais, esses mesmos que, quatro anos depois, serão ostensivos republicanos. Toda a atividade política deles, radicais – Saldanha, Silveira Lobo, Cristiano Otoni... é contra o regime. Em 1870, realiza-se o Congresso donde saiu o famoso manifesto, cujas assinaturas são expressivas, mesmo nos nomes dos que se convertem à monarquia.²⁶ Em 1870 mesmo, publica-se, na corte, o órgão ostensivo a propaganda – “A República” e, logo a seguir, em diferentes cidades, os jornais francamente republicanos – “Seis de Março”, “República Federativa”, “República” (Maceió), “Horizonte”, “Sentinela da Liberdade”, “Voz Americana”, “Revolução”, “Democracia”, “Nacional”...

Como justificativa da imprensa republicana, criam-se para mais do dobro de clubes ou associações de propaganda, como o Club e Tiradentes, ou o **Centro Acadêmico do Rio de Janeiro**, em que se destacava Lopes Trovão, ainda estudante. E porque o movimento se afirmou vibrante, logo em fevereiro de 1873, fez o governo imperial, pela sua polícia da corte, empastelar “A República”. A réplica dos republicanos foi o aparecimento do “Globo”, desde logo célebre, pelo nome, já feito nas letras e na imprensa, de Quintino Bocaiuva. No ano seguinte, aparece, como jornal partidário da República, a “Província de São Paulo”, e que subsiste no atual **Estado de São Paulo**. Ali mesmo, São Paulo, logo em 1871, reúne-se um congresso republicano, de que participam

26 Saldanha Marinho se declarou republicano ostensivo em 1869. Foi quem presidiu a sessão de instalação do Clube Republicano, em 1870. A sessão em que foi lido o célebre manifesto teve a honra de ser presidida pelo depois Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira. O manifesto foi composto pela comissão – Cristiano Otoni, Pedro Ferreira Viana, Farnesi, Aristides Lobo e Saldanha Marinho, relator. Assinaram o manifesto, entre outros: Bandeira de Gouveia (Pedro), Francisco e Emílio Rangel Pestana, Antonio Paulino, Henrique Limpo de Abreu, José Maria de Albuquerque Melo, Quintino Bocaiuva, Otaviano Hudson...

Campos Sales, Prudente de Moraes, Rangel Pestana. Em 1873, publicam esses republicanos o seu manifesto. A Faculdade de Direito, onde fulgurara o poeta republicano dos escravos, era um foco de irradiação das suas ideias. Daí partem os que vão, logo em 1884, organizar o vigoroso partido republicano rio-grandense. Já em 1881, os republicanos paulistas haviam pleiteado as eleições gerais, sendo Campos Sales derrotado apenas por 7 votos!... Nas eleições seguintes, são eleitos dois republicanos em São Paulo, e um em Minas. Há distritos em que liberais e conservadores têm que unir-se para evitar a eleição do candidato republicano... Finalmente, nas vésperas de cair o Império, há, no Brasil, cerca de setenta periódicos francamente republicanos, notando-se, ainda, que todos os diários de opinião livre, feitos nas simpatias do público, como a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, tornam-se órgãos de demolição do regime imperial.

No entanto, tais resultados sobre a alma nacional se faziam num país sem tradições de lutas de opinião, como sem prática de verdade eleitoral: o país das câmaras unânimes, para cada novo ministério a quem se dava invariavelmente a dissolução. Ora, isto demonstra que o Brasil queria a República, e que a tarefa da propaganda foi, por isso, grandemente facilitada: tratava-se de convencer e arrastar um povo já efetivamente adepto da República. Destarte, como não era preciso nenhum esforço mental para fazer aceitar a República, e não tínhamos outro modelo de dialética política senão a penúria de pensamento dos dirigentes consagrados, aí, na mentalidade deles, moldou-se a propaganda republicana, que resultou, por tudo isto, num verbalismo fofo, de antemão estéril, nulo e pedante como ideologia, incompleto e desconjuntado como preparo do novo regime. Quem vem daqueles dias – de propaganda,²⁷ nas vésperas já da República, recorda, envergonha-

27 Quem escreve estas páginas assistiu ao mais vivo, nos últimos dias de propaganda republicana, e, mocidade de estudante, fez parte de associações, onde esperava encontrar as fórmulas da nova organização... Foram decepções a

do e triste, a pulhice, o obsoleto, a mesquinhez e o anacronismo das prédicas e das colunas impressas, gastas em repetir as cediças tiradas de 1789 e 1830. E há muita coisa já reclamada pelos **convencionais** e os revolucionários contra Luiz-Filipe, que não desponta nas reivindicações apagadas dos nossos de 1870-89. Tanto é assim que quando essas criaturas se encontram com o triunfo das suas ideias, e as realizam em estatutos políticos e jurídicos, não vão além do que haviam feito os moderados radicais em 1832. Bem rebuscando nas concretizações, haveria, em Feijó, mais radicalismo com realidade de progresso social, do que nos inefáveis revolucionários republicanos de 1889.

Como explicar tal insuficiência? A aspiração de democracia republicana estava na massa da nação; mas valia, apenas, como instinto. No esforço de conquista política, era mister, antes de tudo, dar forma consciente às mesmas aspirações, precisar os motivos, e, com isto, formular as realizações que definiriam, em funções, as nossas necessidades essenciais. E, agora, ou surgiria da massa mesma um desses iluminados – gênio político como intuição e ação, ou as formas tinham de ser definidas em mentalidades já educadas no pensamento político, e com afinidades nas aspirações revolucionárias, e que substituiriam a intuição genial pelo treino dialético. No Brasil, infelizmente, esse treino era o da classe dirigente, inválida como significação política, morbidez de concepção na perspectiva das legítimas aspirações nacionais, toda ela profundamente viciada em vista da tradição bragantina em que se formara. E foi com isto que a propaganda republicana se afinou. Naqueles dias, quando, havia decênios, já, eram conhecidas as concepções de Carl Max, esses aspectos sociopolítico

abater e abafar os sonhos de juventude. É óbvio que tal não é citado para notar qualquer nobreza de propaganda, visto que a propaganda era esse vazio. A historicidade da República brasileira, será nobreza de intuitos nos poucos que realmente se sacrificaram, mas não é nenhuma grandeza de pensamento.

não existem, no entanto, para os revolucionários que pregaram a República brasileira, como não existiam, para os propagandistas e organizadores da nossa República, os aspectos socioeconômicos dentro dos quais se formulavam noutras partes as reivindicações realmente republicanas, e para as quais gravitava, já, a nova política do mundo ocidental. O ano de 1870, data do célebre manifesto republicano, foi a da formidável tentativa da **Comuna de Paris...** E os do Brasil ficaram tão contidos nessa prova vazia, que, quatorze anos depois, Prudente de Moraes, deputado, julgou-se dispensado de dar um programa do novo regime: **O nosso programa está no manifesto.** Naquele momento, como primeiro grito, sobretudo como revivescência da velha tradição, a voz de 1870 podia bastar mas que a propaganda consecutiva não saísse daí... De fato, a ideologia com que se pregou a República, e o movimento em que esta se preparou, não correspondem à época, nem procuram inspirar-se nas legítimas necessidades desta pátria, em ânsia de liberdade e de justiça. Tudo não passou de serôdios e ineficientes liberais-mos, dissolvidos no molho pobre de um positivismo cego. Uma abstrata **separação da Igreja do Estado**, com absoluta anulação deste em face da ação pertinaz da Igreja histórica na nação; a atoleimada liberdade de profissões, incompatível com a forma legal dos mais importantes serviços públicos; a nominal secularização dos cemitérios; o abandono da instrução essencial do povo à inexistência dos poderes municipais; e outras menores e contra-producentes franquias, esgotaram a capacidade reparadora dos revolucionários brasileiros do fim do século XIX. Mais distantes da alma popular, e alheios a ela do que os de 1831, eles deixaram intactas, apenas despertadas e irritantes, todas as ânsias em que o Brasil manifestava a sua fome e sede de justiça. Nem os casos e as necessidades meramente políticos, como a realidade da federação; nem isto eles souberam compreender, pelo que consagraram na sua obra toda a monstruosa distribuição circunscricional do país,

qual arranjava, nos seus fins de espoliação e tirania, a metrópole sobre a colônia, tal a conservara, por serem os mesmos interesses, o Império sobre a nação. E resultou da federação herdada da colônia e do Império, mais ignóbil despotismo sobre as populações do que nos dias dos capitães-mores.

Um pertinaz coimbrismo reduzia todo discorrer político ao vazio do bacharelismo jurídico, enquanto o Brasil fechava a sua vida social e política no que a mentalidade de juristas, continuadores dos de 1808, podia descortinar. Por maior desgraça, as contingências da situação geral, agravadas na incapacidade dos políticos do Império, engastaram a República na contenda que os militares travaram com o mesmo regime imperial. A propaganda abolicionista havia aluído as velhas instituições, a propaganda republicana oferecia uma nova ordem no sentido das tendências políticas mais patentes na história do país, e antes que os republicanos intentassem deveras a conquista do poder, o Império se entregava.²⁸ E há, também, que, como depreciação do regime mo-

28 Pronunciada a declaração ministerial de Afonso Celso, (que viera salvar a monarquia contra os republicanos), tal se manifestou o grande liberal, que o seu correligionário Cesario Alvim prefere declarar-se pela República... “prefiro a democracia pura... não posso depositar confiança no novo ministério... com um estandarte que só pode ser empunhado pelos adversários...” Joaquim Nabuco, não aceitando a política do novo ministério, concita-o, todavia – “a inspirar-se no seu patriotismo, a fim de que o ministério não seja o último da monarquia.” Depois, o mesmo Nabuco confirmará: “Tudo indicava que nos aproximávamos, por uma gravitação irresistível, da hora da substituição.” Na tribuna dos diplomatas, houve quem exclamasse: “Está perdida a monarquia.” Atribuíram a Dantas, ao sair da memorável sessão, o conceito: “... o que resta é abrir o caminho para que a República entre sem abalo.” O bispo do Pará, que a tudo assistira, comentou: “... os dias da monarquia estão contados...” Diz-se, então, que Saraiva, foi propositadamente a Petrópolis, levar ao imperador a sua opinião: “O que V. M. deve fazer é findar o seu reinado entregando à nação o trono que em 31 ela lhe deu...” “E a minha filha? Perguntou angustiado o pacato Pedro II. Ela é muito religiosa, e se resignará.” Pode ser que tanto não seja verdade, mas que o afirmassem demonstra como se considerava serem aqueles os últimos dias da monarquia.

nárquico, ocorreu o eficacíssimo concurso dos monárquicos sem fé, nem sinceridade para com os princípios que aparentemente professavam, e que, ao menor despeito, atacavam e desprestigiavam o trono, fornecendo à propaganda republicana o melhor dos argumentos concretos.

§ 68 – A revolução para a República

Os homens do Império, que justificavam, e, indiretamente, completavam a propaganda da República, finalmente criaram a situação de que resultou a irremissível queda do trono. Criaram-na protelando a solução da questão servil, resistindo estupidamente à Abolição, obrigando, assim, a nação a agitar-se até a revolução. Essa agitação, que apaixonou intensamente a alma nacional, coincidiu, toda ela, com a campanha pela República, e formou-se, destarte a crítica e espessa atmosfera revolucionária em que viveu o Brasil de 1883 em diante. Pois bem, foi nessa conjuntura que a política imperial deu lugar às chamadas *questões militares*, que, finalmente, se incorporaram num protesto geral do Exército, na sua parte mais representativa. E começou o conflito, para dar lugar imediatamente a um recuo do poder civil, tão desastrado e vergonhoso, que logo convenceu os militares de que podiam ir até onde quisessem. Paranaguá, presidente do Conselho, apresentou ao parlamento um projeto de reforma das forças de terra, com o qual se julgaram lesados, ou ofendidos, os oficiais do Exército; o pessoal da Escola Militar decidiu, então, discutir a projetada reforma, e aceitou de escrever os artigos o Tenente-Coronel Sena Madureira, oficial de grande atividade, competência e prestígio na classe, ao mesmo tempo – republicano e abolicionista. Formulam-se censuras, há um quase abalo nos meios políticos, e a Escola Militar, com grande número de oficiais, de todas as patentes, vem publicamente apoiar a atitude de Madureira. Resultado:

Paranaguá, no Senado, engole o seu projeto. Agora, quando era preciso evitar qualquer atrito com o Exército ensobrecido²⁹ o governo reacende a crise, no ano seguinte, a propósito de uma manifestação abolicionista de Sena Madureira, inócua e perfeitamente cabível (no governo Lafaiete).

Carrega-se, definitivamente, a agitada atmosfera política de mais eletricidade revolucionária; tudo é motivo de manifestações, sempre provocadas politicamente pelos governantes. Um deputado, baldo de efeitos oratórios, trata o Coronel Cunha Matos, a propósito do serviço público, de **traidor e covarde**; o ministro da Guerra ouve impassível o insulto ao oficial, e este vem responder ao político em tom correspondente à injúria, ao mesmo tempo que estranha a indiferença do seu superior hierárquico, o ministro, o qual, agora despertado em brios, repreende e faz prender Cunha Matos. O Exército assanha-se, naturalmente, e antes de qualquer manifestação de solidariedade, sente-se de novo atacado na pessoa do mesmo Sena Madureira: o ex-ministro que o demitira em 1884, veio, em 1886, e o exprobra, taxando-o de indisciplinado. O brioso oficial replica em artigo, e se justifica, sem nenhum insulto, aliás. Mas o ministro da Guerra do momento, o célebre Alfredo Chaves, repete com Madureira a nota da repreensão que despedira contra Cunha Matos. Deodoro, o general

29 Note-se: Empenhado em conhecer todos os recantos no proceder das gentes com quem tratava, Pedro II aceitava maledicências e intrigas; aproveitava *cartas anônimas*, e comprazia-se com as verrinas dos jornais que difamavam. Assim, exigia de sua polícia, informes diários – disso mesmo que a ela se denunciava porque era polícia, e permitia, então, existisse, com a sua franquia, a imprensa imunda do gênero “Corsário”, onde nada se poupava, verdade ou não, no recesso do viver dos homens públicos. Chegou o momento em que os ultrajes foram para gentes do Exército, do qual alguns oficiais entenderam vingar a infâmia que a polícia não coibia, ou não queria coibir, e, à sombra da fachada policial, apunhalaram o jornalista corsariano, que se acolhera à proteção da mesma polícia. E foi através do tórax de Alpulco de Castro que o Exército teve a demonstração do seu poder: nada aconteceu aos oficiais vingadores.

de mais prestígio, então, autoridade suprema, civil e militar, lá no Rio Grande do Sul (onde falara Madureira), apoia-o plenamente, ao mesmo tempo que Pelotas, com a autoridade militar de, último vencedor no Paraguai, e a situação política de chefe liberal e senador do Império, vem solidarizar-se publicamente com os oficiais ofendidos. A respectiva declaração se faz pelo jornal dos republicanos.

Já era governo Cotegipe, que pede informações, e a quem Deodoro respondeu oficialmente:... “que o exército estava, com razão, magoado, que a ferida fora forte, cruel e mortal...”. Em meços de 1887, volta Deodoro para a corte; pouco depois, vem Pelotas, para a sessão parlamentar. O Supremo Tribunal Militar, devidamente consultado, declarou: “Segundo a Constituição, os oficiais tinham, como qualquer outro cidadão, o direito de manifestar livremente as suas opiniões pela imprensa”. Reclama o Exército, assim justificado, o trancamento das notas ofensivas aos dois oficiais; reunida solenemente, a oficialidade da corte, dá plenos poderes a Deodoro para defender o Exército perante o chefe da nação, e o comissionado, saltando por sobre os ministros, envia ao imperador uma carta no sentido da incumbência que tivera. A resposta é a sua demissão – de quartel-mestre-general. Não obstante, volta Deodoro, em nova carta a Pedro II, em tom de quase exigência. Não lhe veio, ainda, nenhuma resposta. O ministro da Guerra, propõe, então, ao chefe da nação, a prisão de Deodoro, ou a sua remoção para longe da corte; não obtém, nem uma coisa nem a outra, e dá a sua demissão, Pedro II já se acha enfraquecido pela moléstia, que pouco depois o levou à Europa, assim como sensivelmente combatido pela repercussão da dupla campanha de oposição – Abolição e República. Já a pena veemente de Rui Barbosa aproveitava, com desenvolvido sucesso, a mesma questão militar. O sucessor de Alfredo Chaves, na persistente



política de Cotegipe, também não deu o reclamado trancamento das **notas**, pelo que os dois, Pelotas e Deodoro, publicaram um manifesto sensivelmente enérgico, e em que consubstanciavam as reclamações do Exército. Nesse meio tempo, declarou publicamente Pelotas: “Que fora convidado, por Paranaguá, para tratar da questão diretamente com o imperador, e não acedera **por ter sido um convite particular...**”

Das mãos desses ministros, que tão estupidamente zelavam pela ombridade das suas funções, havia caído toda a legítima autoridade do poder civil. No Senado, o incorrigível Cotegipe ri da importância da **questão militar**, e Pelotas, que de tudo sabia, e havia dado o seu prestígio em solidariedade com os colegas, respondeu-lhe com um sincero, completo e leal aviso, só com a falha de ser tardio:

O nobre presidente do Conselho terminou rindo-se, e o seu riso me contristou. Atravessamos um momento grave, e S. Exa. não lhe dá importância... Um de nós está inteiramente iludido nesta questão. Declaro com toda a franqueza que queria ser eu o enganado. Desgraçadamente parece que é S. Exa. Peço encarecidamente... que reconsidere o seu ato, por amor a este país, não por satisfação a mim... Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar S. Exa. nas forças armadas... Tais serão as circunstâncias, que talvez elas lhe faltem.

Os liberais propuseram, então, uma moção que permitisse satisfação ao Exército; o chefe conservador aceitou-a: **O governo convidado a declarar sem efeito a repreensão...** E Cotegipe, cuja finura de espírito falhara, pois não fora perspicaz, fazia verve, ainda: aceitava, reconhecendo que **saía com alguns arranhões**



na dignidade... Não arranhada, mas dilacerada, sem conserto possível. Contra a política imperial, havia desde então, não só abolicionista e republicanos, como o Exército. Depois dos **arranhões**, a insânia escravocrata de Cotegipe fá-lo dar ordens às tropas do Exército para apanhar escravos fugidos. Equivalia a convidar os oficiais à desobediência: eles se negaram estrepitosamente, e como, agora, todo pretexto serve para manifestações da força pública em hostilidade ao poder civil, a insignificância de um caso policial – Leite Lobo, bastou para pôr os clubes – militar e naval, em permanência, a pedir a demissão das autoridades responsáveis. Deram-lhes a do delegado: não bastou, e exigiram a do próprio chefe de Polícia, inimigo declarado dos abolicionistas... Assoberbado pelos efeitos das próprias inépcias e as dos que o precederam, bateu Cotegipe com a porta, e deixou o governo para João Alfredo, que, arrastado, sem nunca tomar pé, atamancou a lei de 13 de maio.

E acabou o partido conservador, sem que o Exército, todo entrado, agora, para a generalizada agitação, se desse por satisfeito. Os meses do governo de João Alfredo apenas bastam para legalizar a liberdade que os escravos por si mesmo tomaram, desde que os oficiais brasileiros não se prestaram a entregá-los ao cativo. Vencedora a Abolição pelo gesto final do Exército, ainda tentaram os políticos do Império fazer a sua vida sob o regime imperial desmantelado, perdido: toma-se do primeiro pretexto; e afastam-se para Mato Grosso os batalhões mais em vista na corte, indo à frente deles, pois que é a mais sensível ameaça, o General Deodoro. Era a luta franca, já agora sob a responsabilidade dos liberais, de Ouro Preto, ingenuamente confiante na própria sobranceria. No momento, olha-se a mesma sobranceria como fanfarronice: a propaganda republicana e a oposição liberal radical, já em direção à República, atacaram violentamente a atitude confiante de Ouro Preto, a quem se dava, com mais ou menos verdade – e por

que parecia dedução do seu programa, o plano de desorganizar o Exército, enfrentando-o, se preciso, com outras milícias. E vem a demissão de Mallet, com a nota **a bem do serviço público**, e vêm os distúrbios de São Paulo – Exército e Polícia, para que o Exército continue a considerar-se ofendido, perseguido... e reivindique e exija reparações. A propaganda republicana rejubilava do poderosíssimo auxílio e irmana-se com as reivindicações do Exército. Há Benjamin Constant, ao mesmo tempo – abolicionista, republicano, e oficial professor, com efetivo prestígio, mental e moral sobre as novas gerações de oficiais. Com ele, a propaganda aproveitou quando pôde da atitude dos militares: aproveitou demais; assim como, com ele a campanha pela República passou das mãos dos propagandistas consagrados – para ser a revolução feita como que exclusivamente pelo Exército, na forma infeliz de um levante militar. E isto obriga a que, na apreciação da realização republicana, haja páginas especiais para estudar o papel e o efeito dos militares na mesma realização.

Na sua ingênua e leviana confiança em si mesmo, o governo com que morreu a monarquia levantava programas, fazia atividade vazia, enquanto os oficiais de prestígio aprumavam o gesto em que avançariam para o poder, sobre as distrações do regime aniquilado por eles mesmos. Aproveita-se o burburinho das festas aos chilenos; Benjamin Constant, com o ensejo de uma visita dos marinheiros visitantes, festejados na Escola Militar, faz um discurso que, noutro momento, na boca de um oficial como ele, consciente dos seus direitos políticos, podia passar sem reparo – **somos soldados, não seremos janizeiros...** Naquele momento, dadas as suas crenças republicanas, foi, e era, uma provocação. A prova é que, ao mesmo tempo, com ele, elo de republicanos e chefes militares, se dispunha a conjuração: no dia 12 de novembro já está tudo assentado, e Deodoro, apalavrado, assente em fazer a República, uma vez que o poder imperial não dava ao exército as

satisfações pedidas, uma vez que o **imperador já não regulava...**³⁰ Os propagandistas republicanos, que, gostosamente, haviam passado a tarefa ao Exército, continuavam a fazer-lhe cortejo: Francisco Glicério, com toda a sua beleza d'alma e sinceridade de convicções, veio de São Paulo para ver fazer-se a República, pois que ele, como os outros propagandistas de responsabilidade, estava a par de tudo. Quintino chegou a estar a cavalo, na massa da brigada em marcha para tomar conta do poder... Era, isso, o bastante para tirar ao ato da proclamação da República o caráter de levante militar? Pensemos que a tropa foi puxada e o movimento teve por chefe um soldado que nunca se dissera republicano, um dos mais moços, numa irmandade de generais, todos ostensivamente monarquistas; e que esse mesmo era tido como admirador e amigo do monarca. Mais do que tudo, a forma mesma do ato lhe tirou a qualidade de movimento de opinião.

§ 69 – Mais Dejanira... e nova túnica

Este é um dos casos em que a forma é tudo, e inclui a própria substância. Aproveitando em tal excesso a manifestação dos militares, os republicanos viciaram a sua obra, essa propaganda que vinha de decênios, e transformaram a intervenção do Exército, de legítimo apoio à revolução republicana, em absorção dela com o motivo de zelos, que, evidentemente, eram excessivos. Não se condena o 7 de Abril porque a tropa, toda, lhe garantira o êxito, juntando-se à massa popular em protesto no campo de Sant'Ana, preferindo, nessa atitude, o Brasil já levantado, ao monarca que ultrajava a nação. A agitação de rua vinha de dias; foram para ela os políticos civis, que nunca mais abandonaram o controle da ação. Não há, nisto, nada de semelhança com esse 15 de novembro, em

³⁰ Assim se publicou na ocasião.

que os oficiais, já em contestação com o poder civil, por motivo de interesses de classe, levantaram-se, e abatem o regime, para resultados que tiveram de ser consagrados como a “República proclamada pelo Exército e a Marinha, em nome da Nação”. De fato, os propagandistas entregaram-se aos oficiais amotinados, que se substituíram à propaganda, para depois se substituírem à nação. Foi, na concretização dos desenvolvimentos, o erro inicial, erro de essência, com o que se desviou, desde logo, a República, para a sequência de faltas, prepotências, deturpações, desastres, crimes, misérias... que tem sido a vida mesma do regime.

Destarte, englobada num levante de quartéis, a proclamada República foi, com aquela marcha de regimentos para o indisputado triunfo, um surdo estalar em que se abafou a mal-alinhavada propaganda. O chefe do Governo vencido deu, na emergência, o ótimo da ação que lhe era própria: foi **ativo**; acreditou, como sempre, nos seus gestos, repetiu ordens alheias à realidade, falou em patriotismo... sem que isto lhe aproveitasse, para ouvir de Floriano – que os seus galões os ganhara no serviço da pátria, não no de ministros. A réplica mais própria foi a de Deodoro, a restringir os motivos do movimento às queixas que o Exército tinha do mesmo Ouro Preto!... Subtendido que a República estava na conquista do poder pelo Exército, se bem que o nome do movimento fosse **proclamação da República**, esqueceram-se completamente de dizê-lo de público: por fora da coisa, ao romper do dia, e às três horas da tarde, andava um propagandista consciente da significação daquilo, Aníbal Falcão, a procurar José do Patrocínio, para que a Câmara Municipal, instituição popular, desse o tom civil e popular à revolução. Com isto concordaram muito dignamente os militares, que se tinham esquecido do caso; e assim se fez. E o trono, por onde andava?... E todos que, ao pé dele, se diziam os representantes da nação?... Na facilidade do triunfo, foi tudo deixado de lado, como já inexistente. Alguns dos que não

tinham ainda compreendido bem os fatos, chamaram-no, e Pedro II pôde vir, quase só, mas tranquilamente garantido, pela mesma facilidade da vitória republicana. Foi para o paço da cidade, onde, também tranquilos e garantidos, o procuraram alguns dos contumazes resolvedores de crises políticas. Estavam fora do mundo: concederam que o ministério não podia continuar... já estava demitido, e percorreram a lista dos possíveis chefes do Governo... Então, lembraram-se de que era indispensável a aquiescência do chefe militar no movimento, e trataram de encontrá-lo. Ouro Preto, deixado livre... no momento, como todos os outros considerados monarquistas, também foi ao paço: “Ouro Preto, sendo chamado, insistiu para a sua demissão, que obtive com muita dificuldade, retirando-se em seguida para a casa do Barão de Javary, onde foi preso...” tal o consigna a insuspeita imparcialidade do Padre Galante... Partiram os mensageiros do trono à procura de Deodoro, que conforme bem o sabia o mesmo trono, já havia organizado o seu ministério. Voltavam-se para ele, e procuraram-no, como outrora, na noitada de 6 de abril, andara o outro em busca de Vergueiro, para que viesse salvar o primeiro Império. Agora, a salvação possível, e certamente aceita, era a de submeter-se o poder imperial à espada do general revoltado... Ainda assim, não foi possível: Deodoro só foi alcançado à noite, quando, cansado de fazer a República, ia recolher-se. Nem quis receber o recado, que vinha em nome de Saraiva, e mandou: “Diga ao Saraiva que é tarde...” Quando a resposta chegou ao paço já encontrou nos raros fiéis, o inteiro desalento. No ambiente, quase vazio, as fisionomias descoravam com as últimas e vagas esperanças dissipadas. Estava o paço guardado por tropas que apenas exigiam – **pedissem licença para entrar**. E entravam cada vez menos: quando se fechou o dia 15, não havia mais monarquistas no Brasil. O trono caiu no abandono proporcional à miséria da alma dos dirigentes. Dos milhares que andavam a fazer a política imperial não houve um

gesto de defesa, nem sequer uma voz de protesto... Não houve, da parte deles, nem olhares de simpatia para a criatura que só, e dignamente, expiava uma culpa que era deles mesmos. Os que não foram ignóbeis logo, ali, na hora da vitória da revolução, foram insignificantes e incaracterizados. Realmente digno, recatadamente nobre, só se destacou o imperante destronado. Para que não parecesse batalha sem inimigos, o governo provisório consagrou a vitória, e todos os seus riscos, prendendo três adversários, depois demonstrados sem perigo para as instituições. Além destes, deportados, expatriaram-se Muritiba e Nioac, pela insignificante razão de serem fâmulos do paço.

Era, a monarquia, coisa assim abandonada? Não. Enquanto existiu, afora os republicanos que persistiam republicanos, todos os que se julgavam com direito a ser voz na política, diziam-se monarquistas, com todas as veras. E defenderam explicitamente o trono, enquanto isso lhes pareceu útil e sem riscos. Logo que se pronunciou a propaganda republicana (1872), solenemente se proclamou a criação de um **guarda suíssa** para a defesa das instituições. Defesa armada, como se vê, que eles não compreendem outra. Havia a propaganda republicana, chilra, banal, pobre... em todo caso, uma oposição de princípios aos da monarquia; lógicos e sinceros, os que desta viviam, em defesa dela, deviam contrapor à propaganda republicana, outra propaganda... Nunca o fizeram. Apelaram, bestialmente, para a contradita dos empastelamentos e da bordoada, como os sucessores ainda hoje o fazem. No segundo ano de vida do jornal de propaganda "**A República**", atacaram-no, para tais efeitos, que o Sr. P. da Silva teve de consignar o sucesso:

Vários adeptos da nova doutrina (República) fundaram na capital uma tipografia e publicaram um jornal... Amedrontou-se o ministério... Resolveu empregar a violência para combater a propaganda: Magotes de pessoas que o

público acreditou instigados pela polícia, assaltaram uma noite a tipografia e a sala da redação, rebentaram máquinas... quebraram... destruíram... retiraram-se pacificamente... De todos os cidadãos sensatos partiram acusações contra a polícia. Nos periódicos e nas câmaras ecoaram brados, e soube-se igualmente que o imperador reprovava o ato. Defendeu o ministro da justiça os agentes da polícia... ordenou investigações e inquéritos... que não deram resultado...³¹

Tudo faz crer que Pedro II tenha condenado a façanha: com toda razão, ele confiava mais no liberalismo dos seus **papos de tu-cano**, do que nos arreganhos dos que, na hora decisiva, o abandonariam ignobilmente – ratos a passar em debandada para o novo chaveco... Aderiram todos à República, mesmo os que de modo nenhum se podiam ajustar a ela, qualquer que fosse. Passaram-se, como se passariam para outra coisa os que hoje incorporam a substanciosa República de que vivem. Ontem, ainda havia alguns sinceros, para permanecerem republicanos em face da monarquia pronta a recebê-los; hoje, desses tiranetes, reles gozadores, todos ostensivamente autoritários, não há um com a coragem lógica de pronunciar-se pelo regime da franca e exclusiva autoridade: dizem-se todos republicanos presidencialistas, na medida em que a República os enche. Amanhã... serão parlamentaristas, absolutistas, fascistas, ou soviéticos... se houver nominal parlamentarismo, absolutismo, fascismo, ou comunismo, que os queira.

Não podia ser de outra forma: na República, como no Império de 1822, e no parlamentarismo de 1838, enquistou-se tudo, das respectivas políticas condenadas, combatidas e vencidas revolucionariamente. Em 1888, a Câmara Municipal de São Borja foi suspensa e processada, por haver proposto que se consultasse a

31 Gonzaga Duque, “Revoluções Brasileiras”, pág. 256; P. da Silva, “História do Império”, I, II, pág. 163.

Nação quanto à sucessão do trono na pessoa da Princesa Isabel... No ano seguinte, os processadores estavam com a ditadura militar que sucedera ao trono. E é indispensável insistir no acentuar dessas misérias, porque tal foi o vírus em que se corrompeu, definitivamente, a República já malnascida. O segundo Império se realizou em Pedro II, realmente o mais digno, nele, e que mais sofreu dos serviços dos seus políticos do que de toda a campanha republicana. Jam com ele, servis, abjetos, sem um protesto eficaz contra a absorção que ele fazia da soberania da nação. Tornavam indispensável tal absorção. Prestavam-se, no seu serviço, até a crimes, como a guerra do Paraguai... e quando despojados das graças, tornavam-se insidiosos adversários, eximindo-se de todas as culpas, implacáveis, a abater o trono sob a acusação do poder **pessoal**. E como se tanto não bastasse para incompatibilizar o mesmo trono com o Brasil essencialmente democrata, eles o submetiam ao ridículo, em que se dissolviam todos os prestígios, de que a espúria instituição tanto carecia. Vinham cá para fora, a ampliar cacoetes e revelar, desmedidas, fraquezas e deslealdades, que isolavam de mais em mais a coroa da nação. Feita com eles mesmos, a República tinha que ser a espúria oligarquia em que se depravou o regime. Com dois séculos e meio de influxo bragantino, conduzido invariavelmente por um Estado em que toda a miséria dos dirigentes – colônia e Império se refazia de crise em crise, a revolução para a República tinha que ser integral substituição de tudo – ideias, programas, homens e processos; renovação, com reforma bem profunda, e de que emergisse, finalmente, a alma do Brasil essencial – sentimentos e voz de um povo que nasceu e se fez através da implacável e pérfida espoliação de todo o indispensável à consciência humana; alma que apenas tem sofrido e gemido, para a inesgotável tristeza da sua lira, festa de infantil melancolia, soluços sob um sol radiante, desânimo sem luta ostensiva.

Foi muito fácil a República, porque os que lhe fechavam o caminho nada significavam; mas guardavam esses caminhos por onde ela tinha de prosseguir, e, na essência das qualidades e dos recursos próprios, eles, que nada haviam dado para a defesa das instituições de onde vinham; eles, que já tinham criado as condições – questões militares, escravocratismo... eles, que deram os motivos imediatos para a condenação do trono; eles, em quem se encontrava a ideologia da política nacional, deram os moldes da insignificante propaganda republicana; e, na hora, vieram em enxurrada para a mesma República – para o mandonismo abjeto de sempre, mais abjeto, ainda, pois que lhe falta o critério fictício do mandão supremo.

Desta sorte, todas as insuficiências e misérias da República têm a mesma razão: as misérias e insuficiências de sempre; a péssima qualidade da classe dirigente, nunca apurada, nunca renovada, desde a penúria mental dos primitivos coimbrenses.

§ 70 – A farda na República

Gerada de uma propaganda vazia e arcaica em ideias, nula como preparo de governo, a República de 15 de novembro encontrou-se, pelo próprio nascimento, travada de três tropeços que logo a distorceram: a iniciativa militar, a ideologia positivista, trazida pelos mais representativos dos mesmos militares, e o liberalismo demagógico do bacharelismo jurista e verborrágico. E resultou que, desde o primeiro dia, o novo regime ficou oscilante, entre – a protérvia invasora dos militares, na casca de vencedores, a vaidade do coimbrismo fraseológico e vão, e a estreiteza das formas positivistas, inertes, mas irritantes. Eram mentalismos inassimiláveis, por isso mesmo que incompatíveis com a vida a refazer-se. Fora impossível tirar deles uma organização política maleável, generosa e úbere, ou mesmo razoável, como inspirada da realidade.

Quanto aos militares, o mal não foi que deles viesse a garantia do triunfo. Já o lembramos: assim se deu em 1831 e em 1888; mas foi desastre que o destino lhes desse a iniciativa da República, e o pleno domínio sobre ela. Um chefe, em ditadura republicana, e sem nenhuma concepção de política democrática, sem nenhum sentimento republicano, sem ligações, sequer, com a propaganda, como sem experiência política. Pelo contrário: Deodoro, chefe da nação republicanizada, senhor discricionário das novas formas a instituir, não tinha nenhuma das qualidades próprias a tal função. Mentalidade sem profundidade e sem horizontes, já emperrada no círculo e conceitos de um velho soldado indiferente às coisas de pensamento, ele nem podia julgar do que se continha naquele momento da nação brasileira. São de caráter, esse ditador não possuía, sequer, a dura tessitura moral em que se trama a ação de um verdadeiro político. O melhor da sua pessoa estava por fora: esbelto, brônzeo, arrogante sem dureza, desimpedido e franco de gestos. Fronte miúda, vazio olhar leonino lampejando sobre a linha aquilina do perfil, barba eriçada, rudemente aberta, a guardar o gesto de franca expressão... ele faria um magnífico general de ordenanças, a dominar uma corte com toda a irradiação de brio, lealdade e valentia. A vê-lo, ninguém podia pensar em política. No seu conjunto, impetuoso e superficial, não havia onde fazer a condensação de existência, para as intuições que a instituição de um regime e a transmutação de um Estado exigem.

Com esse ostensivo predomínio do Exército, entrou para a atividade política desproporcionado número de militares. Teria sido um bem – essa partilha da organização republicana com agaloados revolucionários. Homens novos e puros, teriam aperfeiçoado os motivos e processos da obra política, se a politicagem tradicional os não absorvesse, se fossem os mais puros e capazes que viessem para essa obra. Infelizmente não podia ser assim: aproveitaram-se da política, na maioria dos casos, justamente

aqueles já tentados para ela, prontos a adaptarem-se às suas formas. Como quem se entrega a um ideal, Benjamin Constant, Floriano, e, mesmo, Deodoro, foram exemplos de abnegação, honestidade e desinteresse pessoal, a par de uns raros capitães e tenentes intransigentes de pureza e coerência republicana; mas, para estes poucos, quantos para quem os galões foram, apenas, as senhas na arrancada fácil para a carreira **política**, em todas as misérias da política nacional?!... Para isto, concorreu especialmente a onda de lisonja e servilismo que, aqui, como em qualquer outro país, se espalhou e veio aos pés dos vencedores: rara terá sido a unidade política, na Federação, que não procurasse a **honra** – de incluir galões na sua representação parlamentar e nos altos postos da sua administração. E houve, até, oficiais que rejeitaram a honraria. Resultou, assim, que a incorporação de militares na política republicana foi antes um malefício.

Junte-se, a tudo isto, o que aconteceu como inevitável degradação da vitória do Exército: imediata elevação de soldos, acentuação de privilégios, exploração sediciosa do prestígio da vitória. Pode haver nada mais monstruoso, numa organização democrática, do que os privilégios das patentes militares, conferidos nessa constituição republicana, que, no entanto, aboliu todos os outros? E a negação do voto às praças de pré?! Não se conhece, na vida moderna, mais flagrante desigualização perante a lei. Daí resultou a atual monstruosidade: obrigado ao tempo de fileira, o brasileiro decaiu da situação de eleitor; isto é, o serviço da nação determina diminuição da personalidade política do cidadão. E, mais turbador ainda: desencadeados pela vitória fácil, alguns agaloados nem souberem frear as ambições, e, explorando a exaltação do refazer político, tomaram de qualquer pretexto para tentativa de assalto ao poder, tentativa muitas vezes justificada pelo mesmo fracasso da República. Assim se explicam, neste Brasil tão avesso a levantes militares, ao caudilhismo e às guerras civis, tantas sedições

armadas contra o governo. Por isso mesmo, a nação as condenou todas, que só foram agravação de males, e só serviram, muitas vezes, para amparar a autoridade desprestigiada de politiquinhos ignóbeis, repelidos cordialmente pela nação, e que, assim, em legítima **defesa**, despojaram-se em violências, desmandos, tiranias e negociatas.

Como a arranjaram, a realização da República teve de chegar a tudo isso, quando, no entanto, aqueles primeiros tempos se limpavam numa atmosfera de ideal. O chefe militar da República, apesar de absolutamente impróprio para a tarefa, não desmentiu em insinceridades, o arrojo desinteressado com que se atirou ao movimento; mas, no conjunto do seu caráter, impetuoso e superficial, não havia onde fazer a condensação de experiência social e política, que brotasse em instituições decisivas, como o exigia o momento revolucionário. Ostensivamente leal e franco, ele aceitou, no entanto, as inteligências civis que a situação parecia indicar, e organizou o seu ministério bem dentro da crise, de acordo com os próximos antecedentes dela. Todavia, dado que ele, chefe, era insuficiente como inspiração, e que a situação do momento era dispersa, partida em diversas orientações, o ministério não podia fazer obra coerente, realmente vivaz e organizadora. O fulgurante prestígio mental de Rui Barbosa deu-lhe, desde logo, acentuado ascendente sobre o ditador, desnivelando o resto do governo, e cada um dos outros veio confinar-se dentro da sua pasta, se bem que as resoluções se anunciassem em conjunto do gabinete. Não tardou que o ministro positivista discordasse (com razão) de uma qualquer medida resultante da abundante financeira ruidosa. Foi o primeiro dissídio da República, dissídio agravado da imiscibilidade das ideologias – liberal e positivista. E o dissídio se multiplicou em fendas por todo o primeiro decênio da República, principalmente porque intransigências e ambições, mascaradas nas mesmas doutrinas positivistas, davam pretextos

a repetidas disputas estéreis, para o fermentar dessa oposição que, alastrando, atirou o soldado desinteressado e franco de 15 de novembro nos braços do reacionarismo, para os dias tristes do golpe de Estado, e tudo mais... que ainda não acabou.

§ 71 – O positivismo na República

Não cabe aqui fazer a crítica do positivismo; atenhamo-nos ao que é verificação de resultados, esquematização dos princípios: o seu emudecimento pelo resto do mundo, a redução das suas pretensões no Brasil, aonde chegara a realizações políticas, dizem-nos bem que tal sistematização social não corresponde às necessidades de justiça como a humanidade o reclama. A troca da salutar indicação de método, e o homem deve inspirar-se na sua história, o positivismo só tirou na História fórmulas políticas de paupérrimo despotismo, formalmente em contrário aos lineamentos em que se tem feito a evolução humana.

Envaidecido pela ciência e o método de que se dizia possuído, Comte caiu nos mesmos erros dos sistematizadores teológicos, e, como eles, pretendeu ser o definitivo e último organizador do mundo social, marcando o termo a todas as aspirações da alma humana; fechou-a, sepultou-a no seu sistema, consagração de irreformável ditadura. Nas linhas do regime positivista, plenamente realizado, o sacerdócio, aquele inefável **sacerdócio** é o verdadeiro e último poder. **Espiritual e temporal**, distinguiu ele, este, ditatorial e perpétuo; o espiritual absolutamente livre e independente, única liberdade efetiva no sistema. Desta sorte, toda direção moral e social estaria com o decantado sacerdócio, de quem o temporal seria, apenas, o executor, na mesma condição de braço e cabeça. Aliás, nada disso é novidade: sacerdócio egípcio, ditadura na França...

Em tais fórmulas, peremptórias e intangíveis, o positivismo comunica aos seus adeptos um tom de soberana e absoluta

suficiência. Comte marcou ao homem os seus absolutos destinos, criou um regime completo para as relações sociais e políticas; condensou em suas páginas a moral perfeita, o saber último, a visão suprema, eliminando toda a possibilidade de novas formas, em política e em direito... Com isto, os seus adeptos adquiriram o privilégio da infalibilidade: têm solução para tudo, resposta a todas as perguntas. Se há pedantismo qualificado é este, que suprimiu, ferrenhamente, a crítica em que se refez o pensamento humano, e fechou o progresso no horizonte de uma visão. A esse propósito é preciso ter sempre em vista que o positivismo é o mais vasto repositório de contradições nos sistemas modernos. Anuncia-se contra os privilégios – teológicos, metafísicos, acadêmicos e políticos, e consagra o mais monstruoso, como privilégio – um sacerdócio, diretor mental infalível, insubstituível, forma de tirania espiritual de que o mundo se libertara desde que o Egito de Serapis desapareceu nas faixas das suas múmias, teocracia aberrante de toda a elevação humana. Por outro lado, enobrece-se o positivismo com a divisa de progresso, quando, ao mesmo tempo, o suprime intransigentemente. Senão: que é o progresso? Um transformar incessante e indefinido, que só se define nos efeitos – o bem, a felicidade geral. Torna-se essencial, nesta concepção, que o progresso não pode ter limitação, nem orientação definitiva. Do momento em que tal estatuímos, marcamos termo à evolução humana, suprimimos o progresso. Ora, outra coisa não se encontra nas fórmulas positivistas de realização. Por isso, os chefes da respectiva propaganda, no Brasil, inspiram nestas palavras as suas epístolas: “Não posso reconhecer como meus verdadeiros discípulos senão aqueles que, renunciando a fundar por si uma síntese, consideram a que eu fundei como essencialmente suficiente e radicalmente preferível a qualquer outra. O dever deles é então propagá-la, sem pretenderem criticá-la ou mesmo aperfeiçoá-la”. Nunca, em linguagem humana, se notaram preceitos mais

antagônicos com o progresso... **nem aperfeiçoá-la!**... Chega a ser monstruoso, sobretudo como incapacidade propagadora. É esse um outro característico do positivismo – a insuficiência de recursos apostólicos, numa doutrina que se propõe a reformar a sociedade. Tanto acontece, porque ele ignora absolutamente a alma humana, ou não conta com ela... Em verdade, para o positivista, o resto da humanidade é inépcia, ou muro vazio, onde se prega o que se quer. Então, a toda crítica que os acabrunha, respondem com a pedantesca **anarquia mental**; e, para subordinar a espécie humana ao seu governo por meio do decantado – **espiritual sacerdócio**, o positivismo trata logo de suprimir todo o resto de espiritualidade e mentalismo que existe, pretendendo que toda a ciência se limite à filosofia onde Comte aprendeu. Neste intuito, pejora o sentido da expressão **acadêmico**, e, como denominação infamante, manda suprimir toda a ciência e todo o pensamento que não sejam o deles... Tanto vale dizer: suprimir toda verdadeira ciência, porque suprimindo isso a que eles chamam enfaticamente de privilégios acadêmicos e o ensino pelo Estado; fechados os recursos havidos desse mesmo academismo, seria impossível continuarem as pesquisas, e o ensino em que se atualiza a ciência.

Contrariando o método histórico de que se envaidece, o positivismo repele os lineamentos e os intuitos revelados pela experiência geral da espécie, e, de fato, só se volta para o passado a copiar dele modelos de intuições e processos esgotados e condenados. Num legítimo positivismo, a evolução do homem inspiraria uma política em que se consagrassem as verdades verificadas, e que assim se enunciam: através de todas as reformas, no apurar dos regimes, as sociedades têm buscado sempre mais justiça e mais liberdade, para uma solidariedade cada vez mais cordial e mais eficaz. Em vez disto, Comte tirou da história o teocracismo e a hierarquia católica, a disciplina cega e a subordinação dos jesuítas... Com isto, na rigidez do seu geometrismo,

pretendeu ele curar os males em que se contorcem as sociedades modernas, onde o trabalho é inexoravelmente espoliado e tiranizado pelo privilégio prático do capitalismo, que ele conserva sob os sofismas que lhe são próprios. Mais enleado em fórmulas vãs do que o bacharelismo, Comte arma uma frase – a **incorporação do proletariado na sociedade moderna**, e com isto diz ter dado a solução do cruciante problema, esse mesmo que, através de uma discussão dialética de quase um século, e várias revoluções, apenas se tem delineado. Não há dúvida de que o Positivismo se arma de verdades profundamente humanas: “O egoísmo é o entrave à felicidade. Só o sentimento nos conduz. O homem só se redimirá pela cultura do coração. Devemos proceder de modo a nada ter o que esconder... O amor por princípio...” **Amai-vos uns aos outros...** nesta fórmula, o cristianismo primeiro reformou o mundo, encaminhando-o para a bondade e a tolerância. Veio a reação, e o egoísmo, no ânimo dos poderosos, refez o reino da maldade e da dor; agora, serão precisos, além da simples solidariedade cristã, os outros recursos e processo contra o império de injustiça em que, pelo egoísmo, se tem depravado a civilização. Repetindo, no seu rebarbativo **jargon**, tais verdades já perenes na consciência dos bons, o positivismo apenas lhes diminuiu o prestígio.

E foi uma tal doutrina, ajustada à insuficiência tradicional dos nossos dirigentes, que veio ser o mais elevado ideal de nossa revolução republicana. Em verdade, todo esse positivismo foram exterioridades, banais, cataplasma logo resfriada, sem influência efetiva. Deixem-no lá, ou que o retirem: que valeu o leiteiro da nova bandeira, o dia santo da Bastilha, e a incongruente liberdade de profissões?... Destinadas, embora, à efêmera ressonância do momento, essas pretensões abafaram e iludiram o renascer do Brasil para a democracia; foram motivos de estéreis discussões, no momento de assentar-se a organização institucional da República, como foram, sempre, pretextos de irritantes dissídios. Neste caso:

do influxo positivista sobre a República, é preciso distinguir-se – a ortodoxia e os simplesmente **simpáticos**. São eles mesmos, os ortodoxos, que timbram em distinguir-se. Quem quiser edificar-se, em inanidade de ideias, e incoerência de conclusões, leia a **Circular Anual do Apostolado**, para o ano de 1889, sobretudo quando, na página 13, se afirma que “Benjamin Constant não estava preparado para o papel político que teve na Revolução de 15 de Novembro...” e, na página 29, se consigna que – “Benjamin Constant desempenhou função essencial”. Nessas mesmas páginas, confessa o Positivismo nacional que só veio para a República dois dias depois da revolução... repugnavam-lhe as tendências revolucionárias... mas, como a coisa estava feita, “dada a iminência da colisão que nada poderia ter evitado, honremos o cidadão...” E ufana-se de ter: “durante dez anos feito esforços incessantes para transformar o imperador teológico-metafísico em ditador republicano. O monarca, porém, foi surdo a esses reclamos”. Pelo que, feita a República, desandou-lhe o Positivismo o xingamento das suas iras: “... ele não possuía nenhuma das qualidades exigidas pela suprema função, ele que nunca fora senão um pedante coroadado...” Mas Pedro II possuía, pelo menos, a qualidade de sensatez necessária para não aceitar o presente, feito em nome de uma doutrina cuja menor pretensão é a de que o 15 de Novembro foi a primeira revolução pacífica, e o foi devido à ascendência do positivismo. Destarte, em nome de tal critério doutrinário, o mesmo positivismo nos levou a essa desarmada separação da Igreja do Estado, inteiramente anulado em face dos proselitismos confessionais, assim como desinteressou o Estado pela instrução geral dos brasileiros, chegando a ser dogma seu que a instrução elementar obrigatória atenta contra os direitos do cidadão. Tanto vale dizer: atenta contra os direitos que têm os pais de condenar os filhos à inferioridade patente do analfabetismo...

§ 72 – A reação contra a República

O período orgânico da revolução republicana serve bem para patentear a insuficiência dela, e seu lamentável malogro, até que a República teve de enfrentar a reação. É uma história curta, mas expressiva. Passados os decretos do revolucionarismo inicial, inertes fórmulas positivistas, ou serôdios liberalismos vãos, a vida política da República restringiu-se, confinando-se nas pastas ministeriais, onde se destacou, desde logo, a abundância financeira e contraproducente de Rui Barbosa, festejada pelo *encilhamento*. Nos outros, é para notar: o código criminal, de Campos Sales, e a nova diplomacia, no Sul, realizada pelo velho republicano Quintino Bocaiuva. A esse propósito se manifestou a primeira oposição à República no insidioso combate à política americana, adotada de 15 de novembro em diante. No entanto, é este o melhor no ativo da República... E a revolução esteriliza-se. Quando, evidentemente, teve prestígio e força para ser um movimento fecundo. E, por que não no confessar? Deodoro teria garantido a organização de uma razoável democracia, desde que nos companheiros houvesse homogeneidade republicana que os englobasse. Mas, não; desses companheiros, o mais famoso e popularizado, guindado nos seus talentos, desembaraçado de liames com os propagandistas, como se elevava em situação política, isolava-se dos outros. Armado de seu liberalismo vazio e inorgânico, dava como feita a República – dissipada nesses mesmos liberalismos; e, como os companheiros não tinham prestígio para contrastar com o seu, ou talvez, nem sabiam bem como realizar uma República de verdade, maleável, justiceira, aberta à franca evolução do povo brasileiro, o governo provisório deixou intactas todas as legítimas necessidades da nação a republicanizar-se.

Já estrugia a oposição dos propagandistas, quando se conheceu o projeto de constituição, gerado no seio do governo: incluía as

famosas conquistas liberais dos decretos iniciais, as garantias civis e políticas de que sempre gozamos, e a explícita federação das províncias, monstruosa federação, cuja apreciação exige páginas especiais.

Foi esse projeto que, com pequenas emendas, e alguns empréstimos das constituições – argentina e americana – se fez estatuto essencial da República brasileira. Logo depois do projeto governamental de constituição, foi decretado e publicado um regulamento eleitoral – falho, aberto à fraude, avesso a qualquer possibilidade de legítima manifestação do país no definir da sua vontade. Melhor não o arranjaria qualquer dos viciados politiqueros do Império. E veio a Constituinte, tímida, apagada, nos primeiros dias. Veio-lhe a vida, à Constituinte, quando, na sua surda intensidade, a oposição pôs nas mãos de Ubaldino do Amaral uma célebre **moção**,³² que, a ser aceita pelo Congresso, tiraria o poder ao governo provisório. A maior parte dos antigos republicanos votaram contra, mas já estava definida a oposição – como de **republicanos históricos**, e, com isto, romperam-se os diques; a política da República se fazia, agora, para a esterilidade dessa luta. Já Deodoro rumava para a reação, e não tardou que os companheiros do **provisório** se sentissem desafetados: demitiram-se, vieram para a oposição, principalmente os antigos propagandistas – Glicério a Campos Sales. O resto da Constituição é votada nesse influxo – oposição ao ditador e ao seu ministério de Lucenas, mais reacionários do que o ditador. Logo se trata de elaborar o **empeachment**, que o chefe do Governo recebe como

32 O inspirador dessa primeira oposição foi Aníbal Falcão, uma das mentalidades mais prestigiadas entre os propagandistas. Não sendo voz frequente para o grande público, era, no entanto, de uma ação imediata irresistível. No grande círculo dos políticos republicanos com quem conviveu nos cinco primeiros anos da República, dominavam os seus conceitos. Foi quem redigiu, na conferência – *O Ponto*, a célebre moção, apresentada por Ubaldino do Amaral à Constituinte.

afronta. E já se pleiteia abertamente a eleição presidencial, para derrotar o ditador – grande combate em que ele é moralmente vencido: uma quase maioria de votos foram para Prudente de Morais. A atmosfera é de acesa campanha, já agora, em torno da Constituição, repelida pelo ditador. No dia em que esta foi jurada, estavam todos a postos, queimavam-se morrões; a banda de música que lá estava para consagrar o ato foi mandada por um particular, em atitude de oposição ao governo. No dia seguinte ao da eleição, encheram-se as galerias de partidários da ditadura e da oposição. Meses depois, sem pasmo para ninguém, é dissolvida a Constituinte, eliminada a Constituição...

Viera, como vice-presidente, Floriano Peixoto, o mesmo que, a 15 de novembro, decidira da sorte da revolução, determinando que ela se fizesse sem luta. Apesar disto, até então, e, mesmo depois da eleição, esteve sempre afastado das contendas já abertas na República. Era um proceder muito de acordo com o seu feitio reservado, retraído, avesso a exibições. Contudo, mesmo à margem dos acontecimentos, figurava com um prestígio crescente. Todos sentiam que havia ali uma força, mas como energia íntima, para a obra a que se desse. Foi, essa obra, a própria vida e estabilidade da República. No antigo regime classificara-se Floriano como **liberal**, talvez que pela realidade do espírito democrático que o animava. De todo modo, nunca fora um político, para a carreira dos Caxias, Câmara... Destacara-se, apenas, como oficial, nas qualidades e na inteligência própria à função. Desta sorte, a sua nomeada fora da classe era como irradiação do prestígio de que aí gozava. Ouro Preto fora buscá-lo, porque intentava constituir um núcleo potente, dentro do Exército, e com o qual pudesse contar em face dos galões que, na questão militar, afrontavam o poder. Floriano aceitou a comissão, no ânimo, evidentemente, de servir ao seu país; e, no momento oportuno, ele o disse: “Estes galões ganhei-os no serviço da pátria; não no de ministros”. Foi o próprio

momento em que ele teve de decidir-se entre o regime imperial, esgotado, e a experiência republicana. Foi o momento, certamente, em que, dentro do soldado feito, até então apenas soldado, falou a alma do Brasil no seu renovar de esforços para a democracia.

No normal do seu feitio, Floriano conservara-se afastado das turbacões e disputas dos primeiros tempos da República, mas não perdera, por isso, o prestígio. Pelo contrário: à medida que se gastavam os trêfegos e ambiciosos, a sua personalidade crescia de vulto, como qualquer coisa de forte e de sério, com que o momento teria de contar. E, nesse prestígio, foi incluído na chapa dos partidários de Deodoro, para vice-presidente. A oposição, que o via assim desambicioso, recatado, calmo, forte e limpo, compreendeu que ele não era, nem seria nunca, um instrumento da reação. De fato: Floriano, por todo esse tempo – de 1889 a 91, nunca deu mostras de apoiar o ditador por espírito de classe. A oposição não pleiteou contra Floriano, e, desde os prenúncios da aliança de Deodoro com a reação, procurou-o, de quem ouviu, sempre, com a calma e lucidez do seu feitio – que não pactuava com reações contra a República. De fato, o seu proceder nos dois primeiros anos, assim o demonstra. Entre a eleição e o golpe de Estado, Floriano esteve inteiramente afastado do círculo de Deodoro, em manifesta divergência com a reação a que se entregara o chefe militar da revolução, tão franco e pronto em enfrentar o Império e proclamar a República, como em levar-se pelo despeito, até se entregar a decididos inimigos do novo regime. Por isso tudo, dado o golpe de 1º de novembro, resolvidos os republicanos a reagir em luta armada, tomaram o caminho da pacata e modesta Rua de Santa Alexandrina. Floriano recebia-os, ouvia os seus planos, de pleno acordo com o movimento projetado, bem no seu papel de sucessor legal do governo. Sabia-se que as forças do Exército, nas unidades mais representativas, não estavam de acordo com



a reação, e era Floriano, numa tácita aceitação, o centro dessa resistência. Destarte, bastou um tiro do **Aquidaban**, e Deodoro, desiludido dos falazes apoios às suas pretensões ditatoriais, abatido por doente, enfadado da politicagem, em que se metera; bastou um tiro que, sem o intimidar, lhe deu o ensejo de reconhecer que lhe faltavam elementos de força, para possibilidade de vitória, e Deodoro entregou o poder ao sucessor legal, que, no caso, valeu como chefe da política republicana. Houve, certamente, na atitude de Deodoro, o ânimo de não abrir uma guerra civil; pois que a 23 de novembro ele não se encontrava como o Pedro I a 7 de abril – inteiramente abandonado. Conheciam-se corpos que, chamados a reagir contra o movimento chefiado por Custódio, teriam vindo lutar em prol da situação dominante.

A reação recebeu Floriano como inimigo declarado. Desde os primeiros dias do seu governo, ele teve de defender-se contra os botes insidiosos, expressão de uma vasta trama para afastá-lo. Os mais representativos dos deodoristas multiplicaram os ataques – Seabra, Epitácio... ao mesmo tempo em que se repetiam as tentativas de sedição militar – S. Cruz, 10 de Abril... No entanto, a luta armada contra o grande alagoano foi levantada pelo mesmo chefe militar do movimento de 23 de novembro, Custódio, ministro, no ministério organizado nesse dia. Também foi desse governo Antão de Faria, representante da facção republicana rio-grandense em oposição a Castilhos. E foram esses rio-grandenses – de Cassal, que vieram juntar-se a Custódio. Mas, é verdade, também, que este se juntou ao monarquista Martins, e, posteriormente, ao próprio Saldanha da Gama.

Tudo somado e apurado, tem-se o resultado: competências de predomínio local, dissídios de ambições sôfregas, planos de explorar as dificuldades da República, surto de caudilhismo desaboado da agitação do momento... aproximavam e coligavam elementos políticos dos mais disparatados, numerosos e fortes, todavia, e



que só não triunfaram porque se encontraram com a unidade de ação, e sobretudo – unidade de motivos em que Floriano conduziu a defesa da sua política. Também aqui, como em Deodoro, a fisionomia diz muita coisa – do caráter, e, até dos efeitos obtidos. No entanto, ao em vez do outro, Floriano tem a mais simples exterioridade com que um condutor de homens se pode impor: fisionomia serena, singela, despreocupada, igual, quase imóvel, sob o arqueado de uma testa de pensamento, iluminada por um olhar quieto, límpido, quase intraduzível, a não ser na mesma imobilidade – de tenaz energia, na serenidade de profundidade percuciente e decidida. Nem falava, para que pudesse permitir interpretações; mas ninguém, dos que realmente o conheceram, se iludia a respeito da nitidez do seu querer, nas inspirações dos seguidos e patentes intuitos da sua política. Com a diferença de antecedentes, e o antagonismo dos resultados, Floriano reproduziu muitos aspectos da carreira política de Feijó, e do seu gênio, em igual firmeza de caráter: a mesma essência de brasileiro, o mesmo radical democracismo, idêntica rigidez e simplicidade de costumes, e honestidade e abnegado desinteresse pessoal, e o tom de virtude e a inflexibilidade de propósitos...

Como vinham de caminhos diferentes, com a notável distância de treino político, o destino, para criaturas tão iguais, deu resultados absolutamente divergentes. Recatados ambos, nem um nem o outro foram os provocadores do movimento revolucionário em que agiram; mas, Feijó, feito na política, com situação parlamentar, achou-se, desde o primeiro momento, em necessária atividade, e, político de sempre, enleado nos preceitos da mesma política, considerou como dever garantir o governo, que era o da revolução – num regime de legalidade e de ordem. Confiante em si, acreditou poder, nesse mesmo regime de legalidade, realizar os intuitos da revolução, e, por isso, teve de lutar contra os legítimos revolucionários; então, vencendo-os, aniquilou as melhores forças da democracia, e encontrou-se, depois, com a reação já

desafrentada, destemida e que o bateu. Enquanto isto, Floriano, que não interveio de nenhum modo na organização da República, e não tem responsabilidade das suas deficiências, só se encontrou em situação política, pela própria sorte da mesma República, quando teve de lutar e de enfrentar a reação antirrepublicana. Desta sorte, tudo que restava de bem inspirado na política republicana, e a mocidade ardente em inspiração de um Brasil – brasileiro e democrata; tudo isto, em energias irredutíveis, veio para ele, Floriano, que venceu, finalmente, quando o enleado Feijó teve de confessar a derrota, na grandeza daquele gesto com que deixou o poder soberano, que nada significava para ele, uma vez que, na ilusão da legalidade, tudo lhe falhara, até tombar às mãos dos companheiros da véspera, salvos pela sua energia. E Feijó, às portas da morte, ainda veio a ser revolucionário, quando fora sua primeira política ataque aos que, revolucionariamente, queriam realizar a revolução.

Floriano achou-se, também, como defensor da legalidade; os critérios curtos quiseram ver na sua enérgica resistência a simples defesa da legalidade, quando ela foi, realmente, a defesa da República, a que se ligara. Homem de ordem e de legalidade, apenas, ele teria defendido o trono, ou se teria chegado ao Deodoro da reação, que, talvez, não cometeria, então, os erros com que fechou a sua carreira. E Deodoro, gravemente enfermo, sentindo o fim da sua aventura, lhe teria passado o governo da mesma forma. Não: Floriano, para quem o radicalismo republicano foi uma revelação de destinos, só foi legalista pela força das situações, mas fez revolucionarismo dentro da legalidade, revolucionarismo nas praxes e no pessoal, e que foi mais salutar e eficiente do que a pálida revolução de 15 de novembro. Elevou os costumes políticos, dignificou os intuitos, foi puro, abnegado e intransigente em princípios, como foi enérgico e radical em ação. Definiu uma nova política; mas, infelizmente, no Brasil, tão profundamente alcançado pela degradação dos intuitos e dos processos, a sua passagem pelo

poder supremo não bastou para criar novos costumes, com efetiva regeneração da vida política. Militar, senhor discricionário do país, se o quisesse, como o poder consagrado na vitória sobre a mais forte e mais desenvolvida revolução armada da nossa história, Floriano, neste país de mandões, foi o sincero chefe de Estado em nome da nação: chegado ao termo do seu governo, com o prestígio incontestável do triunfo militar sobre a reação; quando já se pressentia a animosidade de Prudente contra o **florianismo**, isto é, a política de desassombrada defesa das instituições republicanas; podendo desembaraçadamente fazer eleger o seu sucessor; convidado insistentemente para isto; tentado mesmo a declarar-se ditador, Floriano provou a absoluta honestidade da sua política, não abusando do poder, alheando-se inteiramente do pleito, deixando que fosse eleito o adversário da sua política, e, sem um gesto de hesitação, entregou-lhe o poder, expressão da mesma estabilidade que dera à forma republicana. Em resposta, Prudente não voltou o olhar, sequer, para o lado onde estava o homem que tornara possível o governo civil na República; entrou para o governo como para uma casa desabitada, onde, apesar de **histórico**, fez acolherem-se quantos representantes da reação se apresentaram a combater o florianismo. E foi assim que, como no 1838 de Araújo Lima, se recompôs a nata dos tradicionais dirigentes brasileiros sobre a República, que, desde então, foi partilha deles, no critério da monstruosa federação adotada. E Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, eleito no inteiro alheamento do antecessor, entendeu eleger o seu sucessor, como este, Campos Sales, elegeu Rodrigues Alves, que só não fez Bernardino de Campos, já anunciado, porque São Paulo **não é o único – Estado grande...** Contra a pretensão, gritaram de dentro da politicagem, dos outros grandes Estados, o **nos quoque...** E como Minas ainda é maior do que São Paulo, veio um presidente mineiro. Ainda não estava bem achada a forma da **livre escolha** dos presidentes da República, e o mineiro entendeu dar à sua Minas, ainda, a sucessão. Agora, é o

Exército que profere o **nos quoque**... E veio a presidência Hermes, cuja sucessão se fez por entre incertezas e politiquices, até que foi possível um novo mineiro... Com este, caiu a República nos trilhos – Minas-São Paulo, e já não se conhecem dificuldades de escolha, nem quanto ao nome: simples promoção. E, assim, iremos, enquanto a República for o feudo das oligarquias em que se degradou. Parece que, por uma vez se normalizou o regime republicano, usufruto dos respectivos mandões, na proporção consagrada na federação...

§ 73 – A Federação brasileira

A revolução republicana se fez com chefes de ocasião, quase todos estranhos à propaganda... E foi peremptória; qualquer coisa como a essência mesma das necessidades nacionais conduziu os sucessos para o triunfo de 15 de novembro. Não houve ensaio de resistência, nem gesto de desgosto, nem hesitações de apreensão; e a nação recebeu a República num tom natural, de sorriso sereno, como quem se encontra com o esperado, para o renovar irrevogável de um destino completo... E a República, reclamada em nome da justiça, liberdade, civismo, competência de administração, jogo de opinião, autonomia local, honestidade, tolerância...; a República se limitou a fazer a abolição da monarquia, com a federação das antigas províncias, para uma tal realização de governo que, finalmente, todas as misérias da vida interna do país se agravaram: substituiu-se um déspota manso, limpo, de origem conhecida, por sucessivos e espalhados tiranos, nem sempre mansos, muitas vezes sujos; aboliu-se a centralização, para entregar as províncias à tirania voraz das oligarquias de enfudados, aos interesses dos grandes Estados, numa subordinação mais degradante que a malsinada centralização de antanho. De fato, desde que esta democracia de mentira assentou no que tinha de ser, foi para fazer-se o apanágio ostensivo dos que se tornaram

donos de São Paulo e Minas Gerais. Senão, veja-se: como se faz a escolha dos mesmos governadores, ou presidentes, escolha de alcance essencialmente local?... Lá, São Paulo-Minas; senhoras de tudo, as respectivas oligarquias dispõem as coisas a seu bel-prazer, sem dar conta a ninguém; mas, já para Bahia, Pernambuco, Estado do Rio... é preciso o aprazimento dos mandões supremos, o que se arranja, geralmente, na forma de simples consultas telegráficas. Nos pequenos Estados, a submissão feudal-política é formal: muitas vezes, os insignificantes donos da atualidade têm de vir à homenagem, para, curvados no solo do Catete, receberem o nome que convém.

A República que nos levou a essa degradação, dispensável mesmo nas mentiras assentadas, se tanto o fez, foi mais por incapacidade que por maldade. Da vida colonial, resultou um Brasil perfeitamente unificado, como solidariedade nacional, mas iniquamente distribuído, nas respectivas circunscrições territoriais. Expoliador, corrupto e estupidamente tirânico, o governo da metrópole arranjara e modificara a seu talante as divisões administrativas da colônia, atendendo exclusivamente à baixeza dos seus interesses, que eram geralmente crimes: São Paulo e Espírito Santo espoliados dos territórios mineiros; Pernambuco, que redimiou todo o Norte – do Ceará ao São Francisco, repetidamente mutilado, até **ficar reduzido** àquela insignificante faixa de território, alheado de populações feitas na sua expansão natural, e que, por mais de século, foram pernambucanas. Herdeiro e continuador do regime colonial, dirigido nos mesmos interesses, o Império bragantino tivera o cuidado de não tocar na obra feita, como divisão política e administrativa do país, e as antigas capitânias passaram intactas para o Brasil independente, como o Reino Unido de D. João VI passara à nação soberana: nada de alteração essencial. E, como era a mesma coisa, Pernambuco, já tão diminuído do que historicamente era seu, ainda foi podado, em 1824, como castigo das suas veleidades de ser de um Brasil livre e americano. Como



representativo sucessor da metrópole, o Império precisava de dominar circunscrições bem absurdas e desiguais, porque o absurdo e a desigualdade mais facilmente lhe permitiam subjugar o todo: senhor de duas ou três das províncias maiores, estava seguro do resto. Assim, o Império ampara-se sucessivamente: em Minas e São Paulo, quando o Pernambuco de 1824 se ergue reivindicador; em Pernambuco, quando Sabino revolucionou a Bahia, como nessa mesma Bahia se apoia quando São Paulo e Minas se armam para o duro protesto de 1842, e ampara-se no Pará e na Bahia, ainda, quando Pernambuco revive os seus brios levados por Nunes Machado e Pedro Ivo...

Não se pense que a adoção inicial, pelo Império, da divisão circunscricional herdada da colônia, tenha sido qualquer coisa irrecusável, realmente imposta pelas tradições históricas, indiscutidas, e universalmente aceitas. De modo nenhum, tanto assim que, se prevalecesse a legítima constituição, a da Constituinte de 1823, lá está dito: “Far-se-á do território do Império conveniente divisão em comarcas, destas em distritos... nas divisões se atenderá aos limites naturais e igualdade de população.” Na notação, foi este artigo assim comentado: “... mantém-se a divisão atual, e para o futuro far-se-ão novas divisões ou criações, segundo pedir o cômodo dos povos ou a necessidade do serviço”. De todo modo, deduz-se, desses textos, que a distribuição circunscricional histórica estava longe de parecer intangível: antes, admitia-se a necessidade de prevê-la.

O que se seguiu, explica-se muito bem. A revolução de 1831 trazia como intuito explícito – nacionalizar o Estado brasileiro e fazer a democracia pela federação; entanto, quando ensaiou o seu segundo propósito, limitou-se a dar autonomia às antigas províncias, conservando-lhes a monstruosa divisão territorial histórica: por que um tal descaso?... O Portugal bragantino, única escola política dos nossos dirigentes de então (e de hoje), tanto se caracterizava pela corrupta tirania, como pela incapacidade de inspirar



a sua política em realidades. O primeiro defeito, de aspectos positivos, pesava sobre os patriotas brasileiros, e os levava a reagir; o segundo, expressão do regime mental reinante, era todo negativo, mas, como regime mental, comunicou-se aos próprios patriotas brasileiros, incapazes, igualmente, de sentir a realidade, e de, por ela, orientar a sua política. Nestas condições, quando os patriotas de 1831 abateram o Império centralizado, continuador do regime bragantino, viram na centralização o único mal das instituições, e trataram, apenas, de eliminá-la. De outro modo, eles, os adversários de Pedro I, não considerariam a simples federação das antigas capitanias como remédio bastante para regenerar a política nacional. Formado por Portugal já unificado e centralizado, o Brasil foi, desde sempre, um solo político, pátria de um povo cordialmente unido, sob o influxo deste mesmo nome; a sua evolução, porém, se fez em torno dos dois centros distintos, aproximados pela capital. Diante disto, a metrópole bragantina acabou por arranjar uma distribuição territorial ao acaso dos seus intuitos imediatos, absolutamente arbitrária, indiferente, quando não inteiramente infensa, aos verdadeiros interesses da futura nação brasileira, que resultou, como distribuição circunscricional, numa disparatada manta de retalhos, monstruosamente desproporcionados, desiguais em tudo, até no desenvolvimento histórico, absolutamente impróprios para formar federação viável. Sem atender a nada disto, os homens de 1826-31 deram-lhe, a essa federação, toda a fé... Traídos, eliminados, os verdadeiramente democratas, não chegaram, de fato, a realizar a sonhada autonomia das províncias; e é possível, mesmo, que, numa prática maior, eles tivessem reconhecido o defeito, e tentassem legítima federação. Mas, com a vitória da reação – Hermeto-Soares de Sousa, ficou, apenas, a fórmula dada pela revolução de 7 de abril. E quando, na caligem do segundo Império, houve almas para aspirar e trabalhar por um Brasil realmente livre, sempre incapazes de apreciar a realidade das coisas, os novos radicais souberam, apenas, voltar-se para o

programa de 1831, a pedir a **federação das províncias**, num voto tão ingênuo e sincero como o dos vencidos de 1832. Na história, encontraram uma fórmula, e ficaram-se nela, tímidos, ou impróprios – para ajustar as suas concepções às necessidades concretas do país, E, como os falhos revolucionários de antanho, trataram de aproveitar para a federação republicana as antigas províncias, sobrevivência arcaica e despótica do Império herdada da política administrativa com que a metrópole procurara destemperar, espoliar e oprimir o Brasil, reduzindo-o, com as repetidas injustiças, ao aleijão circunscricional que ele é.

Não há dúvida de que a centralização, com que o Império viera substituir imediatamente a metrópole, contrariava diretamente o progresso e a liberdade desta pátria; mas, ao tratar-se de corrigir os males das fórmulas imperiais, era indispensável atender a eles explicitamente, corajosamente, sempre com vistas às suas origens. Uma federação republicana, em país que vem de formal centralização política e administrativa, só tem razão de ser como: condição de vida local, dentro da prática democrática, no intuito explícito de desembaraçar a vida administrativa imediata. É o recurso de autonomia circunscricional, para a indispensável ponderação, na distribuição dos poderes políticos, evitando-se um ESTADO unitário, onipotente, como acontece quando não há o contraste dos estados federados. Ora, para tanto – nos dois intuitos, o essencial, absolutamente necessário, é a relativa equivalência das unidades políticas federadas. Sem isto, desde que algumas têm mais recursos e elementos de poder, acabarão subordinando as outras, absorvendo, de fato, o poder total da nação. É bem o caso do Brasil, onde, mesmo na monarquia, quando o poder central compensava tais desequilíbrios, desde cedo se sentiram os maus efeitos da desproporcionada divisão administrativa do país, alvitrando-se, mesmo corrigir o defeito.³³

33 Tavares Bastos, *op. cit.*, pág. 48.

Como em 1826-31, a propaganda democrático-republicana, atacava a forma centralizada do regime imperial, sem buscar as suas origens, sem mostrar os meios de corrigi-los... Ou não tinha a coragem de aplicá-los. E havia necessidade, ainda, de mostrar que a centralização, num tão vasto país, entorpeceria formalmente seu progresso, como contrariava a verdadeira liberdade?... Nem a federação, para a autonomia local, com a eliminação do inconstrastável poder central, era remédio a descobrir, para dissertações abstratas. O interessante, e necessário, na propaganda, seria reconhecer as dificuldades do nosso caso, e apontar os meios de realizar uma verdadeira federação, capaz de curar os males da centralização anterior, correspondendo apropriadamente ao desenvolvimento de um povo que fora, desde sempre, **uma tradição nacional**, explicitamente unificada como solidariedade dos destinos. Atendido, coisa aliás muito simples, o que era realmente tradicional, o que havia de essencial e indispensável, consistia em destacar as **regiões naturais** quanto ao valor e às condições econômicas, e a ajustá-las à distribuição política.

Alega-se, para justificar o imediato aproveitamento das províncias em estados federados, a existência das tradições históricas... Ora, não há aspecto em que sejam mais sensíveis as diferenças e desigualdades das mesmas províncias. De fato, só há três províncias que, historicamente, se equivalem – Pernambuco, São Paulo e Bahia, ainda assim, com particularidades muito próprias, em significação muito diferente. Do Norte, expansão natural de Pernambuco, destaca-se, desde logo, até para fora do Brasil, o Estado do Pará-Maranhão; o Ceará define-se como o centro secundário mais importante ao lado de Pernambuco; Piauí, mal aparece, some-se na sombra das capitânicas vizinhas; o Rio Grande do Norte vale como limite dos influxos pernambucanos, de que dependem, de modo direto, ao longo de toda aquela história, Paraíba e Alagoas. A Bahia tem valor muito especial: capital, que preside à unificação do povo brasileiro, fórmula em que se realiza

a sua solidariedade histórica; ao mesmo tempo, como a abusar da sua situação política, herda os territórios baldios – de Porto Seguro e Ilhéus, ao passo que mantém preso à sua ilharga o pequeno Sergipe, que, apesar de tudo, em vicissitudes tão especiais, adquire significação própria – entre o influxo de Pernambuco e o da Bahia. Ao sul, o Espírito Santo, gérmen do primeiro plantio, a medrar acanhadamente, para ser, logo cedo, abafado pelo Rio de Janeiro e o tumulto das minas. Esse mesmo Rio de Janeiro, prestígio da vitória sobre o francês, também evolui lentamente, na sombra de São Paulo, até que as minas lhe dão prestígio para ser a segunda capital. O Paraná nasce como dependência de São Paulo; Santa Catarina, um Espírito Santo no extremo Sul, até que o caso da **Colônia** lhe cria motivos de vida mais intensa. São Pedro do Rio Grande, extensão da história da **Colônia do Sacramento**, é o caso mais divergente na formação das províncias. Ora, como por na mesma balança a tradição histórica de Sergipe, Mato Grosso, Paraná... e a de São Paulo, ou mesmo da Bahia?... Nestas condições, nada incompatibiliza mais as antigas capitânias-províncias, para uma imediata federação, do que a respectiva história. E a República, que veio para mais irmanar e harmonizar os povos brasileiros, tinha por dever primeiro dar-lhes as bases justas dessa irmanação – na igualdade. Nada a obrigava a respeitar os limites arbitrários, feitos pela metrópole, no seu exclusivo interesse.

Em vez de realizar as condições de franca solidariedade nacional – pela justa distribuição territorial das unidades, a federação republicana criou, com os Estados poderosos e grandes, novas dificuldades à necessária união de espírito e aproximação de interesses gerais, dentro da **União**. Não havia, aqui, zelos de tradições localistas; sempre aceitaram, os brasileiros, serem – **uma nação**, e aparecer ao mundo como o Brasil. Para nós, a federação não era – nem a reivindicação de províncias e povos aproximados a contragosto, nem a simples necessidade de política externa. Era, sim: a vantagem da vida local, para atender tudo que é propriamente

regional, assim como a necessidade de, para a política geral da Nação – evitar-se a existência de um Governo central ultrapoderoso, incontrastável, como representante exclusivo da nação brasileira. Uma das paixões humanas mais violentas e funestas ao bem geral – a paixão do poder, resulta justamente das formas centralizadas do Estado. Na monarquia, o mal se corrige, aparentemente, isto é, dissimula-se, como – prestígio da coroa; nas repúblicas é o motivo em que elas se viciam e definitivamente se degradam. Destarte: desembaraçar a vida regional, prevenir a paixão do mando, tal se esperava da federação brasileira, e que deveria ser tão empenhada nisto, como em não despertar zelos particularistas, nem contrafazer a solidariedade nacional. Ora, o que aí está agrava o que se deveria evitar, sem atender aos intuitos mesmos da organização federativa: divide regiões homogêneas, engloba zonas absolutamente heterogêneas; deixa desamparados largos tratos do território nacional, sob a forma de estados que só tem extensão – e uma oligarquia para, de qualquer forma, explorá-lo. E resultou que o regime republicano, dentro do qual logo se renovou a crosta de sempre, veio a ser a reconstituição do poder central, metropolitano, em torno dos dois grandes estados em que se absorveu a República federada. E, dados os vícios de mandonismo em que nos formamos, dissipadas as ficções de que se cercara o Império, a mesma República se tornou num arbítrio político mais deslavado que nos dias turbados de Pedro I.

Capitanias... províncias... estados... mudança de nomes, tal se resume a evolução política do Brasil. E como desapareceu a **corte**, a que se subordinavam as províncias, ei-las despeadas legalmente para serem mais ostensivamente dos capitães-mores, oligarquias em quem se reconstituiu o poder central-metropolitano, agora abocanhado pelos dois grandes estados concluídos, em tal desprante que, de fato, nunca pesou sobre esta pátria mais mesquinha tirania: num Brasil de 37.000.000 de habitantes, o chefe de Estado, a maioria dos ministros, todos os cargos e comissões

superiores – até da justiça, só podem caber a politiqueros de São Paulo ou de Minas: brasileiro de qualquer outra origem está, por isso mesmo, eliminado. É bem de ver que nenhum povo atura uma tal espoliação. O movimento de reação se fará, fatalmente, e, já agora, a reação necessária será em prejuízo da solidariedade nacional. Ontem, eram ciúmes de populações – estados reduzidos à tutela, iniquamente despojados de direitos essenciais na realização da República; hoje, são despeitos e irritações maldissimuladas; amanhã... ciúmes, despeitos e irritações, de que brotarão, por força, reivindicações nutridas em ódio, irresistíveis quando são justas, nocivas quando são odientas, e dissolventes do espírito de união nacional. Ontem, quando pesava a centralização, os movimentos de repulsa eram das províncias – do Brasil – contra uma instituição abstrata, e que podia ser eliminada sem indispor as populações umas contra as outras. Hoje, as queixas e o mal-estar são, bem explicitamente, de uma parte do Brasil contra outra, em prejuízo da solidariedade nacional. À antiga antipatia das províncias contra a corte, substituiu-se outra, mais pronunciada e mais grave – dos pequenos estados contra as grandes unidades, que em si incluíram todo o prestígio e todo o poder da nação. E, com isto, a revolução foi, não somente um logro às aspirações desta pátria, mas uma aviltante agravação dos males anteriores. Bacharéis, positivistas, ou soldados, os organizadores **pós** 15 de Novembro não tinham a compreensão das necessidades reais do país, nem ânimo revolucionário. A nação brasileira fez a revolução, tornando-a inadiável e irresistível; eles a estragaram, em tal forma que, dois anos depois, potente a reação, foi preciso o milagre da energia sincera de Floriano para adiar, por três anos somente, a volta definitiva à política tradicional dos nossos dirigentes, já agora em formas de podridão.

§ 73-a – Significação da tradição de classe

Se há um gênio nacional-brasileiro, esse ainda não teve realização pois que a nação continua abafada, escravizada, pela classe dirigente, como era dantes pelo governo da metrópole, de quem são, os mesmos dirigentes, herdeiros diretos e continuadores imediatos. Por isso mesmo, tratando de – tradições nacionais, não pensamos, de modo nenhum, na tradição da política dirigente até hoje dominante. As tradições nacionais manifestadas somente com os movimentos de solidariedade em torno da pátria idealizada, e em revolta contra a pressão dominante; estas correspondem justamente ao espírito de reivindicações contra a tradição política: aquelas valem como inspiração de justiça e liberdade; esta, como tendência ao despotismo vil, insincero e espoliador. E vale, ainda, por preconceitos vários, numa ideologia reles e mesquinha, torpe justificativa do ignaro governo que tem tido esta pátria. Será preciso notar explicitamente tais preconceitos, assinalando, ao mesmo tempo, os seus desastrosos efeitos concretos. Antes, porém, para não deixar no vazio essa resenha, torna-se preciso dar a significação do fato – tradição, referido a classes.

Desde que uma classe ativa – dirigentes, exército, mercantis... se caracteriza em manifestações próprias, tal atividade se define por uma generalização: mentalidade, conceitos, sentimentos, e processos de conduta. São formas ideológicas e morais, que se

organizam e vivem, com todas as propriedades da vida; tendência de expansão, tenacidade de conservação... Vivazes, impositivos sobre as consciências que entram na ação da classe, e que por ela vivem, esses conceitos, sentimentos e processos se incorporam, em cada caso, à respectiva tradição. A não ser num movimento de explícita revolta, com o intuito formal de reforma, é impossível ao indivíduo pertencer a uma classe, ser solidário dos seus destinos, e furtar-se ao influxo da respectiva tradição, que é como ativo aglutinante das consciências, enleando-as, fundindo-as, dando-lhes o feitio comum, característico. Imagine-se alguém – militar, marinheiro, sacerdote, comerciante, juiz, burocrata... e que faça a vida em atitudes e ideias divergentes da generalidade da **sua classe**: tornar-se-á incompatível com a própria função adotada; será suplantado, ou aniquilado pelos companheiros cuja fortuna depende disto mesmo a que se chama – **ESPÍRITO DE CLASSE**, e que é a expressão da respectiva tradição. Em verdade, toda classe é um meio humano, especial, cuja estrutura viva se impõe na fórmula intransigente – **assimila-me, ou elimino-te!**... Quando se trate de indivíduos criados e feitos no influxo da classe, a assimilação é de sempre; quando ele venha de meio ou classe diferente, o próprio movimento de atração para essa outra classe traduz a sua íntima afinidade com o espírito a que se incorporou. Pode ser que a pessoa dantes se inspirasse de princípios políticos e sociais bem diferentes dos dominantes na nova classe, ou, mesmo, radicalmente opostos: desde que venceu as diferenças morais e mentais, desde que entrou para o novo meio, e o aceitou qual ele é, seguem-se as coisas como se o indivíduo a houvesse pactuado formalmente com o regime e as atitudes da classe adotada. E, na generalidade dessas adoções, nem há diferenças a vencer. Em todos os grupos humanos se encontram dessas criaturas sem estrutura moral íntima, como sem princípios estáveis nem convicções. Necessidade de fazer a vida, ambições neutras, atiram tais

indivíduos para as funções e as classes que parecem oferecer-lhes uma carreira pronta e uma boa situação; e, aí, ei-los tanto mais explícitos e formais nos conceitos e nas formas da classe, quanto são vazios de convicções e de princípios próprios. Nem poderia ser de outra forma, porque a ação de cada um, como membro da classe, pressupõe normas correntes de proceder e que não podem ser inventadas no momento; porque em cada individualidade se reflete a condição da solidariedade no grupo, donde resulta que, finalmente, as condutas pessoais, na atividade corrente, ajustam-se num molde geral. Em tais condições, se o indivíduo não é, bem nitidamente, um caráter, terá como feitio pessoal esse molde geral.

Se tanto acontece em outras classes, que não existem para contínua e solidária ação coletiva, quanto mais na dos políticos, que além da unificação de destinos, devem solidarizar e harmonizar a ação para cada caso, em cada campanha. E, por isso, não há verdadeiras reformas sociais, com modificações radicais nos intuítos e nos processos políticos de um povo, senão por meio de revoluções completas, em que haja, além da substituição de programas, e de processos, a de gentes; por isso mesmo, serão frustrados todos os movimentos que deixem o poder e a máquina administrativa com os antigos servidores, em quem se refaz toda a substância do antigo regime. Em razão desse império das tradições de classe, e porque os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores imediatos da tradição política portuguesa-bragantina, nos que se lhes seguiram, encontramos todos os defeitos e vícios dessa política, que moldou a dos governantes brasileiros – Império, ou República.

Não há quem tenha meditadamente analisado a miséria da nossa vida política, que não haja apontado, como causa de tudo, as falhas características dos dirigentes, e que são os vícios e defeitos em que se define a respectiva tradição. Subimos das abjeções

de hoje, e vamos até a carência e os crimes dos governos da metrópole sobre o Brasil; perscrutamos os males em que atualmente se amesquinha esta pátria; e deparamos, como fonte de tudo, com as próprias formas de pensar e de sentir dos desfrutadores do governo. Então, se lhes catamos a alma, apenas encontramos: vaidade de mandonismo, tendência ao uso despótico do poder, incapacidade para a prática da justiça, incompreensão do papel da liberdade, prepotência e intolerância, incompatíveis com a cooperação necessária na verdadeira política de um governo livre; incompreensão das responsabilidades, cegueira para a realidade, inabilidade, no apurar dos fatos para a legítima inspiração política; nulidade de concepções sintéticas orientadas pelas necessidades positivas; ausência de senso crítico, substituído por estúpidos e maléficos preconceitos, mascarados das leituras mal-assimiladas; carência de preparo e de segura ideologia; grosseria de inspirações, sedução pelas riquezas e a grandeza material; tirania sobrenadando o servilismo, a insinceridade, o ânimo de transigências, a falsidade na corrupção, até a degradação e a ignomínia...

O exame dos principais aspectos desta tradição, remanescente vivo do bragantismo, será demonstração necessária, objeto deste capítulo.

§ 74 – A descendência de Coimbra

Vivendo parasitariamente sobre a nação, já parasita da colônia, a classe dirigente do Portugal bragantino – **tenia armada** – perdeu toda capacidade de inteligência e de caráter, visto que não precisava de outro esforço e outra virtude para viver, além da firmeza dos colchetes e a aderência das ventosas. A realidade deixou de ter significação para tais governantes, que se tornaram insensíveis às condições do mundo e à contingência dos fatos, qual o ascaris asilado no intestino, ou a triquina, enquistada no músculo. De tal sorte, a mentalidade deles decaiu para a futilidade

estéril das fórmulas verbais do eruditismo, com o critério único dos preconceitos. Tal se patenteia a tradição no bacharelismo legista, como nos nossos dirigentes se concretiza a herança da classe em que se fizeram. Se ninguém recusa esta verdade – de que os maiores males do Brasil vêm do seu governo; também não haverá quem não aceite a consequência; a mentalidade de legista entra por muito nas causas desses males, pois que, em vista da mesma tradição, a generalidade dos nossos governantes tem sido de bacharéis em direito; são eles que dão o tom à mentalidade dominante e exprimem a sua ideologia. Os primeiros desses legistas vieram diretamente da escola de Coimbra, cujas portas, fechadas em 1827, obrigaram a que se abrissem aqui sucursais do seu direito, como forçaram Sergio de Macedo, Franco de Sá e Gonçalves Martins, que lá estavam a prepararem-se como futuros governantes do Brasil, a recolherem-se à pátria, onde puderam terminar, na mesma orientação, a formação ali iniciada. Foi a primeira turma dos preparados lá mesmo em Coimbra que deu feição definitiva à política nacional: além dos marqueses e desembargadores de Pedro I, como Araújo Lima, Paulino Soares de Souza, Araújo Viana, Bernardo de Vasconcelos, Hermeto, Souza e Melo, Vieira da Silva... Depois, porque houve o interregno do miguelismo, com a cessação de Coimbra, as nossas faculdades sistematizaram-se em dar as fornadas de políticos e estadistas, sem que houvesse diferença a notar ao passar de Aureliano Coutinho ou Souza Carvalho, a Wanderlei ou Saraiva... Em essência, nada se modificou. Nem chega a ser novidade a notação da ascendência, quase domínio, do bacharelismo legista no governo do Brasil. Melo Moraes, por muito enfronhado na história já o acentuara:

A falsa política, que a escola de direito coimbreense havia plantado em Portugal... tendo-se naturalizado no Brasil... em vez de se modificar com a amenidade do nosso clima,

tornou-se tão alentada, que, minando os fundamentos da nossa Independência... As Academias de Direito são as mais fatais no país... Depois que a escola de direito tomou conta do governo da nação, e se apoderou dos empregos públicos, tudo se complicou, porque, em nome do direito, apareceu o governo da mentira, filho muito do peito da falsa política... Os bacharéis, como classe privilegiada e numerosa...

De fato, em vista da tradição, encaminhavam-se, e encaminhavam-se, para essas escolas de direito, todos que aspiram fazer carreira na política e na administração. E, no Brasil dos séculos XIX e XX, o bacharel jurista veio a ser equivalente do desembargador português, do século XVIII – **UNIVERSAL NOS CARGOS...** e naquela ignorância registrada por Oliveira Martins. Antecipando-se ao historiador português, Melo Moraes havia notado:

... chegando a ministros julgam-se grandes financeiros, políticos amestrados, como se a ciência administrativa, ou antes o governo da nação, possa ser devidamente realizado por teorias vagas dos livros do direito... É triste dizê-lo porém é uma realidade: a péssima escolha de homens inábeis, sem ciência, sem conhecimentos, para o pessoal dos ministérios...³⁴

Apesar de acrimoniosa, a crítica do velho historiador ficou sem resposta, pois que era impossível negar a relação próxima entre as duas circunstâncias: a predominância de juristas na política e a má qualidade do governo. A desastrosa coincidência começa na história da primeira assembleia nacional – a Constituinte. Não se pode desconhecer a dignidade e o patriotismo de que deram prova

³⁴ *Op. cit.*, págs. de 31 a 35.

aqueles homens; mas também não se deve negar a impropriedade da ação que desenvolveram, a ponto de darem ensanchas de vitória ao príncipe embusteiro. E a explicação aí está: para um total de 83, trinta e dois eram bacharéis em direito e leis, doze eram **desembargadores...**

Esses resultados derivam do preparo mau e insuficiente do jurista para o governo de uma nação moderna. De fato, quando a função do Estado se resumia em fazer a guerra e policiar as populações, ao lado de Nun'Alvares, João das Regras podia bastar. Hoje, porém, quando o Estado tem de ser a organização inteligente, justa e progressista dos interesses comuns; quando se reconhece na guerra a suprema desgraça social, e só se admite o uso das armas para defesa da nação atacada: do estadista se exige que seja mentalidade dos conhecimentos positivos, de modo a fazer a mais sábia e humana organização da solidariedade nacional, com capacidade de ânimo superior aos grosseiros preconceitos guerreiros, para a realização de um Estado votado, por conseguinte, à política de paz e à cordialidade entre os povos. O puro legista não tem o necessário critério de saber positivo, nem se inspira dos ideais que levam à desprevenida aproximação entre as nações. Bem orientada, a instituição do direito, como tudo que é organização social, nutre-se na ciência; mas, em si mesmo, o estudo da jurisprudência não é ciência. Noutros países, onde os estudos secundários são convenientemente feitos, um legista de boas escolas tem certa dose de saber positivo; ainda assim, o seu critério se inclinará principalmente para os motivos puramente jurídicos, uma vez que foi esse o objeto principal da sua instrução, e, sobretudo, porque o concreto da vida imporá constantemente ao seu estudo fórmulas e textos legais. No Brasil, dadas as condições históricas da instrução secundária e da superior, um diplomado de direito não possui saber efetivo. Não o tinham, de modo nenhum, os do século passado, não o têm esses mesmos de hoje, porque o que se

dá, na exigência do preparo vestibular, não passa de **obrigação de exame**. O legislador, ou estadista, para a eficácia consciente da sua função, deve poder fazer um juízo sobre as condições de realização da vida, e da situação do homem no universo, pois que o essencial, no seu papel, é ajustar as energias sociais e mentais das populações às energias naturais, e transformar os simples instintos de vida em formas conscientes, ativas, utilizáveis na obra do progresso. Ora, que sabem os nossos juristas, aplicável a esses fins? Ignoram a vida e o universo; desconhecem a realidade da natureza humana, nos seus desenvolvimentos fisiológicos, como nos aspectos psicossociais. Quantos, deles, serão capazes de reconhecer e conduzir uma força social, no complexo da vida moderna? Nos seus dias, Richelieu e Cromwell puderam encaminhar as singelas energias das respectivas pátrias, aquela que tendia para a unificação, esta, a Inglaterra, que devia tomar a feição parlamentar, própria ao seu liberalismo de comerciante. Hoje, os estadistas dali precisam **saber** coordenar, em formas muito mais complicadas e difíceis, os recursos naturais, ajustando-os às tradições nacionais, dobrando-os às pronunciadas conquistas da justiça e da bondade.

Dir-se-á que os mais representativos, entre os juristas, reconhecendo a insuficiência do preparo primeiro, falhos de instrução realmente científica, procuram, depois, inteirar-se de conhecimentos positivos. Sim: há muito bacharel que, **pós-diploma**, entrega-se a leituras científicas, mergulhando nelas como em poço de saber, assim agravam o mal, muitas vezes. Uma coisa é a cultura científica sistematizada, feita a tempo, nos recursos e nos processos dos estudos positivos; outra coisa é o simples apelo a leituras retardadas, sem a segurança de um critério didático, por sobre a distorcida e insuficiente cultura jurídica. No primeiro caso, o saber adquirido faz parte da formação essencial do mentalismo no que se refere aos aspectos gerais da vida, e vem constituir a estrutura mesma do seu espírito; um tal preparo científico precede os

julgamentos filosóficos e sociais, e dá-lhes uma base constante e segura. Outra causa bem diversa é o que acontece com indivíduos que procuram um suplemento de saber quando já têm a sua mentalidade feita, inclinada em tais ou quais preconceitos – falsa filosofia ou interesseira sociologia, e o saber, tardio e mal-assimilado, como emplastro sobre um pensamento viciado, serve, apenas, de justificação a compromissos e prejuízos. Nem podem fazer um preparo de autodidatas, porque o curso falho de onde vêm tirou-lhes toda a iniciativa mental e a independência do pensamento. Tomemos para exemplo qualquer famoso bacharelado, bem em vista: por motivo exterior à verdadeira ciência, fez corpo com os teóricos da exploração humana, e mais **arianisantes**; sente-se baldo de argumentos para justificar a monstruosidade dos conceitos que repete; mas lê, até empanzinar-se, Le Bon, Lapouge, e quantos têm maculado a ciência em benefício do colonialismo; e, com uma tecnologia cujo valor lhes escapa, arresam soberanamente um pensamento pobre e cediço, na empáfia de quem dita o evangelho mesmo da ciência.

Governar deve ser fazer o reinado da lei, em legítima realização da justiça, Parece que ninguém mais próprio para isto do que o jurista. Resista-se às aparências: Quantas vezes temos visto a **justiça legal** armar-se contra a verdadeira justiça – humana, reparadora?... Uma é a justiça viva, fecunda para a solidariedade social; a outra é a rigidez jurídica, anquilosada nas jurisprudências, e que, por vezes, é o próprio motivo das reivindicações revolucionárias contra as jurisprudências. O puro jurista, bem penetrado da excelência da justiça codificada, nunca será fator de progresso nas instituições, pois que, de modo geral, a sua cultura é uma mecanização do espírito, manifesta resistência a tudo que não está consagrado nas legislações. Nem mesmo se pode pretender que ele, o jurista, seja o bom interpretador das leis, porque os há, sempre, para interpretações opostas. A própria exegese dos textos

encurta-lhes e amiúda-lhes a visão, como disseca o entendimento. Já houve quem apostrofasse: **Pérfido como a alma de um jurista profissional!**... Sim; visto que a melhor dessa profissão é contestar direitos, e toda contestação de direitos é uma perfídia ao espírito de humanidade. Por isso mesmo, para o bárbaro, que não conhece outra justiça senão a pendência de honra e a cordialidade dentro da tribo; para este, o homem da lei é um pérfido, um mau.³⁵ Contemplando a degradação da Roma republicana, observa Momsen: "... a censura cabe a todos (os dirigentes), as mais cruéis, porém, devem dirigir-se aos advogados".

Se se procura uma fórmula para o intuito supremo da política, a mais própria e expressiva será realizar a felicidade do maior número... Ora nesse propósito, o jurista será sempre o mais impróprio. Cultor da causídica, vergado sob interesses de incidentes entre individualidades, reduz-se-lhes o horizonte, e míngua-se-lhes o coração para o ideal de solidariedade, que é a própria extensão do afeto. Lutas da razão, conquistas sobre a justiça legificada, expansão dos corações para a bondade... assim se faz o progresso humano: como pretender que a isto nos levem mentalidades pedadas no juridismo?

§ 75 – Ordem...




O povo brasileiro, mesmo no estado de ineducação política em que se encontra, é dos mais próprios para o regime de liberdade. As suas benéficas tendências de solidariedade, a cordial mansidão do seu caráter, indispõem-no para as desordens facciosas.

³⁵ Quando Ariminius, formado em Roma, aniquilou as legiões de Varus, a fúria dos seus soldados foi principalmente contra os homens da justiça: não eram os legionários, instrumentos dos conquistadores insaciáveis, que os irritavam: mas, os tribunais, que, nas tricas da lei, continuamente os amofinavam, e aqueles germanos se encarniçavam em vazar os olhos dos legistas, para que não mais pudessem apanhar a letra da lei...

Entregue a si mesmo, ele viveria em boa harmonia, sob a direção legal de autoridades que apenas simbolizem essa harmonia. Naquelas partes dos nossos sertões, deixados aos humildes naturais, o tradicional sertanejo, sob autoridades que mal se pronunciam, manifesta mais humanidade, mais realidade moral do que a média dos que vivem nos centros ostensivamente contidos pela fêrula oficial. Se há crises de crimes, aí se impõe a força; mas afora tais casos de exceção, a vida se conduz na cordialidade dos bons instintos, de harmonia e bondade. São formas espontâneas, que se ligam, ainda, à vida simples dos primeiros tempos, à própria vida da tribo no seu comunismo de coração. Se dadas tais condições naturais, o Brasil tivesse tido a formação democrática da América inglesa, por exemplo, seríamos hoje, certamente, um povo bem próximo da legítima liberdade política. Em vez disto, tivemos, na quadra decisiva, o asfixiante absolutismo bragantino, até atingir, como excelência, a aura política do prepotente, cruel e pretensioso Pombal, coveiro dos vestígios de liberdade política da colônia. E o Brasil teve de ligar, desde sempre, os seus anseios de liberdade à extinção do inexorável regime em que era governado. Sim: abrindo os olhos para a vida política, o Brasil teve de ver o Estado – **ordem**, sob a fêrula de um algoz, o inimigo, o exator. O natural patriotismo ungiu-se de ódio, e foi nativismo intransigente, a desejar a destruição de tudo que era estabilidade, confundida em domínio. Veio a burla da Independência. Com José Bonifácio, a política tendia a nacionalizar-se, mas nunca foi ensaio de liberdade. Por isso mesmo, afastando-se o velho Andrada, o príncipe lusitano não teve consigo a nação brasileira que a ele se impôs em gesto de rebeldia, e o eliminou – em 1831. Por todo esse período – de 1823 a 31, viveu esta pátria subjugada ao trono, tão antinacional como antipático à liberdade. Mas, como a nação brasileira aspirava instantaneamente por ser livre e senhora dos seus destinos, apesar do prestígio imperial, chamada a dar representantes seus,

elegeu uma maioria que se apresentava como **liberal**, brasileira, e, assim, opositora ao príncipe, Foi uma prova de que podíamos ter regime democrático. Se os dirigentes fossem capazes de realizá-lo, bastaria que deixassem a nação continuar a manifestar-se, limitando-se, eles, a serem os executadores da política consagrada na opinião. Mas todos aqueles políticos, mentalidades já tomadas pela tradição, realizando os processos que desde sempre os amoldaram, fizeram-se mandões, sem outra atividade que a do arbítrio... ou do servilismo. O próprio Feijó, com tantas virtudes políticas, tão convencido da necessidade de um regime de opinião, tão nacionalmente brasileiro: foi incapaz de realizar a liberdade, e, em nome da ordem, sacrificou a liberdade, subjugando definitivamente a exaltação, taxada de desordem, e que nos daria democracia livre. Nesse momento se anulou o longo esforço do Brasil para remir-se das acumuladas tiranias. A **ordem** passou a fazer o motivo essencial, exclusivo, da política, justificando todos os ataques à liberdade, e as seguidas injúrias à justiça.

Dessa **ordem**, em que impa a incapacidade dos nossos mandões, eles inçaram-se ao dogma da autoridade, justificação do culto ao **prestígio da autoridade**... Já não há, no caso, nenhuma preocupação de bem geral, senão garantir o privilégio no usufruto do poder, a vaidade de onipotência. Se perscrutamos para achar o ideal em que se elevam, é esse mesmo: **ordem**, expressão incontestada do governo – significação de domínio, eliminação da liberdade... Nem se lhes fale de uma ordem viva, fecunda harmonia ativa através das necessárias transmutações em que as sociedades se renovam. Não entendem disso, os nossos dirigentes. Para que a sociedade lhes pareça ordenadamente organizada, é preciso que a sintam subordinada, imóvel, petrificada, ou podre na estagnação. Poder só tem significação, na consciência deles, como **domínio** e **arbítrio**. Inúteis para o bem, não podem compreender que haja ordem, isto é, disciplina social em atividades livres, e que a



autoridade só exista como proteção contra a tirania, em fórmula explícita de solidariedade. Como esperar que, numa tal ideologia, haja lugar para legitimidade das mutações, a que eles chamam de **desordens**? O que sabem da cinemática, da vida e do universo, não lhes dá para reconhecer que não há realização, orgânica, social, ou cósmica, nessa forma de ordem, passiva e fixa. A natureza se multiplica, os mundos persistem, em movimentos de ostensiva desordem. Assim desabrocha a flor, e se derramam as sementes, e vem para a vida cada novo ser em que ela se enriquece e se propaga. O próprio amor tem de passar do carinho à veemência, até os transe do espasmo. O oceano palpita e vive na fúria dos vagalhões, na tormenta das tempestades. A terra freme e se refaz na convulsão dos terremotos, que deslocam e arrasam, com o jorro das lavas, os milenários estratos acamados; a atmosfera depura-se e equilibra-se na desordem das procelas e dos vendavais; o nosso mundo gira em torno do eterno e sublime dardejar das tumultuosas chamas solares. Pelo resto dos espaços, cataclismos estelares reformam repetidamente as paisagens celestes. Pois que vida é incessante transformação, nunca será – nem simples desenvolvimento uniforme, nem queda para a paralisia, nem a desordem caótica, mas uma fatal evolução, por entre crises de aparente desordem, onde se extinguem as formas esgotadas, e se definem as novas formas.

Sempre incapazes, são eles, dirigentes, que na realização de ordem passiva, pura subordinação, provocam a desordem. Só há uma possibilidade, na vida social, de ordem durável – a inteira liberdade democrática, a coberto da tirania das classes, e que garanta as propagandas de reforma, com plena manifestação de opiniões. Toda outra ordem, na imposição cativadora, será provocação à rebeldia das revoluções sangrentas, ou o declínio por asfixia, para a morte em que se sumiram grandes Estados e gloriosas tradições. E com isso, num caso ou no outro, estorva-se, ou

anula-se, a evolução humanizante em que se organizam as concepções de progresso social. Se há um índice de superioridade política, entre os regimes atuais, é este: a essência da justiça está em buscar formas de expansão, sem admitir restrições de liberdade, a não ser contra o crime, e não reconhecer distinções perante a lei, além dos deveres em prol do bem comum. Então, verifica-se que nos povos mais cultos e bem organizados, há, por necessidade de resistência, as campanhas sociais. E ainda quando a democracia integral não se realize, impõe-se como inferior necessidade de forma política. Nos povos, hoje, mais cultos e mais aproximadores da justiça, o Estado é, de fato, o instrumento de domínio, de uma burguesia fortificada nas posições de mando e privilegiada no capitalismo. Todavia, é tal a evidente necessidade de instituições liberais que à classe dominante transige com a democracia, apela para as propagandas, corteja a opinião, e, na prática, aparenta religioso respeito à expressão das urnas. Os espoliadores nem sempre iludem: todavia, defendem intransigentemente essa miragem de democracia, possibilidade para as massas – de elevarem os olhos e de soltar as vozes, para a conquista da legítima democracia na eliminação de todo domínio de classes.

Haverá muita miséria na política; a organização do poder é tal que a classe dirigente se sente garantida contra as justas reivindicações dos espoliados; mas a verdade eleitoral existe, e o governo reflete a opinião dos que têm meios de pronunciá-la. O direito se institui, então, como conciliação entre a liberdade – dos que formam a opinião e as necessidades sociais mais patentes. E a justiça, se não é perfeita, tem pelo menos mais possibilidades do que nos regimes fechados na tirania. Destarte, explica-se que: sendo a democracia o contrassenso, pois que a maioria não está em condições de bem escolher os seus representantes, ainda assim, é o regime mais próximo da justiça, o mais consentâneo com o progresso social... Entre os indivíduos humanos há, bem

sabemos, semelhanças e diferenças: a sociedade, que é generalização de relações, assenta nas semelhanças, e progride em virtude das diferenças. As semelhanças consistem nessa absoluta analogia de consciências, que permite aos homens entenderem-se e solidarizarem-se para realizações comuns. E nisto sintetiza-se a vida social. Então, instintivamente, têm os povos procurado, como fórmula substancial de organização política nacional, a estrita igualdade de direitos, com a soberania democrática, e que contém um ânimo da liberdade política. A igualdade atende às necessidades íntimas de afirmação pessoal, e permite a plena expansão da solidariedade; a realização democrática dá possibilidades de reforma parcial e de propaganda para a renovação integral, sem atentar contra a mesma condição de igualdade: todos os valores individuais se podem revelar e produzir efeitos; mas as reformas só se fazem mediante propaganda, com o franco exame nas consciências. **É a tirania do número, a submissão à maioria...** sofisma o despotismo essencial. Maioria e tirania são condições absolutamente antagônicas. Por definição tirania é o peso do poder sobre a maioria e a única tirania admissível é a do grande número, feita necessariamente dos que eram espoliados, e que se rebelam em justas reivindicações. E não será tirania, desde que se consagre a franca manifestação das maiorias como propaganda dos seus ideais.

§ 76 – Liberdade...

No apreciar a liberdade como condição de progresso, é preciso distinguir – progresso político e evolução social. Aquele se pode realizar plenamente dentro de uma mesma classe dirigente, desde que haja realidade de livre democracia, desde que a mesma classe seja sincera e leal para com a nação. Mas, tanto não basta para vencer as etapas da evolução social, que, em vista das tradições de

classe, tem de fazer-se com a substituição integral dos dirigentes, incorporados aos respectivos programas. Ainda aí, a liberdade tem função essencial – assegurando a propaganda, familiarizando as consciências com as novas formas sociais reclamadas. Um momentâneo eclipse da ostensiva democracia não a elimina; se a conquista política ou social corresponde à realidade da justiça, será um futuro de mais liberdade e verdadeira democracia. A livre propaganda tem de fazer de cada revolução – solidariedade, reparação de iniquidades, iniciativa de consciências, autonomia de pensamento, franca expansão de corações. Uma coisa é o efeito de uma revolução socialista, realização de princípios conhecidos e proclamados há um século, outra é o que saiu da **marcha sobre Roma**, surpresa de reação, e que só se definiu quando já era crescente a tirania fascista, para um futuro que nunca será – nem liberdade, nem justiça. O problema da liberdade, fecunda e necessária afirmação das personalidades, só tem solução incluindo essas mesmas crises de desenvolvimento social. Fora daí, a política será de morte, no fatal suicídio dos regimes que se fecham em coação. Um Fustel de Coulanges, ou um Mommsen, não podem ser tidos como revolucionários, ou demagogos. Leiam-se as páginas em que eles contemplam as organizações políticas mais completas e mais fecundas da idade clássica: aquele, para acentuar a impropriedade do regime em vista do progresso, nos dirá: “... o despotismo só tem remédio no despotismo...” Mommsen, em face da sociedade romana, ao extinguir-se a República – aquele **patriciado** de privilegiados na exploração do mundo, refratários a toda ideia de justiça, proclama o direito de revolução:

Em regra, o restabelecimento da oligarquia, começava com um mau governo, tanto após da queda dos Grachos, como depois de Mario e de Saturnino; mas nunca se vira um governo, ao mesmo tempo, tão forte e tão mole, tão

corrompido e tão corruptor como esse... É triste que um governo incapaz e perigoso possa calcar aos pés, assim, a felicidade e a honra do país, sem que haja homens que se apoderem das armas que ele forja contra si mesmo, e, com apoio dos honestos, e o assentimento de todos, provocar uma revolução, que, em tal caso, é legítima.

Degradados no despotismo, ignorantes da sua degradação, os partidários da autoridade contra a liberdade vão ao ponto de reclamar diferenciações políticas, e uma essencial distinção, para maior ignomínia – governantes, como função de irrecusável superioridade... E alegam, na impavidez de ignorantes, que tal acontece na sociedade dos insetos, como se houvesse qualquer analogia nas respectivas condições, socializantes! No Homem, a sociedade resulta de instintos, já lúcidos nas consciências, que se reconhecem semelhantes, sem que haja, de fato, diferença de organização fisiológica, ou psíquica; ao passo que, nos insetos, a socialização resulta diretamente de diferenciações estruturais e fisiológicas. Ponderando nessas coisas, um sociólogo, também naturalista, Ward, qualifica a liberdade como a condição mesma do progresso humano:

A verdade inteira é que..., só a iniciativa particular podendo produzir grandes resultados (de progresso), deve ser livre, e que, sob a influência das forças normais e naturais da sociedade, e tendo em consideração o conjunto da natureza humana, essa iniciativa não pode ser livre se as vias da sua atividade não lhe são abertas pelo poder da sociedade.³⁶

Nessas páginas, e nas de todos que realmente se inspiram da ciência e da história, a evolução moral e social se patenteia como

³⁶ *Pure Sociology*, II, 369.



humanização de instintos e emancipação de consciências. E sempre, e por toda parte, as duas condições se aproximam: prática da **liberdade** para uma perfeita **justiça**. Yves Guyot é peremptório: “O progresso está na razão inversa da ação coercitiva do homem sobre o homem, e na razão direta da ação humana sobre as coisas...” Em mais completos desenvolvimentos, esse economista teria formulado:...a mesma ação sobre as coisas depende diretamente da liberdade, porque o homem precisa sentir-se livre – organizar convenientemente a sua atividade, e tirar das suas capacidades o máximo e o ótimo que elas podem dar. Vem daí, em aspecto oposto, o defeito na atividade do escravo, porque todo entrave à liberdade é um inibitório da ação. Nem se diga, como o fazem os sociólogos a serviço do cativo, que, escravizado, o homem aprendeu a trabalhar... Outras vantagens morais e sociais teria trazido a instituição do cativo, menos a educação do trabalho. Qualquer que seja o treino do escravo, grande destreza que ele adquira: não será isto, nunca, legítima educação da atividade... Ainda quando a raça escravizadora é de cultura superior, do seu senhorio resultará boa técnica para o escravo, e mais nada. Educação do trabalho significa: amá-lo, apurá-lo sempre; dar sem desgosto as horas de esforço necessário; sentir o prazer de produzir; associar trabalho e inteligência na constante alerta da iniciativa. Em vez disto, a escravidão degradou o trabalho, fê-lo odioso, matou os seus melhores estímulos associando, implacavelmente, trabalho e dor, castigo, humilhação, domínio, fadiga sem compensação... Atividade e liberdade têm de ser irmanadas, para que o trabalho tenha ação educativa.

A eficácia da ação humana estará sempre na livre plenitude das iniciativas. O seu manancial de energias é o desejo, só potente na consciência que se sente livre de qualquer coerção. O instinto do labor, o sublime esforço da invenção, anulam-se fora da liberdade. O homem forte – que concentra energias, é incompatível



com a coação. Não há nada, no livre desenvolvimento do indivíduo, que não tenha valor moral, assim como não há atentado contra a liberdade que não seja, finalmente, desmoralizador e degradante. Hoffding, apenas psicólogo e moralista, depois de definir “liberdade é a vontade governada por motivos morais”, sintetiza: **Há tantos deuses quanto há de homens livres**. De fato: as grandes virtudes individuais – justiça, afirmação pessoal, orgulho fecundo... só na liberdade podem valer. Em si mesma, a liberdade é apenas uma condição; mas tal o seu poder, que não podemos pensar nela sem que a mente se dilate, numa irradiação de felicidade. Nesse aspecto, para o domínio moral, a liberdade se torna a maior força do espírito, pois que, existir humanamente, para realizações profícuas, exige, iniludivelmente, o querer, que livremente se projeta sobre a realidade. Em compensação, quando se qualifica moralmente a liberdade, logo se reconhece que o ótimo da livre existência está na capacidade, em cada um, de reconhecer-se – para dominar-se. No impulso, ninguém é livre. Ter a consciência válida e lúcida sobre o ímpeto e a veemência, transformar em efeitos são a violência da paixão... tal nos impõe a própria condição de humanos; mas que tudo isto seja esforço íntimo, movido na própria liberdade, condição essencial para a coragem de viver, a moralidade própria às qualidades que a natureza nos deu, divino legado, que, apurado, devemos religiosamente guardar e respeitar.

Destarte, necessária à boa organização política e à eficácia da socialização, a liberdade é a base mesma da disciplina moral. Apliquemos ao Brasil estas verdades. Continuada do torvo despotismo bragantino, eivada dele desde sempre, a nossa política ofende e contraria uma coisa e a outra: a disciplina ativa e a solidariedade fecunda. Ontem, uma liberdade de favor, por isso mesmo falha, desmoralizante; hoje, o tripúdio da irresponsabilidade bestial por sobre tudo que lembra liberdade e justiça. Para os orçamentos

que devoram, os bandos políticos acumulam leis, como fazem e refazem constituições: que valem, para nós, **constituições** e leis, apenas copiadas de povos que compreendem a liberdade?... O manifesto desacordo entre as fórmulas escritas e a realidade, ainda é uma causa de desmoralização... Com os costumes políticos de sempre, e as práticas confessadas nessas almas de feitores servis, o mister de governar deturpa-se e perverte-se de mais em mais. Assim, a nação veio a ter, na República, a consagração agravada de todas as infâmias do bragantismo. E, como sem possibilidade de eficaz renovação política e social, vivemos num regime virtual de castas: famílias que se assenhorearam do poder para os fins dos orçamentos, oligarcas de acaso, incapazes, improbos, despudorados, desfrutadores... Com isso, a miséria física e moral, quanta injustiça, nesta preamar de privilégios e rapinas, garantidos pelas mesmas leis e códigos que falam de democracia e direitos políticos!... Sob o regime da chamada a **mais liberal das constituições**, antes ou depois de emendada (e tão insincera que ninguém lhe sentiu tais emendas), sob o titular regime de liberdade e democracia, vivemos sob o arbítrio, no espetáculo das torpezas impunes. Em verdade, o que a República nos dá são os milhares de códigos, leis, decretos, avisos, regulamentos... para manter e proteger a **injustiça**, o **privilégio**, a fiscalidade **extorsiva**, a **opressão**... razão de ser dos governantes mais ineptos e corruptos que têm explorado um povo bom. Para comentário, basta ler, colocando-a na época, e a par dos fatos, essa **lei de imprensa**, que nos leva para trás do século de Thomaz Antonio e Linhares. Passamos por esses dias que se continuam, e sentimo-lo na agonia de um ideal que se esvai, com a alma de um povo a desesperar em silêncio.

Como não ser assim?!... A ação vital liberdade está na convicção com que a ela nos entregamos, e na sinceridade com que a aplicamos. Ora, se há qualidade que, desde sempre, falte aos nossos dirigentes é a convicção – para as práticas sinceras.

Nasceram de transigências... e existem condenados a não saírem delas. Transigências de princípios, oscilação de forma, torpeza de ação... está definida a conduta dos governantes brasileiros, que, na República, eliminaram, de liberdade, até as aparências. Hierarquia de mandões, promovidos por servilismo, à margem do brio, os desfrutadores da República assentaram-na em contraste com a livre democracia e a honestidade de propósitos. República que, se por um dia sequer, suprimiu a liberdade, **renegou a si mesma**: quantos dias de liberdade se contam na vida do Brasil republicano? Por definição, esse é o regime que realiza, de fato, a soberania da nação, soberania que é a própria consciência nacional – livre de manifestar o seu querer e de organizar a sua atividade... Ora, na República em que vivemos, nada faz lembrar, nem democracia, nem consciência nacional; as práticas políticas abafaram-nas. Em tal bafio, toda aspiração de democracia e dignidade se reputa um ataque ao **santuário da autoridade**, à existência do regime... E, com razão, que autoridade e regime são eles mesmos, incompatíveis com a liberdade. Por isso, nos momentos em que a ceva se embaraça um pouco, mesmo os bem-intencionados dentre os republicanos, não lembram outro remédio senão a ditadura, isto é, o miserável recurso da tirania, do autocracismo em transe. Tanto valeria recomeçar a vida política para chegar ao mesmo resultado, pois que outra coisa não tem sido o governo do Brasil – ditadura, mais ou menos frouxa, de irresponsáveis, mais ou menos ruins. Nem se lembram – talvez nem sabem: que todas as verdadeiras expansões do nosso patriotismo têm sido movimentos em prol da liberdade: independência da nação, eliminação do príncipe estrangeiro, libertação dos escravos, República. **Não sabem**, porque nunca meditaram tais coisas. Do Brasil, basta-lhes o usufruto... Então, para tais dirigentes, o regime ideal seria essa ordem definitiva, com eliminação de toda liberdade: tirania – garantia da posse; ordem – perpetuidade dos privilégios deles... E, perpetuada, essa ordem significaria extinção da nacionalidade, morte do

patriotismo. Só pode haver **pátria** para quem a sente como sua, e a possui em motivos de amor! Como poderá o brasileiro se sentir na sua pátria, se é um dominado, espoliado em todos os direitos de soberania, qual o vencido de outras eras? A pátria não é abstração – para simples objeto de culto. Quem não a explora, para admitir as suas exigências, tem de reconhecê-la como garantia de realização pessoal, e de senti-la como explícito motivo de apego e gratidão. Por isso mesmo, não há patriotismo sem nacionalismo, que é a identificação do indivíduo com a tradição a que pertence. Pode o brasileiro sentir-se em sua pátria, quando a nação em que se inclui é, apenas, o apanágio dos dirigentes que dela vivem como o pastor vive do rebanho?...

Participando de uma pátria, admitindo em nome dela até o supremo sacrifício, o homem quer que isto o dignifique; quer ser conduzido pela consciência, na livre aceitação dos deveres. Fora daí, é o cativo, no aviltamento. Quem não é capaz de dirigir um governo livre, e conduzir uma nação solidarizada em motivos de justiça, é um tropeiro, válido pela força e o relho. De quem aspira e aceita o poder, exige-se: que tenha uma obra a realizar, e que seja capaz de cumpri-la em franca e livre cooperação com a nação. Bem ao contrário disto, os nossos estadistas só têm uma obra em mente – a satisfação dos apetites, e só sabem governar pela força.

Vêm todas estas páginas plenas de truísmo e são indispensáveis para acentuar a distância em que eles ficam, da função em que se privilegiaram.

§ 77 – A grosseria das inspirações

A força como exclusivo meio de ação, a riqueza e a grandeza material como ideal de realização, aí está a suma capacidade dos nossos dirigentes. Repassem-se as falas oficiais, desde os dias mesquinhos e torvos de José Clemente, do bafo Araújo Lima, Saraiva... aos da sujeira republicana: só se encontra, como orientação e

programa do governo o **ganhemos dinheiro... tenhamos força...** Nem essa frescura de inteligência e pronta curiosidade mental que é do nosso povo os incitam para que se elevem um momento sobre esse intuito, a darem-nos cultura de pensamento, possibilidade de criação, em arte ou em ciência. E foi assim que o mundo pôde chegar às portentosas realizações a que assistimos: a classe dirigente, entre o Brasil e o pensamento criador, fazia, e faz, a espessura de toda a estupidez e a perene incapacidade, impenetrável à própria luz da inteligência. Apenas incultos, os tradicionais governantes seriam feridos certamente pelos fulgores da obra, e, humanos, pressentiriam os valores que incorporaríamos se tratássemos o pensamento como a energia essencial na produção humana. Mas, não: por ancestral amorfismo de intelecto, eles são absolutamente refratários à comunicação dos processos em que as mentes se intensificam, para imaginar, conceber e criar. Na rasteirice essencial dos seus conceitos mesquinhos, e ainda de empréstimo, os nossos governantes, para que tenham feito mental, dizem-se **espíritos práticos e realizadores...** Nos sucessivos governos de bacharelismo, vazios como saber positivo, a materialidade das finanças é tudo. Não que o simples cálculo elementar lhes seja acessível, mas, na mesquinhez da inspiração – **tesouraria, receita, tributo, orçamento,** e o mais que engloba o **bezerro,** são os assuntos capitais das cogitações de governo. Dessa perversão política, patente na incapacidade, resulta o monstruoso e ridículo paradoxo de serem **práticos,** os governantes mais destituídos do saber onde se definem e se classificam as realidades em que se faz a prática. Mas, tudo se justifica: nulos de ideal, ávidos de margens orçamentárias, sem alma para outros gozos além da trivialidade material, tais dirigentes só elevam as aspirações até à grandeza da força bruta e da riqueza material. E dignificam-se na materialidade. É de ver, para asco total, o parvo e obscuro desdém com que destratam de idealismo, romantismos, sentimentalismos e a

soberbia parva com que desprezam tudo isto, que é nobreza do espírito. Em verdade eles não têm outra ideia de tais coisas senão a de que tal significa o oposto da materialidade dos seus sonhos, e da espessura das suas aspirações. Todavia, como a rameira a zombar do pudor e da pureza, eles inflam na própria baixeza, para a ilusão de que são grandes e fortes.

Com os seus programas de governo, teríamos chegado ao vértice de toda glória, se as nossas receitas competissem com as das grandes potências, se equipassem um exército de centenas de milhares de arrematados, e dispuséssemos de uma esquadra por milhões de toneladas; se somássemos uma riqueza comparável a do inglês, ou do norte-americano... ainda que a gente brasileira se estorcesse em mais miséria do que agora, sob opressão mais ignóbil: as queixas e os ais, nos corações baldos de felicidade e até de esperanças, seriam mais cortantes, e eles teriam ainda a felicidade a que aspiram, pois que, como Assumar e Lavradio, veem a humanidade nas cifras dos tributos. O sentimento é o mesmo, e a mentalidade não mudou. Nação ou colônia, o Brasil continua o triste destino: domínio, farta pastagem da bestialidade má em que se refaz e se perpetua o regime bragantino. Tudo que não é motivo imediato de receita não tem significação para o Estado; o que fala às mentes e enriquece os corações, é desprezível... a menos que se preste a ser aproveitado diretamente, ignobilmente, para as vanglórias em que as suas parvas vaidades se exaltam.³⁷ E voltam, envaidecidos, ou lamurientos, ou solenes, ou proféticos, à linguagem dos \$\$, enlevos enfáticos nas suinices que elaboram. Nem

37 Há pouco, os cinemas desta capital exibiam uma fita – *As Obras do Nordeste*, 12 ou 15, grandes açudagens em início de trabalho, milhares de contos de aparelhos e obras transitórias, tudo abandonado... No afã de ser *quem fez*, um governo empreendeu a construção de *todos* os açudes possíveis, obras em tal vulto que, parece, nunca foram realizados por país nenhum: o sucessor, sem, ao menos, a desculpa de *construir* um dos projetos, fez tudo abandonar, e que tudo se *destrua*...

compreendem que do mais vil dos utilitarismos, e mais corruptor dos instrumentos, fizeram o ideal exclusivo dos seus intuitos, e que a nação, assim conduzida, na sombra parece definitivamente corrompida e aviltada... Prosperidade material! Riqueza! Meios de fortuna!... A vê-los assim tomados pela atração do dinheiro, espontaneamente vem a ideia da sórdida ambição do taverneiro, que, para haver dinheiro, vende o vicio, a mentira, a abjeção, a morte...

Enquanto isto, a massa da nação permanece na miséria de espírito que lhe foi feita pelos governantes da colônia – ignara, quase não sabendo que tem direito à vida, não podendo dar-lhe outro valor além da submissão, pois nunca a prepararam para fazer a vida livre e digna de humanos. Dirigentes que apenas viam a riqueza, para elevar a nação, estão bloqueados pela mesma riqueza, e não poderiam empreender qualquer obra em nome do futuro: nem a de extinguir formigas, quanto mais a de educação – fortalecer, enriquecer inteligências, apurar caracteres!... Não é isto mesmo o que, em Portugal, historiadores lúcidos, e políticos livres, têm dito do governo?...

Impenetrável à religião da democracia (Portugal), por ignorância... venerava a utilidade, isto é, o progresso da viação... O progresso das culturas, dos rendimentos... A construção de obras públicas, num país ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cara, um campo a explorar por toda casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rentoso para os bancos... e proveio o desordenado acréscimo da dívida nacional e a voracidade correspondentes do imposto... (O. Martins).

... A obra portuguesa concentrou-se nos progressos materiais. E aí mesmo mal-orientada, malfeita, corrupta, deficiente... obra de progressos materiais, desajudada da obra dos progressos intelectuais e morais... em grande parte

destrutiva, negativa... na ausência do espírito de iniciativa, dos conhecimentos próprios, sem base científica... (Homem Cristo).

Se cabível aos de lá, para os de cá a crítica é justíssima. Fazem, da vida do Estado, uma precipitada e afrontosa gula de dinheiro, mas ainda não houve um que soubesse dar à nação o meio seguro de fazer a riqueza, e que é, em si mesmo, o melhor cabedal: o preparo da inteligência. Apreciem-se as finanças feitas por eles: empréstimos assistidos de um fisco de saque...

Se no Brasil a produção aumenta, é porque o brasileiro ainda não se resignou ao suicídio: **crece** o número, trabalha-se para viver, uma vida cada vez mais cara, copiam-se processos mais econômicos, e a produção cresce necessariamente, ou não cresce,³⁸ com o aumento da população, com a **procura** que se manifesta. Tudo, porém, não passa de um natural desenvolvimento, espontâneo, independente de qualquer esforço específico, propositado, normalmente dirigido para o efeito de crescer e melhorar os resultados do trabalho. Tanto é assim que, de fato, não houve aumento positivo como incremento da produção. Segundo os dados das estatísticas oficiais,³⁹ a exportação do Brasil, nos últimos 40 anos, apenas tem acompanhado o acréscimo da população:

Média – população		Libras esterlinas
De 1890 a 1898...	20:000.000	301:414.000
” 1899 a 1906...	25:000.000	313:505.000
” 1907 a 1914...	29:000.000	478:900.000
” 1915 a 1922...	34:000.000	599:383.000
” 1923 a 1929...	40:000.000	558:619.000

³⁸ Vide *nota* 47..

³⁹ São cifras do Ministério da Fazenda, coligidas por quem delas se serve muito criteriosamente. Houve que dar, ao primeiro período, 9 anos; 8 anos aos outros, e 7 anos ao último.

Como se vê, a produção, verificada na exportação, apenas acompanhou o aumento da população. No entanto, nesse inter-regno de 1890 a 1929, intervieram fatores, uns de ordem geral, outros peculiares ao Brasil, e que, aproveitados por uma boa inteligência política econômica, deviam ter duplicado a produção nacional. Nesse período – 1890 a 1929, realizaram-se formidáveis progressos técnicos, aplicações científicas em que se apuravam miraculosas invenções, de extensos e imediatos efeitos sobre a produção e a sistematização dos processos. Até o fim do Império, o emprego industrial da eletricidade era praticamente nulo, como era insignificante o uso dos motores mecânicos. As ferrovias eram, ainda, muito reduzidas, e o mais vasto, nos transportes terrestres, se fazia em animais. Telégrafo, e, principalmente, telefones, mal se estendiam, para comunicações escassas. Juntem-se-lhe motores de explosão, automóveis, **sem fio**,... e tudo mais que é a maravilha dos nossos dias, e tanto facilita o trabalho que tornou possível uma verdadeira **racionalização** da produção e da respectiva distribuição. Por isso, já prevíamos, de modo iniludível, esses maus efeitos da monocultura do café, artigo de luxo, situação ressaltante, perfeitamente sensível, na perspectiva de qualquer inteligência lúcida. Não a dos nossos governantes, que, apenas, sabem continuar os orçamentos coloniais, com uma despesa sempre excedente à receita, e de que resultou a mais grave das crises econômicas⁴⁰ que o Brasil tem conhecido. No entanto, agora mesmo, chega o Ocidente a essa pletora – a superprodução, em que se engasgaram as grandes nações industriais. Por conta dos nossos dirigentes, o único sensível esforço foi esse em prol da produção do café, a compensar-se com empréstimos, que pagam empréstimos anteriores, em orçamentados onde o mais finto é o trabalho, para que seja poupada a riqueza já feita, transformada


40 *América Latina*, págs. de 188 a 191.




em puro gozo. Impostos que decuplicam em cinco anos, serviço de empréstimos, criminosamente consumidos, moeda depreciada, reduzida ao décimo do valor... com isso se consome toda economia que o trabalho brasileiro vai fazendo. E o Brasil a envergonhar-se do nome de **caloteiro** que os seus governantes lhe fazem, e esses a sobrecarregarem as gerações futuras com tudo quanto desbarataram dos empréstimos, quando em benefício delas nada fizeram – nada, nada, nada!... Na língua hedionda que falam, eles acharam, no entanto, a expressão que, em pretensiosa feiura, diz bem a inspiração essencial das suas finanças – **descobrir novas fontes de rendas**... De fato, não se lobrigam outros propósitos nas suas cogitações, como não se registra outra compensação para os eternos “deficits”, que não sejam novos empréstimos. E, **novas** rendas, e **novos** empréstimos, consomem-se de antemão, esvaídos no crivo da estupidez, agravada de rapinagem.

Ninguém nega importância aos aspectos inteligentes da questão **finança-economia**. Nas sociedades contemporâneas, a produção e a distribuição, em que se faz o acúmulo da riqueza, são motivos de longas e profundas consequências, e dos quais, o Estado, organização legal da nação, não se pode alhear. Se há uma **economia política** é porque ao Estado cabe regular a mesma produção e distribuição, assim como o acúmulo das reservas capitalizadas. Dispõe e estimula a produção preparando as suas energias primeiras – cultura intelectual e técnica; garante a boa distribuição, com os meios de transportes e os recursos de crédito; regula e domina a riqueza acumulada, dando-lhe o regime que a mova em função do bem geral. Riqueza, valorização e excesso da produção total não se deixam ao arbítrio dos interesses individuais, cúpidos, sem que a comunidade venha a sofrer profundamente, até o sentir-se visceralmente embaraçada. A riqueza, na forma de capital, tem um prestígio incontrastável, esparsa soberania nos veios de uma sociedade desprotegida, emaranhando os poderes






do Estado, se este não a regula soberanamente. Mas não pode tratar e reger convenientemente um tal assunto, quem não seja capaz de julgar dele em todos os seus aspectos, e não tenha a força de alma própria para dominá-los, considerando-os de cima, numa perspectiva além do prestígio do capital. Mentalidades tomadas no enlevo da riqueza, não vendo outros aspectos na obra humana, a darem-lhe a suprema importância entre os interesses sociais, jamais terão ânimo para resistir ao deslumbramento do capital e da fortuna, como não têm para desprezar o prestígio da força. Não tendo capacidade mental para compreender as boas condições do enriquecimento, nem moralidade para resistir à sedução do dinheiro, os nossos dirigentes realizam um Estado à mercê dos interesses financeiros, sem ação efetiva sobre eles, e cujos intuítos tanto se espessaram de materialidade que perderam a qualidade política: são planos de negócios.



Enriquecidos, avassalando o mundo com as suas finanças, americanos e ingleses fazem questão, todavia, de continuarem a ser considerados – povos de significação espiritual. Toda a política se faz, ali, no programa de uma burguesia válida, também, pela inteligência e a moral. Ao mesmo tempo que defende os privilégios de exploração financeira, essa burguesia tenta lutar contra a perversão dos intuítos constantes na riqueza acumulada: os milionários trazem para a cultura intelectual, e outras obras sociais, uma pouca da riqueza de que dispõem. Apesar de todo o poder do capital, a política, em forma democrática, não se deixa dominar pelo ostensivo dinheiro, e teve de adotar um programa de relativa resistência à absorção financeira. Não haverá propósito deliberado, mas esses povos procedem como se quisessem evitar aquilo que abateu Portugal e Espanha – a desgraça de que Tito Lívio, em nome dos romanos, já se lastimava: “tanto é verdade que só crescemos no que faz a nossa desgraça – em luxo e riqueza...” Estados Unidos e Inglaterra são países de desenvolvida cultura intelectual,



profundo pensamento, pronunciadas correntes de filosofia e de arte. Isto, quando há respeito pelas fórmulas democráticas, e realidade de opinião pública, faz que se produzam campanhas em que a mesma opinião se ilumina, e luta contra a fatal decomposição social e política, ligada ao acúmulo de riqueza. Nada disto há na vida da nação brasileira, possuída infamemente pelos que a desfrutam, fechada a toda possibilidade de renovação social, sepultada sob a montureira que é o financiamento esgotante a que resumiram a sua política. Insistamos, pois que o Sinai dos nossos dirigentes é essa montanha de riqueza em que lhes aparece – Inglaterra, França, Estados Unidos. O inglês é um povo feito, e que se ufana mais dos seus Milton, Shakespeare, Bacon e Darwin, do que de todo o ouro de Lombardy Street; e a nação que se governa agora com o egoísmo implacável dos torys, pôde dar ontem o poder ao **labour-party**; não será mais preciso acentuar que o ideal político, ali, mesmo através do torvo imperialismo derramado pelo mundo, não é, apenas, a riqueza material. Nos Estados Unidos, haverá muita riqueza acumulada, mas a sucessão dos seus governos patenteia, de Washington a Wilson, que a prosperidade material e a capitalização de recursos nunca foram o ideal como grandeza e glória da pátria. Dada a índole das populações, com o preparo mental das novas gerações, graças ao trabalho inteligente sobre uma natureza propícia, produziu-se naturalmente muita riqueza, sem ser preciso que os respectivos dirigentes prendessem os destinos da grande República à grandeza material e à opulência. E, nas contingências de uma democracia, a política de hoje, ali, se não é de hostilidade à riqueza, é, pelo menos, de prevenção e defesa contra as grandes fortunas, e de correção – do desequilíbrio de poder, resultante do mesmo acúmulo de riqueza, e que se traduz em privilégios de fato, turbadores da realidade democrática... Assim: evitar a corrupção – recurso constante da riqueza sobre a política, defender a massa da nação contra a ganância do capital, são motivos constantes nas campanhas da política norte-americana.

Enquanto isto, no Brasil, dirigentes que não sabem distinguir o ouro do **plaquê**, votaram a nação ao vitelo que trazem no coração, e, com isto, abandonaram-na a quanto negociista internacional se apresente e os arremate. Cada negócio em que enleiam o país a título de enriquecê-lo, analisado, revela-se **negociata**, arranjo para eles, e em que se enreda o futuro econômico do país ao mesmo tempo que se malbarateiam as suas riquezas naturais. Depois de mais de século de independência, quando, por todo esse tempo, prosperidade material e aumento da riqueza têm sido o sincero propósito dos sucessivos governos, o Estado brasileiro é um mendigo, de tristes rendas hipotecadas. A prosperidade é pouca, e de poucos; a riqueza – pobreza maldisfarçada. Temos uma capacidade econômica menor que a de vizinhos com um terço da nossa população, e um incremento real inferior a qualquer dos povos novos, de vida normalizada. E contamos como principal produto, equivalente ao ouro, esse café, a cuja economia se enfeudou o resto do país, como se enfeudou aos do mesmo café toda a política nacional: **valoriza-se** o café restringindo-se-lhe as possibilidades de consumo pelo resto do mundo; deprecia-se a moeda nacional, arruinando a todos que possuíam valores nessa moeda, para que os roceiros de café tenham a ilusão de vendê-lo a bom preço, e possam de fato, fazer bom negócio pagando a preço vil tudo que é do país, ao mesmo tempo que se mantém nas tabelas de outros câmbios a reduzida exportação em que o país se esgota. Quando a mentalidade é essa, não se estranha a legislação econômica atrofiante, hoje alastrada por toda a federação, e a fiscalidade espoliadora, concebida e dirigida a esmo, com a mira exclusiva do tributo.

A história das nossas finanças oficiais veio a destacar-se num traço tristemente interessante: as constantes acusações, veladas, antes, hoje diretas, que os novos empossados fazem aos antecessores. Soam como trilhados de apito. Não são, apenas, desazos, mas

crimes qualificados, e que, na tradição de irresponsabilidade dos grandes, como a temos, ficam, tais crimes, invariavelmente impunes. Nem chegam, essas acusações, sempre verificadas com razão, a criar incompatibilidades entre denunciados e denunciadores. As cabeças estampam-se nas notas do Tesouro, e, assim valorizados, eles, almas irmanadas às cédulas em que se miram, sentem-se pagos de qualquer acusação ultraje. Se um dia surge a ideia de representar o Brasil, no pretexto de qualquer consagração, ou mesmo sem pretexto, fazem uma ostentação de materialidades – uma *exposição*. Nem lhes vem à mente a reflexão de que caíram de moda tais festanças, por grosseiras, dispendiosas e inexpressivas. Quando os próprios inventores já tinham condenado as exposições, o Brasil republicano fez duas, qual mais falha, banal, pretensiosamente insípida, felizmente abandonada pelo povo, cujo instinto infalível não se podia iludir com as baboseiras oferecidas à sua admiração.

§ 78 – Imigração... clima...

No vazio da inteligência, com a grosseria das inspirações, incapazes de correspondência com a realidade, prontos a explorar o que a força e a riqueza material oferecem, os nossos dirigentes são prontos, igualmente, em aceitar quantos conceitos e juízos lhes deem as suas curtas leituras, desde que se acordem à insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos que os caracterizam. Assim se explica o empenho com que apelam para a imigração, o valor que lhe dão, as estultices que repetem, quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de ontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças.

Feitos em governantes brasileiros, os continuadores dos que encheram a colônia com os negros africanos, tiveram a mesma hedionda escravidão como a definitiva forma de produção “...consideram eterna a escravidão”, testemunha Nabuco. Mas, pois que a estupidez interesseira de tal conceito não tinha razão para prevalecer, passou a escravidão legal, e à sua mentalidade insana e tórpida, de desfrutadores do trabalho alheio, outros problemas se impuseram – o da imigração. Que haja, e que venha quem trabalhe, sem o que não se pode ter orçamento farto. Os mais pensantes foram, talvez, além com os conceitos: a América do norte se fez opulenta, forte e rica ao mesmo tempo que a penetrava uma forte corrente imigratória... e, certamente, foi a, imigração que ali produziu tanta riqueza... com imigração, teremos prosperidade, donde tirar gordas receitas... Nem sabem velar o pensamento: os projetos, decretos, regulamentos... em que se organiza a imigração, **escorrem**, como a baba de cobiça do trabalho alheio, ou como inveja da prosperidade estrangeira. E houve essa quadra, da vida governamental, em que se pedia e se fazia a entrada, a jorro encomendado, e contínuo, das sobras da população europeia, infelizes deserdados, quanto cooly houvesse, prontos até a fazerem de gado que se importa. Buscavam-na e recebiam-na, como o remédio supremo, à própria vida da nação. Extáticos ante a prosperidade material da grande República americana nunca lhes ocorreu verificar as condições em que se fazia, ali, a copiosa entrada de novos habitantes, como se preparavam aqueles ianques para recebê-los, como os distribuíam, quais os remotos efeitos de desenvolvida imigração, e sobretudo, a lição que os norte-americanos, e outros povos, em países despovoados, tiraram de uma tal precipitada e basta populização. Nem as questões se discriminavam nas suas mentes, nem teriam eles o critério bastante para a justa apreciação. Queriam, e querem, quem trabalhe e faça riqueza, de que, diz-lhes o instinto, tirarão uma boa parte. Queriam quem trabalhe

o mais possível, nas condições da escravaria, em que se fartou o negreirismo de onde vêm.

E a tonteira da cobiça mais lhe agravou a estupidez. Se não, reconheceriam as diferenças de formação, que deram, àqueles fortes do Norte, a capacidade de receber, em tempo, francamente, quantos viessem viver ali, sem que tal fosse turbação na vida da nação, sem que houvesse maiores dificuldades para os mesmos imigrantes. Povo nascido na essencial liberdade democrática, realizando desde os primeiros dias o **self-gouvernement**, os norte-americanos estavam em condições de impor, ou, melhor, de incutir o seu gênio, já revelado nas mesmas práticas democráticas, aos recém-chegados. Tinham uma desenvolvida vida política, sinceramente livre, que absorvia imediatamente os recém-chegados. Havia, ali, povo, consciente dos seus direitos, com a boa educação política, na prática efetiva do regime adotado, com uma relativa instrução para ser uma maioria esclarecida, própria para a vida que proclamavam. Antes de abrirem o país à forte corrente e imigratória, os governos tinham, num empenho constante, organizado a instrução popular, de sorte que naquelas repúblicas de 1870, (quando mais numerosos eram os imigrantes), já há não havia, quase, nacionais analfabetos. E o resultado foi que os imigrantes encontravam uma nação já potente na sua vida interna, com uma grande indústria para incorporar os trabalhadores à medida que entravam, com uma vida agrícola, na parte mais procurada, instituída desde sempre no trabalho livre, com uma tal pujança externa, e tal atividade de vida política democrática, que os adventícios eram imediatamente assimilados, sem que resistissem de qualquer modo, à mesma assimilação, antes preparando-se para ela, assimilando-se de coração antes de entrarem nos costumes, antes, mesmo, de possuírem o idioma da terra. Com o bom preparo da massa da população, não era possível que o imigrante trouxesse nível mental e ardor patriótico superiores aos naturais.

Com isso, podiam os Estados Unidos receberem milhões de novos habitantes: vinham ser francamente americanos, orgulhosos do país que adotavam, sem tentações de **superiorizar-se** sobre a pátria que os recebia. Notemos, ainda, que aquela nação nunca pediu imigração como recurso de ter valor, ou possibilidade de um progresso inacessível por outros meios, como o fazem os nossos dirigentes. A política norte-americana facilitava a imigração, e as condições naturais, econômicas, políticas e sociais faziam o resto. Nunca sucedeu que o governo da grande República mandasse arrebanhar as manadas de desafortunados da vida europeia, para pedir-lhes que, como imigrantes, viessem fazer o progresso da nova pátria. Nestas condições, a Norte América pôde receber imigrantes até fartar-se, até que lhe pareceu melhor dificultar-lhes a entrada, proporcionando-lhes, sempre, situação de vida livre e possibilidades de existência, sem que a abundância dos novos povoantes fosse alteração na vida geral, nem modificasse o caráter da nação. Em menos de meio século quadruplicou a população, sem que se alterasse a linha do desenvolvimento natural do país. É verdade que, previdentes, aqueles ianques, como povo de iniciativa, nunca entregaram zonas inteiras do país – para que fossem desbravadas, povoadas e formadas exclusivamente por alemães, polacos e italianos, como fizeram os inefáveis governantes brasileiros. Quando muito, permitiam que houvesse povoação exclusivamente de – alemães, ou polacos, sob o regime rigorosamente democrático americano. Aproveitaram, os americanos do Norte, quanto puderam, da copiosa corrente imigratória que os procurava, e que lhes foi aceleração de desenvolvimento, mas, hoje amiudaram tanto o crivo da entrada, que foi como se francamente a vedassem. Por que, se a larga imigração tanto lhes aproveitou? As dificuldades em que se encontra hoje a grande República, cuja população se vê enxertada dessas massas de estrangeiros, justificam plenamente as restrições de agora. O seu poder de assimilação, por muito desenvolvido que fosse, não

bastou para dar homogeneidade nacional à copiosa gente adventícia, e, hoje, além do que lhes pesam os milhões de negros, que ali são mantidos infamemente à parte, o povo ianque se sente ameaçado, ou embaraçado, por – japoneses, chineses, eslavos, judeus polacos... inassimilados, mas ao mesmo tempo, potentes, destacados em grupos, vivaces nas respectivas tradições. E, contra a diferenciação dissolvente, reclamam-se medidas ostensivas.⁴¹

Eis a lição que deviam aproveitar, se nos governantes brasileiros houvesse capacidade política. A troca de um violento incremento de população, e concomitante prosperidade material, a Norte-América turbou a **coesão nacional**, criou problemas internos e externos (japoneses e chineses), desequilibrou certos aspectos no desenvolvimento nacional, e esgotou antecipadamente algumas das suas riquezas naturais. Tudo isto, apesar de serem tidos os norte-americanos, pelos imigrantes, como de raça superior, e de fato, politicamente bem organizados e inteligentemente conduzidos. Transponha-se a situação para o Brasil: temos uma vida política caracterizada em vícios e arcaísmos, desmoralizada, insuficiente, sob dirigentes que buscam imigração com a confissão explícita da inferioridade dos nacionais. Ora, quando um povo se mostra incapaz e começa por dizer-se inferior, não deve procurar imigrantes: prepara-se primeiro, procura remir-se da inferioridade efetiva, de cultura. Nação cujos governantes vêm diretamente dos negreiros e escravocratas de ontem, numa mentalidade que via a Abolição como a definitiva desgraça, o Brasil tem uma política oficial que, ainda hoje, vê no imigrante – **braços**, para uma lavoura indefinidamente arcaica, **braços**, que permitam continue o fazendeiro ansioso de faltar-se no labor alheio, como nos tempos nunca esquecidos da escravidão. Por isso, a imigração melhor, para os nossos governantes, é a que se faz com o desembarque das levas de resignados à miséria, por isso, pedem refugos de chineses, hindus,

41 Coolidge, *op. cit.*, págs. 60, 248, 377, 401.

japoneses... já aviltados, na esperança de que lograrão fazer, com esses imigrantes, fácil exploração, até substituir, talvez, a extinta escravidão. Que venham: a experiência lhes dirá a verdade – como quando esses amarelos se encontraram, face a face, em confronto com o desabusado governo ianque, a cujo respeito se impuseram, criando, em cidades importantes e vivazes, grandes centros ou **colônias** de grandes recursos, e relativamente bem-reputadas.

Em critério de verdadeira política, a própria imigração espontânea deve ser regulada, como o fazem, hoje, não só os Estados Unidos, como os outros saxônios, da Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Imigrantes notoriamente diferentes, e, sobretudo, os que se reputam **superiores**, devem ser rejeitados. Mesmo não argumentando com o fato dessa **Germânia**, e que, renitente no Sul, há o caso das antigas colônias alemãs, fundadas pela **grande Catarina**, e que, até hoje, guardam, com a **superioridade** em que se enfronham, todas as diferenças que realmente apresentam, relativamente aos nativos, tornando-se além de estranhas, irritantes, no seio da população eslava:

Conservaram a língua e os costumes originários... resistiram tanto quanto puderam às medidas tomadas pelo governo russo para fazê-los aprenderem a língua nacional. Como lhes diminuíssem alguns dos muitos privilégios de que gozavam, em grande número emigraram para os Estados Unidos, em cujo meio cederam rapidamente... Os alemães imigrados no Sul do Brasil guardaram a sua língua e individualidade muito mais do que os compatriotas nos Estados Unidos, fato que pode ser atribuído, em parte, ao sentimento de superioridade sobre os seus sonhos.⁴²

42 Coolidge. *OS ESTADOS UNIDOS*, Grande Potência, cap. II. Não se diga que os americanos julgam do nosso caso de oitiva: em 1916, esteve longes meses nas colônias alemãs do Sul o reputado professor da Universidade de Pensilvânia, Chapelle, a estudar a língua dos filhos e netos dos germanos ali estabelecidos,

Tudo isto passa despercebido, por sobre a incapacidade do bacharelismo senhor da política brasileira, alheio, e hostil, até, à verdade que deveria inspirar todas as medidas a respeito de imigração.

População numerosa e prosperidade material não significam progresso efetivo, nem valor social e político. Sim: apesar de que são pequenas populações do Ocidente – Bélgica, Suíça, Holanda, nações escandinavas, estão a par da grandeza de civilização no mundo, num grau mais potente e mais sensível que a Espanha, ou a Pérsia, onde, no entanto, já houve grandes civilizações, e que têm uma população bem mais numerosa. Tudo isto porque a grandeza efetiva e humana de uma nação está no valor moral e mental dos indivíduos, e, não no número deles. Se aos nossos dirigentes houvesse chegado o reflexo das condições reais a que a política deve atender, eles teriam compreendido que, no Brasil (como existe até hoje), dado o nível médio – mental, social e político das populações, não é possível a grossa e intensa injeção de imigrantes, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da nação se perturbe, e que todo o caráter nacional se ressinta.⁴³

Não temos uma população superiormente preparada para impor a sua mentalidade aos milhões de imigrantes, que, se realmente têm valor humano, necessariamente se sentirão superiores ao povo a que se vêm incorporar, e que, ao influxo da estranheza e dos expatriamentos, ostentarão a mesma **superioridade**, criando formidável dificuldade para a conveniente assimilação. Oferecemos o espetáculo de uma vida social e política inorganizada, quase,

e trouxe um curioso léxicon – alemão barbarizado, só entremeadado de português o necessário para que esses teuto-brasileiros se possam comunicar com os outros brasileiros.

43 Um *Relatório* do diretor geral do Ensino, do Paraná, publicado há uns quatro anos, nos revela que na parte característica do *riô*, arrancada à esbonização castelhana pelos bandeirantes, a língua corrente, hoje, é o espanhol, mesmo para os brasileiros.

desprezivelmente fraca, sem nenhuma sedução, a não ser a da licença dos desorganizados. E assim ficamos, ostensivamente, por longos decênios, com – os alemães do Sul, os italianos de São Paulo e Espírito Santo, e, mesmo, do Rio Grande do Sul. Note-se, isto é assim, apesar da grande cordialidade e do franco acesso do coração brasileiro. Aspirando a ser um povo livre, em caminho para a justiça, sejamos um país novo, francamente aberto a quantos o procuram. Iremos ao ponto de sinceramente dizer aos que possam e queiram procurar-nos – qual somos e as possibilidades que oferecemos. E a boa imigração virá, para um desenvolvimento que será, então, o do próprio Brasil, a completar o seu gênio em mais variadas formas.

§ 79 – Raça

Num povo que se exprime em patente nacionalidade, caracterizada numa história inconfundível, com tradições seguras, o primeiro esforço de engrandecimento político está em apurar o seu valor nacional. De outro modo, se se faz, sobre esse Brasil tradicional, indiferente a ele, uma outra população – multiplicadas Germânicas ao Sul, e Itálias em São Paulo ou Espírito Santo, outra nacionalidade advirá, mais apta, se quiserem, em gentes mais cultas e mais prósperas, se tanto o forem; mas aquilo que era a nação brasileira, continuação e expansão dos que expulsaram o holandês e conquistaram os sertões, esta desapareceu, eliminada pelas tradições adventícias, naturais a novas populações acumuladas nas zonas vazias, populações ensoberbecidas pelas mesmas tradições em que se formaram, e, até pelos inconsiderados e desqualificados elogios que lhes fazem a maioria dos dirigentes. Pois não é nota característica deles enaltecer o valor do gado humano que importam, em cotejo com o trabalhador nacional? É a própria nota de bom-tom, em que elevam as estultices e lugares-comuns, quando discorrem a respeito de imigração e de brasileiro.

Podem ter vivido anos e anos, nessas paragens onde houve abundante imigração: não trazem daí uma observação original, nada colhem para comentário da questão. Note-se: estas restrições não pretendem diminuir – o valor humano dos estrangeiros que aqui se têm estabelecido, sobretudo tantos desprotegidos, espoliados na sua pátria, e que, aqui, ainda continuam a dar o melhor do seu esforço para a parasitagem de fazendeiros ou industriais, sem outros méritos além da ganância com que exploram o trabalho alheio, graças às facilidades que a política brasileira oferece aos poderosos e inescrupulosos. Não com o intuito de retaliar, mas porque é verdade, e porque os estultos conceitos dos dirigentes a respeito do seu valor são descabidos e injustos: não há dúvida que imigrantes provenientes de uma Alemanha disciplinada, ou mesmo, da Itália, bem mais culta que a média do Brasil, aqui estabelecidos, em povoações que quase são suas, dão um espetáculo de mais ordem, mais atividade e mais conforto do que o temos em arraiais de humildes brasileiros, descendentes dos perpétuos escorraçados, bestialmente oprimidos, e cuja forma geral da vida é ainda a continuação do antigo escravo, ou do pobre caboclo, que passou da ingenuidade à degradação. Mas, não é a simples inspeção de povoados que permite fazer o completo juízo, no caso, senão a verificação explícita de uma totalidade de resultados: a vida econômica por todo aquele Norte, onde não há imigração, e que prospera, apesar da inclemência do clima; a segurança de ânimo dos intrépidos nordestinos, que só abandonam a terra atormentada pela seca quando já não há água para a sede, e que, se emigram, é para o duro labor em que se tem feito a patente prosperidade do Amazonas. A par disto, procurem-se os descendentes dos alemães de Petrópolis: que situação têm, dentro do resto da população? E os de Nova Baden, em Minas?...

A resposta leva-nos diretamente à questão de raça – para reduzir à inanidade do próprio merecimento, as baboseiras, pretensiosas e erradas, dos que, brasileiros, e das classes dirigentes, têm

feito para esta pátria um estigma de irremissível inferioridade – o ter, na massa da população característica, a combinação dos **três fatores**, onde entra o caboclo e o negro, condenados, inumanamente, antipatrioticamente, e asnaticamente, por **inferiores**. É, essa, a mais caracterizada pulhice do bacharelismo em arremedo de ciência.

Há um século, no encanto das filiações linguísticas, destacou-se, no pensamento científico, o tipo – **Aria...** Era natural: confundiu-se parentesco idiomático e aproximação ou filiação de sangue: o Aria, que conquistara o idiomatismo, tomou o vulto de uma humanidade superior, a avassalar povos, dominar a universidade do pensamento, tanto como avassalara o regime de expressão. Mas, presto, se fez a correção, e não há critério científico em que o conceito ariano se não tenha limitado a um valor linguístico: o Aria-raça passou definitivamente para o museu das futilidades e pulhices, mas permaneceu no uso do bacharelesco, enfartado de **dolicocefalia, nordiquismo, lourismo...** com que a protérvia pseudocientífica distribuiu a espécie humana, qual o zootécnico separa bovinos – pelas tetas e o pelo. Nesse critério, o francês Gobineau, mesquinha mentalidade de diplomata, que se promoveu a conde, considerou-se promovido também em sangue, e proclamou, sobre as raças desiguais, a absoluta superioridade dos germanos... pois que um aristocrata francês é de sangue germano: *Les plus purs, les plus intelligents de la race blanche...* decretada essa raça branca – a mais elevada, única realmente civilizável.. E, num momento decisivo, esses brancos destroem-se estupidamente, como se neles não houvesse, nem humanidade, nem visão política. Nessa instância mesma, **os mais puros, fortes e inteligentes**, os que deram à humanidade todos os progressos, fazem a prova da superioridade em insuficiência: sabem, apenas, bater-se – bárbaros, em técnica científica. São, esses puros germanos, os mais empenhados em conservar a paz; querem-na sinceramente; têm, indiscutivelmente, a superioridade militar sobre os outros, e

não sabem manter essa paz de que tanto aproveitavam: querem-na, são os únicos a convencidamente desejá-la, e, finalmente, dão ao mundo o espetáculo de serem os provocadores da guerra!... 8.204.000 mortos, 5.669.000 estropiados expressão da inferioridade sob a premência do dolico-louro-cefall!...

Pois é nessa monstruosa concepção que se monta uma etnologia oficial brasileira, na pretensão de trazer inspiração científica à solução do problema da população! E como tanta insânia não podia deixar de decompor-se em novos erros, da falsa ciência bacharelesca vêm brotando preconceitos de raça, teóricas incompatibilidades, dificuldades que se anunciam, e de que, cinquenta anos antes, ninguém desconfiava. Motivos históricos – a necessidade de aproveitar o indígena e o negro, facilidades de contato do português, desenvolvida mestiçagem, na bondade do coração brasileiro fizeram que não houvesse, aqui, prevenções da raça, motivos de graves turbações noutras colônias; e o que para outros foi doloroso problema, no Brasil era questão de antemão resolvida. Há, reconheçamo-lo, uma fortíssima proporção de sangue índio, hoje contado nos pretensos brancos-morenos, de cabelos corridos; há, também, em muitas partes do país, forte dosagem de sangue negro. Mas como o número de misturas é ainda maior; dada a tradicional ausência de preconceitos – o preto no mulato, o mulato no claro, o claro no branco... em dois ou três séculos, com o infalível afluxo de estrangeiros brancos, teríamos uma população relativamente homogênea, com o negro muito esmaecido, e o caboclo incorporado ao branco.

Contemos que será assim; mas já surgem veleidades, em futricadas etnologias bacharelescas, e que proclamam a essencial inferioridade de índios e negros, inferioridades irremissivelmente comunicadas aos respectivos produtos com o branco. São asininas pretensões, fátuas cretinices de impostores da ciência, e que repetem de oitiva mirrados conceitos, havidos de conclusões vesgas, contrariadas ainda na época em que foram enunciadas. Em

verdade, nunca foi moeda corrente – qualquer hierarquia orgânica ou psíquica das raças humanas: a história não permitiria tal concepção. Admitamos, no entanto, que haja ciência verdadeira, nessa etnologia e sociologia grimpadas em despejados desníveis, e que têm de varrer para os irremissivelmente inferiores – japoneses e chineses: um verdadeiro brasileiro, quando verifica que, durante todo o período de formação desta pátria, a proporção⁴⁴ de brancos era inferior a 30% das outras duas raças, trata de dar, de si mesmo, o melhor esforço, no sentido de compensar qualquer efetiva inferioridade do elemento humano. Em vez de arremedar ciência, que só poderia deprimir e desmoralizar os ânimos por-

44 Uma publicação oficial, em comemoração do centenário desta nação feita sobre o trabalho de negros e caboclos, estuda (?) e julga a *Evolução da Raça*, aqui, nesse critério – da absoluta e irremissível inferioridade de africanos e índios, inferioridade comunicada, nos mesmos termos, aos produtos do cruzamento. E, assim, discreta um sub-Agassiz, velado em Antropologia, Etnologia, Eugenia, e outras pretensões científicas, de uma ciência tão errada que nem se reconhece: “Na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do tipo superior de que procedem”... De tal sorte, a eugenia oficial nem chega a ser pessimista, mesmo porque a voz dirigente não pode ser agourenta: limita-se a decretar a imprestabilidade disto que aí está, e que tem sido o Brasil, e propõe o remédio: substituição das gentes mediante imigração ariana, e acelera-as na marcha do processo arianizante... *Processo* arianizante que é a própria imigração que substituirá as gentes no Brasil. Subindo na complexidade etnológica, chega o eugênico a falar num “*theor* (com o mesmo *th*) aria do nosso sangue...” Ora, demos que isto de aria-sangue seja coisa a buscar-se: é demais, dizer a este Brasil, que está – *organize-se!*... Não se pode conceber que conselho daria o salvador de nações pela arianização, a Portugal, por exemplo, onde ele encontra os arias de que se orgulha, e que, depois de verdadeira grandeza, com esses arias, se vê, há dois séculos, abatido, e como sem remédio, apesar de que o sangue aria continue a correr naquelas veias... Enfim, tudo se compreende, quando não se compreende o seguimento de conceitos: “A salvação da raça, no Brasil, está na arianização... o sangue cruzado não se torna puro (não, Mendel?)... o tipo antropológico brasileiro só poderá surgir quando o trabalho da fusão (*cruzado que nunca será puro*) das três raças se tiver completado... O tipo mestiço, fusão das três raças, e que viria a ser realmente o tipo brasileiro... o mestiço indo-ariano tem de ser finalmente um tipo puro (sim, Mendel!), índio, ou branco... Conclusão fulminante: Arianização... teor... puro... sangue... Dolico-louro-cefalismo... euroantrogenicológico... *adusum* imbecis.

ventura crentes no suspeito arianismo, volta-se para essa tradição, onde não há incompatibilidade de união e de solidariedade por motivos de sangue, e apura-a, sublima-a, concorrendo para formar na liberdade, educar e cultivar, os descendentes das raças infelizes, cujo trabalho fez esta nação, e que, nela, foram somente bestas de cargo, esbulhados de toda justiça.

Só não foram alijados da condição humana justamente porque na população que, finalmente, se formou, com abundância de origens **inferiores**, infiltrou-se muito da cordialidade e da compaixão ingênua e primitiva das raças dominadas. Redimimo-nos, assim, em parte, da injustiça original, e, com isto só, compensaríamos qualquer diferença mental, ou social. Lembremo-nos de que, nos Estados Unidos, os preconceitos de raça cortaram a população em **brancos e negros** (e mais amarelos) de tal sorte, que os proclamados superiores sabem como sair da dificuldade. Há **labours-unions**, ali, que não aceitam negros entre os seus consócios...

Esta, sim, é uma comprovada inferioridade. Um americano de sangue e de tradição, com toda a responsabilidade de universitário, com reputação europeia, registra: “Em nenhuma parte do mundo se encontra, entre gentes humanas, o abismo que separa o americano do negro.”⁴⁵ Em desenvolvimento de consequências, esse mesmo Coolidge nos mostra a sua pátria, na perspectiva de dificuldades com meio mundo, por motivo dos seus preconceitos de raça. E, note-se, ele mesmo é uma voz ostensiva desses preconceitos. Notemos, ainda, que na outra América, a espanhola, não faltam incompatibilidades de sangue; mas, deverão, os neocastelhanos, felicitar-se porque os reputados brancos se consideram superiores aos índios e aos muitos negros que por lá existam? Uma estatística reproduzida pelo peruano Sr. Garcia Calderon revela que, na Argentina de 1905: “... sobre 1.000 habitantes, havia, 128

⁴⁵ Coolidge, *op. cit.*

platinos, e que somente 99 argentinos por mil possuíam terras... para 1.900 mulheres argentinas, nascem 88 crianças, o mesmo número de espanholas dão à luz 123 filhos, e 1.000 italianas, a 175". Dir-se-ia que a pátria dos heróis de 1810-1822 está passando para gentes que não são os descendentes dos mesmos heróis. Garcia Calderon, no intuito de reforçar as razões dos partidários da superioridade branca, copia o argentino Manuel Galvez, que, **superiormente**, aceita a supremacia financeira dos estrangeiros: "Se os estrangeiros dispõem da fortuna material, é justo que nós outros disponhamos da riqueza intelectual..." Triste soberbia de **superior!**... Uma tal desvirtuação de critério não se explica, em mentes que se exaltam de patriotismo, sem o preconceito que fecha a luz da razão. Na voz de argentinos, brasileiros, peruanos... tais conceitos levam à penosa meditação: será possível que povos feitos, com uma tradição onde comovidamente se reconhecem, aceitem, ou aspirem, assim, a ser o que não são, aspirem a desaparecer – afogados, diluídos... nas ondas vivaces e... **purificantes**, de uma abundante imigração?... "Sem novas gentes, estamos perdidos!..." brama, desvairado e confuso, o mesmo Garcia Calderon. Será possível?!... Pois não era muito mais purificante que esses patriotas, daqui, e de lá, erguessem-se no ideal de dar ao seu povo, qual ele é, o máximo das qualidades boas da sua tradição, do que aspirarem, desse modo, a ser o que são? Apuremo-nos, em nós mesmos, como expansão natural de um gênio próprio, em vez de pedir suposta superioridade, destemperando o que possa haver de original nessa combinação já feita – branco, índio, negro, na massa de expatriados, menos afirmativos, por isso mesmo que são expatriados e desenraizados.

Em verdade, a única inferioridade de que sofrem os ibero-americanos é essa insuficiência mental que os leva a receber, sem crítica, os mais descabidos julgamentos dos que têm interesse em manter-nos humilhados, baldos de confiança em nós próprios. Em si mesma, tal inferioridade explica-se pela nossa evolução

social – desigual, turbada, hesitante... E, daí, essa esquiva em concluir por conta própria, e a incapacidade de conceber sistemas em correspondência com a nossa realidade, a dubiedade de conceitos, e a aceitação de fórmulas desmentidas na nossa mesma experiência. Nem é preciso ir mais longe, para ter o exemplo: basta o mesmo Garcia Calderon, que endossa todas as inferioridades a nós imputadas, e que só lhes vê o remédio na inflação de imigração branca. Sem dar fé, talvez, consagra a verdade, que lhe inutiliza o remédio: “Não esqueçamos de que o nosso povo não é, nem o europeu, nem o americano do Norte.” Depois, ao passar pelos fatos, ele comprova, orgulhoso, a franca prestabilidade dessa gente provinda do cruzamento, e onde se encontram verdadeiros heróis, que ele enumera: “... Paez (Venezuela), Porfírio Diaz, Castilla (Peru), Santa Cruz (Bolívia), eram mestiços” (pág. 333). Não são menos deploráveis os conceitos, análogos, por conta de dirigentes brasileiros, fáceis, quase enlevados, em repetir as baboseiras que, da borra da ciência, têm derivado em detrimento do Brasil. Um caso, entre muitos: a propósito desse mesmo **centenário**, que fez publicar-se a **Evolução da Raça**: a título de propaganda da festança no estrangeiro, o governo brasileiro organizou a distribuição, na Europa e norte-América, de um longo **reclame**, em que éramos oficialmente apresentados como preguiçosos; então, como justificativa, desculpava-nos, o fraseado do **reclame**, com o clima... No entanto, um Southey, que nos conheceu melhor que essa tropa dirigente, repele, de antemão, a acusação: “Onde quer que o brasileiro se negue ao trabalho, outros motivos haverá, não a preguiça”. Não houve, entre os muitos que ingressaram na festança, e nela tinham responsabilidade⁴⁶ nem um que voltasse os sentidos para este Brasil, notadamente para aquele Norte, cuja população representa completa fusão – de sangue e tradições,

⁴⁶ Na famosa comemoração do Centenário, em 1922, não se viu nem ouviu nenhuma aclamação à nacionalidade; não na consagraram, pois que tudo não passou de festança de negocialismo.

das raças formadoras, aquele Norte onde não tem havido injeções imigratórias, capazes de modificar as qualidades em que os brasileiros se definiram... Não seria preciso inspiração patriótica: pelo prestígio simples da verdade, o observador exato e sincero reconheceria, nas populações naturais, qualidades e virtudes que, bem conduzidas, podem fazer grandeza e glória de qualquer povo.

Verdades assim, que dignificam o ânimo brasileiro, e podem valer, mesmo a observadores desinteressados, escapam aos dirigentes brasileiros, ou são por eles desprezadas, justamente porque a estes falta o verdadeiro patriotismo. Tão abundantes de invocações em nome desses motivos, não há um só, deles, que tenha deixado por onde verificar – como compreendiam a realidade da pátria, como concebiam a nacionalidade. Os raros – José Bonifácio, Feijó, Floriano... patentearam, em atos, que sentiam a pátria, através de uma nacionalidade. E é tudo. Para os outros, **pátria, nacionalidade...** são coisas nulas no pensamento, inertes no coração. No entanto, não há efeitos de ênfase mais repetidos do que esses. Busque-se, porém, nos longos e insípidos verbalismos que têm produzido, a sequência de conceitos em que se define a pátria de que falam, e em que se afirma a nacionalidade que os incorpora: só se encontra a pátria – pretexto e escusa de sórdida ambição, como só figura a nacionalidade no sentido de **nosso** – deles. E não cause estranheza o vazio e a inércia de tais noções, na mentalidade desses dirigentes. Pátria e nacionalidade valem em formas e em intuítos diametralmente opostos – nas mentalidades reacionárias, de espoliadores, e nas consciências em halo de justiça e de solidariedade. Para aqueles, é a opressão imperialista, é a política de armamentos, a instigadora da guerra, como é, na vida interna, a justificativa da eterna espoliação e do irreparável parasitismo da classe dirigente. Para os justos e livres, a pátria, necessariamente nacionalizada, é a simples cordialidade imediata, concreta, da realização humana. Para dar pleno sentido a essa pátria de reacionários, torna-se indispensável um passado

de aventuras guerreiras, expressão do imperialismo implacavelmente dominador, incorporando a própria existência do Estado. No Brasil, dada a sua história, e, sobretudo, a índole compassiva das suas gentes, os dirigentes não poderiam, nunca, erguerem-se em nome de uma pátria agressiva e guerreira; estariam tão fora da realidade que já não teriam base para os privilégios de que vivem. Lembremo-nos de que a aventura da Cisplatina, como as demais guerras externas, sempre foram odientas e repelidas pela nação brasileira. Nestas condições, igualmente exploradores da pátria, os nossos dirigentes, não na podendo erguer em nome de um imperialismo agressivo, tem-na como tábula rasa dos seus pretextos de existência, lugar comum vazio, com que mal disfarçam os intuitos de espoliação, torpemente pessoal. Nulos para qualquer sincera afirmação de caráter, eles não têm, sequer, o valor mau em que se eleva a pátria reacionária e imperialista, e, menos, ainda, o livre ânimo de justiça em que se proclama a pátria ideal, fórmula de irmanação dos povos.

Como estas páginas têm de chegar a conclusões condenadoras de todas essas torpezas, mascaradas em patriotismo e nacionalismo, torna-se preciso prevenir confusões e definir o valor com que as duas ideias – **pátria e nacionalidade** entram nestas considerações, em que esta é reclamada e aquela se ergue idealmente.

Consciente dos seus destinos, o homem se reconhece na humanidade, incorpora-se a ela, e, sedento de justiça, incorpora-se a cada um dos seus companheiros naturais: todos que, igualmente carecidos de justiça, vivem espoliados e oprimidos em nome de diferenciações que a força brutal tem instituído, e que o privilégio conserva. Forma-se, destarte, a classe proletária, a grande reserva da humanidade. Mas, essa humanidade a que propendemos, nas formas políticas e sociais, é como abstração: não na sentimos se não fracionada em grupos, as próprias **pátrias** em que nos encontramos. Tanto vale dizer: a humanidade se realiza em grupos, nítida e necessariamente situados através de um passado: são as

pátrias, cada uma das quais tem a significação de uma paisagem humanizada numa tradição. Não há que fugir daí; isto é, na série social, não podemos sair da pátria sem sair da própria humanidade. E a nacionalidade? É a caracterização da tradição histórica em cada pátria. Então, não há nenhuma incompatibilidade natural entre o ideal de solidariedade completa na espécie humana – sem nenhuma restrição, nem privilégios, e a necessidade de pertencermos a uma pátria, e de reclamá-la livre e defendê-la, como não há antagonismo entre essa mesma concepção de irmanação dos povos, com a inteira cordialidade de relações, e a caracterização de cada grupo, na feição que a história e a geografia lhe deram. Não poderia haver contestação de intuítos entre pátria, nacionalidade e solidariedade e justiça, pois que aí estão necessidades da realização humana, estas como condições daquelas. Eis outros tantos fatos positivos, iniludíveis.

Existimos incorporados a uma pátria; reconhecemo-nos como consciência impregnada de uma tradição nacional; aspiramos a justiça, clamamos pelo progresso consubstanciado em reivindicações precisas: justiça contra os privilégios em que se avilta essa pátria que conhecemos. É a reivindicação de progresso, em que a tradição nacional humanamente se possa expandir. O patriotismo que assim reclama, não pode convir com esse, que é o dos nossos dirigentes, em que a pátria se avilta, odienta, como eles mesmos. Nem há maior inimigo desta nacionalidade e mais forte obstáculo ao amor de todos nós pelo Brasil. Um tal afeto, sem reservas, não pode ganhar os corações, quando já os encontra tomados de asco pelas formas em que os dirigentes realizam o Estado brasileiro. Este é grande mal que eles fazem a esta pátria: o mal supremo. Como, exaltação de amor ao Brasil, quando a moldura em que o mostram é isso que aí está?⁴⁷

47 No prosseguir da vida, os dirigentes têm o olhar nos índices de prosperidade material, ávidos de tudo que diz – riqueza, força, poder... única prosperidade ou grandeza a que aspiram. São, no entanto, incapazes de orientar

eficazmente o país para a realização racional e sistemática dessa prosperidade. Terá havido um qualquer progresso, nesse, ou naquele rumo de desenvolvimento material, mas sempre como puro resultado de tentamens isolados, apenas incluídos no espontâneo da vida, para totalizar-se em potencial negativo, futuro acúmulo de dificuldades, muitas vezes. Seja exemplo o que aconteceu com a lavoura da cana e o fabrico do açúcar. Trata-se de uma produção que foi a origem, mesma, da nossa primeira riqueza, a base econômica na formação da nacionalidade, e que lhe deu feição. Pois bem, chegado o momento, com o impositivo progresso no trabalho, nas formas de produção e de fabrico do açúcar, fez-se imediatamente, graças à ganância capitalista, uma tal distribuição de trabalho na cultura que a produção diminuiu de cinquenta por cento, e se criou um grave problema socioeconômico: desenvolveu-se um latifundismo especial, sem compensação econômica, ao mesmo tempo em que se agravavam as condições de existência aos já miseráveis proletários. De tal sorte, finalmente, que chegaram a ser monstruosas as condições da produção do açúcar.

Sabe-se que essa produção compreende: a lavoura da cana, até a respectiva colheita ou *corte*, e, nos engenhos, moagem da cana, e, com o respectivo *caldo*, a fabricação do açúcar. É óbvio que, se se realiza progresso, ele se tem de fazer na cultura, isto é, no amanho da terra, e no fabrico propriamente dito. Assim tem sido em toda parte – Antilhas, Insulindia, África... mas no Brasil, sobretudo nas zonas típicas do açúcar, cujos magnatas – os senhores dos antigos grandes engenhos, proprietários já das melhores terras para cana, facilmente compreenderam as vantagens de adotar mecanismos modernos e aperfeiçoados: construíram, assim, grandes usinas, dotadas de magníficos recursos industriais, desde as moendas aos *vacuos* de concentração dos xaropes, às *turbinas* de separação e depuração do açúcar. E, com isto, concentraram a sua atividade no fabrico propriamente dito, convertendo-se ostensivamente em meros industriais, a trabalhar com uma matéria prima que lhes era, e é, fornecida pelos feitores-empreiteiros, a quem eles entregam as *massapés* e as vargens, para que, por sua conta as cultivem, ou é vendida pelos antigos proprietários de pequenos engenhos, obrigados a utilizar as suas terras na cultura a que elas mais se prestam, devendo ceder a cana a peso, ao usineiro vizinho.

De todo modo, assim separadas as coisas, ao grande capitalista, industrial-usineiro, já não interessam os progressos agrícolas – de cultura da cana, que lhe é fornecida na linha de seus transportes, e de que extrai o açúcar com toda segurança industrial, pelo preço irrisório de 200 a 300 réis a saca de 60 quilos. E isto lhe basta. Previdente, bem armado do capital, que lhe vem de sucessivas heranças, ele se garantiu – comprando – tanto quanto pôde das terras vizinhas, aniquilando, como é de regra, o pequeno proprietário – o pequeno-burguês, que, no prosseguir indefectível da vida, teve de se reduzir a simples plantador de cana, para provedor da usina, ou mero empreiteiro-feitor, por conta do usineiro proprietário-capitalista, que lhe adianta as

somas para a f3ria dos trabalhadores e para a pr3pria manuten33o, livre de fazer o trabalho da lavoura como entender, com tanto que o fa3a, sob a fiscaliza33o inexor3vel do usineiro, com plena garantia das somas adiantadas.

Como sempre acontece, todos os c3culos da explora33o – quantias a fornecer, m3dia de sal3rio, extens3o de canaviais, pre3o da tonelada de cana, tudo isto 3 ditado pelo industrial, perfeitamente garantido, pois trabalha com uma m3teria-prima cuja exclusividade lhe pertence, como no mais monstruoso dos privil3gios. N3o interessa ao usineiro, do tipo comum (pouco mais que um bo3al), explorador de trabalho alheio, mero acumulador e gozador, o progresso que houvesse numa lavoura arat3ria completada por outros tantos aparelhos de amanho, levados por tratores, como a ind3stria mec3nica fornece. No entanto, isto significa disp3ndio e um esfor3o que s3 por sua iniciativa se poderia fazer... Ele, por3m, n3o o faz – para qu3? No interesse econ3mico acess3vel 3 sua compreens3o, o que tem valor e significa33o 3 a margem do pre3o entre a tonelada da cana e a saca de a3u3ar, qual lhe sai do apurado maquinismo onde entram as hastes t3rgidas para safrem adiante as sacas de *crystal* puro e alvo, com a despesa, apenas, infal3vel, de 200 r3is. No mais, ele tem a certeza, como o determina o ritmo dos astros, de que haver3, sempre, e cada vez mais, prolet3rios, novos escravos, para tanger a enxada nos eitos dos canaviais, a pre3o de n3o morrer de fome – 2\$000, 2\$500, quando muito, por dia de nove horas de trabalho, sob a vigil3ncia do empreiteiro (por sua vez vigiado), muito feliz, este, de poder viver com o adiantamento de 35\$000, 40\$000 por semana, e que lhe garantem a feira. Como f3rmula definitiva, (tais se arranjam as coisas), o empreiteiro, quase sempre sob um teto propriedade do usineiro, est3 normalmente em d3bito. Fornece a cana a 15, 18, 20 mil r3is a tonelada, sem margem nunca para sair do d3bito.

Tudo apurado – criaram-se novos latif3ndios, agravou-se em mis3ria a condi33o do trabalhador, e reduziu-se, geralmente, de 50%, em muitas regi3es, a produ33o do a3u3ar, amesquinhando-se desoladoramente as condi33es gerais de vida, e a produ33o de tudo mais. Sergipe, h3 trinta anos, produzia, com os seus engenhos de bangu3, 800.000 sacas de a3u3ar; hoje, o seu total, com as 12 ou 15 grandes usinas em que se monopolizou o fabrico, n3o sai da casa dos 400.000. Em Pernambuco, zonas como da hist3rica Goiana, onde alvejavam, h3 40 anos, para mais de 100 bagaceiras, ao reflexo de outros tantos a3udes, com um com3rcio e um movimento que consagraram ali um dos grandes centros do Norte; uma zona de tais antecedentes, tem hoje o aspecto de um pa3s abandonado – calados os tradicionais engenhos, reduzida a produ33o das usinas, naturalmente em n3mero reduzido, 3 metade do que se conduzia, em tempo, nos carros de bois ou nas tropas. Um curto ramal f3rreo apanha facilmente a bem-calculada produ33o das usinas, sem qualquer est3gio que possa conservar para a velha Goiana do a3u3ar a situa33o comercial que tanto tempo manteve na hist3ria.

§ 80 – Evolução da República – na República

Tanto se repete a constatação, que já se banaliza monotonia. Será penoso, mas indispensável – para reconhecer a tradição política, de sempre, na decomposição de autocracismo em que deu a República.

Malcompreendida pelos melhores, desmentida e fraudada, pelos definitivos exploradores da política, mutilada no que lhe era essencial, a revolução de 1831 ainda teve que ser ostensivamente anulada, e miudamente desfeita, pela legislação em que se confirmou o segundo Império. Tudo se passou sob a casca da monarquia, e a coisa foi relativamente fácil: sete anos bastaram para que a mesma geração de apóstatas chegasse à ignomínia da regressão Araújo Lima – Hermeto – Vasconcelos... Com a República, na novidade da federação, os dirigentes, mesmo incluindo tudo que operara na monarquia, não tiveram a coragem de voltar de pronto, e francamente, à autocracia centralizada do bragantismo; ou não souberam achar a forma de casar imediatamente a mesma federação com o feitorismo que lhes estava na alma. Foram precisos os incertos e baralhados dezesseis anos – de Deodoro a Afonso Pena, para que se assentasse o definitivo domínio dos dois grandes Estados sobre a monstruosa federação, e se tradicionalizasse, nesta forma, o regime republicano do Brasil. Assim, substituída a casa de Bragança pelo P. R. P. ajustado ao P. R. M. nada mais natural do que voltarmos à política de sempre, piorada no descoco de

fatores sem senhor, dissolvida na senilidade dos cem anos de vida tórpida, insincera, em flácida masturbação constitucional.

Não tem outra explicação a deslavada reforma da Constituição de 24 de fevereiro, gerada nas mesquinhas circunvoluções de tiranetes ignorantísimos, ostensivamente imposta por esse pândego regime presidencial, e que, por isso arranjada no despacho do presidente, ali foi comunicada aos não menos pândegos representantes da nação, que a dessem por discutida, e **pronta para votação**, a que não se negariam. Alega-se que se tanto foi possível é porque estávamos em estado de sítio... Sombras de pejo, na política: sem sítio seria a mesma coisa, um pouco mais cara à nação, que os **representantes** pediriam mais ao presidente em reconhecimento da submissão, pois que, finalmente, tudo foi muito lógico. Na realidade, a fofa constituição republicana, nas suas insignificantes afirmações democráticas, era coisa morta, desde que não servisse para mascarar o domínio do país pelos seus oligarcas: mas a realidade do destino se impunha, e foi chegado o momento de mostrar à nação brasileira, bem explicitamente, que o 15 de Novembro dera em burla, e o Brasil continuava em usufruto... Só mudara de senhorio...

De fato, a política republicana destes trinta e sete anos foi a mais própria para o patente resultado, de ostensiva renúncia à liberdade, democracia, opinião... à própria honestidade. Na prática, ela realiza, desproporcionadas, todas as misérias da tradição, em descaso, que se fez licenciosidade. E não espanta: criaturas de servir, entregues a elas mesmas, são domésticos desbriados, de conluio em conluio, para o mandonismo em que se fartam. Também é verdade que, se se desse efetividade sincera à Constituição de 24 de fevereiro, nem por isso teríamos realidade de República. Obra de oitiva, sem correspondência com as necessidades do Brasil em vista da justiça e do progresso social, ela se demonstra inoperante, insuficiente, sem virtude para dar-nos o livre jogo de opinião

nacional e a educação política de que carecíamos, ou, sequer, um pouco de capacidade administrativa, ou a simples probidade no governo. E, **federação**, presidencialismo... sem aura de verdadeira revolução, colocados sobre o Brasil os dirigentes de sempre, tínhamos que evoluir para esse abjeto oligarquismo, em que se conformou a República. O Império, mentira de parlamentarismo, tinha o verniz de decência dos seus dois partidos-fantoches, que, revezadamente, gozavam o poder. Com a devassidão política abancada na Constituição de 1891, os mandões dos Estados, senhores, organizaram a ceva num só partido, dentro do qual, se azedam despeitos de menor quinhão, tudo não passa de fermentação interna, para o afastamento de díscolos **dissidentes** da forma de comezaina. A preciosa unidade, garantidora do usufruto na camarilha, esta se mantém, que é o principal na obra geral.

Lógica dos fatos: afastado um senhor único, as capitânias-províncias-estados voltaram ao regime dos capitães-mores, sem preocupações de esperar Lisboa, que se incluiu neles mesmos, regressão que se resolveu em pejoração, porque, aproveitando todas as anteriores usurpações de liberdade, as capitânias da República não concedem nem aquelas insignificantes franquias municipais do século XVII. Estados, como o de Minas, que são nações, conformaram-se numa republicanização em que centenas de municípios, ainda os mais afastados, ou os mais prósperos, estão, de fato, tão dependentes de Belo Horizonte como as próprias ruas da capital. Um prefeito, gerado na politicagem de Belo Horizonte, inteiramente estranho ao município que lhe deram, é a única opinião válida nos negócios do mesmo município, com, aos seus pés, a meia dúzia de conselheiros municipais, votados a Belo Horizonte que lhes deu o delegado, o coletor, a professora, e, sobretudo, a honra – de ser o partido local. Eis o **self-governement**, base da democracia republicana, que o destino impôs à clássica **Minas livre**. Pelas outras capitânias, haverá agravação, nunca melhores

frestas de liberdade republicana. O caminho para trazer até aí a obra de 15 de novembro teve de ser recortado em atalhos escuros, e duros, que é longa a distância, e enorme o desnivelamento entre a verdade da República e a ignomínia definitiva. Descida em degringolada, a evolução política dos quadriênios conformadores estampa-se bem nos respectivos fastos.

Erguendo-se em luta armada, a reação contra a República encontrou-se com a ação de Floriano, concentração das energias de um Brasil novo e em virtude de renovação. Nunca se coligaram contra um governo brasileiro tantas forças de terra, ostensivamente organizadas para a revolução, toda a Marinha, e as muitas hostes dissimuladas, orientadas para a reação, pela perspectiva de realidade republicana. Em face de uma opinião pública desorientada por implacável campanha da imprensa, com um Exército a fugir-lhe das mãos, cercado, preso à terra por uma esquadra dominante na Guanabara e por todo o litoral mais importante, a enfrentar uma guerra devastadora no Sul, o Presidente Floriano Peixoto, porque incorporou a possibilidade de realização republicana, teve o condão de encontrar o preciso para a inteira vitória sobre a reação armada, reação ostensiva, forte, mas sem a homogeneidade de um ideal, ainda em luta, e já partida nas ambições que se cruzavam. Vencedora na luta armada, a República veio cair, logo depois, quando derrotada, a reação se refez em cerco insidioso dentro da própria política operante. Os mais ativos e úteis nessa reação já estavam situados vantajosamente para a vitória decisiva. Desde o primeiro momento, pela insuficiência revolucionária dos homens de 15 de novembro, entraram para a obra republicana todos os que quiseram, quase todas as antigas utilidades políticas. Com Deodoro, segunda fase, houve uma qual diferenciação, sobretudo na dura campanha parlamentar e de imprensa, contra Floriano. Desencadeou-se finalmente, a guerra civil, e uma certa parte das gentes reacionárias foram para a luta; mas o melhor dos

políticos essencialmente incompatíveis com a República, esses amoitaram-se, ou ficaram a fingir de republicanos. Prosseguia a campanha, e o seu mesmo desenrolar era motivo para forçar a opinião do país, em nome da paz. Com a República em luta, na sucessão das suas vitórias, teve objeto imediato o sentimento republicano: altearam-se as suas vozes, desfraldaram-se entusiasmos; houve uma atmosfera de renovação política e de afirmação democrática. E isto foi susto para os reacionários já acomodados, como foi despeito para republicanos de nome, inteiramente destituídos de sentimentos democráticos, lenhificados no personalismo de uma senectude triste é intransigente, hostil a toda política republicana que não fosse a da estreiteza dos seus conceitos.

O nome do sucessor de Floriano fora levantado pelos republicanos contra Deodoro, porque a catadura da sua sisudez macilenta, em cinzentas pálidas barbas paradas, o justificavam como criatura de ordem, incompatível com os intuitos agitadores que a reação imputava aos mesmos republicanos. Com isto, aí ficou a candidatura, e Prudente de Moraes veio a ser o primeiro presidente da República, em sucessão aos homens de 15 de novembro. Nenhuma atração pessoal, nem irradiação de pensamento, para o prestígio de uma compostura em solenidade fria, nas linhas de um ebúrneo bilioso, quase tétrico, como espelho de uma alma hostil a todo entusiasmo de mocidade e esperanças, infensa a transportes e efusões de cordialidade, fechada à alegria, surda às vibrações da vida a refazer-se. O tímido olhar apagado, na dureza da fisionomia, dizia um ódio gratuito a tudo que fosse contraste a essa mesma apagada dureza. Nessa estrutura de caráter, dada a natural retração de horizonte mental, a reação encontrou o republicano com quem se reconstituiria a política tradicional do Brasil, na mesma gente, com os mesmos processos, em adaptação aos novos títulos. A oposição à ação de Floriano sagrou o seu sucessor pacificador da política republicana, e ele, ostensivamente,

aceitou o papel, que concretamente veio a ser o de retroagir nas formas, e abater aqueles com quem o antecessor fizera a sua obra. Não tardou ser a luta declarada, os explícitos intuitos de contraste sob o insincero título de **pacificação**. No túmulo de Floriano, antes de dois anos de reinante Prudente, um discurso de Raul Pompeia – republicano florianista, dá o tom da resposta à reação conduzida pelo governo de Prudente de Moraes.

Com o treino de luta dos florianistas, dado o temperamento de mocidade dos mais patentes entre eles, desde logo a oposição foi campanha, até os extremos do **jacobinismo**. Não tardou a diferenciação no pessoal: todo o antigo deodorismo com o Santo Varão; os republicanos de tradição – de Quintino a Castilhos a Glicério... com a República, que passou a chamar-se **florianismo**, e todo o escol das antigas utilidades a espiar a **maré**. Por fora, intransigentes, dificilmente contidos pelos chefes, bramavam os florianistas, e queriam decidir revolucionariamente a situação. Uma manifestação qualquer da Escola Militar, onde vivia ainda o espírito de Benjamin Constant, foi o ensejo: Seabra, antiflorianista de sempre, apresentou uma moção que era a condenação implícita da política republicana; os republicanos, Glicério à frente, combateram-na, e os **espia-maré**, todos, vieram para o lado de Seabra, estrídula voz do prudentismo. Foi o passe em que se definiu um dos processos essenciais, que depois se fez norma na realização republicana: em face à oposição republicana florianista, apesar dos deodoristas e aderentes que o apoiavam, Prudente sentiu-se falho de força, e apelou para São Paulo, onde reinava Campos Sales, que veio decidir a pendência, disseram... A decisão foi assegurar-lhe, Prudente, a sucessão, e Campos Sales lhe deu o apoio indispensável, para que ele, Prudente, não se visse forçado a resignar. Antes, o desbarato de duas colunas do Exército enviadas contra os **fanáticos** de Canudos, tidos como instrumentos da reação monárquica, dera ensejo a manifestações de jacobinos no

Rio de Janeiro, com excessos lamentáveis, mas compreensíveis. Os ânimos ferviam de um lado, desatavam em despeitos do outro, despeitos que iam ser mais apoio à política do presidente, até que um pobre energúmeno atenta contra a vida de Prudente, miserável caso policial, cuja cumplicidade só a ignomínia de uma política de apóstatas e traidores podia ter imputado a criaturas como Glicério, Pinheiro Machado, Manoel Vitorino... idólatras da ordem, e que, mais uma vez, sacrificaram por isso as legítimas reivindicações democráticas. O **atentado**, ferozmente explorado, foi o pretexto de um **sítio** para perseguições, o primeiro nesse intuito, dos muitos em que esta República tem sido fértil. Havia um ensaio de partido nacional – o P. R. F., em contraste com os agrupamentos da reação, a qual formaria, finalmente, um outro partido; mas, presos, ou afugentados – Pinheiro Machado, Glicério, Manoel Vitorino... desterrados alguns dos mais vivazes no florianismo, infamados na pecha de assassinos... com o arranjo Campos Sales-Prudente, montada a antiga política graças ao prestígio do sítio, esvaiu-se a energia que tentava fazer política republicana, aliás já muito viciada. Glicério, alma em quem a bondade quase não deixava lugar para a segurança intransigente de uma obra política e que, escorraçado, implacavelmente afastado de toda política, e infamado, deixado à solidão do ostracismo, é, no caso, o símbolo dos destinos da política republicana, como resultou do quadriênio que fez da presidência da República usufruto de São Paulo, com escolha – apanágio do antecessor...

§ 81 – A queda...

Veio Campos Sales porque era senhor de São Paulo, e Prudente, a preço de salvar-se, lhe deu a sucessão. Assim, entrou a República na trilha de despenhadeiro de onde não pôde mais sair. Note-se: Prudente não fora presidente porque representasse a política

paulista, mas porque, naquela compostura de sisudez, merecera a presidência da Constituinte, a quem a bonomia radical de Saldanha Marinho, já alquebrado, era suspeita; como presidente da Constituinte fora oposto a Deodoro, e, como candidato primeiro dos republicanos, foi apresentado em sucessão a Floriano. Sem o passe de 1897, talvez se tivesse poupado à República, por muitos anos, ainda, a ignomínia do legado da presidência de sucessão em sucessão, com a brutal tirania dos grandes Estados. Quanto a Campos Sales, tomando a direção da política republicana nesses desvios em que a metera Prudente, considerando-se fora de compromissos, fez tábula rasa de todos os antecedentes (menos da hostilidade a Glicério), e completou tão bem a obra de deturpação e viciação da política que tornou impossível qualquer remissão nos destinos da República de 15 de Novembro. Sentindo bem que não representava nenhuma escolha da nação, nem trazia programa de partido, Campos Sales achou meio de distinguir e personalizar nitidamente a sua passagem pelo poder: deixou os Estados aos que, de qualquer modo, eram donos deles – política dos governadores. Calou-se o florianismo, reduzido agora à pureza de um culto, felizmente desfalcado dos mais imponentes dos seus políticos, chamados à nova política ao seio do campossalismo; sumiu-se o prudentismo, que era, apenas uma barragem para o aproveitamento de despeitos vis; e, viveu, impante, o financismo, sobre a política dos governadores.

Indiferente à sorte das populações, ficaram os Estados às espúrias oligarquias que, na confusão anterior, deles se tinham apossado. E o destino do Brasil republicano se esclareceu, para a fixação disso que aí está: fatores degenerados antes de qualquer valor, num roer despudorado, para chegar até à rapinagem; uma existência sem brilho, na flatulência do repasto, ou na vanglória vazia. Com isso, o financismo dera para negócio: estradas que se encampam, e se arrendam, para encampações que enriquecem, e arrendamentos que fartam. E o desvio deu em queda.

O resto dessa evolução poderia ficar em silêncio, tanto é a continuação da queda – da queda para a decomposição. Campos Sales, como fora feito, fez Rodrigues Alves, de São Paulo, que só não fez Bernardino porque ainda não estava bem assente a fórmula São Paulo-Minas... Como São Paulo, Minas se considerou um **Estado grande**, e fez ouvir o **nos quoque**... Reclamou em nome da sua grandeza, ajudada pelos três subgrandes – Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. E veio o primeiro presidente mineiro. Seguiu-se que, muito **canhestramente**, Minas quis dar o novo dono do Brasil: cindiu-se, nesse motivo, a política republicana, **una**, até então, apesar do cheque de Rodrigues Alves. Foi um momento em que, pelo zum-zum do bate-boca, pareceu decidiam-se os destinos da pátria. Afonso Pena, presidente que era, em nome do efetivo regime republicano, quis fazer o seu sucessor; volteia-lhe na frente a espada do ministro da Guerra, marechal do Exército, grande força, este também... Novo – **nos quoque**... Depois, em incidentes já agora sem importância maior, vem um mineiro, depois, um paulista. Pode haver depois um mineiro, depois, um paulista. Pode haver norma mais segura, mais lógica, mais justiceira, mais garantidora de competências?... Mais garantidora de liberdades na política, e de competência na administração?...

Paulista ou mineiro, cada novo senhor tem o seu pessoal para a hierarquia das competências, cuja medida é a do alto, pessoal que ele traz dos seus pagos com a sua famulagem de confiança. Agora, que a República alcançou as suas formas definitivas, quase não há como distinguir os períodos presidenciais: após Prudente, pacificador **ad usum** da reação, Campos Sales o atamancador das finanças, Rodrigues Alves, o melhorador da capital federal... E acabou a obra republicana. Ignorância pública, ausência de crédito para fazer valer as riquezas naturais, moléstias sociais... Tudo continua por fazer.

Sucedem-se os quadriênios dentro do mesmo partido – o partido dos donos, e pois que se fazem uns aos outros; mas a capital

Federal, nesse apurar da República, veio à condição dos lugarejos do interior, quando mudava o partido no poder: despede-se tudo que não tem garantias legais, para vir a gente a quem o novo soberano tem de **colocar**... E não é a menos fatigante das tarefas, de um presidente, essa de nomear... Do diretor, ou inspetor geral, ao substituto de servente, é Sua Exa. quem **dá os lugares**. Nem há prerrogativa tão intransigentemente defendida. E como são milhares de nomeações, e cada lugar, por humilde que seja, tem sempre dezenas de candidatos, que, ativos, logo se munem de recomendação para Sua Exa., divididas as horas do dia pelas cartas a ler, e pedidos a atender, o presidente não tem tempo para mais nada...

Nos Estados, a evolução foi, em alguns casos, mais rápida, noutros acidentada e noutros fantástica. A 15 de novembro, foram as antigas províncias distribuídas a republicanos da propaganda, onde os havia, em grande número, a militares, algumas a liberais, feição Rui, distribuição que se fez repetidamente, ajeitada já à politicagem triunfante, de tal sorte que, reinante Lucena, ao serem eleitos os definitivos governos estaduais, acharam-se situados ostensivos partidários da reação, tanto que, dado o golpe de Estado e a dissolução do Congresso, todos os governadores, menos o do Pará, o apoiaram. No Rio Grande do Sul, Castilhos, com a revolta já na rua, não chegou a pronunciar-se explicitamente. Desta sorte, dada a renúncia de Deodoro e a reinstituição da constitucionalidade, estavam as situações deodoristas à mercê da oposição, geralmente de republicanos feição Congresso: alguns governadores abandonaram desde logo o poder; para os que tentaram contemporizar, armaram-se movimentos de deposição, logo realizada, sem, sequer, ensaio de luta. E, assim, se fez radicalmente a situação política em todos os Estados, salvo no Pará. Quanto ao Rio Grande do Sul, já a oposição republicana Cassal-Demetrio tinha assumido o poder, num início de turbação, que foi guerra

civil por mais de dois anos, e que se repetirá, como expressão do facciosismo vizinho, que ali se infiltrou, e que faz intermédio ao lado do positivismo também aclimado, e dá frutos como o permite o clima, tanto que o Rio Grande do Sul constitui caso à parte na Federação, não mais livre nem menos politiqueiro do que os outros Estados, porém limpo de mãos, o que é muitíssimo, nesta hora da República. Pelo resto do país, instaladas as situações florianistas, tudo se limitou à mudança do pessoal propriamente político, onde raros republicanos e raríssimos republicanizadores, foram de pronto afogados pela massa de gente derivada diretamente do serviço antigo, com a habilidade de aceitar qualquer posto, contanto que obtenha a posição de onde possa avançar para a definitiva monopolização do poder. E, com isso, nem sequer a decantada **ordem** que os governantes tanto reclamam. Houve naturais impaciências, com explícitos movimentos de assalto ao poder, sobretudo reinante Prudente, quando algumas raras situações estaduais se mostraram fiéis à política florianista. E, reconstituídos os costumes de mandonismo, já as províncias eram explicitamente possuídas por oligarquias, quase todas de tradicionais politiqueiros – Acioli, Lemos, Severino Vieira, e todos os outros em que se repetem, apenas, Acioli, Lemos, Goes... Foi nesse Brasil assim disposto, que Campos Sales, para repouso de suas finanças, proclamou a **política dos governadores**, isto é, inaugurado o ostensivo reinado de São Paulo, foram as outras províncias doadas aos bandos erguidos em governo, através das turbações, os transe e acasos dos agitados dias de 1889 a 98. Começaram, então, pelos Estados, as vicissitudes dessa política local, que tem sido a suma beleza da República. Despudorados, bestiais, vorazes, indiferentes à infâmia, ao abrigo da injúria, os oligarcas, constituídos em federação, despejaram-se no mais ostensivo domínio: o Estado é deles, dos filhos, genros, cunhados e primos... Contra eles, só pode valer a traição: com a República, as situações locais

só se têm substituído quando um da grei, subindo em voracidade, guardar para si o todo, e **rompe** (diz a língua deles) com o partido, o bando onde apareceu, para fazer bando à parte. Nessa linha de proceder, já se tem visto de tudo. Por vezes, é o governo da União que fomenta o dissídio; outras vezes, ele estimula um troço que se separou do grupo; e, como dissidência, o grupete finge eleições – duplicata de **mesas**, dualidade de assembleias... e o Rio de Janeiro garante quem lhe convém.

Destarte, tantas mudanças nas situações políticas dos Estados, tantas traições entre eles, ou atentados à constituição com que se acobertam, para o domínio aviltante em que se mantêm. Fazem exceção os dois grandes Estados, que reservaram o governo da União para as respectivas oligarquias. Então, desde cedo acharam a forma ótima – do partido **único**.⁴⁸ E, como são grandes, com o usufruto da nação total, podem alimentar a quantos haja, profissionais da política, que a todos recebe. Em São Paulo, veleidades pessoais, quinhões mal-medidos, fizeram que do partido único caíssem pedaços: primeira, segunda **dissidência**... amputações que em nada alteram a ceva geral, e que se fazem enxertos, também sem importância. Em Minas, as incompatibilidades, grunhidos no cocho, nem chegam a ser dissidência. Um Chico Sales, por ser cabeça, terá de manter-se retirado; o resto, ressabiado, retraído, ou no franco poderio espoliador; o resto continua P. R. M. para todos os efeitos.

E a nação, na sucessão deles, que em tudo são sucessores uns dos outros, acabou aceitando que regime republicano é isto mesmo. Pois não é que nesta hora da evolução republicana, farto de tudo, farto, mesmo, sem o esforço de abocanhar, um dos mais potentes e promissores virá dizer: **Estamos na renascença republicana?!...**

⁴⁸ Em São Paulo, nos últimos dias, ensaia-se um partido de oposição, os democráticos do cons. A. Prado.

Por toda parte, o mundo dos políticos profissionais é, para a vida social, como o das profissionais da prostituição, para a vida moral: miséria que a organização social imperfeita torna necessidade. Todavia, mesmo para a prostituição, há exigências de compostura e de relativa decência. No Brasil republicano, a profissão de político desnivela a função até a imundície: é a desmoralização irremissível do prostíbulo. Para notar, em fatos, a degradação de Roma a decompor-se, citam os historiadores as estátuas erguidas em consagração de poderosos vivos, muitas vezes à expensas do próprio consagrado... E aí estão os multiplicados bustos de F. L. S. B. que a vaidade deles mesmos faz erigir, como a imporem ser adorados em vida. É da tradição: o governo de Lisboa teve de proibir que se arvorassem, nos paços, efígies dos seus representantes aqui. A República é menos escrupulosa... Desculpam-se, eles, de tanto terem descido, na alegação de que a obra do estadista tem de ser levantada, muitas vezes, com a própria trampa... Sim: e o estadista se qualifica, justamente, por essa virtude – de levantar com isto catedrais. Mas, há que **sejam**, de fato, **estadistas**, esses capazes, não só de harmonizar as instituições sociais de um momento, como, sobretudo, capazes de lobrigar os interesses que se podem solidarizar, achar a forma de tal solidariedade, e, muitas vezes, substituir motivos aparentemente opostos, por estímulos de cooperação, no sentido da justiça. Tal personalidade política trabalhará, ora, com elites já constituídas, ora, com os que emergem em nome de reivindicações novas. Assim, estadista, ele não é o homem de um partido, mas o realizador das legítimas necessidades sociais, fazendo, por si mesmo, os cooperadores da sua obra, pois que a sua alma é uma patente concentração de energias construtoras. Com isto, compreende-se o ambiente de aparente vileza em que o estadista apareça. Mas, esses que, em si, são resíduos de uma longa decomposição?... Em verdade, a condição de moralidade do político pode ser esquecida, em vista da realização que nele se verifica, se a sua obra resulta como convergência das forças

sociais que fazem o progresso. O programa efetivo e patente cobre a significação pessoal, tanto mais quanto, pela lição da experiência, a ação política, com o uso do poder, acaba degradando-lhe o caráter. Já a ambição do poder desagrega elementos essenciais na moralidade do político. Mas a nação, que tanto admite, exige que, realizada esta ambição, a conquista do político seja bem para a comunidade: que o poder não seja, nem peso, nem garra, nem ventosa. E qual a significação das sucessivas conquistas do poder nesta República: peso, garra, ventosa...

Não só garra e ventosa: se o Brasil tem, no que aí está, o seu definitivo destino, leiamos nesse destino a apóstrofe de Carlyle: “Infinita baixaza precipitando-se no infinito perigo”. Eliminou-se a letra do antigo regime, e, passada a agitação do transmutar, foi como verniz de hipocrisia que se rompesse, ou a represa que se abre, e, sobre o dique abatido, a sinistra corrente de insânia política. Que outra fórmula adotar? Patenteou-se a política – arte de amesquinhar-se o indivíduo até carência de todo o amor-próprio, na liquidação do último pudor. São esses políticos os governantes e já não há mais rebuços; mostram-se em plena nudez do instinto, cuja baixaza nem mais reconhecem. Hediondez de câncer em ulceração. E sob a atmosfera de podridão, a nação na ignorância, a ponto de que também não avalia a objecção que lhe impõem. República, democracia, opinião, eleições... para a realidade de uma política em que se substituiu talento e brio por servilismo e cinismo, com a esperteza como o maior mérito, e a vaidade da canalhice sobrenadando na estupidez. O exemplo se tem na própria chave do regime: não há, mesmo nas épocas de total degradação, nada de mais desmoralizante e amesquinhador do que o que um presidente da República, no, Brasil, exige dos profissionais na política. E todos aceitam, prontos para mais servilismo, indiferentes aos resultados, mesmo porque todos se sabem irresponsáveis. E os resultados, unanimemente, justificam a máxima: “Vive!... Goza o que pudeses... A ignomínia é uma palavra sem sentido.”

§ 82 – As formas, na política republicana

Depois de sessenta anos de experiência política, com toda a responsabilidade de quem tantas vezes conduziu os destinos da sua pátria, Clemenceau, no fim de tudo, ao despedir-se do pensamento, deixa a terrível confissão: “La verité c’est que, sous de noms divers, nous n’avons jamais été gouvernés que par des oligarchies d’intérêts, décorés d’ideologie” (**Au Soir de la Pensée**). Isto, na França dos **direitos do homem**, na pátria das revoluções vingadoras, onde, agora mesmo, ferve a campanha do comunismo, a que já ninguém é indiferente! Que dizer deste Brasil, ostensivamente deixado a bandos espúrios, corrupção de costumes oligárquicos, este Brasil de dirigentes confessadamente abjetos, da tirania à rapinagem!... Ali, há opinião, dividida em muitos casos, mutável com a própria vida da nação: mas a sua realidade passa como verificação ou estímulo por sobre toda a vida política. O mais que se permite aos dirigentes é o intervir nas propagandas, em vista da política e do programa de cada grupo. Há esforços em prol da democracia, há eleições relativamente livres, há vozes que desafrontadamente defendem a verdadeira justiça, estimuladas pela certeza de que, se opinião se move, a conquista está realizada. E, aqui?... Constatação a que ninguém se nega: não temos nem sombra de democracia, para verdade de escolha eleitoral. A purulência oligárquica infiltrou-se, principalmente, nesses cargos eletivos, distribuídos como ostensivos arranjos dentro da crosta. Ora, mesmo que houvesse verdade de urnas, longe estaríamos, ainda, da realidade democrática, visto que a Constituição privilegiou o voto, para os alfabetizados, e que os dirigentes, muito religiosamente, mantêm as populações na ignorância precisa para que, em toda a infâmia e insuficiência, possam continuar no mando. Sim: num país de 36.000.000 de habitantes, não há possibilidade de contar um milhão de eleitores, isto é, cidadãos nas

condições exigidas pela organização republicana. De tal sorte, se tudo fosse ótimo na vida política, teríamos que os 36.000.000 de brasileiros deviam existir explorados e tiranizados pelos 10.000, ou 12.000 dirigentes, erguidos sobre os reduzidos eleitores. E tudo seria a continuação concreta do teor colonial, como se dá sempre que um povo de ignaros se encontra sob o domínio de uma reduzida classe dirigente, sobretudo se ela tem origem própria, qual a do Brasil, derivada diretamente do domínio bragantino sobre a colônia.

Mesmo na República, e mais do que nunca: para política brasileira, governar se confunde absolutamente com – dominar e possuir, pois que os governantes assimilam a ignomínia dos seus interesses à vida Estado e às necessidades da nação, dando, a tudo, o preço das suas pessoas. Desta forma, a função de dirigente se tornou, cada vez mais, incompatível com as obras de desinteresse, em sincera dedicação. Os impulsos dignificantes abafaram-se pelos achegos e conveniências, indiferentes a escrúpulos, até os arranjos, pitorescamente tidos como **cavações**, onde se sepultam escrúpulos e amor-próprio. Vida fácil e regalada, na vaidade do mando, ou mesmo sem ele, pois que a República, quanto ao progresso social tem sido nula: não houve, neste vasto Brasil, nem uma propaganda de ideias, nem uma campanha de política desinteressada. As míseras dificuldades, na direção do país, já não são espasmos de crises, mas sintomas de insuficiência mental e dissolução de caracteres, no curso de longa enfermidade social. Como fato, tudo se reduziu a conflitos de ganâncias, na bestialidade do poderio. E o ambiente nacional se envenenou tanto, nas exalações dessa política, que já parece impossível qualquer remissão, em prosseguimento do regime até aqui realizado.

No entanto, a continuação disso está consagrada – **conservação da ordem**... Sim: conservadores eles são dessa ordem que inexoravelmente mantêm, pois que nisto vai a mesma manutenção

dos seus privilégios, de fartura e domínio. Com essa ordem conseguiram eles valer, e fazer esquecer a verdadeira ordem – o necessário e legítimo desenvolvimento do povo brasileiro, para a justiça integral. No pretexto dessa ordem, imputando à índole do brasileiro o que é, apenas, deficiência deles, acabam justificando a desordem pior – os repetidos levantes armados, motins de soldadesca explorada por politiquinhos da mesma escola, rebeliões tramadas num idêntico intuito de mando, e que, vencedoras, seriam apenas, agravação das misérias correntes. Ingênuos, sinceros, pode ser que alguns ainda apelem para um tal remédio, trazido pela mesma politicagem. Mas em lucidez: como ter fé na virtude política dos que vivem a mexer na ignomínia de sempre? Como dar confiança a criaturas que se definiram e viveram sempre como **políticos brasileiros?**...

Reconheçamos: a política nacional republicana é obra de que não pode participar um homem, ao mesmo tempo inteligente, senhor de si, e definido em moralidade de caráter, porque ele teria de isolar-se no meio, e a política não se faz no isolamento. Então, toda ela se caracteriza num expurgo **à rebours**, e os empreiteiros dela chegam a ser os piores inimigos do Brasil, pois que, em verdade, fora impossível – uma nação próspera, feliz, humanamente digna, sob tal direção. Que doam, tais verdades, é dever dizê-las.

Pejorando a grosseria das aspirações, os governantes republicanos definem invariavelmente os seus programas como reconstituição financeira, o que, na normalidade do regime, significa reparar os desastres financeiros, agravados de crimes, dos governos anteriores: “Há uma letra de... milhões, cujo recheio se sumiu... Tal empréstimo, de emprego obrigatório, esvaiu-se, não se sabe como... Tal outro empréstimo, obtido mediante comissão de onzeneiro, teve um líquido de emprego desconhecido...” Nesse concreto de realidades, prossegue a República como eles a compreendem – mandonismo sobre servis, tendo como mais alto

propósito a materialidade das finanças, a fornecer pretexto para revoltas sem alcance social nem valor político.

Assim conduzida, a vida pública já não oferece novidade, nos aviltantes processos próprios a esses dirigentes, de coração suspenso ao saco dos tributos, sobre uma população de todo impreparada para a produção moderna. E poderíamos definir a totalidade dos resultados: injustiça, espoliação, privilégios, intumescidos em bestialidade. Assim concebem, e tal o realizam, o pândego presidencialismo da constituição atamancada para este Brasil, que nunca teve educação política. Admite-se que o presidencialismo seja o melhor regime para uma democracia, nas formas atuais; isso, porém, tem de realizar-se num mundo de legítimos democratas republicanos: ambiente livre para as campanhas políticas, dirigentes capazes das mesmas campanhas, uma população civicamente ordenada, pronta a defender intransigentemente as suas liberdades, para impor a sua vontade como governo vencedor na opinião. Então, a política não se consagra como vitórias pessoais; o vencedor deixa de ser chefe de partido, para ser a expressão nacional na suprema direção. Nunca será alma em ressaibos de disputa, fechada em rancores, porque nela falará a legítima voz da nacionalidade: Cesar, Henrique IV e Guilherme de Orange, que passaram das campanhas de conquista do poder para a suprema função, foram, realmente, chefes de nação, reveladores de uma política própria e nova, porque, pela mesma vitória, elevaram-se em concepção.

§ 83 – O presidencialismo... do presidente

Com a República que se faz para o Brasil, os sucessivos chefes de Estado, ainda que não resultem de nenhuma legítima campanha eleitoral, são, no poder ostensivos chefes de bando. Podem desprezar quaisquer compromissos, não para que se neutralizem

dentro da política, mas para fazerem-se árbitros exclusivos da mesma política. Nunca terá havido tão deslavado autocracismo como num presidente da República brasileira. Gênios, eles poderiam ter realizado o bem que concebessem: ninguém se oporia à vontade que pusessem em ação. Mínimos em tudo que faria a grandeza efetiva de um chefe de Estado, eles gastam o supremo poder em que se encontram na fátua ostentação do mesmo poder, arbítrio miúdo em todas vicissitudes da vida pública, miúdo distribuidor de todas as posições, prepotente reles, para maldades e caprichos mínimos, barreira de poder para o bem, sem mesmo a coragem dos grandes golpes de tirania em caráter.

Não se pede a um pobre presidente de democracia o valor de gênio; mas exige-se o dever estrito, no Brasil, de não ser mais tirano, nem mais mesquinho do que esses que se impuseram à nação por motivo histórico. Em verdade, todos os que, em nome da República, têm fruído o mando supremo, sendo tão despóticos, ou mais, que o nascido para reinar, não tiveram, na maioria dos casos, nem um pouco de compostura no despotismo. É que nenhum deles foi feito para governar uma nação.

São milhares, que levam até aí os seus sonhos; são centenas que admitem o sonho em realidade; mas, nem por exceção, haverá um político brasileiro compatível com a legítima liberdade, indispensável atmosfera de um governo digno. Dispersos em tantos andares, formam apenas uma desoladora hierarquia de mandados, sem outras linhas de destaque, além dos coleios com que assaltam as posições de mando. Falta-lhes a disciplina íntima, força de caráter, para que, aceito o dever, exalte-se o indivíduo na glória de ser uma consciência autônoma. Sem outra forma de afirmação além da vaidade do mando, são tão incapazes de livremente respeitar as outras afirmações pessoais como de compreender a necessidade de opinião. Só podem viver honestamente quando subordinados a uma autoridade exterior à própria consciência, se

não, desnudam-se no gozo brutal do poderio ostensivo, em espelho de besta descabrestada. Nem pressentem o conceito público. Se o temem, quando ainda não são senhores, não o respeitam quando se veem potentes, na força que o Estado lhes confere, e, de modo nenhum, convêm com a salutar fiscalização, que a sociedade deve exercer sobre os que governam e administram. Indiferentes a influxos de autoridade moral, dão à sanção da lei o valor infame das respectivas penas, e têm, como exclusivos fatores de comportamento, o código, a hipocrisia e os instintos rateiros de família.

Num regime de verdadeiro presidencialismo democrático, o chefe do Governo é probidade lúcida, inspirada nas necessidades nacionais, superiormente discernidas, e que são essas mesmas definidas no respectivo programa. Tem colaboradores de confiança, na gerência dos negócios públicos, mas essa confiança atende explicitamente a condições do bem comum, como competência, probidade, capacidade de ação, lealdade, e que é, principalmente, para com a própria função. Como é diferente uma tal concepção, do presidencialismo em que nos decompomos?... Mandão, nulo para o bem sobre a nação anulada, o chefe do Estado brasileiro é o faz-tudo, tão onipotente como irresponsável, por sobre a horda de apaniguados, voluntariamente vergados, já impróprios a encarar o poder. **Faz-tudo**, o presidente, na onipotência, inclui a onisciência, em privilégio de alvitre, de tal sorte que, neste Brasil vastíssimo, com centenas de congressistas, oito ministros, dezenas de governadores, quase um milhar de legisladores provinciais; neste Brasil, onde tudo está por fazer, ninguém tem direito de iniciativas, em nenhum assunto que diga com o destino da nação, e o país continua carecido de toda lúcida providência a não ser a que venha do alvedrio presidencial. Infamando o nome de democracia, vivemos o regime dos abusos de poder, em governos de gozadores, sem possibilidade de contraste nem de correção. E cada vez mais nos degradamos nesse autocracismo, ao fermentar

de conchavos que tresandam a ninhos de urubus. Contamos para mais de um século como nação soberana, sem avançar um milímetro em educação política, no sentido da justiça e da liberdade. Continuamos coloniais, anteontem de Lisboa, ontem da corte dos Braganças, hoje das oligarquias Minas-São Paulo. E chegamos à abatida condição em que nem mais importa quem seja a metrópole, tão certos estamos de que não pode haver domínio mais degradado do que este. Tirania corruptora de irresponsáveis, infecunda pelo transitório dos mandões, esgotante, pois que são muitos a fartarem-se, o nosso presidencialismo resume o pior governo – instável nas pessoas, constante na opressão: arreios que se mudam, chicote que varia. Mero mandonismo, nem mais aquelas frestas da traição, por onde mudavam, às vezes, os mandões provinciais: a última reforma da constituição calafetou essas frestas, e quando um governador **trair** o partido que **lhe deu o lugar**, partido que é serviço de Minas-São Paulo, o traído arma três companheiros, arremeda desordem, pretexto para a intervenção em vista do artigo 6º corrigido... Se um ativo, estranho aos arranjos oficiais, consegue ser eleito, os bandos locais negam-lhe o diploma; se, apesar de tudo, é diplomado, quando não agrada ao presidente, este manda que se dê a cadeira a outro... Democracia que apenas viveu, já se anuncia em – **renascença**... Renascença de que?... E, assim, a esmo, eles vão usando os termos e os cargos. Se tivessem de vazar a ideologia dessa República de que falam, seria a mesma inconsciência de valores, no vazio, ou na grosseria da inspiração. Nunca, nas pulhices que produzem, se encontrou a indicação de como a política deve fazer esse intermediário – entre o pensamento e a ação coletiva: como levar o governo a interpretar, com honestidade e lucidez, necessidades humanas em desenvolvimento de uma tradição localizada; como organizar os quadros próprios, que harmonizem atividades, levadas por motivos talvez indefinidos ainda; como ganhar, para a ação política e social,

todos esses fatores que a ciência vai especificando... Ora, quando se contempla toda essa insuficiência, só há, para a visão, o lóbrego destino: de uma pátria amesquinhada, no mundo hoje avassalado pelo capitalismo inexorável e amoral, pátria que só teria por defesa esses dirigentes, prontos a tudo por qualquer lambugem... **A própria nação se defenderá...** É de esperar: mas – e a infinita dificuldade de organizar essa defesa quando, por fora deles, só há desorientados, desiludidos, e a massa informe, que eles deixaram cautelosamente na ignorância essencial? Sim: ao longo de toda a política sobre o Brasil, o mais constante, com o domínio, tem sido o cuidado de não deixar elevar-se o nível mental e humano das gentes. O infalível instinto lhes dizia e diz que para tanto é necessário uma massa ínfima própria a suportar o mais incapaz e vil dos governos. E tal será, tudo o demonstra, a continuação da atual República, pois que as remissões anunciadas são essas conduzidas por empreiteiros de motins políticos, bernardas, em cujos efeitos ninguém confia, nem os próprios empreiteiros, malfeitores de ontem, turbadores de hoje, e sempre nos mesmos intuitos. Esvaiu-se toda a confiança da nação, que já nem sabe definir as suas esperanças. Patenteia-se, no entanto, a convicção de que não há regeneração possível, na continuação disto, que tem sido a classe dirigente do país.

Tal é a significação da universal indiferença pela política vigente.

Deblateram uns poucos, motejam e satirizam muitos, geme a maior parte... Mas ninguém pensa em vir para a política – preparar a indispensável remissão de misérias, a não ser os que se **candidatam** a viver delas. O total é bem aquele mundo verificado em Tácito: resignação unvida de cinismo heroico, em face da degradação irremediável. Como não ser assim? Chegamos à situação inominável, de uma democracia republicana, onde ontem havia centenas de milhares de votos para candidatos que, no mesmo programa, com o mesmo eleitorado, não conseguem lhe

contem nem os sufrágios dos eleitores que protestaram lhes ter dado votos... Os presidentes mudam, mudando ostensivamente tudo que, sem alterar a tradição, podem mudar, e as sucessivas Câmaras são quase unânimes, em torno da mutabilidade... Nas suas centenas de deputados a serviço do presidente, destacam-se, no entanto, em obrigatória oposição, os do Distrito Federal, única circunscrição onde há realidade de eleições, e que, indefectivelmente, consagram a universal execração em que a Nação repudia a política oficial.

Nessa quase unanimidade, a função suprema do Congresso se faz com o apurar o par de ouvidos, a receber as ordens do presidente, e que prontamente se cumprem. Quando o caso é mais sério, o mandão supremo nem confia a missão aos recadeiros: vem o Congresso à sala de despachos do Catete, onde tudo se arranja, restando ao recinto da **representação nacional** a formalidade da função. Só é lei o que o presidente quer, presidente que tem, geralmente, a sua maioria até no chamado Supremo Tribunal, para a decisão dos casos políticos, pois que nessa pândega República, também se faz política no **Supremo**.

Desta sorte, se desaparecessem os ajuntamentos distribuídos em Congresso, ninguém o notaria, talvez, ninguém o sentiria, certamente. Um bando de cócoras, a receber solícito os dejetos do alto, tal se simbolizaria a realidade da instituição, em que se codifica a expropriação da nação brasileira, esbanjada em privilégios pelos donos da República. Cada período faz a agravação dos males anteriores: mais filhos a colocar, mais genros a nutrir, na ratazania prolífera... mais automóveis ostensivos no esbanjamento, mais avenidas onde passeie a fartura... e mais a concordante miséria dos que realmente trabalham, e para quem o labor resume degradação remissível, na decadência geral. Não é exagero falar de decadência: Taine demonstra que essas quadras de flexidez e aviltamento moral exprimem a franca decadência. Diátese profunda em toda a nação brasileira, a política se fez cachexia, que só não é prostração

porque se sintomatiza em grunhidos e haustos de deglutição. Por ela, o Brasil perdeu a estesia gloriosa de um povo em marcha pela vida. Num horizonte de pântano podre, toda atividade se reduziu ao espocar das bolhas em que a mesma podridão envenena os ares. Campo aberto ao canalhismo, a política republicana realiza a existência de uma sociedade de malfeitores, para a exploração de um país condenado à perpétua estupidez. Montureira humana, montureira sem iberdade, os nossos dirigentes fazem-se como escravos promovidos no servilismo... “Só o servilismo faz caminho”, registrou Plínio (o velho), quando Roma começou a descer na degradação que a consumiu. Servilismo aberto a todo mal contra a nação brasileira, eles se abrem, em cloacas desta República, que só pode ter cloacas, tal se produzem as suas obras. Se quiserem evadir-se da torpeza em que vivem, já não o podem, que nelas incluíram a própria alma. Não só apostataram da moral política, mas da decência, e lucidez, e autonomia, que de outro modo não existiria o grosseiro conluio de sátrapas, dessa federação, unida safardanagem, tirania e abjeção. Esses termos parecerão duros... nunca injustos. As palavras são para as ideias, e o espetáculo desta política não pode sugerir outras ideias. Esses termos impõem-se como a própria verdade. Mas, os homens políticos têm qualidades particulares que os elevam... Que importa? Ainda que se admitia a divisão ou a decomposição do caráter, duplicado em – digno, nos atos pessoais, infame na vida política; ainda assim: uma classe dirigente tem de ser julgada como valor coletivo, na medida dos resultados. Ora, como dirigentes, esses em que se degrada o Brasil, aviltaram-se tanto que nem para o relho podem ser aceitos: seria nobre para eles...

§ 84 – Incapacidade – política e mental

Revolucionariamente nula, a República assentou, como no que tem de ser – gestão desimpedida e exclusiva, segundo a política

tradicional, da mesma classe dirigente, agora senhora absoluta, na sua absoluta incapacidade para a função, que apenas é meio de vida, satisfação brutal e acintosa de apetites. Intensidade de um mal de sempre, a incapacidade dirigente se deriva de duas fontes, com elas conflui para uma mesma inépcia, mais patente hoje do que nunca, a tenebrosa insuficiência da gerência bacharelesca a que está condenada a antiga colônia portuguesa. Parasitismo sobre parasitismo dos governantes bragantinos, mentalidade na tradição da jurídica coimbrese – fizeram a sequência da governança brasileira, universalmente incapaz, incapacidade que a República agravou com o descaso do oligarquismo vigente, e o desprezo por tudo que não seja arranjo de pessoas, ou ostentação de poderio. A esta inépcia da política oficial, patente em tudo que é preparo da nação para o verdadeiro progresso, é sensível, sobretudo, naquilo que, para eles, resume toda a grandeza humana, a riqueza, cujo valor é facilmente computável. País cujos governantes só à finança dão importância, o Brasil cada vez mais se enterra nos déficits, que crescem mesmo quando se suspendem pagamentos; e, assim, com dirigentes que só aspiram à grandeza material em riqueza, este Brasil nunca se viu em legítima prosperidade, e tem uma produção muito abaixo da produção normal a todas as nações congêneres. Com isto, a mesma produção é antiquada, em tipos inferiores, mal-equilibrada e mal-apresentada. Tudo, porque a mentalidade dirigente não compreende em que sentido as boas finanças dependem da qualidade da política, nem sabe achar, e, menos ainda, dispor, os meios efetivos de ter garantida prosperidade material: o apuro das inteligências.

Será preciso, ainda, fazer demonstração da incapacidade política dos dirigentes republicanos? Todas estas longas páginas, são longas, sobretudo, pela repetição dos erros, crimes e contrasensos que fazem dessa política um absoluto de péssimo: **caput mortuum** pútrido, universal tremedal de imoralidades, sufocado

pela estupidez, e, sobre o qual o tempo só decorre para mais imoralidade, em mais espessura de estupidez. Dirigentes em nome da República, sobre um país que fez a mudança essencial no regime político sem luta nenhuma, sem protesto, sequer, e que tem feito os trinta e seis anos de vida constitucional por fora da constituição, em estados de sítios policiais; assim passou a segunda geração dos dirigentes na República, sem deixar um nome, e assim passarão todas as outras, enquanto prosseguir a vigente tradição. O instinto lhes diz o quanto são efêmeros em ação, e precários em prestígio: então, a política mais se infama no empenho de aproveitar o prestígio pelo acúmulo de proventos; de transformar a ação em fogaréu de publicidade e consagração de encomenda. Temem a luta legítima em política, como evitam a crítica. Privilegiaram-se na exploração do poder, impondo-se como governantes, e são criaturas sem a dose de caráter para governarem-se como disciplinados autônomos, como sem a força de inteligência para fazer uma vida de destaque noutra qualquer mister. E tanto, nessa incapacidade, que para chegar um brasileiro ao extremo da indignação e asco da política, basta-lhe evocar a figura e os feitos de um qualquer dos poderosos e qualificados em grande governança do país. Nessa prática, que tem sido a educação política oferecida aos impulsos nacionais, eles produziram, como exclusivo de original, os já citados partidos **únicos**, dos grandes Estados, fórmula do oligarquismo a possuir os mesmos Estados, que monopolizam a nação brasileira. É a mesma originalidade da política sem ideias, governo sem programas, partidos sem lealdade, nem coerência, nem sinceridade.

Se a ignomínia dos processos políticos dá a medida da degradação moral, a generalizada falência da governação faz o correspondente efeito da sinistra insuficiência mental de todos eles. Parece que a matéria cerebral lhes é inteiramente incapaz de assimilar a experiência útil, como de compor um regime de vida

qualquer coisa digno. Pulhice triunfante nas vitórias, escória na treva, como trivial, os mais alteados em pensamento fazem valor de futriquices, saber de minúcias, ou ufanía de falsa ciência, e sempre curtos de horizontes. O valor de inteligência, eles o dão no que pretendem seja eloquência, e derramam-se, então, retóricos fofos, sem chama de ideia, nem originalidade de conceitos. Sim, que neles não há necessidades mentais em veemência de expressão. Valem como palradores, sem penetração das realidades. Pensam os refeitos pensamentos de toda gente, e, se possuem o dom inferior da verbalização fácil, desandam na parolagem vazia, altíssonas verbiagem, com o mérito exclusivo de fazer sumir-se a banalidade do pensamento no derrame espesso e baforento dos lugares-comuns. Estilo de feira, fraude de eloquência, eles engrossam nas trivialidades rebuscadas, ruminação de uma retórica poluída pelas sucessivas gerações de palradores. E disto fazem orgulho de ostentação, para multiplicarem os chavões pretensiosos, metáforas mortas, já abandonadas de uma beleza que nunca puderam compreender. Assim, andam com o mísero intelecto a catar as frases consagradas na tradição da parolagem, para a eterna escravidão de um dizer que lhes não pertence... Política poluída, ideias poluídas, metáforas poluídas... Nisto, pelo menos, são integrais e coerentes. Os pontífices pontificam na futriquice. Crescem na retórica até descambar na gramática e no purismo, recheados de vernaculismos peregrinos. Fazem grande estilo em quilômetros, mas dissimulando o arcaísmo do pensamento com os faustuosos preciosismos e o flatulento classicismo. Destituídos de senso crítico, sem vibração de estesia, incapazes de incorporar ideias, desdobrando-as em novos valores, para novas concepções, eles acumulam-se em laboriosas logomaquias, sonoros porque são ociosos, esmagando os conceitos apesar de vazios.

É um expressivo sintoma de decadência mental, esse esforço de amaneiramentos, e essa minúcia na futilidade: século de

gramáticos, puristas, retóricos... extensiva nulidade de pensamento. Quando é esse o padrão de inteligência, como esperar que se preparem as mentalidades nas novas gerações, para a originalidade da ideia, o pensamento em vida, operante, a iniciativa da ação inteligente?... No entanto, a par de quanto nos falte como caráter e moralidade, faltam-nos, bramantemente, cérebros fecundos em concepções hauridas da realidade, capazes de ideias sintéticas, condensações de vida, para harmonia de realizações. Em verdade, sob a crosta infectante desses dirigentes, temos vivido as vascas de necessidades nunca lucidamente interpretadas, em parcelas de instituições, sem possibilidade de unificação fecunda.

A ideia derrama-se em maravilhas, consigna milagres, com a condição de ser concepção própria, elaborada na sinceridade de um pensamento autônomo, sobre as necessidades efetivas. Onde, e quando, já conhecemos disto, na gestão política desta pátria? Como, nesses mesmos mais destacados em poder, uma visão pessoal, ou concepção filosófica, a orientar o governo, a sugerir solução oportuna às questões sociais? Incapacidade secular, os nossos dirigentes são como inacessíveis à vida das ideias. Nem se lhes diga que aí está a energia suprema, a servir no progresso geral.

Os ingleses, nas suas elucubrações sociológicas, destacam a muita significação disso a que chamam de – **standart of live**, e que é a modalidade média de existência. Voltemo-nos para esta pátria: que é o **padrão de existência**, para o brasileiro? O mais baixo possível, numa nação que se diz soberana. O espontâneo da vida pode ter mudado muita coisa, mas, no que é propriamente humano, e que se define nas consciências, o Brasil lembra, em absoluto, que, há quarenta anos, ainda aqui se vivia do trabalho escravo, sob a política de dirigentes que não sabiam como sair daí. Tudo nos diz que, justamente por isso, devíamos ter atendido especialmente às necessidades da educação popular... Mas, pois que é a mesma tradição política, a educação nacional tem sido invariavelmente

desprezada e esquecida. No entanto, bastaria isso para elevar-nos como nação. Neste mundo agitado, da América latina, o Brasil tem sido uma terra de paz. À parte aquela ponta do Sul, a massa da população, tranquilamente boa, é radicalmente infensa às lutas civis. Toda a turbação dos últimos decênios se origina e se processa no seio da própria política tradicional. As hordas, armadas nos fins dos motins politiquieiros, podem atravessar o país de ponta a ponta, sem que o povo propriamente dito participe do movimento; tudo não passa de agitação na crosta dirigente, em face à indiferença da população. Império, ou República, se os dirigentes brasileiros tivessem a justa compreensão dos interesses nacionais e patriotismo para preparar a nação em vista da vida moderna, seríamos hoje um modelo de sociedade pacífica e inteligentemente produtora.

O povo é ignaro, mas o instinto de progresso bem lhe mostra que o infalível processo de soerguimento está na educação, e ele aceita melhorá-la, tanto quanto lhe permitem os meios que lhe são dados. Apesar disto, o Brasil continua a ser o país de analfabetos e impreparados, com uma media humana mais baixa do que a de qualquer dos povos chegados à civilização. Assim nos formamos, assim estamos e assim seguiremos, porque, na inferioridade dos governantes, os sucessivos regimes precisam viver sobre uma população politicamente nula, socialmente bem atrasada e mentalmente desvalorizada. E a massa da nação brasileira foi cuidadosamente amesquinhada na ignorância. Em verdade, com outros dirigentes, os movimentos nacionais que produziram o 7 de Abril, realizaram a Abolição e proclamaram a República, teriam sido aura de renovação mental, política e social. Para tanto, porém, fora preciso que não subsistisse, sobre a vida da nação, aquele Estado aqui importado na montureira de D. João VI, implacavelmente mantido na classe política, único vencedor nas vicissitudes por que tem passado esta pátria. E assim se explica

que nada se tenha feito, com sincera tenacidade, para a necessária remissão do Brasil. Como nos dias da colônia, existimos com uma massa popular estratificada em ignorância; e, espoliando-a, a título de governá-la, a descendência mental dos 15.000 parasitas, que abarrotavam o bojo das naus de fugidos de 1808. Então, por uma como necessidade histórica, quando se afasta o trono importado, a República se faz num mergulho pelo passado negro de mandonismo e dos capitães-mores: a mesma tirânica estupidez, símbolo da incurável insuficiência política. O Estado continua a ser o instrumento dos que o convertem em utilidade própria; e como não fora possível parar, de fato, retrocedemos até a degradação modelo.

Qual o remédio?... Aí mesmo está indicado; mas, se não é difícil achá-lo, é quase impossível realizá-lo, ou é de todo inaplicável, nas condições em que prosseguimos. Pode-se contar que os atuais dirigentes saibam fazer a conveniente formação do povo brasileiro? E, ainda que o soubessem, eles antes resistiriam a essa obra, como à verdadeira revolução de que se sentiriam ameaçados. De fato, como admitir que, havendo povo, consciente da sua situação, ele queira a continuação disso? No entanto, essa obra educativa, em que se elevará a nação brasileira, para ser efetivamente livre, próspera e humana, não se pode realizar senão com a própria capacidade ativa do Estado; isto é, há nela um tal desenvolvimento, uma tal harmonia de formas, para uma tal coordenação de efeitos, que vão além da iniciativa e das possibilidades individuais. E, assim, nos encontramos num círculo, que os processos comuns não permitem romper: a atual classe dirigente nunca fará a educação popular; se o fizer, será, por isso mesmo, desmontada, mas o Brasil não pode persistir na inferioridade a que o condenam, pois que isto equivale a uma condenação ao aniquilamento. A vida prossegue em processos formidáveis que, se levam, infalivelmente, ao grande êxito os que sabem captar e dirigir as suas

forças, desclassificam e aniquilam inexoravelmente os incapazes, inadaptados aos mesmos processos. Se permanecemos ignorantes, malpreparados, por fora, fatalmente, do progresso, seremos afastados e eliminados pelos que marcham resolutamente para o futuro. É uma marcha em que não se espera. Concretamente: para evitar o desastre, temos de agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias de pensamento, desenvolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer: há que educá-las, como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política. Pois não é verdade que precisamos sair dessa vida de moleza, espasmos e insuficiências, por si mesma incompatível com a renovação de ânimo, e todo esforço útil e vencedor? Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, ideias... tudo isso, de que tanto carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional. Quem o contestará? Se o padrão de mentalidade se eleva, elevar-se-á o nível geral da sociedade.

§ 85 – A finança dos republicanos “práticos”

Já foi acentuado: finança, prosperidade material, riqueza... são os fins em que os nossos políticos de qualidade consagram, ensoberbecidos, os seus sonhos, e a que, sinceramente, dão os seus esforços. É mesmo o caso único de sinceridade, em todas as suas atitudes. É bem de ver que se, nas mãos deles, a finança prestasse; se houvesse prosperidade no geral das gentes; se se contasse com acúmulo crescente de riqueza, ainda assim, não se poderia aceitar tais limitados e grosseiros efeitos como prova de geral capacidade dirigente. Consideremos, agora, que, aí mesmo, nessas materialidades a que eles exclusivamente se consagram, é que

são mais sensíveis as insuficiências, os erros, desastres, até crimes, para irrecusável prova da definitiva incapacidade. Finanças de bacharéis, ignorantes de tudo que faz base à economia política, na República, elas se qualificam em déficits, empréstimos, suspensão de pagamentos, fiscalidade de carrapato, ou preguiça a roer os brotos da embaúba, a passar a sua tartigrada estupidez de uma ramagem a outra, enquanto houver embaúbas pelo capoeirão... Tome-se do parecer da receita: é um espelho, em vidro barato, onde, todavia, se retrata a degradingolada, em dissipações, do que tem sido a finança republicana. No último quadriênio 1922-1925, um déficit anual, em média, de cerca de 200 mil contos, para uma receita média de 1.500:000\$000. Note-se que esta política deficitária se verifica apesar de empréstimos entrados como renda, e devorados como receita ordinária, apesar de suspenso o pagamento do serviço da dívida estrangeira. Para o próximo exercício, o déficit já calculado será de 36.000 contos. Considera-se, contudo, que não se computam aí os famosos créditos extraordinários, autorizados, e que, em certos exercícios financeiros têm atingido a importância de dezenas de milhares de contos. Também constata o parecer que todos os serviços industriais do Estado têm apresentado déficit...

Empréstimos no estrangeiro, e serviço da respectiva dívida, formam um dos capítulos mais ricos em estupidez e infâmia do financismo da República. Na União: maior soma (**funding** é empréstimo) convertida em dívida, nos últimos vinte anos da gestão republicana do que em toda a vida anterior do país, aí compreendidos os empréstimos em vista da guerra do Paraguai; suspensão de pagamentos por um período de mais de metade da existência da República; formidável soma de empréstimos negados ao seu destino obrigado, para um emprego que chega a ser verdadeiro desvio; as rendas, uma por uma, dadas em penhor... Por fora da União, a federação veio a ser como ciosa prerrogativa, a prerrogativa de contraírem, Estados e Municipalidades, tantos

empréstimos quantos obtenham, que nunca serão bastantes para os que os procuram. E, então, aí tem havido de tudo: juros acima de usura, comissões devorantes, desvios confessados, e que vão a 40, 50 % do total; contratadores ou negociadores dos empréstimos que por lá ficam a comer e gozar todo o empréstimo, sem parar na emissão dos títulos, até que a polícia os trancafia, e a justiça os condena (a justiça de lá); juros cujos pagamentos se suspendem, sem nenhuma explicação, por decênios... Agora mesmo, a Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo oficiou a 12 Câmaras municipais que paguem os “cupons” de suas dívidas “cujos serviços não estão em dia, com grave dano do crédito público...” E, com isto, de fato, esboroou-se o famoso crédito do Brasil. O último empréstimo no estrangeiro, pelo último governo, nos últimos dias, e cujo produto se evaporou; esse foi obtido através de comissões e garantias tais, como tal juro, que só mesmo para um Estado falido.

Completa-se, este financeirismo de empréstimos, déficits e calotes, com a tributação de desvario sugador com que se fazem as receitas. O termo – **tributos** é usual, deles, inconscientes e atávicos, na tradicional fiscalidade de saque. A tarifa alfandegária, precioso legado de D. João, com os seus 15% **ad valorem**, essa é o teor, mesmo, da ignorância incurável com que eles financiam. A técnica, indispensável nessas pautas, só entra como manejos de interessados em fraudarem, ou privilegiarem-se. No mais, há erros inadmissíveis mesmo no bacharelismo vigente. Aí, como em todas as receitas, taxa-se com o intuito explícito de fazer renda. Mas, objeta-se, **há um evidente comércio, apesar dos mesmos impostos**. Sim: um comércio feito por profissionais... profissionais, sobretudo, em achar o meio de evitar a finta. Lembremo-nos de que, se na Capital da União o imposto é universal, pois que a fiscalidade está fora da política, nos Estados, só pagam o duro das receitas os alheios à política, sobretudo a oposição quando há heroicos para tal mister.

E nos veios dessa finança escoá-se o que seria efetiva prosperidade, como se perde o melhor da riqueza já feita; câmbio, Banco do Brasil, cobranças em ouro... são os outros símbolos da finança oficial. A República recebeu o câmbio ao par – 27, libra 9\$600, e ei-lo, agora a 5 e avos, libra a quarenta e tantos mil réis. A isto, respondem imediatamente os **construtores** republicanos: foram as seguidas turbações políticas, levantes, revoluções formais que deram neste resultado. Não: as turbações formais, não concorreram nem com 30% para a desvalorização do dinheiro nacional. A primeira e mais sensível das depreciações veio como correspondência do financismo inicial da República, com as emissões a jorro e as subsequentes encampações. Quando Floriano começou o seu governo, sem nenhum levante, ainda, o câmbio já estava a 15. E passou todo o período do grande alagoano atormentado pela mais violenta e poderosa das guerras civis do Brasil, sem que o câmbio descesse mais de quatro pontos. Veio o prudentismo – paz, reinado da sensatez, poderio dos conservadores na República... aura da reação, **garantia dos homens de bem...** perseguição aos republicanos, desvirtuação essencial da política, verdadeira turbação íntima... e, o câmbio degradingola numa desvalorização nunca vista até a casa dos 6. Vem o reinado da ostensiva finança, com suspensão de pagamentos, para que o câmbio possa subir, e fique nessa flutuação em torno de 10, até que se faça a economia política de brutal enfeudamento da finança aos interesses do café, cuja valorização se torna o eixo de toda a caranguejola financista: Convênio da Taubaté, Caixa de Conversão... tréguas à degradingolada, até que a grande guerra dá o pretexto de nova suspensão de pagamentos, e novos empréstimos. Em verdade, na desgraça universal, a guerra foi negócio vantajoso para o Brasil: forçada restrição de importação, incremento da produção nacional, reforço de exportação... Pois bem, com isto e os milhares de dólares entrados por empréstimo, degradingola o câmbio, numa queda

que começou bem antes de 5 de julho de 1922, derrocada que se acentua até a atual regeneração financeira em câmbio miserável, por uma degradingolada propositada, e cujas peripécias e datas são inteiramente independentes das crises de revolta armada. Desta sorte, só a filúcia coimbrense poderá explicar a definitiva desvalorização da moeda nacional pelas perturbações armadas, Aliás, nem seria preciso insistir em demonstrar o contrário, quando a **renascença** de agora, neste prometido **Cruzeiro**, de câmbio a cinco, vem patentear que toda essa finança é o encaminhamento, todo instintivo, para o atual preço do café. Que importa toda a imensa fortuna em que os brasileiros foram roubados? O câmbio, que de libra – 16\$000 vem, no interregno de um decênio, a libra – 40\$000, reduziu a riqueza da nação, papel-moeda ou títulos, a 30% do valor da emissão. Foi uma verdadeira espoliação, de que ninguém aproveitou, no entanto, nem o café, jubilante do câmbio baixo, nem o Estado, que continua em déficit; espoliação que corresponde ao desbarato dos empréstimos últimos, de que ela é o preço.

Para digno remate, alinhava-se, em oito dias, uma radical reforma financeira, estabilização, moeda-ouro... justificada no estafadíssimo truísmo de que o inconveniente do câmbio é a instabilidade, não a mesquinhez da taxa. Sem dúvida: quando, numa governança um tanto razoável, com um câmbio natural, expressão legítima dos fatores econômicos, fazia-se o valor do mil-réis em variações pouco sensíveis, já esperadas. Tudo ia regularmente, apesar de que esse – REAL – unidade monetária, fosse expressão de uma taxa tão rebaixada que já não é valor palpável, se não uma mera abstração, ou insignificância, que, para ser unidade, multiplica-se por mil. Pouco nos importava a formidável depreciação histórica da nossa moeda. Mas importa infinitamente que, justamente no fundo de uma nunca vista depreciação da moeda, dentro de uma crise financeira resultante principalmente dos

erros políticos, adote-se como remédio o definitivo amesquinha-
mento da moeda, aproveitando-se esse aviltamento monetário
como padrão de moeda-ouro. Aliás, só a irremissível insuficiência
da finança bacharelesca pode admitir que o remédio colhesse:
que o **Cruzeiro**, a mil-réis baratinho, será um símbolo de ouro,
que teremos câmbio estável, a coberto de jogatina e de sustos.
Estabilidade de câmbio e circulação metálica não são coisas a
fazerem-se por simples decreto, quando a nação é pobre, isto é,
sem reservas. Neste caso, ou o Estado é o próprio senhor da econo-
mia nacional (Rússia), e o pode fazer porque incorpora o mercado
cambial, ou o câmbio oscilará, à mercê de uma economia inarmô-
nica, dependente de múltiplos fatores, não fortuitos, mas disso-
ciados e relativos, muitas vezes, a motivos superiores à economia
nacional, mesmo com uma balança comercial favorável. Então,
só quando se acumule riqueza e a nação seja economicamente
independente, ela será senhora de sua finança, para um câmbio
estável. Por enquanto, aqui, a providência servirá para impedir ao
câmbio de melhorar. Cheguem, porém, dias análogos aos de 1890,
97, 1915, 1922-25... e o câmbio achará por onde descer, dos cinco
em que pretendem estabilizá-lo.

Quando se criaram os impostos aduaneiros em ouro, foi, bem
explicitamente, para que a finança oficial tivesse o ouro do que
precisa, sem depender do câmbio. Uma parte desse ouro seria
para um fundo de resgate. Destarte, retomando o serviço da dívida
externa, o Tesouro estaria inteiramente fora das oscilações cam-
biais: iniciar-se-ia o anunciado resgate, e o Brasil viria a **ser um
país de moeda sã**, superior à contingência de câmbios... Talvez,
bem imaginado, mas sem ajuste da realidade; nem a fração-ouro,
reservada ao resgate, seria valor-força para elevar o país à circu-
lação metálica, nem os estadistas republicanos têm tenacidade,
honesta e sincera, indispensável para execução de um programa.
E o ouro do resgate, que já se elevaria a £ 300 milhões, foi sempre

desviado para... o sorvedouro comum, pelo que houve de votar-se uma lei autorizando o desvio, já realizado.

Através de toda essa financeira, em que o Estado se empobreceu tanto quanto se endividava, e a nação estiolava, sugada pelos impostos; inflando nessa finança, o simbólico Banco do Brasil passou da suspensão de pagamentos (inclusive depósitos) de 1900, à opulência de hoje. Apesar de quanto o tesouro já tinha ajudado ao banco periclitante, nem ele tinha crédito, nem as respectivas ações valiam coisa alguma: corrida, intervenção do Estado – a forçar os credores a deixar na carteira do falido os seus créditos, ao mesmo tempo que o Tesouro dava a sua responsabilidade aos correspondentes débitos. E, mais uma vez, derivou a fortuna do Brasil em benefício dos felizes acionistas do Banco. Daí para cá multiplicaram-se os favores, privilégios e negócios, em que os magros recursos da nação se esvaem para os cofres do estabelecimento cuja melhor função é a de ser canal escuso dos favores governamentais em dinheiro, e que, nos seus privilégios asfixiantes de crédito, pôde passar, em vinte anos, de escória bancária, à suntuosidade finançante de agora. É bem o retrato, avesso, da finança oficial.

§ 86 –... até no materialismo

As finanças desacreditaram-se, numa lastimável prova de incapacidade para a própria inferioridade de tesouraria e rendas. Contudo, é aí, no materialismo de **receita e riqueza**, que os patuscos estadistas da República ostentam o gênio de que se sentem possuídos, para o fluxo da grandeza que sonham, para si e para a pátria de que se fizeram senhores. E tanto forçaram na materialidade que, nela incorporados, tornaram a respectiva República incompatível com a superioridade da vida e o trato das coisas do espírito. No ideal, com cuja realização sonham, os anais da

nação brasileira se fariam num **livro-caixa**. Anunciam-nos, agora mesmo, a **renascença** republicana, mas os seus pró-homens só se exaltam, em toda a dignidade da função política, quando se dilatam nas materialidades... E vemos o canastrão bem nutrido, a alargar-se no leito de lodaçal. Não pareça exagero, ou grosseira a imagem. A natureza animal tem o seu tipo de opulência material, forma viva reservada ao acúmulo de riqueza orgânica, o potentado da gordura, que é a própria riqueza armazenada no organismo – **o porco**. Assim fadado, prendeu-o a evolução à rasteirice do chão, à terra podre, onde o seu focinho, o mais potente da animalidade, revolverá, inclemente como o próprio destino, que, na rija cerviz inclinada, o condenou a nunca levantar o olhar. É o símbolo da objetividade da vida, encerrado no materialismo. Aí se acha, para eles, a política **construtora** e objetiva, superior a sentimentalismos e fórmulas de coração. Sim: ao sentir que lhe falam de generosos ideais, a política dominante deixa subir aos lábios toda a essencial degradação e se dá ao sorriso de imbecil desdém com que repele tudo que não sirva para riqueza tangível, verificavam em \$\$\$. Destarte, secos, antipáticos à verdadeira beleza da vida moral, rasteiros, na medida em que se supõem práticos, os evoluídos republicanos, ao fecharem na prosperidade material as suas aspirações, deram a si mesmos um preço de riqueza material. E foi possível, então, ao cabo dessa triste evolução, que um dos predestinados senhores se anuncie à criadagem sem-vergonha e sem dedicação, na ostensiva materialidade dos propósitos políticos: “O sentimentalismo é para as nacionalidades o mesmo que as substâncias entorpecentes para os viciados.” Sim: não há feitor que, irritado e ufano na sua condição, não despreze o sentimentalismo. Pois não é o sentimentalismo isto mesmo que, nos corações humanos, se exalta para o bem, e sofre da injustiça e condena o privilégio espoliador, e se retrai à vista de braços alçados em azorague?... Como acabrunha e oprime o respirar o ambiente onde vive uma tal bestialidade de inspiração!...

Vida que ainda não saiu da paisagem de senzalas, a nossa política governamental timbra em manter-se na dureza vil de sempre. Qualquer que seja a fórmula de civilização, o homem **humaniza-se** na medida em que **idealiza** os interesses materiais, e **sentimentaliza** os próprios instintos. A necessidade da procriação é a mesma, mas para o humano, o sexo revela-se em amor, e ama em idílio. Eis o sentimentalismo – tóxico somente para as sensibilidades bestiais. Numa nacionalidade que se eleva para a verdadeira solidariedade humana, o sentimentalismo é a fórmula necessária dessa elevação, e vale como índice definido. E tanto, que, uma legítima política tem de aceitar como programa e organizar, em lucidez de ação, as energias sentimentais da nação. No nosso caso, é energia essencial essa bondade em que se caracteriza a alma brasileira, e que brotou da cordial compaixão pelas raças infelizes, secular reação afetiva contra os braços feitores e o governo de mandões. Então, quando hoje, a índole de governança espezinha o sentimentalismo, vemos, no gesto, o tracejar do relho, ao longo do eito que inspirava a política herdada e viva, ainda, para irritar-se de ideais efetivos. Esta vida, e a materialidade dos seus propósitos, eles a justificam apontando a verdade das contingências positivas numa sociedade atual. Não negamos, tais verdades; mas, se o importante no viver social e no desenvolvimento político é a organização do futuro, para isto, como definição de esperanças, as verdades consagradas pouco valem. Podem, mesmo, matar o ideal vivificante, fonte primeira dessas energias em que se dispõe o futuro melhor. Foi na reação contra essas verdades assassinas, que Ibsen criou as suas **mentiras vitais**, fórmula das fecundas ficções em que se define o progresso, consagração de ideais, encantadoras irrealidades, antecipada consolação de toda pena na conquista da justiça, símbolo em que se erigem as verdadeiras construções sociais. Ficções, mentiras, irrealidades... miraculosos e irresistíveis impulsos para a necessária eliminação de tudo que, do passado, já

é peso morto, e só se impõe como privilégio. Para tudo isto, definição de esperanças, notação de progresso humano, nada valem as materialidades, contingências que peiam e abatem. Ward, um puro anglo-saxônico em renovação americana, afasta inteiramente a materialidade do seu conceito de progresso, a que chama de **acabamentos** (finishings): “O acabamento não consiste em riqueza; a riqueza é efêmera, o acabamento, persistente, é eterno. E, note-se o paradoxo: a riqueza, passageira, é material, o acabamento, durável, é imaterial... Tudo que vem crescer o patrimônio da humanidade como ganho permanente... é principalmente psíquico, mental”. De fato, deste modo se retempera e apura a vida humana. Nem de outra forma se compreende que o homem, com a sua tendência de socialização, possuísse, em exclusividade, a capacidade de espiritualizar-se e sentimentalizar os seus instintos, se tal não lhe fosse útil.

Antes de qualquer outro, já o notara Aristóteles: **A natureza nada criou de inútil**. Destacando o homem em sublimação de vida física, ela o fadou para o progresso social. Muitos são os animais sociais, só o homem com poder de idealização e de sentimentalização, só o homem é capaz de progresso... Como corolário: todo progresso humano resulta dessa proteção dos ânimos para um ideal, que é a própria focalização dos esforços para melhorar e subir.

A realização da República se faz por fora de toda superioridade de intuítos, no ostensivo desdém de ideais, contrariando-os formalmente, em troca de prosperidade material e riqueza, que, mesmo conquistadas, não deixariam de ser inferioridades, e que, representadas apenas em fracasso, são testemunhos de inépcia. Como desvairada, no anseio aviltante de riqueza, e no gozo exclusivo do poder, a política republicana desprezou o pensamento, renegou a verdade e a justiça, anulou a liberdade, afastou toda possibilidade de apuro político e de efetiva solidariedade... e nunca o Brasil foi

mais realmente pobre, não só de beleza moral, mas da própria fortuna capitalizada. Relativamente aos seus recursos, com os meios que a unidade nacional oferece, é, esta nação, a menos próspera na América. Inflam a voz, os rasteiros dirigentes republicanos, em apontar qual o aumento de produção correspondente ao novo regime, o desenvolvimento do comércio, o incremento de algumas cidades, o volume de fortunas. particulares... Já foi acentuado que o verdadeiro motivo sobre a produção foi a extinção do trabalho escravo. A federação, facilitando as fórmulas administrativas, abreviando-as, talvez concorreu um pouco para o surto da produção, após 15 de novembro; mas nunca seria para longos e extensos efeitos, comparáveis ao da radical transformação do regime de trabalho. Com tudo isso, se considerarmos no aumento da população, e, sobretudo, nos resultados das últimas aplicações industriais da ciência, não se acusa no Brasil efetiva prosperidade material. O aumento real, o indisfarçável incremento, foi nas cifras do orçamento, que é hoje, o décuplo, quase, do que era há 35 anos, ao passo que nesse período, a produção apenas duplicou. Reflita-se, no entanto, que, dados os recursos que a ciência e a técnica trouxeram à produção, se os dirigentes tivessem capacidade para efetivos gestores da economia nacional, a súmula do trabalho devia ter dar ao Brasil o quádruplo, ou o quádruplo do que realmente dá.

Em vez disto, que utilização inteligente, sistemática, realmente econômica, já fez a política brasileira de qualquer desses recursos?... Automóvel para garboso passeio dos potentados e dos seus, rádio oficial, para que se passem as noitadas, filmes e projeções em que eles se pavoneiem na importância e dignidade das suas funções... E todo o resto do mundo brasileiro, e o resto da atividade social?... Onde não seja podridão comunicada, é desalento, incerteza, ignorância, descrença, asco, irritação... apenas semeados de vagas esperanças, e um fundo de vida moral

apagada, diluído atavismo de conduta, moralidade sem símbolos, indiferente à perfeição, sem propriedade de afirmações, pois que todas se desmentiram no exemplo da política. Possibilidades de remissão?... A energia que nos remisse de tanta ignomínia estaria em consciências livres, iluminadas por ideais de solidariedade humana, impermeáveis aos interesses dominantes nos políticos tradicionais. São consciências que vão serenamente aos fins de humanidade, porque têm, nelas mesmas, o mundo superior da justiça. Irradiando dessas mentes se faria a propaganda de probidade e do bem público, propaganda que mostrasse a esta pátria aviltada pela materialidade inepta e desonesta dos dirigentes, que há uma riqueza de pensamento, bem mais eficaz, a única realmente eficaz, para a inteira grandeza social; e que, por sobre o pensamento, a exaltá-lo e bem conduzi-lo, há o coração, aberto à bondade, solícito pela justiça, bondade e justiça, luz da terra, halo em que se envolverá a humanidade no termo dos seus destinos.

Potentados e privilegiados sobre a miséria da nação, esses dirigentes não suportariam vozes que pudessem levá-la à redenção... E o remédio são, natural, ainda é impossível; há que esconder no imo coração todos esses ideais... Mas a luz não se anula porque a fechem: a menor fresta a revela, e o homem irá, finalmente, para ela, ainda que tenha de abrir a talhos o caminho até lá. Erguendo a força do coração sobre o ideal de bondade, clamou Santo Agostinho: “Ama! e faz em seguida o que quiseres...” Amemos os nossos ideais, e eles nos levarão, mesmo a preço de vidas, à remissão desta pátria, hoje possuída pela podridão. Seremos, nós outros, brasileiros, tão desprovidos, assim, de desinteressado amor a esta nacionalidade, que não consigamos, finalmente, elevar a vida deste povo a um nível realmente humano?... Lembremo-nos de que, quando houve um ideal a conduzi-los, os brasileiros fizeram a Insurreição Pernambucana, a Revolução de Dezessete, a de 1824, a de 1831, a de 1837, a de 1848, a Abolição, e teriam dado realidade

à República, se tivessem levado o povo à plena consciência desse ideal, se o lodo da secular tradição política dirigente não houvesse soterrado a incerta luz de 15 de novembro...

§ 87 – Da materialidade à corrupção integral

Fechada na concepção de riqueza, com a inspiração soberana da prosperidade material, a gerência republicana acabou em processos consentâneos da materialidade, e que deram em decomposição moral, sucumbindo até aquela tradição de desinteresse, plantada na política nacional com os Andradas, Feijó, Lino Coutinho... com a intransigente limpeza de mãos, constante até ontem. Limitados ao influxo da mentalidade política portuguesa, os que tentaram fazer a soberania nacional brasileira acharam-se prisioneiros dessa mesma mentalidade, mas o coração era-lhes livre, naturalmente adverso ao influxo de imoralidade em que se caracterizara a gestão da metrópole. E foi assim que tivemos, naqueles primeiros tempos, a torpe improbidade pecuniária do Conde dos Arcos, Barbacena, José Clemente, Ledo, Carneiro, o próprio Pedro I, a contrastar com a rigidez de honestidade trazida ao governo pelos Andradas, e que se impôs ao mesmo Vilela Barbosa, para ser intransigente virtude em Feijó e os companheiros, até constituir-se em indefectível tradição ao longo de todo o segundo Império. Aí, porém, lavrava a corrupção em toda a vida política, afrouxando-se tanto as molas da moralidade que, finalmente, já era efeito imediato da honestidade pessoal do monarca, por dignidade íntima, um tanto calculada, talvez. Era preciso isto, em todo caso, para conservar-se a tradicional limpeza de mão dos homens de governo. E tanto que, retirado esse último freio, a política nacional veio até a integral impureza. Nos primeiros tempos, um Floriano ainda foi a imaculada figura, não suspeitada nem pelos mais encarniçados e odientos adversários. Mas, este mesmo,

em atos e gestos bem explícitos, já teve necessidade de atacar e descascar a improbidade de homens públicos, emporcalhados em dinheirices. No alto posto, destacados na posição, nos primeiros tempos da República, a maior parte dos políticos terá sido de limpos, por timidez, cálculo, ou mesmo honestidade essencial. E não tardou, porém, que a vida política decaísse, com o espetáculo de cupidez que vai até a desonestidade qualificada, até a concussão manifesta.

E a gerência republicana se faz como ruptura de todos os diques de moralidade, para a torrente de bandalheiras, maior fecundidade do regime. Nem podia ser de outro modo. Sem chama de ideal, sem qualquer outra concepção de grandeza além da pujança material; na nulidade das exigências morais, incaracterizados para as formas de dignidade pessoal, com a identidade de apetites; quando os antagonismos são raros grunhidos em ameaça ao que comeu demais, os profissionais da governança oligárquica tinham que chegar a isto, que já é a confessada corrupção de todos os processos em uso, franco desbarato de reputações. Em verdade, a política atual ostenta-se num repugnante repasto de suínos: a lavagem-ração, que focinhos vorazes revolvem à cata do mais sólido e mais volumoso, para os molares a que nada resiste e que de nada refugam. Sobe o fartum, tresanda o azedume, e as mandíbulas mais trituram, para a insaciável deglutição. Contemplem-se as chamadas campanhas políticas: disputas enfezadas, fúria de vilipêndio, no galgar o poder, para onde avançam faces escancaradas, ou o olhar lampejante, de quem antevê a comezaina. Ambição de gozo rasteiro, cegueira na paixão de poderio, levam-lhe as almas nesses mesmos instantes que parecem de desprendida luta. E marcham sem embaraços de escrúpulos, indiferentes ao asco, sem hesitações de lealdade, através de todos os contatos... No mais, no normal da carreira, passam ao influxo da máxima universalmente aceita: **Não firas, não te atormentes,**



não lutes, não propugnes!... Busca o que comer... Vê onde há o que tirar, tira!... Só há uma inferioridade – a mesquinhez de meios... Então, a grande e essencial ambição cabe num caderno de cheques, e a dignidade maior leva-se numa **limousine**. O clássico **adœquatio rei et intellectus** traduziu-se como **aproveitar e encher**, porque dissolvida a política no dinheiro, desnudada a miséria mental, já não há vileza que os acabrunhe: qualquer que seja a crosta imunda a romper, levam-lhe as mãos, e trazem o bocado. Orgulho de si mesmo, um dos donos, fala da causa como **política sem rancores e sem prevenções, numa pátria destinada a realizar o sonho da fraternidade humana...** Também a bacorinhada no cocho é de irmãos... e, empanzinada, sonha, o seu sonho de fartura...

De transigências e conluios, os políticos republicanos passaram naturalmente a traficâncias, preço do prestígio falso em que se elevam como chefes rapaces, de um oligarquismo cruamente parasitário. Na contemplação da vida pública, pensa-se numa ceva de salteadores covardes, ladrões que se aproveitassem de um desastre para instância das suas façanhas. Quando se irritam da desigualdade na partilha, é o espetáculo das retaliações entre quadrilheiros desleais na própria quadrilha. Sim: numa política de despudorado assalto às posições, os mais ousados se confundem, a cada passo, com os assaltantes apanhados pela polícia. A própria carreira de politicagem se faz em estágios bem-definidos: garantir o estômago a coberto de esforços, acima da incapacidade pessoal; dar emprego aos da família, igualmente incapazes; fazer negociata em arredondadas quantias; alcançar o poder incontrastável, superior a tudo, até a moral. E o povo já não pode separar, em cada um deles, no conjunto da vida, o que é crapulismo político da conduta pessoal. A nação sente-se vencida nas suas resistências orgânicas, depauperada nessa desenvolvida rapacidade, cuja realidade lhe é oferecida ao liquidarem-se os quadriênios, em



exposições financeiras que são traslados de falências morais. Estas páginas se multiplicariam em volumes, se fora para transcrever quanto provavelmente tem sido referido de desonestas negociatas, cujo líquido vai, em uma boa parte, para o bolso dos grandes prestígios políticos. Já ninguém se espanta do faminto da véspera, hoje montado na fortuna, graças a qualquer parentesco de acaso, numa qualquer das touceiras oligárquicas. Pobretões de ontem, ou de anteontem, ei-los, quase todos, em ostensiva abastança, quando não preclara riqueza. Aquela orgulhosa pobreza, que uma tradição extinta ligava ao nome de republicano – Feijó... Floriano; tal seria descrédito nesta República de afortunados e de endinheirados. A origem das súbitas abastanças, ninguém a pede. Quando se admitia a geração espontânea, era nas infusões podres que ela se dava: quem negará que a política republicana está em grau de geração espontânea?... O Brasil é uma terra de paz, e o povo está convencido de que, quaisquer outros que venham será para pior ainda; então, tapa as narinas, e deixa para aí a decomposição. Os oligarcas de acaso fazem do mando prestígio: empoleirados, pregam os filhos nos altos bons lugares, fomentam os bons negócios para os genros, e não esquecem os mais parentes. É a solidariedade de sangue, essencial, primitiva... Quando os ratos tiverem uma política será certamente, assim, nesse padrão.

Os nomes e o concreto dos fatos nada mais provariam, quando a generalidade da ignomínia já é convicção na consciência de todos. E se o intuito aqui é o de achar remédio para a miséria, mais vale evitar o escândalo da menção literal, em particularizações que seriam, nesta queda de tônus moral, para mais desmoralização. Todavia, se *um* caso pode ser expressão bastante da conjunta degradação, é dever citá-lo, sobretudo porque ele tem a significação de um símbolo; foi a negociata a que a voz oficial chamou de o **maior escândalo** do mundo. Pois bem, os **negociadores** desse maior escândalo do mundo eram da judicatura, e fizeram o seu



ninho no seio da suprema corte de justiça da República. Todos sabemos que há ali juízes pessoalmente impecáveis; é possível, mesmo, que nenhum dos juízes-ministros tenha sentido o contato da dinheirama da nação, roubado daquele canal: nem por isso é menos simbólico – aquele recinto convertido em caverna. E a probidade individual do juiz perde significação nessa preamar, que, afogando todos os escrúpulos, fez de um serviço do Tribunal o pretexto de escândalo arranjado às escancaras, sem que ninguém, dos que faziam o prestígio do mesmo Tribunal, contra o escândalo protestasse. Houve que vedar o escândalo anulado, de fato, pela desproporção do saque, que já não podia passar no orçamento. O Estado fez confiscar o que tinha sido fraudado – dezenas de milhares de contos, a título de publicação de atos do Tribunal... E ficou nisso, livres os negociadores, com o que ainda lhes ficou pelos dedos, de acionarem o Estado, para reaver o confisco...

O ostensivo e livre desfrutar da economia da nação, essa política converteu o Estado em multiplicada manjedoura, onde todo provento é forragem, para a ração que desafia o asco, e cuja contemplação trava o pensamento, com a emoção, que é dó, revolta, ódio, lancinante compaixão, desespero... No reflexo desta miséria sobre a vida ambiente, criaram-se as gírias correntes – **pirata, cavação, bancar, comer, transação...** para dizer tudo em que a vida comum repete a política geral, percebida numa criadagem infiel, a espionar, delatar, trair, roubar... no espetáculo de uma trama viva, de larvas entre bolores.

Como implícita justificação, os nossos politiqueros fazem correr a fama da desmoralização dos homens políticos, todos a explorarem o poder em proveito próprio... Só a inteira ignorância, refinada em má-fé, poderia sustentar que os homens de governo, nas verdadeiras democracias – Inglaterra, França, Estados Unidos... sejam criaturas que consentissem sujar a reputação em negócios



escusos. Não que a alma do político profissional não seja a mesma – vendida ao sucesso; mas, por toda parte onde há opinião pública, necessária sanção do sucesso, os políticos definidores, os homens de governo, são rigorosamente limpos de mãos. Quando haviam suspeitado de Lloyd George, o temível político a desafiar adversários pôde francamente patentear a lisura da sua conduta em negócios de dinheiro; Caillaux, na insofismável situação de quem, em plena guerra, é suspeito de conivência com o inimigo, a tratar com adversários temíveis e implacáveis, se não pôde livrar-se da condenação, acintosamente acusado de enriquecimento, demonstrou irrecusavelmente, aos mesmos inimigos, a pureza dos seus haveres, apenas herdados. Ali mesmo, o tenaz perseguidor de Caillaux, Clemenceau, nunca poupado, mais de uma vez apontado como **amigo dos ingleses**, meio século de culminante prestígio político, chefe de governo, ou oposição, a tombar ministérios; é o intelectual que tem de escrevinhar em jornais para fazer recursos de vida e habitar o modestíssimo rés do chão da Rua Franklin, cuja melhor ornamentação são as belíssimas fotografias da Acrópole, que lhe circundam a sala de trabalho. Nos Estados Unidos, o país dos dólares vencedores, onde negócio é soberano, a minar todos os veios, a política governamental tem tratado **sempre** de ser inacessível ao poder da corrupção. Pouco importa um Melon, ou um Hughes, arquimilionários chamados à confiança do chefe da nação: aí, governo, eles isolam-se completamente da burra onde capitalizam para a honra superior de gerir os negócios do Estado. E, tanto, que um puro homem de ciência, puro em tudo, puro principalmente na política, Wiliam James, num livro de pura ciência, a dar um exemplo de processos psíquicos, o sentimento de **honra**, deixa a fórmula, ali invariável: “Um juiz, um homem de Estado devem à honra da sua toga não misturar-se a negócios de dinheiro, perfeitamente compatíveis com a honra

dos simples particulares”.⁴⁹ Sim: há uma consciência pública, e, na formidável disputa democrática das posições, ai daquele que desliza!... O adversário o precipita sem contemplações... Agora mesmo, com o banco dos réus para o ministro que consentiu no assalto às reservas do petróleo...

Neste particular, apodrecemos totalmente, quando nos Estados realmente democráticos ainda subsiste um cerne inacessível à corrupção. É destino do Brasil, em vista da péssima qualidade dos dirigentes, haver, da civilização, os males e vícios em que ela degenera, antes de aproveitar as vantagens e benefícios que nela se encontram. Apodrecemos, antes de feitos. Quando Roma começa a corromper-se, Momsen, sem hesitação, define-lhe a causa: “... Por sobre, tudo, a essencial imoralidade, inerente a um regime de puro capital, devorava o coração da sociedade e da República, e substituíá os sentimentos de humanidade e patriotismo por um absoluto egoísmo”.⁵⁰ Aqui, se as riquezas ainda são vasqueiras, a respectiva corrupção já vai alastrada e profunda. É certo que ainda não há uma potente concentração de capitais brasileiros, mas já nos alcançaram, agravadas em abandono, as mazelas e penas que formam a atmosfera do capitalismo. Somos um dos países de escolha do capital cosmopolita, o mais implacável, aqui desinteressado de tudo que não seja a crua espoliação, no caso, mais privilegiado que o capital nacional de qualquer dos pujantes e infelizes povos ricos. Convencidos de uma só superioridade, a riqueza e grandeza material, ansiosos de fartas receitas, que formam o seu uso-fruto, os nossos dirigentes fazem todas as *facilidades* ao capital estrangeiro, que seja francamente o senhor, contanto que venha, e não tenha cerimônias, nem hesite na espoliação e no do-

49 *Psycikigy*, I, cap. XII.

50 *Op. cit.*, III, 337.

mínio, ainda que, finalmente, venha a constituir-se dreno de toda a economia nacional, um Estado no Estado, em incontrastável tirania.

E aí estão as arquipotentes, como arquiissugadoras, empresas estrangeiras, a que foram deixados os mais importantes e rentosos serviços públicos municipais dos principais centros urbanos do país, inclusive as grandes capitais – Rio-São Paulo. De fato, Bond and chair, Light and Power, são senhoras incontrastáveis da parte mais povoada, mais rica do Brasil. A receita das duas é mais forte que a do Estado – União. Força, luz, transportes, gás, águas... tudo está nas suas gavetas. É bem de ver que tal desenfrio de exploração não seria possível se as poderosas empresas não conhecessem os meios próprios a obter que os nossos dirigentes não lhes contivessem a ganância, e se os não empregassem bem a propósito. Quem poderá dizer quantos aparentados de políticos prestigiosos são nominalmente empregados da Light?... e da Bond and Chair... O já citado universitário americano, Coolidge, falando do ponto de vista americano, houve de consignar, todavia, que no Porto Rico, já a legislação teve de intervir para proteger a população contra a exploração das empresas congêneres, que por lá funcionam. Aqui, essas empresas ganharam até a imprensa, com voz, apenas, para cantar a perfeição dos serviços em que os cariocas são sugados pelas multiplicadas hirudíneas. Desse coro participa a própria **imprensa independente**.

Sim: à medida que a política republicana mergulhava na ignomínia, surgia uma imprensa independente, vingadora do brio nacional. E foi de ver como o brio vingador aproveitava das misérias vingadas. O escândalo como programa-chamariz veio a ser a nudez de ignomínias em que tudo se desmoralizou. Vendido A., ladrão B., concussionário F.. e F., B., A., mesmo quando não fossem bem exatas as acusações, já definitivamente vilipendiados, emudeciam, na inutilidade de qualquer defesa, ou alegavam calúnia.


Para o público, já afrontado com os atos menos lisos, a deslavada campanha de impropérios era a mesma escola de desmoralização. O tom exclusivamente pessoal das críticas; a ausência de qualquer critério – moral, político, ou social, nas odientas acusações; a sensível nota de despeito, inveja, maldade; a inclemência dos ataques no viso patente do escândalo interesseiro; tudo tornava absolutamente suspeita a mesma imprensa, absolutamente ineficaz para curar a política periclitante, e que, também, já era escândalo. E, assim, como decaía a política, avolumava a tiragem da imprensa que, em escândalo, explorava os escândalos dos dirigentes. Se a política se tornava um balcão, a imprensa vingadora estendia-lhe em face o balcão do anúncio, tão ufano sobre ela como a corrupção governamental sobre a outra imprensa. E, agora, se cotejamos – jornal submetido ao balcão do anúncio e jornal submisso, a mando do governo, só se destaca, para pior o que tanto depende do governo como aceita a brida do anúncio. Então, entre balcão e interesses governamentais, como haver campanhas realmente purificantes, em vista da simples justiça, que não subvenciona, nem anuncia?...

§ 88 – Sob a ignomínia política, a miséria do povo


Na luz ofuscante da terra pátria, como fundo vivo de tradições constantemente contrariadas, um povo apagado, deprimido sob um século de esperanças mortas, singela melancolia, que só o coração aviventa. É a própria substância da nação brasileira. Em reverso de miséria, o estado da massa popular explica-se pela degradação dos dirigentes: fúria de desejos materiais, sugestões de cobiça, embate de egoísmos grosseiros... depressão de apetites saciados, ou desfalecimentos de vontades, no despeito de ambições insatisfeitas... deposita-se em vasa, onde afundou toda a nobreza das consciências dominantes, e sobre a qual há de decantar-se um

povo esgotado, pois que a vida lhe tem sido o perpétuo labor de paria, a nutrir a renascente infecção. Nesse trama em que o mantêm dominado, o povo brasileiro dá ideia de qual humanidade larvar, que um destino mau retém, a não deixar elevar-se para as formas realmente humanas, socialmente evoluídas. No entanto, na sua espontânea cordialidade, esses humildes irradiam vida. Não têm formas para impô-la; não sabem, mesmo, que têm o supremo direito a uma existência superiormente definida; não lhes veio, ainda, a legítima ânsia de reivindicação; mas, na expansão afetiva lhe palpita a própria essência da vida social. Mantê-lo, ainda, na ignomínia; acreditar que é possível negar-lhe eternamente o caminho na insofismável ascensão; esse é o crime estúpido, por que os nossos dirigentes pagarão caro. Pobre povo! Tão naturalmente simples na grandeza destas paisagens! Pobres gentes, essencialmente boas, para aceitar a secular espoliação que as avilta! Na sua tranquila cordialidade de agora, esse pobre povo apenas insinua implícita súplica de viver: mas, será eternamente assim?... E não se sentem infamemente criminosos, tais dirigentes, que só podem governar sobre o absoluto amesquinamento das populações?...


Feito nos transe do doloroso cativo de duas raças, aproveitadas pelo senhor até para dar-lhe prole, o povo, nesta pátria, ainda teve coração para ser o ambiente de meiguice em que fomos recebidos e ainda vivemos. No entanto, fusão de martírios, a esse povo veio a consciência como percepção do domínio mais hediondo, pelos mais odientos mandões de que a espécie humana tem sofrido; e as almas se definiram, então, na reação de afetos contra o cativo. E o coração brasileiro, ferido pelo mal, foi generoso e bom. Por isso mesmo, na contemplação desse povo inexoravelmente deixado à insuficiência, à ignorância e ao atraso; e, ainda assim, sugado sempre, cada vez mais tiranizado e desprezado pela bestialidade dominante; fremem todos os nervos, e esvai-se o coração, já condoído, já revoltado. De fato, por fora dos governantes,



que são os brasileiros? Politicamente, serviço e prestígio de São Paulo e Minas; economicamente, insuficiência de meios, para um labor que mal permite viver, entre a fiscalidade escorchante, o mercantilismo de ultramar, e as multiplicadas grandes empresas a que o Brasil foi doado. Então, na sombria perspectiva traçada nos dirigentes, o povo nem aparece. No entanto, realidade de sempre, ele é uma grandeza, a única esperança para os que ainda admitem um futuro digno. Sim: trinta e seis milhões de criaturas, que, finalmente, são as que trabalham... Isto é alguma coisa. Mal se explica o amesquinamento atual; mal se explicaria, se não soubéssemos como até agora, esse povo, que é a própria nação brasileira, tem sido, apenas, o manso e ignaro rebanho, desleitado e tosquiado, pelos três ou quatro milhares de politicantes, e as centenas de mil outros parasitas, senhores da produção, carrapatos sobre a distribuição da mesma produção.



O amesquinamento do Brasil é essa mesma degradação dos dirigentes, dominando o aviltamento do povo. As sociedades modernas valem pelo pensamento, para o bem, para o mal. E nós valemos como um país cujos dirigentes só se definem pela incapacidade, e cuja massa se conserva, sistematicamente, no embrutecimento preciso para a supremacia da mesma incapacidade. De tal sorte, só subsiste a nação, em nominal soberania, porque a condição de ser americana a garante. Fosse outra a sua situação no mundo, em imediata competência com os povos válidos, e teríamos perdido até o nome. O Brasil é um mundo fechado à verdadeira atividade social e de pensamento, isolado, sequestrado num mentalismo arcaico, na inumana aridez de um coimbrismo regredido da própria Coimbra de 1800. Temos vivido em constância de governos garantidos pela placidez das populações, dirigidos numa política depravada na exploração da mesma placidez, e que, assim depravada, há um século intenta fazer uma nação sem povo, para perpetuidade do bragantismo que nos



dirigentes se continua. Em verdade, a massa da nação brasileira é uma, e a gestão política é outra, nunca em relação de existência com a alma nacional. Nem o concreto da vida popular existe para os dirigentes, que ignoram o próprio povo, como tudo o mais, indispensável para fazer o conveniente governo do país. E por que sejam em tudo domínio torpe, eles ainda malsinam e infamam essa pobre população de quem são fatores, prontos a fuzilá-la, quando ela se mostra na única atividade social que lhe é deixada: a do cangaceirismo. Koster, que tão bem conheceu aqueles humildes valentes, periodicamente levantados em **jagunços** e **fanáticos**, logo o notou: “São as más instituições feitas às gentes, as más paixões, desencadeadas em correrias”. De fato: o cangaceirismo é a reação, mórbida, se quiserem, mas inevitável, numa população forte e a quem a ordem normal nenhuma possibilidade oferece de boa atividade social e política. Nas suas insulsas e insinceras parolagens, eles, dirigentes, insistentemente falam do **povo**, mas tudo não passa de expressão vazia, ou ensejo de menosprezo, pois que, de fato, eles só pensam em povilhéu-escória, apenas ubre que os nutra. Não lhe perdoariam qualquer pretensão a ter voz efetiva na gerência do Estado, e, menos ainda, o desejo de reivindicar direitos, em vista da justiça. Nem compreenderão como um simples filósofo da história pode definir: “Sob o nome amesquinhado de **povo**, expande-se, livre de qualquer tara, a coleção que um dia formará a humanidade superior” (Coste).

No entanto, este é bem o nosso caso. Então, já não se trata de conceder, como em generoso perdão, que o povo brasileiro aspire a viver em livre justiça, mas de reconhecer que a essência da nacionalidade está nele, representando, com isto, o supremo direito nesta pátria. Três séculos de bestial exploração, através de dores incalculáveis, sob a ignomínia da estupidez má: isto, sim, é que há para ser perdoado. E só a infinita compaixão de quem conhece todas as formas de sofrer, poderá lançar o perdão necessário. Uma

pátria existe em consciências que a incorporam; uma nação vive numa massa, coletividade pensante, tradicionalmente solidária, e cujos sentimentos lhe definem o caráter. Ora, o Brasil só aparece nos seus dirigentes, mas, estes, patentes, sobretudo, de incapacidade, são vazios de significação humana, nulos como caracterização nacional. Destarte, se há um Brasil, humanamente definido, é na alma popular que o encontramos. Inconscientemente heroico, em face da mísera condição da existência a que o condenam, esse povo, inspirado do coração, será grandeza quando tiver a plena consciência da sua força, em luz de pensamento. Amesquinhado em paria, desacompanhado de toda sistemática ação educativa, apenas tentado pelo exemplo de dirigentes túrgidos no gozo, ainda ele guarda a imperecível tendência de aperfeiçoamento, virtude que, em contraste com a política governante, o leva a elaborar sentimentalismo nacional, essencial energia da alma de um Brasil que deve perdurar.

E, paradoxo alucinante: quando de cima o afundam, com ele aviltando a nação, o anônimo brasileiro, em espontânea reação, eleva e apura os afetos em torno desta pátria, apesar de representada na torpeza dominante. Com isto, ele tem de realizar um esforço que já é sacrifício: sente intensamente a alma da nação, e deve alhear-se da sua vida política. É essa mesma indiferença a que o condenam, e que, sendo indiferença, tanto dói, como pesa a neutralidade em que o abandonam, como sagrado direito de ter uma opinião. E a vida pública, sombria escola de pessimismo para os sinceros, deixa como resíduo melhor essa névoa de melancolia em que nos arrastamos.

Há decênios, já, que a nação brasileira lateja nesse desalento, temperado ou compensado, apenas, pelos materialismos, caros aos dirigentes: pode, um tal viver perpetuar-se? Assim abandonado, o povo nada espera dos que governam, senão o mal; não admite virtude nos homens públicos, nem conhece neles outro valor,

além do que os mantém na exploração do mando. Resultado: o povo, tanto quanto compreende a vida política, condena-a, e com toda a abundância da alma despreza o mundo dos dirigentes. É a justa e fatal reação contra o desdém em que o amesquinham. Ora, uma nação não pode fazer verdadeiro progresso quando são esses os seus constantes influxos sociais e políticos, tudo condensado num generalizado desprezo pela obra dos governantes, desprezo que já é asco, e que, amanhã, será absoluta incompatibilidade. No entanto, nesse povo, cuja fórmula psicológica ainda não foi bem definida, tal desprezo chega a ser dignificante, promissor... Não se prevêm, ainda, os processos, mas, a última esperança está, já o notamos, nessa mesma energia virgem da massa anônima. Há sessenta anos, gritou-lhe o poeta: **Sansão! derroca as colunas!...** Sansão continua cego, e como a sua força tem de ser luz, há que abrir-lhe os olhos; a sua frouxidão de desprezo será arrojo de realização e, como vida a refazer-se na própria essência, veremos subir o fluxo de energia popular, intacta e pura, bondade forjada no sofrimento, a fazer a legítima política da cordial solidariedade. Nem se compreende que, na terra americana, possa existir a plenitude de uma nação, sem tirar vida das camadas fecundas, em legítimas forças sociais. Resta apenas, para tanto, que se revelem essas mesmas energias: abrir os olhos a Sansão.

A República é uma mentira porque não há povo, todos o repetem. Sim. E a democracia não é possível porque a massa da nação não a compreende, para saber realizá-la. Nem teremos liberdade, enquanto não houver uma maioria com o preparo e a educação política precisas num regime efetivamente livre; nem se farão legítimas campanhas em prol da justiça, se ainda não é possível, ainda, concebê-las e defini-las. Justa apreciação e sincero aproveitamento da espontânea bondade do povo, uma instrução fecunda, que lhe atice a natural inteligência e a guarneça, e teremos o Brasil que afrontará, confiante, todas as vicissitudes. Para tanto,

porém, é preciso uma direção política superior aos materialismos e outros critérios vis. Se faltam cidadãos para uma República, se faltam, ao país, homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação: pode sempre, de uma criatura normal, fazer um indivíduo inteligentemente produtor e moralmente disciplinado para uma vida livre. Contemos, no entanto, que não é em resignação que se fará essa obra regeneradora; é, sim, extraindo dos caracteres toda força de que são dotados, e pedindo à inteligência a grande e miraculosa força do pensamento. Síntese de todas as energias que nos impressionam, o pensamento é o **fiat** no progresso humano. Cada ciência, um potencial à nossa disposição; e assim se justifica o aforismo de Ed. About: “Quanto mais sabemos, mais podemos...” De fato, só desse modo assistido, pode o homem enfrentar o destino, e lutar vantajosamente contra o próprio peso das materialidades. Então, os tempestuosos desejos, em ânsia de vida, sublimam-se para o inesgotável das esperanças, vivazes apesar das inevitáveis decepções, como íntima harmonia de aspirações em que o homem se eleva da animalidade.

§ 89 – O indispensável preparo

Falta-nos povo para a livre vida contemporânea. Falta-nos; mas um povo se faz em duas ou três gerações como também rapidamente se amesquinha. Verso e reverso do mesmo motivo, nos mesmos processos, daí resultam todas as vicissitudes que enchem a história: povos que se elevam e se valorizam, enquanto outros declinam, às vezes, até a degradação... Então, se procuramos alcançar – o **porquê** e o **como**, de tais variações, encontramos fatalmente com estes dois fatos: nos que se engrandecem, um explícito ideal como estímulo, o prosseguir de uma acurada educação como processo. O ideal marca o ponto a alcançar, a educação faz o treino de virtudes precisas, na realização da ação que é o

programa exigido pelo mesmo ideal. Apaga-se o ideal, afrouxa-se a educação, é o declínio, talvez em degeneração. E, com isso, não há inferioridades essenciais, nem irrecusáveis superioridades, nem degradações incuráveis... nem, sobretudo, milagres, que dispensem o ideal vivificante e a educação formadora. Em compensação, nem mesmo os gênios são indispensáveis para a grandeza de um povo. O ideal romano, assistido por aquela tenacíssima educação, bastou para que os medíocres Metelos, Cincinatos e Cipíões afirmassem o incontrastável poder de Roma, mesmo em contestação com os maiores gênios do Mediterrâneo. Ali, no mundo antigo: o primeiro romano que conheceu os germanos pintou-os como tribos bárbaras, num viver primitivo e selvático (só comparável ao do nosso gentio tupi). Nem povoações estáveis, nem indústrias evoluídas, nem comércio regular, nem riqueza feita, nem propriedade individual, nem capacidade política... Montavam pirogas cavadas nos troncos, mudavam de terra, de ano para ano, moviam-se para guerrear e saquear... Davam o maior tempo às festanças, celebravam e cantavam as façanhas guerreiras, cultivavam o heroísmo... Lutavam heroicamente, mas **não sabiam fazer a guerra**, registra Cesar. Lutavam, principalmente, contra a civilização, em vista das suas restrições policiais e fórmulas jurídicas. Em verdade, os nossos potiguaras e tamoios não eram mais irredutíveis, nem mais ciosos das franquias comunistas da tribo do que as hordas germânicas em face do romano. Cesar assim as conheceu, e Tácito repete os conceitos de Cesar, justificando-os numa experiência de século. E, assim, Pomponius Mela, Veleius Paterculus, Dion Cassius... Dir-se-ia a irremissível inferioridade, cara à ciência fácil dos arianizantes. Momsen, alemão, em são critério germânico, teve de acentuar a condição dos seus antepassados: "... não tinham registros históricos, nem outros nomes que os distribuíssem, além dos de **nômades, soldados de fronteiras** (Suevos, Marcomanos)..." A própria tenacidade romana teve de

ceder, ante a selvageria dos indisciplinados germanos. Do Reno para lá, aquilo teve de continuar como o viveiro de onde saíam as ondas de bárbaros, a invadirem a civilização, que só aceitavam como dominadores. Os que por lá ficavam continuavam a barba-ria selvática dos tempos de Cesar. E assim os encontrou Carlos Magno. Vigor teutônico, em fórmulas latinas, o franco empreen-deu, não a conquista, mas a educação da sua gente; organizou-a, e, antes de três gerações, os irreduzíveis germanos tinham subido ao nível da civilização galo-romana. Antes de um século, dos encou-rados guerreiros, havia saído um povo que nunca mais deixou de ser fronteira de novas perspectivas no pensamento humano.

Os mesmos efeitos, de preparo e elevação, destacam-se em to-das as nações modernas, sempre que lhes tem sido preciso valor específico para manter o nível de civilização, ou para disputar primazia entre rivais. Na Inglaterra do começo do século XVIII, esgotada a aura da grande revolução e da reação restauradora, quando pareciam anuladas todas as energias nacionais, por todos os lados, a questão da educação foi tratada como o recurso mais próprio para soerguer as forças sociais e reviver o desenvolvimen-to do país. E o apelo se repetirá, em 1882... quando, finalmente, a palavra miséria andava em todas as bocas, como também em 1885-90, como remédio à flacidez em que se pronunciava o fim do pe-ríodo vitoriano. Na Alemanha, abatida a Prússia em Iena, quando o desastre já parecia queda definitiva, eleva-se a voz de Fitch, em deprecação de profeta, a pedir a educação do povo alemão, como o único remédio possível, na suprema desgraça. Fitch moveu os espíritos, e foi consagrado, depois, como o fundador da grande pátria germânica, essa que se impôs em Sadowa e Sedan. E o pró-prio Bismark, a justificar o sucesso, explicava: **Quem venceu foi o mestre-escola alemão**. O conceito foi repetido, sobretudo na França derrotada, e que, imediatamente, se voltou para o recurso infalível, em que poderia remir o desastre. E a terceira República

definiu o seu intento no programa dos chamados ministros-pedagogos. Ferry, Paul Bert... Começou pelo próprio Gambeta, o glorioso libertador do território, quando afirmava: “A instrução é mais do que a libertação do território nacional, porque é a libertação do gênio nacional.” Aqui mesmo, na América do Sul. Leiam-se as descrições dos próprios argentinos – do que era a vida pública, ali: dá para horrorizar... Vieram os governos educadores; Sarmiento foi um nome nacional, e dessa política formadora saiu a Argentina atual, dianteira do progresso no continente. Nem seria preciso lembrar o caso da grande República do Norte, com sua política de há um século, quando a questão da instrução do povo aparecia no programa de todos os partidos, para uma sincera realização. Ainda há pouco, os transees tremendos da grande guerra: foi no mais duro da campanha, em 1916, que a Alemanha, a procurar remédio para a crise em que se via, criou a escola nacional única, reformando, então, por meio da instrução, o processo de formação das elites, ao mesmo tempo que instituía o ensino profissional obrigatório – dos 14 aos 17 anos. Na Inglaterra, também em plena luta – 1917, o governo se voltou explicitamente para o problema da educação, e, reformando os respectivos serviços, elevou a sua dotação de dez milhões de libras, quando o total era de trinta milhões. Foi quando o Ministro Fischer, ao justificar o aumento, não hesitou em afirmar: “O dinheiro de mais rendimento é o que se emprega nos serviços da instrução.” Por isso mesmo, a República dos Sovietes, empenhada em fazer obra durável, apesar de empenhada numa extensa reconstrução, em luta com todos os governos da **Entente**, combatida pelas diversas facções reacionárias, quando ali ainda se morria de fome, deu à instrução todos os recursos possíveis, a ponto de que, logo no ano seguinte ao da Revolução, a imparcialidade de Wells, apesar de toda sua antipatia pelo comunismo, teve de registrar um serviço de ensino primário melhor que o da Inglaterra. Então, ninguém estranhará

a solidez dessa obra revolucionária, a mais formidável da história moderna. Parecia, em vista do seu radicalismo, e das infinitas dificuldades, uma revolução condenada ao fracasso; no entanto, multiplicam-se as provas de validez, que já fazem admitir como probante a arriscada experiência do leninismo. De sorte que, haja reação vitoriosa: mudará o cenário político, mas, segundo o universal testemunho, a Rússia antiga desapareceu irremissivelmente, que da obra educativa, empreendida, e em parte realizada pelo bolchevismo, sortiu uma Rússia nova, potente nas energias essenciais do seu povo.

Essa verificação, nos fatos, comprova deduções irrecusáveis. O homem, como produto da natureza, não existe: é a educação que o forma. Sim, como todo ser vivo ele só pode subsistir adaptado ao meio; mas, no seu caso, a importante adaptação refere-se ao meio moral-social, adaptação que resulta exclusivamente da educação. Tanto vale dizer: é a educação que socializa o homem. E, por isso, ela se torna, cada vez mais, uma função da vida social. Referimo-nos, explicitamente, à sociedade-nação, representada no Estado, como fórmula ativa dos direitos da coletividade. Então, impõe-se a conclusão: educar não é somente o dever, correlato do direito que tem a criança a ser levada à plena condição de homem; mas, sobretudo, o interesse social-nacional, de melhorarem-se as unidades, a fim de elevar o nível da nação. Somos 36 milhões de brasileiros, gente plástica acessível ao progresso, inteligência alerta, livre de preconceitos, cordialmente unida numa terra farta de recursos... e valem como qualquer amesquinhada nação de rala população, em esgotamento. É que, nesses 36.000.000 de criaturas, nem 20% estão nas condições de preparo, indispensáveis à plenitude da vida contemporânea. E, se tal perdura, o Brasil se perderá, para a tradição realmente brasileira. Incapacidade sobrenadando à ignorância: não poderia prevalecer uma tal fórmula nacional. Imaginemos, porém, que se formam e se preparam, próprios para

o momento, esses milhões de brasileiros... Ah! No dia em que eles forem criaturas capazes de compreender a vida moderna, bem servindo-se daquilo que o progresso lhes tem trazido; nesse dia, os destinos nacionais se dobrarão no sentido do mesmo progresso. E há que começar pela inteligência, início necessário de toda obra educativa: a consciência há de conhecer e aceitar, antes de conformar-se, e isto exige, antes de tudo, que se ilumine a inteligência. Ainda há objeções, quando se alega que a cultura da inteligência também se aproveita para o crime... São conceitos de ignorância, ou de quem se interessa pela ignorância. Nem há mais deslavada mentira do que o afirmar-se que a instrução tenha tornado em qualquer parte a massa popular mais imoral, ou degradada. Aí estão, para provar, os países, onde mais difundida se acha a instrução popular – Suíça, Bélgica, Alemanha, Norte-América, Países escandinavos... Quem ousará afirmar que aí, alfabetizadas, relativamente instruídas, as populações tenham decaído para o crime?

Além de valorizar as inteligências e definir lucidamente os deveres, a campanha de que resultasse a efetiva instrução, tinha de ser, antes de tudo, uma excelente escola de disciplina e de apuro moral: estudar significa metodizar o esforço, tomar conhecimento de si mesmo, conter-se para o trabalho assíduo e conscientemente livre. No entanto, admitamos que se indague: finalmente, em que consistirá a educação?... Em verdade, não basta repetir o termo, como se nele houvera qualquer mirífica virtude. Para dar a significação da obra educativa e destacar-lhe o valor, é preciso caracterizá-la, definindo-lhe muito nitidamente os motivos, para os efeitos necessários: uma corrente que se orienta com o prosseguir da vida consciente, na afirmação de novos valores humanos. Então, a educação que hoje se reclama tem de ser um treino sincero para as conquistas morais e sociais que se incluem no indiscutido ideal de humanidade, no sentido de uma solidariedade cada vez mais perfeita. A nação, organização natural, viva, faz-se,

por igual, do passado, presente e futuro, e é a educação que, guardando do passado o bem já conquistado, o depura, aliviando-o de todo peso morto, cuja conservação é mal, pois significa a própria fixação na morte. A humanidade se realiza em grupos nacionais, cujas glórias verdadeiras são as que incorporam as realizações de progresso e as instituições definidoras da civilização. Ora, a parte primeira da educação consiste na aquisição desse patrimônio – conhecimentos, métodos, fórmulas de ascendente moralidade. Daí, derivará, necessariamente, com o poder de cada nova geração, maior valor do homem, socialização mais perfeita da espécie, concretizada nos grupos nacionais. E temos o progresso assegurado com a consciência mais lúcida do interesse social e da elevação humana, o que significa ascendência do espírito sobre a materialidade, a justiça lavrando nos corações. Com isto, nenhum dos interesses legitimamente nacionais será sacrificado, e os grupos pátrios ganharão na medida em que se eleva o conjunto humano. Mas, tanto será possível sem o preparo educativo?

A vida social é a atividade harmônica que progride como se complica. Se, ainda humildes, queremos participar do progresso, e, porque somos humildes, temos de educar-nos para o complexo das relações humanas, compensando, na mesma educação, toda a inferioridade de que sofremos. Harmonia instável, móbil, a vida social se torna cada vez mais exigente, mais pedindo ao caráter e ao pensamento, à proporção que avança e se complica. Destarte, hoje, só há possibilidade de garantir os seus destinos, para os grupos nacionais onde cada indivíduo é um fator ativo e consciente. E porque a educação é, assim, função social, eminentemente garantidora, todas as grandes nações a incluem nos serviços nacionais, como dever essencial do Estado. O órgão da nação deve formar as unidades capazes de assegurar-lhe soberania e progresso. De fato, quando a tradição se desdobra em tantas instituições; quando, em cada pátria tantas atividades diversas cooperam, fora impossível

ter população homogênea em sentimentos, unida em destinos, sem um preparo especialmente dirigido nesse intuito. Pensemos agora no nosso caso – tanta coisa que nos falta, do indispensável a um povo livre, na vida moderna. Só um grande esforço educativo poderá levar o Brasil à condição de ser, de fato, senhor dos seus destinos. Temos que formar homens, e preparar brasileiros, para uma vida realmente próspera, disciplinarmente livre, na melhor aproximação da verdadeira justiça. Tanto nos é possível, no regime em que vivemos?... Tudo demonstra que os nossos dirigentes não sentem a importância do problema educativo, e, ainda que o sentissem, e soubessem resolvê-lo, não o fariam, que uma população assim feita não toleraria a realidade política em que é governada. No bragantismo aqui implantado, a extinção da escravidão houve que se fazer revolucionariamente: que dizer da extinção da ignorância, em que se escraviza a legítima nação brasileira?...

S emente de energia, terra sã e moça, condições propícias deram para um Brasil que pôde ser a primeira nacionalidade americana a manifestar-se. Mas, **Insurreição Pernambucana, conquista dos sertões...** afirmações peremptórias, como patentes vigor e perspectiva de grandeza na nova pátria, denunciaram-na à metrópole parasita, e que, votada ao parasitismo, tinha de anular esse vigor, para que pudesse exaurir a grandeza que se anunciava. Foi uma carreira bem contrastante: pronunciava-se a pátria brasileira, definia-se o seu valor, e Portugal degenerava, decaía, degradava-se, até abater-se aos pés do tradicional inimigo, para deixar o dilatado domínio ultramarino, símbolo das suas glórias, nas mãos do primeiro pirata que se atirou a despojá-lo... Só escapou, do que tinha preço, este Brasil, que, para continuar Brasil, resistira ao mesmo poderosíssimo pirata, e lutara, e o batera, já contra o desígnio e as ordens explícitas de Portugal, que aceitara a derrota, transigira com ela, e vendera do Brasil tanto quanto lho quis comprar o holandês. Destino sinistro: a mesma vitória do Brasil prendia-o a Portugal, que já era impudência de degradação. E, agora, a vida da pátria, que por si se libertara, será o debater-se contra um domínio que se convertera em garras a serviço das mais implacáveis ventosas. O Brasil se tornou a única razão de ser uma metrópole que, degradada, se conduzia pela política de dirigentes abjetamente incapazes, com ânimo somente

para a função de oprimir e espoliar. E, com isto, Portugal ligou inteiramente a sua vida corrompida à desta pátria, colou-se a ela: fez da existência da oprimida colônia o programa exclusivo da sua política, incluindo finalmente, a mesma política nos nossos destinos. Como contundia para dominar, e feria para fazer sangrar, essa política, colada ao Brasil, contaminava-o em todas as formas de direção social, até que a nova pátria teve de viver sob uma crosta de infecção. Porque fossem totalmente sinistros os nossos destinos, houve a conjuntura em que a totalidade política metropolitana para aqui se transportou, com o Estado português que as naus fujonas de D. João VI nos trouxeram.

Aqui plantada a soberania explícita do Estado português; possuído de uma vez pela política bragantina, para o Brasil não houve remissão possível. **Seis de março de dezessete** teve de ser um fracasso, para permitir o embuste da Independência, novas forças de domínio que farão fracassar 1823, e anularão inteiramente 7 de abril de 1831, tanto que em 1840, e na ordem que se lhe segue, encontramos a pura essência da política metropolitana – Vilela Barbosa, José Clemente, Calmon, Ribeiro de Rezende, Vieira Carvalho... de quem nem vale a pena indagar onde nasceram, tão idênticos são no essencial bragantismo. Então, foi possível normalizar o regime, por si tão dissociado da nação, tão avesso às suas legítimas aspirações, que a sua realidade nunca se pôde encontrar com a tradição já patente nos fastos da nacionalidade. E o Império houve que ser mentira de opinião, facciosismo no Sul, conservação da ignorância pública, exploração do cativo dos negros, perpetuação do mandonismo baço dos dias coloniais...

E como a nação continuava possuída por esse arcaísmo tórpido e mau, os patriotas brasileiros tiveram de ser arcaicos de ideal, pregando, nos fins do século XIX, como extrema revolução, a serôdia democracia de 1830, completando-a com a eliminação do cativo legal, instituição já condenada pelos republicanos de

dezessete. Significação total: o Brasil – domínio e exploração dos dirigentes de sempre, expressão de um regime em que persistia a submissão anterior, em favor da mesma classe política, sem correspondência com a índole das populações, infensa a todas as suas legítimas reivindicações, sem nenhuma justificativa para governar, a não ser o privilégio de predomínio que nela se mantinha.

Nação sem voz nos próprios destinos, condenada a ser o usufruto da incapacidade desonesta, depois de setenta anos de nominal soberania, este Brasil teve de repetir a malograda tentativa de 1831, pois que persistia aquela condição em que o ânimo patriótico tinha de incluir afirmações nacionalistas nas suas reivindicações democráticas, como brasileiro, republicano, nacionalista, jacobino etc., em 1889-96, assim como brasileiro, constitucional, nacionalista, liberal etc., em 1833-31. Fez-se o 15 de Novembro: novo malogro, mais grave que o de 1831-32, pois que, afastando o artifício do ajustamento monárquico, deixou a nu a ignomínia da classe dirigente, e deu em descrédito dos ideais democráticos. Com vistas às aspirações de justiça da nação brasileira, 1822, 31, 89... são datas vazias, substituição de títulos, momentos de ilusão, e em que, de fato, mais se agravou o mal, visto como, em cada um dos respectivos movimentos, legitimaram-se os dirigentes, sempre os mesmos, para a perpetuação do seu domínio. Desta sorte, resta-nos uma pátria a conquistar ainda, e a liberdade política a assegurar, e criar as próprias possibilidades de progresso social.

...

Que não se afrontem os ânimos livres e justos, com esses reclamos em nome da **pátria**. Velhos e desumanos preconceitos têm pervertido a ideia, aliando-a a tiranias e injustiças. Tal acontece para as nações guerreiras e conquistadoras, onde a tradição nacional inclui a **glória** de um passado guerreiro, invocando-se a pátria em pretexto de novas guerras e mais injustiças. Então, a classe dirigente se torna bem representativa dessa pátria agressiva e

inumana. Não é esse o caso da nação brasileira, cuja legítima tradição se definiu em oposição aos dirigentes, representativos, bem explicitamente, de interesses e motivos adversos à nacionalidade que surgia. E como a política dirigente é a mesma, o sentimento de nacionalidade, aqui, define-se como afirmação e defesa da **pátria brasileira**. Sim: a verdadeira tradição nacional, e toda a nossa razão de ser no seio da humanidade, é a história desses milhões de ingênuos, explorados pela política bragantina, persistentes, apesar de tudo, esses infelizes, cujas dores construíram o Brasil. Explorados, subjugados, escravizados, aviltados, espoliados de tudo, eles deram feição e tom ao povo brasileiro, dominado, paria na sua pátria, reduzido à condição de não existir em consciência de nacionalidade, ou de resgatar a pátria, de que carece para o pleno sentimento de humanidade, pois que a nação existe, apenas, como serventia de uma política de feitores, em que se continuam as fórmulas da metrópole. E, já agora, há que purificar a pátria brasileira desses três séculos de incorrigível bragantismo.

Não há humanidade abstrata. Como socialização imediata, existimos numa tradição nacional; e é nas suas perspectivas que compreendemos a solidariedade humana, de que participarão os nossos destinos. Incluídos nesse concreto de relações sociais, aproximados na afinidade das consciências, reconhecemo-nos na ideia nacional, e sentimos patrioticamente, pois que somos humanos. Não há que sair daí. Nem os mais desabusados comunistas, a baterem-se contra os preconceitos em que se degradou a ideia de pátria, negam a realidade e legitimidade dos sentimentos que nos ligam à tradição da pátria donde viemos.

A ouvi-los hoje, os comunistas franceses dizem-se os legítimos continuadores dos convencionais de 1893, que **internacionalizavam** os seus esforços pela liberdade, e, nesse mesmo empenho, lembram que aqueles revolucionários diziam-se **patriotas**, por isso que lutavam por libertar a sua pátria. De fato, patriotismo

é o sentimento próprio para movimentos daquela intensidade. Fórmula afetiva de defesa e solidariedade nacional, ele só é explícito na consciência com as crises, da mesma defesa, e os transe de reivindicação da pátria, condição de vida para o grupo. Fora daí, o patriotismo é, apenas, a surdina de instintos de conservação geral, uma sorte de sentido coenestésico, pronto a valer na consciência quando se rompe o equilíbrio – saúde, como quando ameaça falhar a adaptação social às condições do meio e da tradição. E isto nos dá a medida da insinceridade dos políticos quando se justificam no patriotismo, e por ele explicam a ação e o poder do Estado. Nos melhores casos, será o sentimento do dever, a dedicação à justiça, a honestidade e dignidade pessoal, corrigindo a ambição, a conduzir a sequência de esforços do estadista, que, sistemático, calmo e lúcido, não poderia inspirar-se, orientar-se e estimular-se no patriotismo, essencialmente explosivo e conjuntural. Então, há a distinguir, no caso: **emoção patriótica, que é a explosão** defensiva de conservação nacional, e **adaptação pátria**, que é o ajuste necessário do indivíduo social ao meio, à tradição e à organização nacional, condição indispensável para a plenitude de consciência. Tudo isto assenta no instinto de conservação social, e o patriotismo explícito, emotivo, é sempre a convulsão que assegura ao grupo essas condições indispensáveis a sua plena realização humana.

Na refração do nosso caso, temos de conquistar ainda a pátria, até agora conspurcada, aviltada em usufruto de políticos vivedores, exonerados de todos os escrúpulos, sem hesitações de pudor, alastrados sobre a nação, em maligna pertinácia, invencível aos processos normais de regeneração. Há que arrancar violentamente todo o tegumento em câncer, e os veios de contaminação: é a conclusão que se impõe, após a longa verificação de onde viemos. E, por que temer dos termos?... Para ter ação na realidade da vida, temos de encará-la de face, superior aos preconceitos que

conturbam e desviam as soluções indispensáveis. Só deste modo teremos a franca e desenvolvida significação dos seus motivos, para justiça e eficácia da ação. O termo dos sucessos não os escolhemos, nem mesmo a forma necessária das soluções. Longos desenvolvimentos de que participamos, tomamos conhecimento deles, e já é muito se lhes discernirmos o sentido, para inferir o dever em que nos alistamos, sem direito de tentar desviar destinos e iludir soluções. Ora, não tem sido a política dos nossos mesquinhos dirigentes: dilatar os prazos do destino para onde gravitamos, iludir as crises que esse retardamento tem produzido. Não compreendem, sequer, que fatalmente chegará o momento em que **Sansão não quererá mais trabalhar para os filisteus...** Nem há lucidez sincera que admita possam as formas da nossa política tradicional manterem-se indefinidamente. Postam-se na soberania, que são os seus próprios interesses; dizem-se governantes, que devem persistir em nome da ordem, e, assim, privilegiam-se em donos do Brasil.

Governar, conduzir é construir a própria estrada por onde se conduza a nação. Pensemos, agora, nos engenheiros da obra, o material com que trabalham, os lineamentos apontados na construção: tudo falho, ou impróprio, e já podre... Pois há de esta pátria realizar-se numa tal construção?... O valor dos seus dirigentes, profusamente demonstrado na essencial incapacidade, é a própria insuficiência em que nos apresentamos ao mundo. Sim: este Brasil tem sido deles, e aparece no que eles têm feito. Com quanto têm contribuído para a vida moderna? O povo, tranquilo, bom, educável, assimilador, não oferece dificuldades a quem saiba e queira conduzi-lo para o progresso; no entanto, somos como o rebotalho da América, tanto nos mantemos num passado que, em todo o seu peso de morte, só lembra opressão e miséria. Já não vemos contra eles os processos da política normal e corriqueira, pois que nunca fomos um país de opinião, e os políticos profissionais,

cada vez mais desbriados, não têm nenhuma reserva na espoliação opressiva como governam. Então, já não se trata de conservar um regime, e zelar pelo passado de instituições outrora fecundas, mas de intensificar a ceva em que se decompôs a já degradada política tradicional.

...

Em verdade, que significação pode ter, para o Brasil, a política de conservação? Nos povos experimentados, quando a sucessão dos governos corresponde aproximadamente à opinião do país, para o desenvolvimento das suas tradições essenciais, a política de conservação será uma forma de equilíbrio, porque o passado vale como lastro nas oscilações de sempre e manancial de indicações, ao longo da evolução necessária. Então, ele é, de fato, a chave do futuro. Mas, para nós, quando o passado incorpora, apenas, o bragantismo alastrado no oligarquismo reinante, a política de conservação significa soterramento na podridão crescente, que é o mesmo passado. De tudo que é história, no Brasil soberano, só temos a conservar o que nunca se realizou: o sonho de liberdade e justiça para a plena expansão desta nacionalidade, em gênio americano-brasileiro. Esta, sim, será a chave dos nossos destinos. E, no inevitável duelo passado-futuro, não há que poupar, até a total eliminação de todo o mesmo passado, que só tem sido mal. Nesse prosseguir, a nação brasileira afirmará a sua capacidade de realização no mundo moderno. Em vista dessa política apenas conservadora, o Brasil arrasta o peso de um exército e uma armada, quais nos legou o Império bragantino. À parte o soldo, a República nada lhe alterou de essencial. Enquanto, isto, imagine-se, aplicada à obra educativa, a forte soma dos orçamentos militares!... Seríamos, hoje, um dos povos bem-situados na frente do progresso americano, sem que em nada perdêssemos – como capacidade de defesa nacional. Mais eficaz, certamente, do que a especializada organização guerreira como a possuímos, já obsoleta,




já copiada no mesmo critério em que copiam os muitos e sucessivos uniformes do garbo crioulo. Se, ao menos, tivéramos o exército e a marinha que nos convém! Um serviço nacional realmente educativo, necessário concurso de todos à comunidade, onde os brasileiros se encontrassem para o convívio da absoluta igualdade, desembaraçados dos triviais convencionalismos; um serviço qual o ideou William James – escola de disciplina e metodização de esforço...

Esta América, tão vasta e tão propícia, tão falta, ainda, de humana energia: por que subtrair-lhe, da atividade sã e útil, todos esses milhares de homens dos arcaicos exércitos que os respectivos governantes se obstinam em conservar? Por que esgotar-lhe os melhores recursos com as inúteis despesas a que as obriga esse militarismo, que, na história, só se explica pelo despotismo da metrópole sobre as colônias, e a necessidade, nestas, de lutar contra a opressão? Condoídos pela sorte do resto do mundo, americanos, vivemos numa paz tão real que nem os fermentos do militarismo **conservado** a perturbam seriamente. E se os que fazem a política fossem capazes de compreender as verdadeiras necessidades da América, com a lição dos últimos anos, seríamos nações redimidas de batalhões, couraçados e canhões. O infame **se vis pacem, para bellum...** teve o irrefutável desmentido. No caso do Novo Mundo, **exércitos** e **armadas** só existem para levar-nos, mais dia, menos dia, à barbaria e estupidez da guerra. **Desarmada** – das armas clássicas e obsoletas, apenas disposta a defesa contra o imperialismo do resto do mundo, a América estaria liberada de guerras, pois que, convenientemente preparados para a defesa geral, acordes, americanamente, para tal defesa, estaríamos isentos de ataques, que não haveria tonteira de imperialismo periclitante, bastante alucinante para empreender um ataque contra a América confederada para a mesma defesa. E se ainda há quem indague: Como garantir-nos, eficazmente, sem exército?... Responda

a insofismável questão: Haverá quem pretenda que a resistência a um verdadeiro ataque se possa fazer com a organização militar que possuímos? Cada vez mais, a eficiência da guerra é função do preparo geral da nação, preparo que nada depende de galões e aquartelamentos: cultura física, treino de solidariedade imediata, verdadeira educação cívica, com vistas à liberdade e justiça, formação de ânimos que não aceitem a conquista e a injúria do estrangeiro, instrução nutrida de legítima ciência, eis o que pode garantir, atualmente, um povo contra as investidas das nações imperialistas. E caberia ao Brasil, o que mais pecou, em imperialismo entre os ibero-americanos; caberia a ele dar o exemplo desse ânimo de paz intransigente. Não nos detêm preconceitos, nem há, na alma da nação, nenhum motivo essencial a contrariar o propósito de paz, nenhum afeto ativo que não seja de simpatia americana. Pecamos, mas o pecado tanto foi exterior ao sentimento brasileiro que bastou o 15 de Novembro: esse desfecho, que nada mudou na essência dos processos políticos, mudou inteiramente a feição das nossas relações interamericanas. Com a mesma facilidade passaríamos ao cordial desarmamento, se não pesasse sobre os nossos destinos o estúpido, injustificável e inumano conservadorismo, em que os agaloados e mais privilegiados desta pátria perpetuam os seus privilégios.

• • •

Sofre o peso mortífero dos conservadores, compreende-se a fatalidade que a isto condena as sociedades nacionais; mas não se justifica o fato em face do progresso. Pelo horror ao esforço, ou tendência ao repouso, insiste o homem em apegar-se ao passado, que lhe poupa a fadiga de novas adaptações, e exagera, ainda, o seu valor porque aí se incluem, finalmente, todos os privilégios de classe. E assim se explica o enorme prestígio do passado. Nem por isso se deixou a humanidade fossilizar, incrustando os destinos nas estratificações mortas das eras, como querem os irremovíveis



conservadores. Se há patente superioridade nos povos que compõem as civilizações atuais, toda ela está em lutarem vantajosamente contra o peso do que já foi, destruindo-o, mesmo, quando ele já é entrave, afastando-o, para não ficarem mortos com ele. Quando o progresso oferece o vapor, abandona-se a nau, pronto a preferir ao paquete o avião, desde que este possa substituí-lo, na plenitude das suas vantagens. O mundo moderno formou-se com o aristocracismo implantado pelos que abateram a idade clássica; mas, quando foi preciso, substituiu-se ao aristocracismo a democracia burguesa, com que se refizeram as sociedades ocidentais para a transformação industrial. Com essa burguesia, na essência dela, o capitalismo, sobra da riqueza industrial, aninhou-se em privilégios, que ameaçam suplantar a mesma civilização pela injustiça, que já se derrama em abjeta tirania. Anuncia-se o remédio: uma política orientada para os que trabalham, e cuja pena permitiu acumular-se riqueza, política onde a capitalização se faça em benefício da comunidade, não havendo outros direitos além do mesmo trabalho.

Pois não é verdade que a humanidade não pode continuar assim: dividida em espoliados e desfrutadores, trabalhadores e dominantes, toda produção organizada no exclusivo interesse dos que detêm o capital, indiferentemente às legítimas necessidades dos que consomem, sem atender à sorte dos que, de fato, trabalham, subordinando-se a efetiva política econômica aos motivos dos potentados do capital?...

Finalmente, compreendem todos que tais formas sociais não podem perdurar; mas, não há meio de que a indispensável e radical reforma se faça na simples decorrência da política normal, pois os que desfrutam os formidáveis privilégios financeiros e econômicos, servidos pelos que exploram imediatamente o governo, formam o bando que resiste e resistirá ferozmente, e, com ele, é todo o passado mau que se perpetua. Só há um modo de ter

razão contra uma tal resistência: a destruição do mesmo passado, para integral substituição da classe dirigente, com a sua total inclusão na grande massa dos que trabalham e produzem.

Em verdade, pode bem não haver destruição material, ou extermínio de gentes; fossilizados e inajustáveis à realidade da vida, ou já em decomposição de mando e riqueza, os dirigentes que aviltam esta pátria estariam irremediavelmente afastados, desde que passássemos pela verdadeira revolução. Que poderia subsistir desses privilegiados desde que se substituíssem os processos políticos, e surgissem, em franca realização, legítimos programas de formação social, com que se corrigissem os costumes institucionais que incorporam, finalmente, a tradicional política? A própria incapacidade os aniquilaria. O que viesse substituí-los valeria como renovação.

Na vida social, nenhum progresso essencial se obtém sem isto, porque toda forma em que o passado se impõe é embaraço explícito ao progresso, e define-se como fórmula de recuo, ou, tanto vale dizer – condenação à morte. No prosseguir dos destinos, a nenhum povo é permitido parar: seria retroceder deixar-se abater. As ondas da vida, cada vez mais impetuosas e precipitadas, ou o levam consigo, ou, fazendo o seu caminho, abalam, derruem, abatem, submergem, e fazem destroços, que serão base de mais vida. Para nós, enquanto ainda pacificamente parados, já nos submergimos num dique de despejos... Há que romper o dique, e que nada subsista da muralha pútrida que o fecha. Tudo que se poupe das formas sociais em uso, fará subsistir a mesma infecção que se nos comunicou nos veios do Estado português-bragantino que herdamos...

Dessa infecção tem de se curar o Brasil, se não aceitar diluir-se em miséria. De fato, um transe que de todo extinguisse a passada experiência política, até da memória das gentes, seria alívio, pois que ela nada contém que mereça ficar em lembrança. Nada que

não sejam – dores, torpezas, degradação... E nisto se fechou esta pátria, até o intolerável abafamento de hoje. Ora, não é sem riscos que assim se submerge um povo, até a asfixia em podridão. Antes que expire, agitar-se-á, convulso, em purificante revolução. Em verdade, o Brasil ainda não fez a sua revolução; e, já agora, se houvera lógica nas coisas, seria a radical e desenvolvida renovação, em que surgisse efetivamente outra política, e se regenerasse inteiramente a tradição governante.

Ou esse ânimo, ou esperar covardemente a morte em decomposição, porque nenhuma nação tem sequência de soberania e liberdade sob tais dirigentes. Tédio de saciedade, suco de podridão: nas camadas dominantes, aboliram-se os entusiasmos que retemperaram e desviaram-se e anularam-se as vontades para uma longa obra nacional. E o movimento de regeneração tem de vir de baixo, do próprio povo. Sim: porque dos que vêm governando, e que só discordam da torpeza quando não estão dentro dela, des- ses, só podem vir levantados interesseiros, mazorcas para agravação de misérias, e onde os sinceros são heroísmos perdidos; levantados que são, de fato, assaltos ao poder, em sede de mando e fome de proventos. Falta-nos a verdadeira revolução **conquista do poder por uma classe que nunca o ocupara, em vista impor ao grupo todo um novo padrão de valores...**⁵¹

Para lutar e vencer a estrutura maligna que nos engloba politicamente, só formas absolutamente novas, em energias redentoras. Aliás, é esse o processo necessário, de progresso político e social. Instituições e regimes são formas estruturais, em correspondência de épocas e de necessidades. Passam as épocas, surgem novas condições sociais, e as formas preexistentes se

51 Blanqui qualifica explicitamente a relação entre a minoria agitante e a massa: “Os desclassificados, exércitos invencíveis do progresso, são o fermento que entumece surdamente. Amanhã, serão a reserva da revolução... (*Critique Sociale*, t. I, pág. 220).

patenteiam impróprias. Impróprias porque estão gastas e viciadas, impróprias, principalmente, porque as novas funções a que têm de servir são, sempre, bem mais complicadas, exigindo, por isso, mais inteligência que robustez, mais maleabilidade do que duração, mais dedicação do que força. Indiferentes ao grande mal, os eternos desfrutadores da injustiça fingem humanidade e liberalismo, a realçar um plano de horrores, na perspectiva da revolução. Contemplemo-los, porém, em ação, e teremos a notação justa do que lhes vale o coração. Uma só conjuntura: a crise de 1870, na França conduzida pelo conservador Thiers, que preferiu que o exército alemão tomasse Paris, para todas as consequentes imposições, a armar a Guarda Nacional, popular, que realizaria a revolução, e quando esta se pronunciou, vencedor, senhor, ele fez fuzilar as centenas de inermes, sem outro crime que o de serem os mais desgraçados, numa pátria levada pelos respectivos dirigentes à **debacle** e à **humilhação**. E, tanto era justa aquela Comuna de 1871, que os mesmos dirigentes logo trataram de fazer esquecer a ferocidade da repressão: perdoaram-se todos os condenados, e o povo de Paris nunca deixou de fazer, todos os anos, a sua piedosa romaria ao **Muro dos Fuzilados**. Voltando-se para os hipócritas que condenaram a ação revolucionária, com todas as suas necessárias violências, Kropotkine tudo justifica, das acusações contra o povo: “Sofrestes como ele?...” Antes do príncipe, irreduzível revoltado, já o nosso Felício dos Santos, ao contemplar a sorte da antiga colônia dos Braganças, havia dito: “Quem não desculpará os excessos de alguns, em represália a séculos de sofrimentos?”⁵² Em verdade, tudo que possa haver de justamente acusável nos excessos revolucionários tem como responsáveis verdadeiros os autores das longas injustiças sociais, e que, senhores dos destinos de um povo, tudo fazem para conservá-lo jungido e espoliado. Chega

52 *Op. cit.*, pág. 220.

a ser de mau gosto, ou declarada estupidez, criticar e condenar cominatoriamente os detalhes de uma legítima revolução, tão indispensável à salvação da justiça, como difícil de realizar dentro da mesma absoluta justiça. Não há, na história, maior dificuldade.

• • •

No avançar pela vida, as sociedades, de mais em mais complexas, tornam-se cada vez mais instáveis, isto é, mais possuídas do espírito revolucionário, ou, se o termo horripila, mais infensas à rigidez das fórmulas e à fixidez das estruturas. Se não, voltemonos para o mundo dos nossos dias – um generalizado fogaréu: grande guerra, revoluções e mutações intestinas que nela se incluíram, propagandas intensíssimas, perspectivas de revolução essencial por toda parte, e esse generalizado mal-estar em que os povos se agitam... Que significação poderíamos dar-lhes? São as fornalhas em que se fundem novos moldes sociais, desenvolvidos e difíceis, como são complexas e múltiplas as formas vivas a que têm de servir. Ora, o Brasil que vem atrasado de séculos, e nada tem de válido a conservar, há de arder, nessa obra revolucionária, que nem chega a ser renovação, mas tardio nascimento. Repete-se: que a necessária regeneração tem de ser inicialmente uma obra de educação e formação do povo.⁵³ Sem dúvida: é indispensável que a massa da nação brasileira suba de nível – mental e social, mediante sistemática educação. Mas, tanto só se realizará quando o povo for senhor dos seus destinos. No mesmo lance em que se esbocem as novas formas políticas e sociais, com as instituições de legítima justiça se definirá o ideal de educação, e criar-se-ão os modelos e processos, em correspondência com o mesmo ideal.

⁵³ Quem escreve estas páginas assim pensou, e assim o disse, mais de uma vez. Desde, porém, que nos voltamos especialmente para as condições políticas e sociais desta pátria, houve de reconhecer a inanidade do intuito – esperar que os tradicionais dirigentes façam a conveniente educação da massa popular.

Aqui, não se dará nunca que os dominantes preparem a massa popular para ser a efetiva soberania da Nação. Equivaleria a realizar a própria revolução. Mesmo que a prática da democracia se faça com absoluta sinceridade, o grande número, absorvido pelo ganha-pão, não terá meios, nem lazes, para o tirocínio de preparo geral. Destarte, os dirigentes democratas podem derrear-se em liberalismo, multiplicar os cuidados em prol da instrução e da educação, sem que isto venha redimir a maioria, os trabalhadores, da inferioridade em que se encontram, e que reflete os formidáveis privilégios econômicos e financeiros a que essa maioria tem de servir. A esperar que uma educação inicial nos leve à indispensável renovação, esperaremos eternidades, numa expectativa que será necessariamente agravação de misérias. No Império, protelava-se a democracia, porque **não tínhamos povo educado para o regime...** e setenta anos de realeza não o preparou. Na República, elimina-se igualmente a democracia e condena-se a liberdade, também na alegação do impreparo do povo para a política de liberdade e de opinião... E nos trinta e sete anos de República, mais nos afastamos da indispensável cultura das massas. Esperar ainda, seria arriscar todo o futuro desta pátria, e, ao mesmo tempo, inverter a ordem necessária dos sucessos: a energia que lhe domine os destinos, tem de ser a que dê o longo e intransigente esforço educativo. Há, no anônimo brasileiro, dons de inteligência e de coração para uma vida mais elevada e digna que a atual? Então, entreguemo-nos à sorte e deixemos que se cumpram os nossos justos fados. Contemos com o espontâneo das energias sociais, num povo em revelação de gênio e daí só poderá advir, com a exaltação dos transes, grandeza humana e justiça remissora. Nas vascas da catástrofe, o caos se organizará, em formas tanto mais puras quanto mais candente se fundiu o passado, certos de que, por mais duras que sejam as provas desses transes, e por muito que se estendam, nunca serão para tantos

males e tanto sofrimento como os resultantes dos séculos vividos sob a gerência dessa política de domínio gozador.

Contudo, mesmo aceitando essa afronta ao imprevisto, é legítima a hesitação, e que se perscrute nesse imprevisto: como poderá esta pátria investir para a libertação, e ensaiar as formas de um destino melhor, se se encontra tão nula e desorganizada?... A verdade, já patente, repete-se em todas as bocas: não bastaria substituírem-se situações políticas, ou, mesmo, reformar substancialmente as instituições, pois que se trata de defeito essencial, sanável, somente, no depurar e reformar os caracteres, em virtude de ação, com a consciência de deveres livremente aceitos. Tanto vale admitir: é toda vida social a retemperar, numa obra para a qual não se prestariam, evidentemente, ânimos gastos e viciados, nem as doutrinas que justificam a tradição política prevalecente até hoje. O mundo brasileiro permanece abaixo do nível humano, abatido sob a degradação dos seus dirigentes, não como qualquer efeito acidental e transitório, mas na expressão de uma tara constitucional. Só há um remédio – substituir aquilo que já é degeneração e tara. A necessária elevação de nível tem de fazer-se em revelação de energias primeiras, esforço para a vida, por parte desses que sufocam, acamados ao peso da miséria **superior**; energias primeiras como vontade de efetiva afirmação, numa nação que não deve morrer. E como a massa do povo é ainda valor indefinido, há de contar, repita-se, com o espontâneo dessas mesmas energias essenciais: a premência das necessidades revelando caracteres de ação, delineando programas, definindo formas... surto social num povo que ainda não se pronunciou.

Tudo isto, porém, é vago, quase indefinido. Se devemos nomear formas sociais a realizar, como classificá-las?...

...

Em verdade, o surto revolucionário já não é confiança vazia, esperança a esmo, ou construção com o simples fortuito. As pátrias

existem, e podem retemperar-se porque, há, trabalhando para elas, imperecíveis motivos sociais, como há incoercíveis princípios cósmicos. Destarte, progridem as formas políticas e morais, apesar da eterna resistência das estruturas mortas. Quando a revolução alcança realmente as almas, as individualidades chegam ao sublime da eficiência, porque a consciência humana tem franca possibilidade de significação, a concentrar energias na forma de caráter, a transformar valores cósmicos em dados psíquicos. Bem sabemos que a vida em forma humana não é, apenas, expansão espontânea, nem a crua imposição dos instintos; mas, dialética, critério de razão, pensamento a desenvolver-se, disciplina moral e política, estreita solidariedade na justiça... Na base de tudo, porém, estará sempre o instinto, válido imediatamente como simpatia, generosidade, compaixão... primeira forma consciente da realidade social. E toda a evolução humana consiste, justamente, na ascensão dessa realidade instintiva para a plena moralidade e a justiça. Ora, nesse fim, a explosão revolucionária vale como depuração súbita, idêntica à **mutação** de formas, patente e necessária, na marcha social e na evolução biológica. Então, verifica-se, em toda luz, que o homem se torna fator decisivo do caso: a experiência acumulada na espécie é condensação de energias psíquicas, que a descarga – revolução transforma, imediatamente, em ação reformadora. E o realizador, político e social, tem a significação do gênio, como no puro pensamento. Cada criação mental é uma revolução de ideias, como toda verdadeira revolução é criação social. Em verdade, a mediania e normalidade nada valem para a reforma em ascensão, nem bastam para a marcha conquistadora. O pensamento original tem de quebrar os conceitos correntes para reinar nas consciências; e renovação social pressupõe convulsão para a lógica transmutação das formas.

Não importa que na base de tudo estejam os mesmos motivos essenciais – fome, amor, compaixão... São estímulos indispensáveis,

mas não limitam a socialização a prosseguir. A fome põe à prova a inteligência, para que se multipliquem incessantemente as possibilidades; o amor, difusa simpatia, ou intensidade de afeto, lhe é energia primeira, essencial; a compaixão, primeira renúncia pessoal da animalidade que se eleva, já não se confunde no biologismo – **fome** e **amor**. De tal sorte, invocada essa base instintiva, havemos de reconhecer que a fórmula nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça, e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade. Assim, distantes da origem, ficamos em face do fato social por excelência – a reação recíproca das consciências. Então, é possível a reação explosiva, em que se quebram as velhas sínteses, efetivamente resíduos de ordens preexistentes.

Haverá fatores, na indefectível revolução; pronunciar-se-ão motivos, fulgirão ideais... o bastante para precipitar o desfecho; mas os determinantes efetivos estão na própria natureza da vida social. A massa popular, na iniludível necessidade de viver, em assomos de simples afirmação, destruirá irremissivelmente a estiolante e infecunda organização que a acabrunhe. Nas consciências ecoará o ideal anunciado, e – para nós – ao influxo da bondade essencial das almas, nos desejos que se despenharão, devem desabrochar as energias virgens e reveladoras, próprias para as formas em que realizaremos a justiça que nos qualificará, finalmente, no conjunto humano. De tanto repetido, o termo perdeu prestígio, como a mesma ideia, pretexto, até, de opressão, ou afastada como simples abstração a serviço da utopia. No entanto, é a **justiça** o objeto real da sociedade humana. De fato, só a têm como inacessível abstração os que tomaram o nome para armar a garantia dos seus privilégios, e não podem levar a mente a outros conceitos além dos mesmos privilégios. Apesar disto, e de quanto vilipendiaram a expressão, ligando a respectiva ideia ao



juridismo – instrumento dos dominadores, é ela que faz a própria luz dos ideais em que se reclamam as reparações indispensáveis. Nem seria de outra forma, porque na justiça se inclui toda a relação entre o problema político e a questão social. Por isso mesmo, tanto ganhamos em verdade de justiça, tanto predominam na política os aspectos sociais. Nem há, na vida atual, mais importante problema para o Estado.

E aí está a mesma razão de ser da liberdade, e por aí se explica o descrédito crescente da democracia: da liberdade organizada em democracia, esperava-se a melhor justiça, e como, finalmente, não há realização de justiça; parece não ter razão a liberdade, e deprecia-se a democracia... Falharam, então, as duas? Não. Atendamos, no entanto, que se elas são condições políticas indispensáveis, não bastam, ainda, para a completa solução do problema social. A liberdade será sempre aquela **coquete** de Gandry – **difícil de conquistar, e mais difícil de satisfazer**, justamente porque não é um **valor próprio**. Respeita-se o indivíduo, e reclama-se para ele uma **livre** atitude, para que, em cada caso, a sua consciência possa dar, em solidariedade de efeitos, a plenitude do seu valor. Com isso, a **maioria** pode e deve ser soberana, pois que, na franquia das reações, as individualidades irradiantes, válidas como elite, fazem, finalmente, a efetiva direção social. Destarte, o grande número deixa de ser um peso para valer em consagração. Os direitos individuais resultam em possibilidade de bem geral, salvaguardados sempre os interesses da comunidade. Mas, subentende-se que essa democracia livre é apenas o acabamento de uma obra pronunciada revolucionariamente. Foi a revolução a criadora, não a simples liberdade. A fórmula democrática, se sincera, manter-se-á como recurso de educação política e livre jogo de opinião, sendo certo, no entanto, que tal liberdade nunca produzirá que a classe dirigente, dominante, abra mão do poder em benefício da que ainda é a de oprimidos, espoliados e dominados. Tanto só se



obterá na eliminação dessa mesma opressão. Por isso, vencedora, nenhuma revolução sai de si mesma para ser, imediatamente, manifestação democrática, quando, todavia, ela vem para realizar a essencial democracia. Tal se verifica no momento político das grandes nações democráticas: a democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital. Senhora dele, uma minoria pôde subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas, e, arrimada nos direitos patrimoniais, pessoais, exige a garantia dos privilégios de fato em que está montada, privilégios que significam justamente o sacrifício do grande número. É, esta, uma situação que só se pode resolver revolucionariamente. Não fora essa usurpação do Estado pelas minorias privilegiadas do capitalismo, e a democracia, a verdadeira, traria a plena realização do indivíduo, ao mesmo tempo que se confundiria legitimamente no comunismo. O **Direito** existiria pela vantagem do jogo social, mas valeria no avesso, o sincero **dever**, em toda a essência religiosa do conceito.

• • •

Concretamente, que se pode esperar, na necessária e inevitável revolução brasileira?

O Brasil apresenta-se em condições históricas muito próprias, com uma situação de época e de local muito específica, sem identidade imediata com a dos grandes povos do Ocidente, onde as reivindicações reparadoras estão definidas, na intensa propaganda revolucionária dos últimos decênios. Toda a diferença que haja, porém, será para tornar mais justa, e relativamente mais fácil, a definitiva e integral renovação de que precisamos. Em todos os povos cultos, de longa evolução, por essa mesma evolução se delineou o sentido da revolução, definindo-se explicitamente o seu objeto. São os povos que, sob a política da burguesia capitalizadora,

chegaram à plena expansão industrial, de que resultou distinguir-se a nação nas duas classes típicas: a do trabalhador, proletário, votado à miséria, por isso mesmo que trabalha, assalariado, escravizado economicamente ao capital; e a dos desfrutadores, senhores do capital, e, com ele, dominadores, servidos pela récuca dos parasitas, no apanágio das altas funções do Estado. Então, a revolução, francamente pronunciada, assistida de toda a justiça, é para a solução – social-comunista. A classe dos trabalhadores, já consciente do seu valor, organizando-se ativamente, e melhorando constantemente o seu preparo, reclama desafortunadamente a ascendência política, em relação com a significativa condição do **trabalho**, essencial na produção, e em face do qual o capital, acumulado como riqueza particular, não passa de espoliação. E dá a gestão política aos que realmente valem, como trabalho e produção, e que as reservas da mesma produção, a riqueza feita, tenha significação explicitamente social, gerida pela comunidade, para benefício dela. A batalha, rudemente travada por toda parte onde o proletariado tem consciência do seu valor e da justiça da sua causa, já não pode deixar dúvidas quanto ao desfecho. Não importa que, na perspectiva da derrota, com o desespero da morte, os dirigentes de algumas nações tenham levado a reação até a destemperada tirania fascista, ou a apavorada eliminação de liberdades políticas essenciais, como os torys destes dias – a renegarem a tradição política britânica do último século. Pouco importa: são oscilações de longa campanha, e que não desviarão o resultado final.

No Brasil, a situação, por mais retrógrada, torna-se mais simples e fácil, ao passo que nos **grandes povos**, solidamente organizados, a complexidade e solidez são dificuldades imediatas. Nações tradicionais, de grande riqueza, ou longa história, elas todas têm, nas respectivas classes dirigentes, uma parte muito importante e significativa da substância em que se formaram. Desta sorte, se

essas classes representam a oposição constante à radical reforma social, também incorporam o que há de mais explícito no passado guerreiro, ou aristocrático, e na transformação industrial da pátria. Inglaterra, França, Holanda, Itália, Alemanha... existem sob governantes que se ligam a uma tradição nacional arrogante, porque é patente – conquistas, glórias guerreiras, e toda a organização política eficiente no passado. Enquanto isto, no nosso Brasil, os dirigentes correspondem, apenas, à misera insuficiência em que continuam, e que não poderia ser parte essencial da nação. Nestas condições, com a vida rudimentar e falha que fazemos, quando, não há grande riqueza acumulada, nem complicadas e extensas organizações de produção capitalizadora, fácil e pronta seria a renovação revolucionária, mesmo no sentido que a evolução e a experiência humana estão apontando. Sim: não nos fecham, para a essencial reparação, nem privilégios milenários, nem específico poder da classe dirigente, nem emaranhado feudalismo financeiro, realmente nosso, estendido na trama social como ostensivo domínio. Tudo que há são esboços, que, fatalmente, se estenderão se o campo lhes for indeterminadamente deixado. Como temos de sair da insignificância vil em que estamos, a saída é franca...

Nisso se resume a relativa facilidade do nosso caso. Quem nos levará, no entanto?... Aí começa a suprema dificuldade, na inadiável remissão da pátria brasileira. Todo o argumentado até aqui – **Brasil na História, Brasil Nação**, e que é a história de dois séculos, demonstra-nos que não se pode esperar que venha de cima a obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente, fator constante nas nossas desgraças. Sem poder contar que o conduzam à forma política e social conveniente; não devendo adiar a solução, pois o mundo transbordaria sobre nós: é o próprio povo que, pelo seu pé, tem de sair, aproveitando a porta larga que a própria história lhe fez. Não basta, no entanto, apontar a solução final, nem ela se poderia fazer na fórmula simples

enunciada: é um movimento para a grande maioria da nação, mas inspirado e derramado nos ânimos por uma minoria ativa, intelectual, esclarecida, absolutamente desinteressada, sinceramente exaltada, cordialmente revoltada contra a injustiça, sublime de abnegação, capaz de produzir, em intensidade de propulsão, o que lhe falta em desenvolvimento. É bem de ver que tal crise nada tem de comum e de solidariedade com as anteriores sedições e mazorcas, que, estupidamente ambiciosas, desprestigiaram o nome – **revolução**, e que só têm de digno os heroísmos perdidos, mais das vezes, o sacrificio de humildes, seduzidos ou arrastados pelos manejos dos mesmos ambiciosos, a assaltar o poder.

Nem mesmo se pense em simples ataque de destruição... “Só quem sabe construir, tem o direito de destruir...” (Gandry). **Destruir** será, apenas, o penoso e fácil negativo da obra, que nada há de mais banal: não se faz preciso aprender a destruir, nem é objeto de nota. Para nós, então, quando o passado, mesmo maléfico, é quase inválido, o destruir se fará como simples afastamento, e as forças ficam intactas para a verdadeira obra revolucionária – a nova construção. E toda a ideologia inspiradora se desenvolverá com vistas a essa construção: revolução ostensivamente organizadora, fecunda disposição de solidariedade, criadora de liberdades essenciais, como o exige a justiça. Sem subordinação a preconceitos de ordem, o programa de tal revolução dará para a verdadeira ordem, a que se retempera porque inclui princípios essenciais de vida.

• • •

Desprezemos o terror com que a estupidez da política indígena encara o fato comunismo, certos de que a justiça imanente, ou o equivalente dela, nos levará um dia até lá. Bolsheviq, Soviete... expressões com que a ignorância dos nossos joga tão mal, aplicam-se a casos que são motivos distantes da nossa história. A nós chegarão programas e instituições correspondentes,

em **correspondência**, porém, de fato, com a nossa situação e as nossas necessidades. Chegarão a seu tempo. De socialização rudimentar através de instituições políticas secularmente falsificadas, concretamente atrasado, o Brasil não pode contar com a imediata solução comunista. Lembremo-nos, antes de tudo de que a revolução necessária e esperada, há-de ser missão nacional, possibilidade de libertação desta pátria, possuída e dominada desde sempre pela tradição política em que se continuou o domínio da metrópole. O proletariado brasileiro mal se define como classe, tanto se continua nele o escravo de ontem, espoliado de tudo, sem hábito, sequer, de levantar os olhos. Nos campos, o trabalhador mal-implantado na terra, muitas vezes, sem motivos para amá-la, indiferenciado. Nos grandes e raros centros urbanos, uma organização industrial ainda escassa, com um operariado tão reduzido, e, em muitos casos, tão alheio às condições históricas do resto da nação, que não poderia incorporar a realização integral da revolução. Daí, a dificuldade da remissão: dirigentes radicalmente impróprios para ela; povo sem consciência dos seus direitos, inculto, sem valor explícito – sem preparo, para a realização justamente reivindicada. Visto, porém, que só a revolução nos mudará o destino, trazendo-nos, para as formas de progresso social, temos de aceitá-la na significação primeira de dissolução em convulsão salvadora: o mergulho no caos, para a seguinte diferenciação de gentes, propósitos e programas... A história não nos deixou possibilidade de escolha na solução: ao emergir, será a própria realidade da nação a manifestar-se.

E há de ser de pronto, ou este Brasil se encontrará tão jungido, e, ao mesmo tempo, tão transviado de propósitos, que a tardia libertação não será mais a solução reclamada pela pátria brasileira, pois que esta nacionalidade, onde ainda se nos banha a consciência, se terá dissipado. Avança sobre nós, e já nos constringe órgãos importantes, o polvo-capital. Saímos facilmente do seio podre de

Portugal; não será dificuldade sensível vencer o domínio dessa oligarquia infecta que nos possui; mas as roscas cheias do capitalismo, se ele aqui assenta o pleno domínio, esmigalhar-nos-ão os membros antes que tenhamos achado a forma da luta eficaz contra elas. Entregues a dirigentes por sua vez à disposição do capital, rendidos definitivamente ao seu prestígio, estamos sem defesa. Valha-nos – que, por este vasto Brasil, as suas ventosas ainda não alcançam muito; mas, quando ele se estender na proporção das facilidades que encontra, estaremos inteiramente possuídos. Tratando-nos como colônia, o capitalismo estrangeiro tem para nós processos despejados, e mais simples, para efeitos de mais espoliação, e mais dissolventes, ainda, que nas nações solidamente construídas. Aí, houve que apelar para meios indiretos: desviou em proveito da minoria enriquecida a verdadeira força política, e viciou essencialmente o jogo das reações político-sociais, fazendo com que, finalmente, a democracia se convertesse em garantia dos mesmos privilégios capitalistas. Mais de uma vez, em nações poderosas, o Estado esteve descaradamente prisioneiro do capital, que não hesita em impor-se implacavelmente.⁵⁴ E, por aí, todos sentem que, no seio da riqueza dissolve-se a própria essência das nacionalidades.

Pura reserva de valores materiais, pronta e irremissivelmente manejável em símbolos – a moeda, o capital tramou a sua força por fora das pátrias, superior a elas, pondo-as brutalmente à sua disposição, sempre que se aninha em qualquer delas. Realmente

54 Agora mesmo, a afrontada da guerra, obra dos seus conservadores, a França elegeu uma Câmara de formidável maioria à esquerda, maioria que trazia um programa de reivindicações quase socialistas. E os bancos franceses, conluídos com os outros, sob a capa de desconfiança, abriram campanha sem mercê contra os governos de esquerda. Foi quando o franco desceu a menos de um décimo de seu valor, e a França teve de ser governada por Poincaré, o derrotado da véspera, porque assim o impuseram os bancos. Políticos de esquerda como Painlevé, Herriot, Sarraut, curvaram-se para ser secundários no gabinete Poincaré-Barthout.

senhor, ele tem a seu dispor os milhares de canhões – ingleses, americanos, franceses... porque o Estado, em cada um desses povos, está inteiramente enfeudado à riqueza, apesar de que, em si mesmo, o capital é todo cosmopolita. Quem negará que o **mundo dos negócios** seja, por natureza, internacional? As particularizações nacionais valem tão somente como estações, para o franco trânsito de ações, debêntures, apólices... registradas nas bolsas, aí negociadas, mas soberanas em face às tímidas restrições das pátrias políticas. Por necessidade essencial, o capitalismo mercantiliza e comercializa tudo, criando o ambiente por excelência materialista. E, com isto, se torna a desgraça irreparável dos povos nacionalmente maldiferenciados, socialmente malprotegidos. Então (e já o vimos nas palavras de Mommsen), capitalismo, patriotismo e justiça vêm a ser inconciliáveis.⁵⁵ Numa dialética irrecusável, Engels nos mostra o “Estado saído da sociedade, e cada vez mais estranho a ela.. personificando somente o capital”. De fato, é o capital que, em todos os grandes povos, faz a lamentável distinção de classes, com o domínio dos desfrutadores, assim como, nos povos coloniais, tudo empenha para mantê-los, assim, sem capacidade de afirmação nacional, e que é como consciência do próprio existir.

Por tudo isto, se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos

55 A Lei de Imprensa foi combatida e condenada por todos os órgãos e todas as vozes que pretendem passar por liberais. Imagine-se que, em resposta ao poder reacionário, dezenas de jornalistas houvessem propositadamente infringido o novo estatuto legal, de sorte a serem condenados: o sacrifício deles teria imposto a revogação da iniquidade. Seria uma vitória revolucionária; mas, fora preciso quem se *sacrificasse* por uma aspiração: tal é o efeito do espírito revolucionário, a impor soluções, a fazer conquistas, em contraste com a simples aceitação da iniquidade.

dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproxima-nos tanto...

Tolhidos num descritério que é ibérico, abstraímos do meio a que pertencemos, nada aproveitamos da experiência que é a história deste continente, como incapazes de aprender o que é realmente lição para nós outros. Por outro lado, apurando se possíveis as formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimana diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população com a plena consciência dos fins diretos, quanto possível; terra para os que desejam trabalhá-la... Isto, que é absolutamente indispensável, ali se vem realizando desde o modesto zapatismo. Isto, poderíamos tentá-lo... desde que haja a trama renovadora e renovada em que as eras se desenham para refazerem-se. Essa trama, expressão cinematográfica bem própria, seria a nova classe realizadora.

...

Indispensável, a revolução inadiável, a remissão que entregue a si mesma a nação brasileira, nada a prenuncia, no entanto. Falta-nos, mais do que nunca, espírito revolucionário: isto que, influido uma época, torna possível a condensação de reformas essenciais da transmutação. Uma revolução legítima não cabe, nem se poderia conter num jato explosivo. Terá, ou não, esse momento expressivamente culminante; mas havemos de representá-la, e compreendê-la, num bem característico desenvolvimento, relativamente longo, pois que aí se inclui o que é preparo, já bem distinto da realização. Uma aspiração a disseminar-se, contagiosa

intensidade de sentir social, abre a era da renovação, e logo, em efeito imediato, pronuncia-se a constante, ideal e intransigente oposição às formas que têm de cair. Dado, então, que tais formas estão na injustiça vigente, a oposição processual se define, sobretudo, como luta ativa, pertinaz, formal, contra a iniquidade apontada. Compreende-se bem que tal preparo exige sacrifícios; mas se deste modo se pronuncia o movimento, a revolução fatalmente se realizará, em crises sucessivas, em renovados assaltos, ou mesmo sem crises definidas e limitadas. Garante-lhe o êxito a tensão e propagação do espírito revolucionário, para ânimo da campanha que, entre triunfos e revezes, firmará a conquista definitiva. Espírito revolucionário revela-se na **Revolução Cartista**, cuja vitória foi a formidável organização da conquista política pelo operariado inglês. Também contamos, bem característico, o espírito revolucionário de 1882-88, em torno da **Abolição**: não houve momento de convulsão propriamente dita; no entanto, através de uma campanha à margem da política governamental, veio a **impor-se** uma solução de oposição. Dir-se-ia, mesmo, que mais se garantem as revoluções que passam sem explosões, pois que estas muitas vezes iludem, presumindo-se obtido de um transe momentâneo o que exige longo estágio.

Por isso mesmo, há que negar a qualidade de revolucionário a tudo isso que se tem tentado contra a política dos tradicionais dirigentes brasileiros, tudo isso que, acaso, ainda é esperança de ingênuos. E cabe, até, a pergunta: há, de fato, nesta hora do Brasil, um legítimo espírito revolucionário? É lícito duvidar, pois que nem se definiram aspirações para o quadro da nossa vida, nem luzem, ainda, ideais prontos a propagarem-se. Há, no entanto, o bastante de desgosto pelas formas políticas e sociais prevalecentes, para que a incoercível aspiração de um viver melhor e mais digno, agravada no descrédito dos dominantes, se possa converter em revolta de ânimo, em que se moverão as consciências abertas



à ideia da revolução. Mas há que levá-las, essas consciências, até lá. E, agora, onde, essa minoria de sinceros, abnegados, ativos, intemeratos, pertinazes... que, incompatíveis com a injustiça essencial, iluminarão as hostes que devem impor a solução, ou as soluções? Onde – os que se moldem numa ideia, foco do seu sentimento, e que a ela se sacrifiquem?... Preparar a indispensável revolução seria, em vez de armar motins, formar uma opinião também incompatível com a injustiça, e, para tanto, não bastam palavras, mas um inteiro programa de vida, dentro da vida comum, sem conspirações, nem demagogias, como sem temor da iniquidade. Então, cada proceder pessoal erguerá o constante e lúcido protesto com que se faz o melhor e mais eficaz da propaganda. Aspirações que se definem, programas que se concretizam: facetam-se em múltiplas afirmações, exigentes, preceituadas, e que são outros tantos direitos a conquistar, outras tantas injustiças a reparar.

Tudo isto se compendia na ideologia revolucionária. Mas, para o efeito, em propagação do espírito revolucionário, a simples dialética será também tristemente insuficiente. O reclamo imediato, para cada caso e o protesto formal e desembaraçado, para cada iniquidade, são atos, e só estes, quando em abnegação edificante, terão o poder miraculoso de acender a chama. A lei, o próprio objeto do ataque, dará proteção algumas vezes, e proporcionará os ensejos mais propícios para mover os tíbios e abalar os hesitantes. A infração propositada, a provocar a pena estoicamente aceita, vale definitivamente. Não é com o tomar das bastilhas que começa a ação, mas com o sacrifício dos que chegam até o cárcere, e, com isto, patenteiam a iniquidade. Não se provoca a ostentação de força, que dará em resultado prestígio dos opressores, e reforço de opressão. É indispensável, porém, arrostar pessoalmente os riscos de apontar o crime legal, de mostrar os resultados da opressão, e dizer francamente como vivem os que não se resignam à injustiça.



Num desabusado luxo de força, legisla-se contra o pensamento; mas, é da essência deste ser inacessível às cadeias, e, por si mesmo, achar o caminho para, apesar de tudo, ganhar as consciências.⁵⁶ Na planície baixa da política nacional, marcado com a sujice própria, o capitalismo é livre para todo o crime que a espoliação sugere e a ganância exige: por que não afrontar a iniquidade que em cada ensejo reforça o seu domínio? Considere-se aberta uma propaganda, em cuja realização atacar-se-iam os males já patentes, por conta do mesmo capital. Há, para ela, todo um acervo de verdades, com o formidável poder que é o da verdade, e contra a qual não valem os véus tintos no medo dos que a temem. Quem pode esconder, em face do mundo sofredor, a esplêndida experiência desta Rússia redimida? A fotografia, irrecusável como prova, não depende das legislações amedrontadas...

• • •

A massa da nação brasileira se há de redimir, num esforço próprio, projetada no torvelinho que lhe acelerará a marcha de ascensão. Para tanto, basta que se infiltre nas consciências, para que sejam livres e fortes, esse espírito revolucionário, em que se fundem ruínas, e o caos convulso soerguer-se-á em cosmos que se organiza. Donde virá, porém, a chama que nos abrasará?... Quando um povo deve subsistir, não lhe será existência a pere-rene *resignação na covardia*. A mesma necessidade de viver, em indestrutível energia comprimida, fulgirá, finalmente, numa ou noutra consciência. Alastrará, depois. Para que tal se pronuncie, não vale o número, mas a intensidade da devoção e a inflexibilidade do propósito. Algumas inteligências de elite, absorvidas no

⁵⁶ Nos dias tétricos, de um sítio apavorado e apavorante, quando até a essencial bondade da alma brasileira parecia condenada à simples propaganda falada, por isso inatacável e incorrigível, apesar da delação reinante; essa propaganda de conversas fez mais contra a tirania do que toda outra que pudesse passar pelas malhas perras da nossa contorcida Constituição.

sentimento da humanidade indispensável, definirão a doutrina, que o ânimo de apostolado difundirá, incorporada, sempre, no mesmo sentimento. E tudo se condensará em *vontade de redenção*, como de inspirado que entrega o ânimo à comovida ideia que exclusivamente o dominou. E, bem nitidamente, a missão de uma pequena minoria, votada ao sacrifício pessoal, preço fatal de toda vitória contra a injustiça. Iluminados, em cujo ardor social, o sofrimento, o tédio, o desgosto, se caldeiam e se transformam em revolta construtora, esses apóstolos da revolução brotam da emergência, e, uma vez, pronunciados, tornam-se a condição essencial de toda a preparação revolucionária. Ora, aí está um povo, não revelado ainda para a legítima liberdade, com as qualidades bastantes de temperamento, coração e inteligência, e estão, também, os motivos que se fundirão em revolucionarismo; falta-nos, somente, essa minoria capaz de transformar o sofrimento em redenção. Será uma carência irremissível?... Tantos têm havido para sacrificarem-se em aventuras de pura demagogia, sinceros, na fé de ideais esgotados: como não admitir que algumas consciências se exaltem, eficazmente, a querer a legítima redenção?

Se algumas vontades, fortes em convicção e inteligência, nitidamente inspiradas das nossas realidades e dos grandes fins humanos se votassem a essa obra de redenção, acabariam criando e derramando o indispensável espírito revolucionário. E tanto é a ignomínia, e tão patente a insuficiência da ordem reinante, que haverá, sempre, facilidade de infundir e disseminar o inflamável em que essa ordem arderá: cada lineamento de infâmias será o motivo de um novo tracejar, cada processo de injustiça, um veio de remissão, pois que a podridão resiste mal, e melhor destaca a pureza. No contraste, entre o mundo atual e o anunciado, patentear-se-á a verdade, essencial nesses momentos: de que o principal não é a vida, mas o como a vivemos. E haverá consciências para a indispensável constância de sacrifícios, com que se levam a termo

as revoluções, aceitando-se, então, refazer a vida bem do ínfimo. O opróbrio da condenação já será aura de redenção. É quando o Gólgota santifica-se em Calvário; o sacrifício, a luta de almas livres, têm de abrir o caminho à renovação. Não pela ufanía de provocar a morte: que ela venha, se está no traço da campanha, porque a coragem da revolução não é bem a de morrer, mas a de viver plenamente, ainda que no seio da morte, simples diversão do destino, sem poder de frená-lo.

Com o ânimo de sacrifício, o essencial, na revolução, é a legitimidade e pureza do ideal, que não aceita meia verdade nem simples miragem de solução; não transige, nem se ilude. Se o espetáculo do mundo ambiente não dá frestas por onde passe o pensamento anunciador, tanto melhor: será quando a pressão provoca a ruptura. Ânasia de melhor, desejo de palpar grandezas morais, o sofrimento da vida recalcada, por sobre a eterna realidade do amor e da esperança, farão brotar o ideal em todo o seu poderoso influxo. Plenitude de vida, a crise-revolução distingue de pronto o legítimo ideal da mera utopia, pois que deriva daqueles imediatamente, das mesmas condições determinantes, apuradas nos fatos. E, sobre o fundo das casualidades reais, é ele força e direção, para tornar-se também em razão final. Ilumina, sustém, eleva, dinamiza toda a obra, conduzindo-a numa ascendência que lhe dá feição divina. Em verdade, não há, na história, vitória revolucionária que não seja vitória de um ideal (Marx). Como, de outro modo, tirar da nossa natureza falível, os cálidos, radiantes e esplêndidos efeitos que consagram a renovação social? Tudo isso que nutre o coração e nele se vivifica, doçura, essencial generosidade, respeito humano, inteira justiça, bondade desafrontada, tudo que é a mesma beleza da alma, é o próprio ideal reclamado. E, tanto, que o verdadeiro realizador social é, de essência, um artista: realiza uma das formas superiores de harmonia e perfeição.

A perspectiva dá para consolar. Se nos penetramos e inteiramos desse pensamento, abate o tapume negro, e pelo desvão da

garganta derrama-se a vista: a imaginação se precipitará para traçar a curva sobre o porvir... Ergamos no coração a forma do destino ideado: beleza, a escalar grandezas, numa marcha de lâminas ao sol. E, por que não?.. A grandeza de um povo está nos fins morais que ele inclui, na dose de bondade que vai deixando pela vida, nos recursos intelectuais que incorpora aos destinos sociais. E, nisto, pelo menos, podemos francamente organizar e mover a nossa vontade prática. Ideias que revolvamos em torno da generosidade e da justiça, hão de multiplicar-se; aspirações de humanidade que associemos à realidade onde estamos, serão germens infalíveis. Cada um de nós, que mergulha a consciência na miséria circundante, e tem fundido o seu destino no desta tradição brasileira, erguerá o olhar para o longe, e dará um passo para lá... E tanta, tanta realização generosamente humana podemos alcançar no gesto simples, como o salutar desprezo de puros preconceitos! Substituir essas arcaicas militanças por um serviço realmente nacional, em todos os ramos da atividade útil, serviço essencialmente solidarizante e educativo; a sociedade garantindo a manutenção e assegurando a conveniente educação a toda criança que carecer de boa assistência para o pleno desenvolvimento de sua personalidade; um efetivo e cordial movimento de aproximação de todos os povos ibéricos do continente, o sonho generoso de Arruda Câmara e dos seus pupilos, e que foi o glorioso programa de Bolívar; toda a América irmanada no sonho-utopia para o resto do mundo, possibilidade banal para este Novo Mundo, sem perspectivas de guerras; um bem-disseminado regime educativo, solidarizante em torno do sentimento nacional, embora simples e crescente expansão da cordialidade; a possibilidade, para todos que o quiserem, de dar-se à pura ciência; o Estado, apenas, para impedir a injustiça e assegurar a defesa social contra o mal evitável...

Nesta hora mesmo: de cada criança ao nosso influxo façamos um homem, certos de que todo espírito forte e justo inclui uma

parcela de divindade. Jaurés, realmente grande e bom, fez a sua melhor página, quando ergue a dolorida canção da miséria humana no concertante donde irradiam perenes esperanças: “... c’est un même souffle de plainte et d’espérance qui sort de la bouche de l’esclave, du serf, du prolétaire, c’est ce souffle immortel de l’humanité qui est l’âme même de ce qu’on appelle droit”. Nos eternos espoliados deste Brasil, a subir idealmente, o sopro é bem de humanidade, tanto com ele se incorpora a pátria na justiça. Acompanhem-lo, e esperemos, seguros de confiança. O pântano apodrece, ganha calor da podridão; banha-o o sol rutilante, penetra-o a luz soberana, eterno palpitar de novas energias, que ao seio da vasa leva a própria vibração de vida... E a podridão se regenera: organiza-se o paul – o pântano purifica-se...

Março de 1928.

As páginas em que se enfeixa este livro estão inteiramente terminadas há para mais de três anos. Agora, fazendo imprimi-las, não as modifiquei, numa linha que fosse. Não me pareceu necessário. Os fatos analisados, as condições especificadas, e em que se justifica a definitiva conclusão, aí estão, e constituem a própria vida política da atualidade. A conclusão, sincera condensação de sentidos conceitos, formula-se como intenso reclamo em prol da indispensável revolução, em que se refaça a vida nacional. No entanto, ao iniciar-se a publicação deste livro, quando os respectivos originais já se achavam nas estantes do impressor, pronuncia-se esta grave crise da política nacional, em explícitos e bem-caracterizados movimentos armados, rebeliões militares, assalto ao poder, com a vitória final dos rebelados. Como invariavelmente acontece, tais movimentos se proclamaram sob o nome de *revolução...* a revolução que as condições do país reclamavam. Nem nunca se fez um tão largo dispêndio do termo, tanto mais imprecisamente quanto maior era o empenho de ostentar o título, de nobilitante emergência. Ora, os longos desenvolvimentos, que se estendem pelos três espessos volumes desta obra, trazem como intuito explícito e lógico chegar ordenadamente a esta conclusão: *O remédio para o caso brasileiro está na revolução...* Nestas condições, se, dada uma crise política tão intensa e turbadora que foi além das vicissitudes normais, os próprios agitadores anunciam que

estão a realizar a grande revolução, é indispensável, para evitar todo confucionismo, precisar o valor dos termos e fazer a indispensável análise, que permita verificar até que ponto a realidade atual corresponde à revolução que deve resolver o problema social, político e econômico da nação brasileira.

Que é uma revolução? Nesta, não se encontram as respectivas características. Batizem-na como quiserem. A agitação política atual, por mais profunda que pareça, não realiza nenhuma das condições de uma legítima revolução renovadora, pois não traz *substituição de gentes*, nem de *programas*, nem de *processos*. Cada um desses três acertos se pode considerar patente por si mesmo. A agitação, por mais vasta e profunda que tenha sido, limitou-se, de modo absoluto, ao mundo político dos governantes tradicionais. Foi na estrutura dessa política, com os processos de sempre, que tudo se tem passado, e é isto somente que a caracteriza. O movimento trouxe antecedentes que não o deslocam nem o desclassificam.

Como defeito de origem, com a ostensiva intervenção dos quartéis na proclamação da República, criou-se nas guarnições, numa certa parte dos oficiais, uma mentalidade de idealismo, que os fez desviarem-se para a política. Em face da abjeta normalidade dos negócios públicos, há sempre grupos de agaloados, convictos de que, senhores do governo, purificariam a República e salvariam a nação. Freud nos mostraria, no inconsciente deles, a simples e nua ambição. Pouco importa. O fato é que essa mentalidade, realçada em messianismo, de vez em quando desata em movimentos e levantes, que são, finalmente, assaltos ao poder, e a que os politiqueros, senhores das posições, têm sempre resistido eficazmente, porque, avessa às lutas civis, a nação se desinteressa dos salvadores agaloados e das suas aventuras. Mas, com isto, chegou o momento em que os oligarcas dos grandes Estados da União se desentenderam: o presidente da República, a considerar-se voz de

São Paulo, negou a mão a Minas, quando o respectivo governador, dono do Estado por conseguinte, se considerava na bica para a Presidência. A oligarquia mineira não se conformou: se não for para Minas, também não será para São Paulo... E assim se armou o conflito, para o qual vieram, ou já estavam ajustados, quase todos os militares que haviam participado dos levantes anteriores... Daí resultou um aspecto novo, um confucionismo próprio a esse movimento: politiqueros, useiros em todas as abominações da tradicional política republicana, ostensivos detentores e exploradores do poder, aliados e conjugados a militares desordeiros, inveterados agitadores, improfícuos e nocivos à atividade político-administrativa devido a essa mentalidade militarista, a irradiar presunção isolante e rígida, mas também incompatíveis com a legítima atividade militar, com as suas exigências disciplinares, a coberto de pretensões pessoais. Contudo, desde que havia à mão, *prontos para o sacrifício*, dezenas desses agitadores treinados em levantes, a politicagem rebelada com eles se aliou, aproveitou-se, e, daí, o confucionismo peculiar a esta crise.

Compreende-se bem que estas considerações, absolutamente objetivas e neutras, não significam dar razão ou trazer aplausos a um dos grupos contra o outro. Acentua-se, apenas, nesta análise, que, na atual agitação, tudo se passou como o fermentar da classe governante, em cuja espessura se contiveram todos os sucessos, sem que fosse possível lobrigrar qualquer substituição das gentes atuantes. Não houve que sair da classe profissional da politicagem. Tampouco houve substituição ou renovação de programa. Nem poderia haver. No elementarismo das suas aspirações, os nossos dirigentes não querem mais que o mando, o usufruto do poder. É o universal programa, ontem, hoje, como amanhã. Nestas condições, parceiros desavindos, o movimento se fez, de Norte a Sul, por toda a parte onde os donos das situações não se

conformaram e tentaram resistir aos rebelados, num bem caracterizado despejo.

Todavia, não será bem exato ver no programa ou vitória esta banal singeleza. Mussolini é um grande ator, em pleno tablado, a irradiar tentações por todos os lados, maravilhosamente talhado para ideal dessa mentalidade agaloada, certa de que ao Brasil só tem faltado a puerilidade de um ditador a esfarelar-se em despotismos, sobre esta população de ignorantes e inúteis. E cada galão é bem um símbolo de fascismo, num bom fascismo crioulo, para outras tantas *legiões*, encamisadas ou não. Como se vê, sobreveio um epíteto a debruar uma blusa, mas nenhuma novidade de programa, que, finalmente, garante os tradicionais processos de pura politicagem, realidade que é a substância mais nítida da nossa soberania nacional.


Os nossos dirigentes, crismados ou não de revolucionários, são essencialmente prisioneiros do menor esforço, como universalmente cegos em face da realidade. No entanto, a crise, no prestígio das palavras, tem sobre eles o efeito de destacar, na realidade da vida, a propriedade da ação como eficiência. Tudo muito vazio e confuso, mas a verdade é que o fato se impôs, ao menos para dar-lhes às discurseiras um sabor específico. Nunca se falou tanto em *dinâmico, finalidade, técnica... espírito revolucionário*, novas realidades... É verdade que, na prática, a excelência da técnica foi compreendida de modo a resultados tão grotescos quanto monstruosos: admitido que haveria muitas reformas, e visto que cada reforma se consagraria numa lei, veio-lhes às cabeças que, para leis, os técnicos devem ser juristas, advogados juristas, e, por isso, sem mais demora, reuniram um vasto colégio deles – advogados, puros legistas. Apavorante expansão de jurismo, monstruosa, sem deixar de ser ridícula, a preamar do coimbrismo vai descendo, apesar do quanto se esforçam para manter os diques, os advogados em transe de publicidade. Para ter-se a ideia do que,

finalmente, subsistirá desses tentames, pensemos, apenas, que tudo consistiu em derramar-se por entre as saliências da ideologia agaloada, mais ou menos gaga, a solércia e o verbalismo vão dos juristas, tão abundantes como insuficientes...


Agitação preparada no comum da politiquice tradicional, e assim tangida, não há que esperar nenhuma renovação revolucionária. No entanto, são tantas as necessidades a atender na vida nacional, tão sensíveis e fáceis de apreender certos problemas urgentes da vida econômica e social, que, dada esta conjuntura de passageiro arbitrário, com as brechas que assim se abrem nos direitos patrimoniais, aliviados os trâmites comuns das peias constitucionais, era de esperar que certas necessidades urgentes, e os problemas mais acessíveis, fossem atendidos, para uma solução imediata.

E a nação continua a esperar, como se ninguém tivesse o dever de atender a esses transe da vida normal. Abre a perspectiva dos casos a resolver, a situação financeira, avesso da própria economia nacional. Estupidez de *valorização*, ignorância e incapacidade para ler estatísticas, trouxeram-nos a uma agravação da eterna crise orçamentária, para a qual só se conhece o remédio dos empréstimos... Não é mais possível empréstimo... Está sendo o fim do mundo. No entanto, o caso se apresenta numa tal simplicidade de fatores e dados, com um tal desenvolvimento de recursos, que as soluções infalíveis se multiplicam.


De começo: há quarenta milhões de habitantes e muita energia a aproveitar, muita riqueza a colher mediante o trabalho inteligente. E, com isto, a economia brasileira vale como se foram seis ou oito milhões de atividades... A situação se impõe aos mais cegos: temos que produzir melhor e aproveitar todos os recursos desta natureza, de sorte a *comprar menos e vender mais*. Pouco importa a triste reputação que os nossos dirigentes fizeram para o povo brasileiro, como capacidade de trabalho. É de toda a



evidência que se essa gente, que vem a pé dos sertões da Bahia, Alagoas, Pernambuco... para ser o paria nos eitos do Café Paulista, se tivesse possibilidade de lavrar inteligentemente uma sua terra, os resultados seriam outros. Quem mantém o Nordeste ao longo dos longos e repetidos flagelos, e fez o Acre... Quem abriu em salinas todos aqueles apicuns do Norte, de Itaparica a Granja, estaria hoje produzindo ótimo sal, se lhe dessem o meio de bem aproveitar as condições naturais. Quem, por si mesmo, chegou aos tipos dos excelentes algodões de Seridó; quem soube achar a piaçava, o babaçu, o arariroba, o uricuri... e vai extraindo deles excelente óleo, teria feito com que pudéssemos acumular o bastante combustível para ser livres de importar Cardiff e petróleo. E, mais a vasta profusão dos outros óleos que esta natureza pode proporcionar; a grande variedade de fibras em que se tramam as nossas pindobas, e as bromélias, e o líber das malváceas silvestres...



É riqueza, que se oferece a ser imediatamente explorada, desde que se estimulem os que podem ir para aí, e inicialmente se apresentem os processos inteligentes da colheita e extração; desde que todos trabalhem com atividade sincera; desde que se proporcionem as possibilidades de crédito, indispensáveis para a boa e eficaz atividade. Indispensável condição na produção, nada o pode suprir. Pouco importa que haja muita fortuna feita e vastos stocks de boa matéria a aproveitar. Para que se realize trabalho e mais riqueza se faça, é indispensável criar condições de mobilidade, nos valores econômicos, e que é o próprio crédito. Isto é, que o potencial de riquezas tenha sempre expressão, correspondente ao preço do trabalho em curso, com toda a possibilidade de entrar em jogo a própria riqueza que se está a constituir. Não se trata de fazer fáceis empréstimos a todos que anunciam uma organização de produção, ou de giro comercial, mas de garantir a razoável produção e de socorrer imediatamente, em perspectiva de falha, o movimento de créditos. Imaginar que haverá efetiva



produção quando o rural ou o industrial tem de esperar a venda liquidadora dos seus produtos para prosperar, é pueril. Ora, é isto, justamente o que se impõe na economia nacional, jugulada ao Banco do Brasil, à mercê da guia sórdida da finança argentária, ou condenada a escoar-se nas gavetas do mercantilismo lusitano.

Tal é bem um dos casos a ser prontamente atendido, graças à agitação de um movimento desses. O Banco do Brasil, linhagem pura e expressiva daquele aqui deixado por D. João VI, está a pedir um drástico revolucionário. Com a sua economia a perpetuar um financismo elementar, mesmo ao lado de *caixa de estabilização*... ou de *caixa de conversão*, ele é o perene corrosivo da nossa riqueza a fazer-se. Pelos seus escaninhos se escoam o melhor da fortuna pública. Antes mesmo de constituir-se grande banco, de grande e deslavada usura, ele, que nada tem criado, serve, contudo para as piores das abominações governamentais em assuntos de esbanjamentos e ladroerias. Através da sua escrita saem as fortes somas com que a atividade governamental mantém ou completa a sua política. E enquanto ele existir, nem se fará a indispensável mobilidade de crédito com que se nutriria a produção nascente em qualquer ramo, nem se curará a mazela que, na alma dos nossos oligarcas, se sintomatiza em avançar nos dinheiros públicos. Se há um mal para cura revolucionária é ele, e bem mais fácil que muitos outros, ele que estiola a economia nacional, tanto, ou mais, que o predomínio da finança anglo-saxônica e o sanguessugismo da gaveta portuguesa, Ora, este é o transe usado para que sejam afastados ou atenuados estes fatos, e possa o Brasil contar com uma produção em correspondência com as suas proporções e energias naturais.

Destarte, os multiplicados casos em que se define o potencial de nossa produção teriam solução pronta, sem maior esforço do que o de pôr ao serviço do crédito o prestígio do Estado, e a legítima confiança que ele inspira ao próprio capital brasileiro,

que se encaminhe para verdadeiros estabelecimentos de movimento bancário, não para emprestar dinheiro a cavadores, mas para mover a riqueza que aí está e a cujo aproveitamento não falta, em verdade, nem a possibilidade do indispensável crédito, nem a capacidade de trabalho. Decuplicar a lavoura de feculentas, cereais e oleaginosas, que se converterão em combustível e darão razoável base econômica à alimentação popular; apurar a pecuária, estender a pomicultura, que valerá imediatamente pela fruta comercial, e de modo mediato pela indústria de comestíveis e bebidas que daí deriva; a exploração e utilização sistemática do carvão nacional, inclusive a organização de empresas de transporte, votadas especialmente a esta produção; a incorporação, ao patrimônio nacional, das quedas-d'água, e a construção progressiva das grandes usinas elétricas, disseminadas por todo o país, onde quer que existam desses mananciais; a racional utilização das nossas frotas mercantes, que seriam ótimas se aplicadas sistematicamente às necessidades especificamente brasileiras, e que interessam menos às marinhas estrangeiras em serviço neste litoral; a indústria do lenho, isto é, a exploração apropriada das espécies florestais, utilizáveis já na construção, já no fabrico do papel...

Houve um momento (e a necessidade subsiste), no curso da crise atual, em que o governo do Brasil devera ter vendido café diretamente, a fim de fazer dinheiro – ouro que permitisse enfrentar a crise do câmbio; mas a nossa exportação estava à mercê do estrangeiro, lá e cá, nas grandes praças e aqui, onde os afamados cafezistas são estrangeiros. Assim, havia o de que fazer dinheiro; havia (e há) muito país onde o café é ainda uma raridade, motivo de curiosidade; havia os porões dos nossos navios que facilmente transportariam os milhares de sacas empilhadas nos armazéns reguladores, e continuamos na penúria, a disputar, nos guichês dos bancos estrangeiros, as poucas letras-ouro que se apuram no café que esquivamente se vendia e se exportava.



São lembrados esses aspectos da vida econômica porque pela própria natureza, são facilmente compreensíveis, e dispensam qualquer propaganda. A fórmula revolucionária seria, apenas, vantagem de oportunidade e de realização mais rápida, com a pronta solução, trazida a coberto das incontáveis objeções baseadas em direitos patrimoniais.

A mesma aceitação, a mesma oportunidade, se encontram nos casos das moléstias sociais, da higienização urbana e rural, das habitações urbanas, sobretudo quanto ao problema do inquilinato. Não se compreende que nesta hora do mundo moderno, um povo se deixe dizimar, até o aniquilamento, pelos morbos venéreos, a tuberculose, as verminoses, o paludismo... quando tudo isto é curável, quando tudo é evitável. E é tanto mais para atender a esses problemas, quando é certo que as curvas da evolução e o esforço em prol da cultura dotaram o Brasil de um já excelente conjunto de trabalhadores em medicina, moços destacáveis pelo preparo e, principalmente, pela dedicação e capacidade de esforço. O fato se explica pela própria caracterização da técnica médica, a exigir uma apurada cultura científica, assim como pelos recursos indispensáveis à conquista de uma boa situação clínica. Por tudo isto, nada mais fácil no Brasil, nas partes cultas, do que realizar uma boa campanha médico-higiênica.

A esse problema, das moléstias sociais, liga-se diretamente o das habitações urbanas, que devem ser controladas e codificadas pelo Estado, isto é, pela sociedade, ao mesmo título que os transportes e mais serviços gerais – luz, telefones etc. Não se nega a quem quer empregar o seu dinheiro em propriedades urbanas, que o faça, e que tire dali uma taxa de renda; mas não é possível admitir que a necessidade de ter um teto seja explorada desimpedidamente pela usura e a ganância argentária. Na distribuição das exigências da vida, é indispensável que cada um possa contar – ter um teto, na medida de seus recursos, com a mesma segurança e



a mesma estabilidade e ajuste de preço com que tem a passagem no trem, ou a tarifa do telefone. Instituído-se, certamente, grandes empresas para fazer a exploração racional e econômica das construções, o proprietário de significação individual desaparecerá, e toda a gente terá certeza de alugar, por um tal período, um tal espaço domiciliário, quer dizer, nas indispensáveis condições de higiene e de conforto. Para realizar tão modestas conquistas, não é preciso nenhuma concepção verdadeiramente revolucionária. Encontrá-las-emos nos mais conhecidos e recatados dos programas democráticos, em reclamos universalmente aceitos. Tal acontece na República austríaca, apenas de boa-fé em face das proclamadas revoluções.

Pede-se uma grande dose de revolucionarismo, sim, para outros problemas que aí estão, e irrevogavelmente se impõem, mas que nunca seriam atendidos eficazmente, sinceramente, pelas soluções do momento: a boa distribuição da terra, sempre à disposição dos que a ela estão incorporados e a trabalham; a razoável localização das respectivas populações rurais, e que, dentro desta pátria, tão propícia e singela em tradições, os proletários trabalhadores não sejam obrigados constantemente a emigrar, como acontece a esses nordestinos, cujas hordas se semeiam pelo paul amazônico.

Não há, dentre os povos do continente, quem seja dotado de tanta mobilidade como o brasileiro. Plástico, facilmente adaptável, com essa maravilhosa aptidão dos tangedores de rebanhos a desbravar caatingas, e dos bandeirantes a galgar serras e transpor os rios, as massas populares ainda hoje se deslocam e se transplantam com espantosa facilidade; nordestinos para o extremo Norte, como para as fazendas do Espírito Santo e de São Paulo; baianos, mineiros... para os cafezais como para os eitos de erva-mate e as derrubadas dos pinheirais; gaúchos para Mato Grosso. Ora, essa feliz disposição, num país cujo povoamento ainda se está fazendo,

deve ser desde logo aproveitada, proporcionando-se aos nacionais do campo, sejam eles de onde forem, o trator aratório e os outros meios de se estabelecerem em colônias estáveis, donos da terra, ligando definitivamente os destinos pessoais ao do chão onde levantarem o seu teto.

Agora, exige-se um revolucionarismo que já seja convicção, para atender, de modo sincero, são e eficaz, aos múltiplos aspectos da legislação com o que o trabalho deve garantir-se, tanto no que se refere aos casos complexos de previdência, como aos de direito sindical e de greve. É bem de ver que tais conquistas não se podem realizar, em plena justiça, graças, apenas, à boa vontade do poder, ainda quando ele esteja com grupos ou gentes essencialmente possuídas pelos intentos revolucionários. Há nas reparações sociais e nas soluções esperadas pelo trabalhador, muita coisa que deve ser indicada e instituída sob a sua orientação direta e imediata. Não há que ostentar revolucionarismo, nem substituir a intervenção do operariado por atitudes de convencional revolucionarismo. Convençamo-nos de que a fórmula – *colaboração das classes* é, apenas, o engodo com que o trabalhador continua a ser mantido na extrema situação de dependência econômica, pois que não pode haver sincera e real colaboração entre partes de atuação e valor tão diferentes.

Demais: o que o trabalhador pede, reclama ou exige, é a organização mesma das suas condições de trabalho. E é a ele, só a ele, que cabe formular as mesmas condições. E o direito da criança, o da assistência social, o da maternidade... Finalmente, há que preparar e elevar a massa do povo brasileiro, trazer para o nível cultural do momento os milhões de descendentes e representantes das raças a quem, até agora, só foi dado trabalhar e sofrer. É este o caos santo, donde surgirá o que, na sua hora, definirá explicitamente a alma brasileira. Através da salutar e indispensável renovação revolucionária, esse caos se distribuirá em gérmenes de novas

formas, para a nova vida com que contamos. Dele, à medida que a organização se desenvolve, emergirá a trama social própria – uma nação a guardar o seu lugar no mundo, e que, por sua conta, delineará o destino que lhe cabe.

E chegamos, assim, à extrema dificuldade, na formidável conquista para a qual evidentemente não se pronuncia o atual revolucionarismo em ação. Há que criar e revelar a trama de energias que incorporarão a nação no afirmar-se, com a significação de um valor próprio, na carência das formas preventivas: conceber e formular o conveniente plano de educação e preparo da massa popular, e donde resultem as novas gerações de brasileiros; e há que achar as somas formidáveis com que se custeará esta obra educativa.

Repassem-se as perspectivas – como se apresenta a realidade atual... como se desdobrará o futuro... Do presente, há qualquer coisa muito grave, lúgubre arcaísmo a pesar duramente sobre a nação, e do qual é mister aliviá-la: esse Exército, dotado orçamentariamente com centenas de milhares de contos, e que tem como significação explícita e mais nítida, sobre a vida nacional, as hostes de generais e marechais reformados, em que ele frutifica tão copiosamente. Em tempo, verificamos os maiores efeitos de sua intervenção ostensiva na organização da República. A insistir no caso, apreciaríamos o influxo já deprimente, já irritante, que essa mentalidade fardada não deixa de provocar no espírito público. No entanto, não é isto o mais intolerável e o mais nocivo, nas constantes da mentalidade militar, senão a essência de conservantismo que resulta diretamente do empenho com que os expoentes dela tratam de garantir-se na vida. Haverá, como mentalidade inóspita ao progresso, fator mais explícito, qualquer coisa de pior, do que essa pretensão a ter a existência numa segurança absoluta, como se nota nos que procuram profissão nos quadros que englobam as fileiras da soldadesca, ainda mesmo os que estão

na fase de idealismo? Há boa-fé, com certeza, mas, na realidade das coisas, os que dão a sua ambição à profissão das armas, têm o intento explícito de incorporar-se graniticamente àquelas garantias que a Constituição distribuiu aos militares, o que, aliás, já era das tradições do Estado brasileiro – galões, patentes, soldos, promoção... coisas intangíveis, para gozo de uma classe que já se vai convertendo em casta. Um jato verdadeiramente revolucionário dispersaria todo esse aparelho obsoleto, com economia das dezenas de milhares de contos que custam quartéis, etapas, marechais e canhões inúteis. Este fabuloso orçamento ficaria no regaço da nação para o preparo das gerações de brasileiros.

Esperemos, confiemos, no entanto, ainda quando tudo se nega a uma tal perspectiva.

M. Bomfim
Agosto de 1931.





© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
Rua Almirante Alexandrino, 1991
20241-263 - Rio de Janeiro – RJ
www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diament

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B695b

Bomfim, Manoel, 1868-1932

O Brasil nação: vol. II / Manoel Bomfim. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
392 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 31).

ISBN 978-85-635-7444-2

1. Brasil – História. 2. Brasil - Civilização. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venâncio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araújo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Mércio Pereira Gomes

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Curador – In Memoriam

Antonio Callado

Carlos de Araujo Moreira Neto

Leonel de Moura Brizola

Moacir Werneck de Castro

Oscar Niemeyer

Tatiana Chagas Memória

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Lauro Mário Perdigão Schuch

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica

